

Paulo Henrique Caetano

A palavra-chave racismo e suas relações lexicais: uma  
análise crítica dos discursos sobre relações raciais  
brasileiras em corpus de jornal impresso

---

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2007

Paulo Henrique Caetano

A palavra-chave racismo e suas relações lexicais: uma  
análise crítica dos discursos sobre relações raciais  
brasileiras em corpus de jornal impresso

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da  
Universidade Federal de Minas Gerais, como  
requisito parcial para obtenção do título de Doutor  
em Lingüística Aplicada.

Área de concentração: Lingüística Aplicada  
Linha de pesquisa: Estudos da Linguagem,  
Identidade e Representação  
Orientadora: Prof. Dra. Célia Maria Magalhães

---

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2007

Às/Aos Diaspórica(o)s, Rastas e amiga(o)s  
nos Movimentos Sociais Negros;

Àquelas(es) que toleraram o intolerável:  
Debbie, Mãe, Ade, Ró, Poca, Jú, Connie,  
nossa família, amigo(a)s e irmãos  
no Myfault e no Witchhammer;

À Hanna,  
Aquele florzinha que brotou:  
esperança de dias melhores  
para um planeta adoecido;

Àquele que tanta falta me faz:  
reapresento-te ao ser.

## **Agradecimentos**

À caríssima professora Célia Magalhães, que, sábia e pacientemente, deu a oportunidade para que nossas preocupações ganhassem voz, e com quem pude debater abertamente sobre a pesquisa, sempre encontrando o conhecimento, o apoio e a serenidade que somente a experiência concede. Obrigado por ter me conduzido até aqui!

À minha preciosa família, meu bem de maior valor.

À professora Adriana S. Pagano, de quem obtive uma co-orientação amiga e de valor inestimável para a prática de pesquisa.

Ao CORDIALL e ao LETRA pelo apoio irrestrito.

Às(Aos) professoras(es) da Pós e colegas pesquisadoras(es) que me auxiliaram sobremaneira no desenvolvimento da minha intervenção na Linguística Aplicada, nas disciplinas do curso de doutoramento e no trabalho de pesquisa.

A todas(os) do projeto *Identidades e Corporiedades Negras* da UFMG, liderado pela professora Nilma Lino Gomes, dentro do qual participei em oficinas e discussões ao lado de educadores(as) cujas experiências foram cruciais para minhas elaborações.

À secretaria do Pós-Lin, onde obtive todo o apoio institucional indispensável para a pesquisa, sempre sustentado pelo profissionalismo de Geralda M. Moreira e sua equipe, bem como do Professor Fábio Alves, coordenador. Faz-se necessário mencionar o apoio financeiro obtido junto à FAPEMIG, para o último semestre do doutoramento, momento em que foi crucial.

Aos(às) meus(minhas) amigo(a)s, colegas de trabalho e aluna(o)s, na UFMG, GETECO, UNIFEMM, e Novo Rumo, por tolerarem comigo, em solidariedade, o peso da tese.

A todas as pessoas que contribuíram para este trabalho, ainda que anonimamente, meus sinceros agradecimentos.

“Don’t forget your history  
Know your destiny  
In the abundance of water  
The fool is thirsty.”

(Bob Marley)

“Não esqueça a sua história  
Saiba seu destino  
Mesmo com abundância de água  
O tolo está com sede”

(Bob Marley)

## Resumo

A partir de uma tradição de estudos da linguagem no escopo da Análise Crítica do Discurso, através da análise da coesão lexical em textos da mídia impressa, dentro do projeto CORDIAL da Faculdade de Letras da UFMG, este trabalho abordou o campo discursivo das relações raciais brasileiras como representadas em corpus de jornal impresso. Foi destacada a opção de conceito de discurso como adotada em Fairclough (1992), onde esse é definido como práticas e relações sociais, como construção social da realidade e como forma de conhecimento. Isso possibilitou que se verificassem, nas escolhas no domínio da coesão lexical do discurso mediado, a natureza idelógica da construção de significados.

Foi realizada uma análise das relações lexicais da palavra-chave **racismo** e de itens lexicais e colocações semanticamente relacionadas, organizadas em campos semânticos. Os conceitos centrais nesse campo discursivo foram analisados quanto a sua ocorrência no corpus, em contraste com seus usos e definições em dicionários e em publicações acadêmicas especializadas. Tais campos foram nomeados campo semântico das **relações raciais naturalizadas**, campo semântico das **identidades sociais**, com ênfase em **identidades sócio-raciais**, e campo semântico das **relações raciais em reconstrução**.

O enfoque principal da pesquisa recaiu sobre as tendências no léxico, seccionado nesses campos semânticos, em termos de orientações para a diferença (cf. FAIRCLOUGH, 2003), ou seja, as tendências discursivas de um jornal impresso quanto à abertura, acentuação, tentativa de resolução, suspensão ou consenso acerca das diferenças, aspectos privilegiados na observação de padrões de interdiscursividade. Foram tomadas as bases metodológicas de Fairclough (2003), visando à identificação de tensões discursivas, assimetrias de poder, e tendências a mudanças discursivas para conceitos centrais das relações raciais no Brasil, como **racismo**, **raça**, **cor da pele**, **étnico**, **preconceito**, **discriminação**, **ação afirmativa**, **sistema de cotas** e **democracia racial**. Outro foco da pesquisa foram os movimentos de comodificação, de tecnologização, e de democratização do discurso.

A escolha do corpus de mídia impressa levou em consideração três momentos de grande impacto nos debates sobre as relações raciais brasileiras: a comemoração do tricentenário da morte (imortalidade) de Zumbi dos Palmares, em 1995; a Conferência de Durban, em 2001; e os episódios de racismo no futebol no Brasil, a partir do caso Grafite, em 2005. Esses três anos foram destacados pela grande quantidade de textos contendo a palavra-chave **racismo** publicados no jornal eleito para o corpus, a *Folha de São Paulo*, significativamente maior do que dos outros anos da década entre 1995 e 2005.

No primeiro momento, 1995, o destaque foi uma tendência à comodificação do discurso, tendo o principal marco daquele ano, o tricentenário de Zumbi, uma importância secundária em relação à publicação da *Folha*, o *Racismo Cordial*. Ficou evidenciado um elevado índice de auto-referenciação que permeou as práticas discursivas da *Folha* e seu grupo de empresas, possibilitando a constituição de discursos que se fizeram auto-sustentáveis, dando ao léxico daquele ano características marcantes. No segundo momento, teve destaque um grande teor de tecnologização do discurso, envolvendo a comparação brasileira para, e a participação na Conferência de Durban.

Essa tecnologização foi resultado de esforços por uma intervenção organizada dos movimentos sociais e dos órgãos oficiais brasileiros, buscando também uma sintonia com discussões em outros contextos culturais, visando convergência política. No terceiro momento o destaque voltou-se para episódios de racismo no futebol, no Brasil e alhures, tendo sua culminância com o episódio de racismo do jogador argentino Desábato contra o jogador brasileiro Grafite, fato catalisado pela nacionalidade do agressor. Foi percebida uma aproximação significativa do item lexical **crime** em relação à palavra-chave **racismo**, provável resultado de uma maior divulgação e criminalização de fatos corriqueiros de racismo, no futebol e em outras esferas da vida civil, em muito influenciados por jurisprudências (ainda que não de fato, mas morais) desencadeadas pelo caso Grafite.

Algumas determinações contextuais foram evidenciadas no léxico das relações raciais e tendências a mudanças mais permanentes foram apontadas, bem como a sobrevivência de noções anacrônicas e conceitos já refutados na literatura especializada, mas que exercem grande pressão sobre os discursos que a mídia impressa veicula.

## Abstract

Departing from a tradition in linguistic studies in the scope of Critical Discourse Analysis, through the analysis of lexical cohesion in mediated discourse, within the CORDIAL Project, from Faculdade de Letras, UFMG, this research has approached the discourse field of racial relations in Brazil as represented in a corpus of a broadsheet newspaper. The concept of discourse adopted was that of Fairclough (1992), where it has been defined as social practices and social relations, as social construction of reality, and as form of knowledge. This allowed for the verification, within the choices of the mediated discourse, in the realm of lexical cohesion, of the ideological nature of the construction of meaning.

The analysis was focused on the lexical relations of keyword **racismo**, as well as semantically related lexical items and collocations, organized in semantic fields. The central concepts of this discourse field have been analyzed in terms of their occurrence in the corpus, in contrast with their uses and definitions from dictionaries and specialized literature. The semantic fields were named semantic field of **naturalized racial relations**, semantic field of **social identities**, with emphasis on **socio-racial identities**, and semantic field of **racial relations under reconstruction**.

The main focus of the research has been upon the tendencies in the lexicon, sectioned into these semantic fields, in terms of its orientation to difference (FAIRCLOUGH, 2003), that is, the discursive tendencies of a newspaper towards an openness, an accentuation, an attempt to resolve, a bracketing of, or a consensus in relation to difference, aspects which privilege the observation of patterns of interdiscursivity. Some methodological tenets were replicated from Fairclough (2003), aiming at identifying discursive tensions, power asymmetries and tendencies towards discursive change for central concepts in the racial relations in Brazil, such as **racismo** (**racism**), **raça** (**race**), **cor da pele** (**skin color**), **étnico** (**ethnic**), **preconceito** (**prejudice**), **discriminação** (**discrimination**), **ação afirmativa** (**affirmative action**), **sistema de cotas** (**system of quotas**), and **democracia racial** (**racial democracy**). Attention was also given to the tendencies of commodification, technologization, and democratization of the discourse.

The choice for a corpus of a broadsheet newspapers took into consideration three moments of great impact on the debates over racial relations in Brazil: the commemoration of 300<sup>th</sup> anniversary of death (immortality) of Zumbi dos Palmares, in 1995; the UN Conference in Durban, in 2001; and the episodes of racism in soccer games in Brazil, triggered by the Grafite affair, in 2005. These three years were evidenced by the large quantity of texts published in the newspaper elected for the corpus, *Folha de São Paulo*, containing the keyword **racismo**, significantly higher than the other years in the decade between 1995 and 2005.

In the first moment, 1995, the emphasis was laid upon a tendency towards commodification of discourse, once the main event of that year, the 300th anniversary of Zumbi, gained secondary attention in relation to *Folha de São Paulo*'s publication, *Racismo Cordial*. A high level of self reference permeated the discursive practices of *Folha* and its allied enterprises, which made possible an internal coinage of discourses that were self sustained, resulting in remarkable traits in the lexicon of that year.

In the second moment, the emphasis was on the great level of technologization of discourse, involving Brazilian preparation for, and participation in the International

Conference of Durban. This technologization was the result of efforts towards an organized intervention of the social movements and the agencies of Brazilian government, in a tentative of a dialogue with other cultural contexts, aiming at political convergence.

In the third moment the focus was turned upon episodes of racism in soccer games, in Brazil and elsewhere, culminating in the episode of racism by Argentinean player Desábato, towards Brazilian player Grafite, fact which was catalyzed by the nationality of the aggressor. A significant approximation of the lexical item **crime** to the keyword **racismo** was noticed, probable result of an increase in terms of publication and criminalization of daily episodes of racism, be it in soccer games or in other realms of social life, much influenced by jurisprudences (although not in fact, but morally so) triggered by the Grafite episode.

A series of contextual determinations were evidenced in the lexicon of the racial relations and some tendencies towards more permanent changes have been pointed out, as well as the permanence of anachronisms and concepts already undermined in specialized literature, which still exercise considerable pressure over the discourses of the printed media.

## **Lista de abreviações**

ACD = Análise Crítica do Discurso

AD = Análise do Discurso

CORDIALL = Corpus Discursivo para Análises Lingüísticas e Literárias

CS = Ciências Sociais

FIG. = figura

GRAF. = gráfico

LC = Lingüística de Corpus

LSF = Lingüística Sistêmico-Funcional

TAB. = tabela

## Lista de Gráficos

GRÁF. 1 – Ocorrência percentual de itens lexicais no corpus	104
GRÁF. 2 - Colocados com o nóculo <b>racial</b>	118
GRÁF. 3 - Ocorrência percentual de itens lexicais associados a identidades sócio-raciais	159
GRÁF. 4 - Ocorrência percentual dos lemas <b>negr*</b> , <b>branc*</b> e <b>afr*</b>	164
GRÁF. 5 - Ocorrência percentual dos lemas <b>pret*</b> , <b>pard*</b> , <b>mestiç*</b> , <b>moren*</b> e <b>mulat*</b>	167

## Lista de Figuras

FIG. 1 – Representação do aparato teórico-metodológico da teoria social do discurso	26
FIG. 2 - Recorte da lista de palavras no <i>WordSmith Tools</i> para o CF-2001	81
FIG. 3 - Linhas de concordância para o lema <b>cota*</b> no CF-2005	82
FIG. 4 – Lista parcial de colocados para <b>racismo</b> no CF-1995	83

## Lista de Tabelas

TAB. 1 – Nº de textos da <i>Folha</i> contendo a palavra-chave <b>racismo</b>	73
TAB. 2 – Colocados para <b>racismo</b> nos subcorpora	111
TAB. 3 – Colocados de <b>racial</b> nos subcorpora	116
TAB. 4 – Colocados de <b>democracia</b> nos subcorpora	128
TAB. 5 – Colocados de <b>discriminação</b> nos subcorpora	133
TAB. 6 – Colocados de <b>preconceito</b> nos subcorpora	136
TAB. 7 – Ocorrências da colocação <b>racismo cordial</b>	145
TAB. 8 – Formas diferentes para o lema <b>etni*</b>	160
TAB. 9 – Principais colocados de <b>afirmativa(s)</b> no CF-2001	178
TAB. 10 – Ocorrências dos itens lexicais <b>cota(s)</b> e <b>cotista(s)</b>	182
TAB. 11 – Principais colocados para <b>cota(s)</b> nos CF-2001 e CF-2005	185
TAB. 12 – Ocorrência das colocações com <b>afirmativa(s)</b> e <b>cota(s)</b> no corpus	187

## Sumário

### **INTRODUÇÃO**

Considerações iniciais	2
Objetivos e perguntas de pesquisa	6
Organização geral da tese	12

### **CAPÍTULO 1: Referencial Teórico**

Introdução	16
1.1: O Corpus Discursivo para Análises Lingüísticas e Literárias – CORDIALL	17
1.2: A Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough	22
1.3: Os recursos da LC em benefício da ACD	31
1.4: A coesão lexical	34
1.5: Mídia e discurso	43
1.6: A mídia e a questão racial brasileira	49
1.7: Alguns marcos nas relações raciais brasileiras a partir das Ciências Sociais	53
1.8: Anti-racismos e movimentos sociais negros	62

### **CAPÍTULO 2: Corpus e Metodologia**

Introdução	69
2.1: O corpus de pesquisa	70
2.2: O trabalho com o corpus	78

## **CAPÍTULO 3: Análise de dados - o léxico em campos semânticos associados à palavra-chave racismo**

Introdução	87
3.1: O campo semântico das <b>relações raciais naturalizadas</b>	90
3.1.1: Item lexical <b>racismo</b>	90
3.1.2: Item lexical <b>discriminação</b>	96
3.1.3: Item lexical <b>preconceito</b>	99
3.1.4: <b>Racismo, discriminação e preconceito</b> como conceitos nas CS	101
3.1.5: A configuração de <b>racismo, discriminação e preconceito</b> no corpus	104
3.1.6: A palavra-chave <b>racismo</b> e seus colocados ‘ocasionais’	110
3.1.7: Predisposições colocacionais do item lexical <b>racial</b>	115
3.1.8: A colocação <b>democracia racial</b>	121
3.1.9: A colocação <b>discriminação racial</b>	131
3.1.10: A colocação <b>preconceito racial</b>	135
3.1.11: A colocação <b>racismo cordial</b>	139
3.2: O campo semântico das <b>identidades sociais</b>	147
3.2.1: O campo semântico das <b>identidades sócio-raciais</b>	148
3.2.1.1: Item lexical <b>raça</b>	149
3.2.1.2: Item lexical <b>racial</b>	154
3.2.1.3: Itens lexicais <b>etnia e étnico</b>	156
3.2.1.4: Os itens lexicais <b>raça, racial e etnia</b> no corpus	159
3.2.2: Campos semânticos em disputa: <b>pertença racial, herança cultural e cor da pele</b>	162
3.2.2.1: Lemas <b>negr*</b> , <b>branc*</b> e <b>afr*</b>	164

3.2.2.2: Lemas <b>pret*</b> , <b>pard*</b> , <b>mestiç*</b> , <b>moren*</b> e <b>mulat*</b>	166
3.3: O campo semântico das <b>relações raciais em reconstrução</b>	169
3.3.1: O item lexical <b>afirmativa(s)</b> e a colocação <b>ação(ões)</b>	
<b>afirmativa(s)</b>	170
3.3.2: O item lexical <b>cota(s)</b> e as colocações <b>política de cotas</b>	
<b>e sistema de cotas</b>	174
3.3.3: Os itens lexicais <b>afirmativa(s)</b> e <b>cota(s)</b> no corpus	177
3.4: Os dados interpretados no cruzamento dos campos semânticos	190
3.4.1: Os campos semânticos no CF-1995	193
3.4.2: Os campos semânticos no CF-2001	197
3.4.3: Os campos semânticos no CF-2005	201
<b>Considerações Finais</b>	
Introdução	205
Os caminhos percorridos	207
Balanço crítico da pesquisa e das práticas sociais	212
Linguagem	212
Democracia racial	216
Comunicação de massa	219
Epílogo	224
<b>REFERÊNCIAS</b>	227

A palavra revela-se, no momento de sua expressão,  
como o produto da interação viva das forças sociais.

(Mikhail Bakhtin [Voloshinov])

# **Introdução**

## **Considerações iniciais**

Inserida no amplo horizonte da Lingüística Aplicada (doravante LA), a Análise Crítica do Discurso (doravante ACD) vem se consolidando como importante disciplina nas últimas décadas, tendo como base o referencial teórico da Lingüística Sistemico Funcional (doravante LSF) de Michael Halliday, desenvolvido e aplicado em favor da pesquisa social. A teoria social do discurso de Norman Fairclough, um modelo teórico-metodológico dentro da ACD, fundada num inerente diálogo com disciplinas no escopo das Ciências Sociais (doravante CS), tem se mostrado um útil instrumento de análises discursivas em diferentes contextos sócio-culturais. Uma de suas preocupações é revelar criticamente a faceta discursiva das relações de poder nas sociedades contemporâneas.

O discurso, sempre focalizado a partir de um aspecto do mundo social, perpassado por gêneros (que realizam ações), por discursos (que representam), e por estilos (que identificam), materializado em textos e tomado como constitutivo das relações sociais, é o objeto essencial da ACD. Dentre as diversas possibilidades

analíticas oferecidas por uma disciplina de base tão dialógica quanto necessita ser a ACD, algumas delas se voltam para o discurso como articulado pelos veículos de comunicação de massa, enfoque bastante explorado no contexto disciplinar brasileiro.

Tal ênfase procura discernir aspectos das práticas discursivas desses veículos que são constitutivas de práticas sociais. Associada criticamente a essa atenção com a mídia e, para além dela, está a preocupação com a representação das relações raciais no Brasil, a qual tem inspirado pesquisas em diferentes contextos acadêmicos como, por exemplo, a Universidade de Brasília (MARTINS, 2004; SILVA, 2005), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (COSTA de PAULA, 2001; MOITA LOPES, 2002) e a Universidade Federal de Minas Gerais (MAGALHÃES, 2004; CARMO e MAGALHÃES, 2005), além de contextos interinstitucionais.

Pesquisas que vinculam práticas discursivas da mídia impressa a construções de raça têm sido desenvolvidas entre pesquisadore(a)s associado(a)s ao Projeto Corpus Discursivo para Análises Lingüísticas e Literárias (doravante CORDIALL), da Faculdade de Letras, UFMG. Algumas delas têm apontado para a necessidade de se investigar orientações para a diferença nas relações raciais em diversos gêneros (MAGALHÃES, 2004; 2006a) e como essas orientações são articuladas com as representações de atores e eventos sociais, a partir das categorias analíticas de Fairclough (1992; 2003) e de Van Leeuwen (1995; 1996), no escopo da ACD. É nesse nicho que o trabalho aqui apresentado se insere, procurando dar prosseguimento e contribuir para a tradição de pesquisas no CORDIALL. Mais especificamente, são utilizados instrumentos da análise textual para a pesquisa social. Procura-se associar descrições de padrões da coesão lexical a discursos, gêneros e contextos nas relações

raciais brasileiras, análogo ao enfoque de pesquisas anteriores do CORDIAL (MAGALHÃES, 2004; CARMO e MAGALHÃES, 2005).

No que se refere às orientações para a diferença, são tomadas as perguntas metodológicas de Fairclough (2003, p. 192), visando à identificação de tensões discursivas, assimetrias de poder, tendências a mudanças discursivas para conceitos centrais das relações raciais no Brasil, como *raça, racismo, preconceito, discriminação, ações afirmativas, políticas de cotas e democracia racial*. Outro foco de observação está em mudanças como *comodificação, democratização e tecnologização* do discurso, e outras (FAIRCLOUGH, 1992; 2003). Nesse contexto, as investigações acerca da tensão que afeta a mídia contemporânea (FAIRCLOUGH, 1995) apontam para uma divisão de orientação desta entre as funções de entreter e de informar; entre o financiamento público e o privado, sugerindo fortes tendências à mercantilização e conversacionalização do discurso. É necessário destacar a opção de conceito para discurso, que é tomado como práticas e relações sociais, como construção social da realidade e como forma de conhecimento. Tal opção possibilita que se verifique, nas escolhas lingüísticas nos textos mediados, construções discursivas de significado ideológico (FAIRCLOUGH, 1992).

Sendo a mídia impressa um espaço de grande influência na formação ética e política de seus/suas leitores(as), exercendo o seu *poder simbólico* (THOMPSON, 1998), há que se expandir as possibilidades de análise e de interpretação de seu funcionamento como forma de empoderamento e cidadania, tarefa para a qual este trabalho procurou contribuir. Parte-se da compreensão de que cada pessoa que hoje goze de direitos civis plenos no âmbito dos estados democráticos deve, no sentido mais contundente do ‘dever’, se esforçar permanentemente para que a nenhuma outra pessoa

no mundo, a não ser por vontade própria, sejam negados tais direitos. E tal necessidade de esforço não se restringe ao limitado campo das legislações oficiais, que caminham a passos lentos para responder às demandas históricas dos movimentos sociais. O racismo, com todas as suas implicações ao longo da história no Brasil, não será jamais superado se seu combate for restrito apenas à ação de quem é vítima dele, ou de quem é militante de movimento social negro. É uma questão que todas as pessoas que reconhecem o problema devem enfrentar, em todos os níveis da discussão, em todos os setores da sociedade, em todos os espaços possíveis de uma já loteada democracia, bem como nas suas margens, onde alternativas podem ser construídas.

Abordar as relações raciais no Brasil é um grande desafio, pois, a mera alusão a questões inerentes à discussão já parte necessariamente de interpretações complexas e multifacetadas, dentro das quais terminologias e idéias se confundem e se imbricam. Dissonâncias conceituais podem operar de modo a criar, naturalizar ou desafiar noções e pressupostos, interferindo no desenvolvimento e na agenda dos debates. Algumas noções realizam a tarefa de impor uma organização tácita à vida social, onde cruzamentos de valores de diversas ordens são atribuídos, por exemplo, a grupos humanos em determinados momentos históricos, e assimetrias éticas e democráticas passam a ser tomadas como naturais, como etapas lógicas de um suposto (e supostamente desejável) desenvolvimento civilizatório.

Por outro lado, evitar a discussão e os problemas epistemológicos que ela enceta é negar a importância de tal pauta na agenda mínima necessária a qualquer pesquisa com relevância social nessa área. E no Brasil, centro irradiador do ‘mito da democracia racial’ (cf. ARAÚJO, 2000; D’ADESKY, 2001, 2005; FERNANDES, 1972; GOMES, 2003; GUIMARÃES, 2002, 2004; MAGALHÃES, 2004, 2006; MOTTA, 2000;

MUNANGA, 1996, 1999, 2005; NASCIMENTO, 2003; PAIXÃO, 2003; SANTOS, 2002; SCHWARCZ, 2001; TELLES, 2003; TWINE, 2001), enfrentar essa questão, detalhando-a a partir de diversas perspectivas, é contribuir para uma melhor compreensão das formas e estratégias de significação que sustentam o racismo, bem como alternativas de combate.<sup>1</sup>

### **Objetivos e perguntas de pesquisa**

■

O esforço de pesquisa aqui socializado visa contribuir de algumas maneiras para a lingüística aplicada à análise das relações raciais no Brasil. A primeira é de cunho prático (ainda que tratado de maneira geral), na qual se pretende demonstrar implicações de construções discursivas que permeiam a questão racial no Brasil, evidenciando mecanismos político-ideológicos imbricados no uso da linguagem em textos mediados. A intenção é contribuir, a partir da perspectiva disciplinar da ACD, para que sejam mais problematizados alguns conceitos, como racismo, preconceito, discriminação, raça, racial, além da interpretação *naturalizada* (cf. FAIRCLOUGH, 2001) do Brasil como uma democracia racial, que ainda persiste em diversos contextos discursivos. Da mesma forma, é prioridade investigativa a naturalização de outras noções que reforçam ou competem com a democracia racial, tais como o *paradigma da morenidade*, o *supremacismo branco*, o *embranquecimento*, a *mestiçagem*, ou o *sortilégio da cor* (cf. NASCIMENTO 2003) que discretamente endossam idéias estereotipadas, essencializam identidades e diluem o valor da diferença. Ainda que tais

---

<sup>1</sup> É importante ressaltar que as obras mencionadas na passagem, ainda que possam ter afiliações teóricas diferentes, abordam a questão da 'democracia racial' sob diversas perspectivas, enriquecendo

discussões já recebam bastante atenção no campo das CS, como dito, acredita-se que careçam de contribuições mais específicas quanto à análise da linguagem. Tal esforço é feito aqui através da análise textual para a pesquisa social, por via dos recursos teórico-metodológicos sistematizados na ACD, com ênfase nas orientações para a diferença nas relações raciais brasileiras.

Uma segunda contribuição, ainda mais geral, é a de evidenciar que as pesquisas em LA podem vir a ter uma inserção social ainda mais ampla e influenciar na democratização dos direitos civis, contribuindo técnica e estrategicamente nas discussões acerca de ações afirmativas no Brasil, esse conjunto de instrumentos que visa cumprir com um respeito às diferenças, historicamente negligenciado e oficialmente reconhecido. Tal desiderato é sustentado pelo princípio de que a universalização dos direitos passa pelo reconhecimento e a reparação retroativa e imediata pelos danos que sua ausência (dos direitos universais básicos) causaram a povos e a indivíduos, no Brasil e alhures. A universidade, com a pesquisa e todas as suas formas de inserção na agenda social do país, é entendida aqui como um bem público e intrinsecamente conectado aos direitos e interesses da sociedade na qual está inserida.

O terceiro objetivo deste trabalho, de cunho mais filosófico, é o de procurar, ao descrever o léxico em um campo discursivo específico, problematizar conceitos que estão no cerne do debate das relações raciais. Essa problematização tem o papel de questionar noções que se colocam como fixas ou essencializadas acerca de identidades não alinhadas aos padrões eurocêntricos, cujo discurso ainda hegemônico e praticamente subliminar contém um eixo de significação ideal apoiado no seguinte paradigma: homem / branco / heterossexual / ocidental / meia-idade / profissional liberal

---

significativamente a compreensão de suas implicações conceituais.

/ cristão (cf. TURNER, 1994).<sup>2</sup> Um eixo análogo a esse, aplicado à educação, é detectado em Moita Lopes (2002, p. 202-3), que problematiza o tratamento homogeneizante dispensado a aluno(a)s “em sala de aula, no material didático e na literatura científica”, representado(a)s majoritariamente “de modo idealizado e monolítico: branco, homem, heterossexual, classe média etc.”<sup>3</sup> E esse eixo, ainda que não colocado da mesma maneira, remonta ao que pode ser observado no Brasil já na obra de Freyre (1968[1936], p. 96), que, ao descrever esteticamente a mulher brasileira “nas sociedades patriarcais e escravocráticas”, as vê ajustadas “aos interesses do sexo dominante e da sociedade organizada sob o domínio exclusivo de uma classe, de uma raça e de um sexo”.

A partir dessas reflexões acerca dos objetivos do trabalho, algumas perguntas de pesquisa foram listadas, de modo a direcionar a análise em relação a esses objetivos, orientando as estratégias com as ferramentas disponibilizadas pelas teorias. É necessário destacar que, dado o enfoque da pesquisa, o detalhamento da análise em perguntas não aborda o processo de organização do corpus anterior ao seu recorte final. Esse trabalho, por si só, é complexo e pode constituir um objeto de pesquisa, pois antecipa e subsidia a descrição de dados. Por isso, as cinco questões abaixo são direcionadas a um corpus já manuseado, e com uma descrição prévia, facilitada por importantes ferramentas de pesquisa (as quais serão descritas adiante):

1. De que maneira os dados de ocorrências da palavra-chave **racismo** e dos itens lexicais e colocações a ela associados nas relações raciais brasileiras, como representadas no corpus, se relacionam aos contextos sócio-históricos dos

---

<sup>2</sup> A autora (TURNER, 1994:10) utiliza o conceito de *male deal* para representar este eixo.

<sup>3</sup> A passagem citada de Moita Lopes (2002, p. 202-3) dialoga com outro trabalho do autor, Moita Lopes (1996).

subcorpora? Em outras palavras, que contextos tendem a privilegiar quais ocorrências de itens lexicais, e por quê?

A partir dos dados e observações levantados em resposta a essa pergunta mais abrangente, que dará a substância quantitativa e contextual para as observações, as perguntas seguintes são voltadas para a análise propriamente dita, no escopo da teoria social do discurso:

2. Considerando-se os contextos sócio-semânticos dos campos discursivos associados à palavra-chave **racismo** nos campos semânticos dos subcorpora, quais são as configurações mais proeminentes quanto a colocados, e a que discursos remetem?

A terceira pergunta já incide diretamente sobre algumas categorias analíticas de centralidade na pesquisa:

3. Tendo em vista o uso dos itens lexicais e colocações destacados nos subcorpora, que tendências são mais evidentes quanto à naturalização, tecnologização, democratização e(ou) comodificação do discurso?

Finalizando a seção de perguntas, as duas últimas são voltadas para a mídia impressa, instituição social sob análise na pesquisa, com o fito de conjugar as preocupações das perguntas acima no que concernem as práticas discursivas e sociais do jornal *Folha de São Paulo* (doravante *Folha*), a partir da interpretação dos dados do corpus:

4. O que revelam os padrões de ocorrência dos itens lexicais e colocações sob análise, sobre as práticas discursivas e sociais da mídia impressa, como representadas no corpus?

5. Que tendências de representação da diferença pela mídia podem ser identificadas no corpus, considerando-se os cinco cenários de interpretação das orientações para a diferença (abertura, acentuação, superação, suspensão e consenso)?

Quanto às perguntas colocadas, elas foram elaboradas no intuito de focalizar os esforços investigativos, estabelecendo metas para a pesquisa. No entanto, o trabalho não se limita a elas e não se obriga a respondê-las exaustivamente, mas sim a discuti-las com certa profundidade, a partir do subsídio das disciplinas especializadas em confronto com as curvas dos dados no corpus.

De maneira sintética, o corpus da pesquisa estará dividido em três subcorpora, aqui nomeados CF-1995, CF-2001 e CF-2005 (os quais serão detalhados e justificados no Capítulo 2). Esses subcorpora são constituídos, respectivamente, por todos os textos publicados na *Folha* nos anos de 1995, 2001 e 2005, contendo a *palavra-chave* (WILLIAMS, 1988) **racismo**. Com esses recortes é possível obter uma visão geral dos últimos dez anos das relações raciais brasileiras como representadas nesse jornal, a partir do período em que os movimentos sociais negros intensificaram sua intervenção na arena política nacional e, conseqüentemente, nos meios de comunicação de massa, com a re-significação, em 1995, do papel de Zumbi dos Palmares e de suas lutas.

Com a comemoração do tricentenário de Zumbi, em 1995, foram expandidas as possibilidades organizativas dos movimentos sociais e ampliados os espaços para o debate e, conseqüentemente, para os discursos em competição. A Conferência de Durban, em 2001, foi outro momento significativo nesse sentido, tendo pressionado, principalmente, as questões conceituais e normativas. Enquanto as conferências de 1978 e 1983 haviam sido dedicadas majoritariamente a questões envolvendo práticas de

racismo ou discriminação institucionalizadas, como o apartheid, a Conferência de 2001 teve um enfoque mais abrangente, no racismo e em suas diversas manifestações e contextos, também alocando relativo espaço para a discussão de medidas reparatórias. Em 2005, além da cobertura dispensada pela mídia aos eventos de dez anos do tricentenário de Zumbi, com nova marcha para Brasília, Zumbi +10, a questão racial brasileira, assim como representada no corpus, voltou seu enfoque para manifestações de racismo no futebol, no Brasil e na Europa. Aliada à grande divulgação de episódios de racismo sofridos por jogadores, principalmente após o caso Grafite, foi revelada uma tendência a jurisprudências a favor da criminalização de um racismo até então pouco problematizado no país, uma modalidade que tendia a ser interpretada como ‘ofensa verbal’, e não como ‘crime de racismo’ que é.

Antes de encerrar esta seção, é necessário fazer uma observação quanto à natureza arbitrária da divisão do corpus em intervalos de anos, recorte que não reflete necessariamente momentos especiais na mídia e na sociedade, os quais não permitem exata mensuração. Sendo assim, os momentos destacados no corpus, e que serão detalhados adiante, não podem ser tomados com rigidez quanto à sua delimitação em termos de períodos históricos e fases do desenvolvimento social, ainda que os fatos mais marcantes de mídia possam ser situados temporalmente e influenciar longos períodos.

## Organização geral da tese

Nesta seção será descrita brevemente a estrutura dos capítulos da tese, que são complementares, cada qual concentrado em um aspecto específico que contribui para a análise das relações raciais brasileiras como representadas na mídia impressa, nos limites do corpus que será detalhado no Capítulo 2. Os capítulos estão organizados com as seguintes linhas gerais:

O primeiro capítulo, organizado com uma introdução e oito seções, traz as revisões teóricas que subsidiam a tese. Na primeira seção é apresentado o projeto CORDIAL, da UFMG, nicho ao qual a pesquisa se afilia, com destaque para projetos de análises discursivas sobre as relações raciais brasileiras. Na segunda seção é apresentada a ACD, de Norman Fairclough, teoria base desta pesquisa. A terceira seção é dedicada a trabalhos que utilizam métodos e recursos da Lingüística de Corpus (doravante LC) em favor das pesquisas em ACD. A quarta seção apresenta o aspecto léxico-gramatical da pesquisa, sendo a análise da coesão lexical e das colocações o principal foco. Na quinta seção são revistos estudos na interface da mídia com o discurso, no escopo disciplinar da ACD. A sexta seção apresenta contribuições importantes de estudos discursivos da mídia com enfoque em relações raciais. Na sétima seção é descrito o estado da arte das relações raciais brasileiras através de três paradigmas teóricos recorrentes de interpretação nas CS. Na oitava e última seção é feita uma revisão de alguns conceitos da palavra-chave **racismo**, seguido de um panorama das bases e das lutas anti-racistas no Brasil, identificando fases importantes na trajetória dos movimentos sociais negros.

O segundo capítulo contempla os materiais e métodos da investigação, ou seja, tudo que se refere aos métodos da pesquisa, que envolve a escolha, o recorte e a descrição do corpus, bem como os procedimentos para as análises e para a organização da tese. Além de uma introdução, o capítulo está organizado em duas seções. A primeira é dedicada ao corpus em todas as suas dimensões, justificando sua pertinência e explicitando seus recortes. Também nessa seção é feita uma síntese do que já foi desenvolvido em termos de objetivos e perguntas de pesquisa, aproximando-as do corpus e da metodologia e reforçando os aspectos a serem observados. A segunda seção é dedicada à metodologia *per se*, onde são elencadas as ações práticas desenvolvidas, a partir dos objetivos e perguntas de pesquisa reiteradas.

O terceiro capítulo, da análise propriamente dita, aborda algumas dimensões da coesão lexical, com a investigação de itens lexicais e de colocações de centralidade conceitual nos textos reunidos pela palavra-chave **racismo**, foco principal da pesquisa e determinante na seleção do corpus. O capítulo conta com uma introdução e é dividido em quatro grandes seções, cada qual subdividida em subseções e tópicos.

A primeira seção trata do campo semântico nomeado **relações raciais naturalizadas**, e é focalizada na palavra-chave **racismo** e nos itens lexicais **discriminação** e **preconceito**, além das colocações **democracia racial**, **discriminação racial**, **preconceito racial** e **racismo cordial**. A segunda seção é dedicada ao campo semântico de **identidades sociais**, o qual, por sua vez, é subdividido em outros mais específicos, dentre os quais o interesse recai sobre o campo semântico de **identidades sócio-raciais**. Esse, por sua vez, é desdobrado, na pesquisa, nos campos semânticos de **pertença racial**, de **herança cultural**, e de **cor da pele**. A terceira seção versa sobre o campo semântico das **relações raciais em reconstrução**, o qual se refere ao léxico do

debate, em vários setores da sociedade, em torno de medidas reparatórias, de ações afirmativas. Nesse campo semântico é analisado o comportamento dos itens lexicais **afirmativa(s)** e **cota(s)**, bem como as principais colocações nas quais estão implicados. Na quarta e última seção é feita uma síntese crítica dos aspectos mais significativos do capítulo, com o fito de conjugar as análises dos itens lexicais e colocações mais produtivas, com as observações contextuais.

As Considerações Finais são dedicadas a uma reflexão crítica de todo o percurso da tese, apresentando argumentos conclusivos sobre as contribuições e limitações do trabalho, além de divisar possíveis desdobramentos da pesquisa, seja dentro do próprio CORDIAL ou em outros contextos. As etapas no desenvolvimento da tese são revistas de maneira sintética, de modo a avaliar se os objetivos e as perguntas de pesquisa foram satisfeitos, e se os pressupostos teóricos e metodológicos adotados foram adequados. Também são tecidos comentários sobre o funcionamento da linguagem e sua constitutividade na vida social, como representada no corpus de mídia impressa, bem como um balanço das relações raciais brasileiras. Além de uma introdução, o capítulo é dividido em duas seções e um epílogo. A primeira é voltada para uma retomada sintética dos capítulos precedentes, enquanto a segunda seção é voltada para uma discussão mais crítica e interpretativa dos aspectos mais produtivos do trabalho, buscando situar as análises e suas implicações em termos de práticas sociais, considerando os objetivos. O epílogo traz as últimas considerações e os possíveis desdobramentos da pesquisa.

O significado não é um reflexo transparente do mundo na linguagem, mas surge das diferenças entre os termos e categorias, os sistemas de referência, que classificam o mundo e fazem com que ele seja apropriado desta forma pelo pensamento social e o senso comum.

(Stuart Hall)

# Capítulo 1

## Referencial Teórico

### Introdução

Este capítulo é destinado a uma síntese dos pressupostos teóricos gerais da pesquisa, divididos em 8 seções, além desta introdução, com a seguinte configuração: na primeira seção é apresentado o projeto CORDIALL, da UFMG, núcleo de pesquisas ao qual este trabalho é afiliado e cuja tradição de pesquisa intenta prosseguir; a segunda seção é dedicada à apresentação da teoria de base da pesquisa, a ACD, de Norman Fairclough; na terceira seção é explorado o uso de métodos e recursos da LC em favor das pesquisas em ACD; na quarta seção é apresentado o enfoque léxico-gramatical da pesquisa, acerca da coesão lexical e das colocações; a quinta seção é voltada para estudos da interface da mídia e discurso, no escopo da ACD; na sexta seção são apresentados alguns trabalhos dedicados a pesquisas que relacionam mídia com racismo; a sétima seção é destinada a descrever o estado da arte em relações raciais brasileiras a partir de três paradigmas recorrentes de interpretação nas Ciências Sociais; a oitava e última seção oferece uma breve revisão de conceitos de racismo, seguido de

um panorama das bases e das lutas anti-racistas no Brasil, identificando algumas fases de atuação dos movimentos sociais negros.

Assim sendo, no que segue será detalhado o projeto CORDIALL, ao qual esta pesquisa se afilia e que agrega diversas pesquisas com afinidades teóricas, metodológicas e estratégicas, algumas das quais com influência direta e determinante sobre este trabalho, o que será abordado adiante.

### **1.1: O Corpus Discursivo para Análises Lingüísticas e Literárias – CORDIALL**

O projeto Corpus Discursivo para Análises Lingüísticas e Literárias (CORDIALL), da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, foi iniciado em 1999 e compreende um banco de dados com textos de diversos gêneros em língua portuguesa, inglesa, espanhola e alemã. Sua finalidade é dar suporte a pesquisas que procuram comparar padrões lingüísticos de textos fonte e suas traduções, bem como estudar o processo de tradução, além de analisar corpora especializados de textos acadêmicos e jornalísticos sob as perspectivas de registro e de gênero. Dentre as pesquisas desenvolvidas no CORDIALL, este trabalho está entre aqueles que vinculam práticas discursivas da mídia impressa a construções de raça, através da análise de aspectos como relações lexicais e representações de eventos sociais, contido no projeto específico ‘Mapeamento discursivo de registros e gêneros’, coordenado pela professora Célia Maria Magalhães.

No âmbito do CORDIALL, Magalhães (2006b) proporciona uma visão geral de conceitos básicos de escolas inglesas de análise do discurso com orientação na LSF,

com um mapeamento desses campos internacionalmente, oferecendo uma visão geral da área à qual esta pesquisa está associada. Uma pergunta colocada em debate como título da seção (MAGALHÃES, 2006b) é quanto à natureza da ACD, se esta seria uma teoria, um método, uma escola de Análise do Discurso (doravante AD) ou um “campo de estudos independente”. E o argumento é que, pela ausência de *readers* (guias) que sistematicamente reúnam trabalhos em ACD, há uma indicação de que esta ainda não seja vista como campo de estudos independente, mas sim como uma destacada escola de AD, abordagem já legitimada nas tradições teóricas contemporâneas. Qualquer resposta que venha a ser dada para este questionamento não remove a ACD da condição de forte aparato para o desafio de investigar construções tácitas da linguagem, reproduzidas nas práticas discursivas de veículos de comunicação de massa, representando a vida social.

Considerando as relações raciais brasileiras e(ou) a mídia impressa, trabalhos do CORDIALL que antecederam e deram sustentação a este devem ser mencionados, como Biavati e Magalhães (2001), Mendes e Magalhães (2003) e Carmo e Magalhães (2005), bem como Magalhães (2004; 2006a). Uma das características que marcam o CORDIALL é o diálogo constante entre as pesquisas que o integram, na busca por uma construção coletiva de conhecimentos que se articulem em torno de uma inserção social ética e estratégica, tornando a pesquisa acadêmica um relevante exercício na agenda da cidadania.

Sobre os trabalhos mencionados, Biavati e Magalhães (2001) discute mudanças quanto às representações de trabalhadores em revista brasileira de informação geral, através da análise de signos verbais e visuais de propagandas de empresas, procurando realçar a constitutividade da linguagem para o social e para o gênero propaganda. O trabalho (*ibidem*) detectou diferenças significativas entre as propagandas das décadas de

80 e 90: na década de 80, o padrão de representação que ressaltou foi o de um trabalhador claramente vinculado à empresa, como parte dela, em relação de interdependência com esta; já na década de 90, imperou diferente representação, na qual os limites entre empresa e trabalhador foram mais evidenciados e apartados, com menor interdependência, sendo que o trabalhador tendeu a figurar como coadjuvante, dando lugar para o enfoque no produto ou em outros aspectos da produção.

Em Mendes e Magalhães (2003, p.13), os resultados indicam “diferenças no modo de representação dos atores sociais” e também na “construção da subjetividade dos leitores dos jornais”, e que as escolhas na representação são indicativas de processos ideológicos, evidenciado pelas análises das ordens do discurso, as quais estabelecem “relações de poder e hegemônias que norteiam a representação dos fatos”. O trabalho (*ibidem*, p. 36) também advoga por um posicionamento interdisciplinar, passando por estudos das relações raciais, “em prol de uma visão funcional e discursiva da linguagem”, o que “contribui para um resultado de pesquisa mais abrangente”. Além disso, um dos dois jornais analisados em Mendes e Magalhães (2003), a *Folha*, é, como dito, a fonte do corpus de análise deste trabalho, o que será abordado adiante.

Magalhães (2004, 2006a) desenvolve análises de textos mediados, também da *Folha*, com foco na intertextualidade e na mudança discursiva sobre raça no corpus, explorando as relações lexicais no gênero discursivo reportagem. Esses trabalhos investigativos, que conjugam pressupostos teórico-metodológicos da ACD com a LC, propõem uma investigação da instabilidade conceitual constatada na análise do campo semântico “cor da pele” a partir de textos selecionados por palavras-chave (segundo o conceito de *keywords*, de WILLIAMS, 1988), nos quais fatores relacionados à questão estética se misturam com questões culturais, morais, sociais, de origem, de classe e

outras. Tal instabilidade, causada pela transposição de conceitos de diferentes categorias, é nomeada “esteticização das identidades raciais” (MAGALHÃES, 2004, p. 37), calcada no conceito de *aestheticization*, desenvolvido em Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003). Isso porque foi constatada uma tendência no discurso de se proceder desta forma, “do campo da raça para o campo da cor da pele, com o propósito de criar uma imagem particular dessas identidades”, como observado em Magalhães (2004, p. 37). A afiliação teórica desse trabalho é com a ACD (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2001a, 2003), justamente por permitir focalizar as tensões entre conceitos nas relações raciais.

As conclusões de Magalhães (2004, 2006a) acerca de indícios de mudanças discursivas e de conflitos conceituais de raça demonstram a importância de tais empreitadas na ACD. Esses trabalhos também evidenciaram que a análise de linhas de concordância pode ser bastante eficiente na observação de fenômenos sociais. Nesse caso, o fenômeno foi a manutenção, em nível discursivo, da idéia de democracia racial, ainda que desafiada por outros discursos que lutam também por hegemonia. A noção de raça, por exemplo, que é até hoje tratada em vários contextos sob a perspectiva de nuances da cor da pele, começa ser mais representada por afrodescendentes, bem como por vozes calcadas em ações afirmativas, como um conceito cultural.<sup>4</sup> E o jornal, objeto de análise, que exerce grande influência social, materializa tais fenômenos nos textos por ele mediados.

Carmo e Magalhães (2005) segue a tradição teórica de análise discursiva da questão racial brasileira, iniciada em Magalhães (2004), com uma revisão da noção de sincretismo a partir das discussões de Ferreti (1995, 2001). Estes (FERRETI, 1995;

---

<sup>4</sup> Esta discussão está bem desenvolvida em Schwarcz (1991; 1993).

2001) elencam conceitos de autores como Nina Rodrigues, o precursor do *campo de estudos afro-brasileiros*, ainda no século XIX, seu discípulo Arthur Ramos, Gilberto Freyre, Roger Bastide e outros, culminando nos teóricos das CS contemporâneas. Tal histórico de Carmo e Magalhães (2005) é de grande interesse para a pesquisa aqui proposta, pois dá pistas de como as bases do racismo brasileiro se atrelaram a supostas teorias científicas para formularem acerca das virtudes e dos “perigos da miscigenação” (SCHWARCZ, 2001, p. 24). Além disso, Carmo e Magalhães (2005) apresenta uma resenha crítica de trabalhos sobre os veículos de mídia impressa pesquisados, inclusive sobre a *Folha*, bem como estudos de mídia e relações raciais e das interfaces disciplinares entre ACD, LC e LSF, esforço que substancia em muito esta pesquisa.

É proposta a observação de “um diálogo inegável entre texto, sociedade e cultura” com o texto sendo o local “de materialização do discurso”, ou seja, um produto sociocultural situado na história e na cultura, “um veículo para a materialização dos vários discursos engendrados no interior das instituições de que derivam”, em instável “tensão e luta pela legitimação e hegemonia de suas vozes” (CARMO e MAGALHÃES, 2005, p. 44). Outro ponto destacado é a importância da “relação entre mídia, linguagem e cultura”, no intuito de perceber os “meandros do discurso e da ideologia”, que determinam (e são determinados por) as relações de poder no tecido social (CARMO e MAGALHÃES, 2005, p. 191).

Uma vez apresentado o projeto CORDIALL através de alguns trabalhos com os quais este está mais diretamente relacionado, na seção seguinte serão sintetizados os pressupostos teóricos comuns às pesquisas mencionadas, contidos na teoria social do discurso.

## **1.2: A Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough**

Nesta seção são apresentados alguns trabalhos e conceitos de suma importância para pesquisas na ACD, com destaque para Fairclough (2001a), que desenvolve as bases teóricas e analíticas de uma disciplina que vem se constituindo de maneira consistente e que pode contribuir em questões de grande relevância social. Essa construção teórico-metodológica tem o objetivo de ocupar o espaço entre a análise linguística propriamente dita e a análise de fenômenos sociais, com destaque especial para a necessidade de se estabelecer interface entre disciplinas no campo da LA com outras no campo das CS.

Fairclough (2001a) faz um traçado de algumas teorias de Foucault e de sua centralidade para os estudos do discurso em geral, tomando especialmente os trabalhos que elaboram acerca da relação entre discurso e poder, fundamentando as noções da teoria social do discurso. Não menos importante para a ACD é a noção de intertextualidade, oriunda da interpretação que Kristeva dá às formulações de Bakhtin, como também as noções de hegemonia, a partir da leitura de Gramsci, ou as interpretações de ideologia atribuídas a Althusser, Foucault e Thompson. Fairclough (2001a, p. 94) percorre algumas abordagens diferenciadas até chegar àquela do discurso enquanto “modo de prática política e ideológica”, culminando no quadro teórico-metodológico tridimensional, que será reproduzido adiante, com proposta de alteração.

Além de Fairclough (2001a), Fairclough (2003) é tomado aqui como referência teórica e metodológica central, porque apresenta um tratamento mais detalhado das práticas de análise textual com sua aplicabilidade demonstrada em pesquisa social. Em Fairclough (2003, p. 23-4), práticas sociais são definidas como “maneiras de controle de

certas possibilidades estruturais e a exclusão de outras”, bem como o poder de “retenção dessas seleções através do tempo, em áreas específicas da vida social”.<sup>5</sup> E essas práticas sociais conteriam uma articulação de ação e interação, relações sociais, pessoas (com crenças, atitudes, histórias etc.), mundo material e discurso (FAIRCLOUGH, 2003). Este último, o discurso (substantivo abstrato, somente usado no singular), figura de três maneiras dentro das práticas sociais: através de gêneros, ou maneiras de agir; através de discursos (substantivo comum), ou maneiras de representar; e através de estilos, ou maneiras de ser (FAIRCLOUGH, 2003).

Fairclough (2001b) discute o uso da linguagem como prática social, através da análise da mercantilização de práticas discursivas, que resultam em mudanças discursivas e, não menos, em mudanças sociais e culturais. Ao se referir aos usos da linguagem enquanto discurso, Fairclough (2001b, p. 32) sinaliza “um desejo de investigá-lo por um método informado social e teoricamente, como forma de prática social”, advogando pelo quadro tridimensional (FAIRCLOUGH, 2001a) para análise de instâncias textuais, somado a uma reflexão sobre as práticas discursivas na sociedade capitalista tardia. Dessa forma, Fairclough (2001b) reitera a importância da ACD na pesquisa social, contribuindo para o questionamento de práticas discursivas hegemônicas em favor da diversidade, e confirmando as tendências para mudanças discursivas já previstas anteriormente (FAIRCLOUGH, 1992).

Como exemplo, pode-se tomar a análise discursiva de instituições de ensino superior (FAIRCLOUGH, 2001b), na qual foi constatado que o discurso tem mudado de modo a acomodar a crescente tendência à mercantilização da educação no contexto da Inglaterra. Na prática, através dos materiais produzidos por essas instituições (anúncios,

---

<sup>5</sup> Nossa tradução de: “ways of controlling the sections of certain structural possibilities and the exclusion of others” e “retention of these selections over time, in particular areas of social life” (FAIRCLOUGH,

folhetos de divulgação de eventos, prospectos de cursos e currículos) é possível observar o desenvolvimento do discurso no sentido da promoção comercial, no qual o(a) aluno(a) passa a cliente e a educação a um bem de serviço, numa “polarização entre as práticas tradicionais inaceitáveis e as novas práticas, igualmente ofensivas, altamente promocionais e mercantilizadas” (FAIRCLOUGH, 2001b, p. 70).

Também devem ser destacados (FAIRCLOUGH, 2003) os três tipos de significados que os textos contêm em sua multifuncionalidade, de Ação, de Representação e de Identificação, análogos às metafunções de Halliday (1994). Em outro nível, com centralidade analítica para esta pesquisa, chamam a atenção os cinco cenários de orientação para a diferença (FAIRCLOUGH, 2003), os quais conduzem o enfoque para a abertura, a acentuação, a tentativa de resolução, a suspensão ou o consenso acerca das diferenças. Esses aspectos são de grande interesse para esta pesquisa, que continua a tradição de Magalhães (2004, 2006a) e Carmo e Magalhães (2005) e está focada nas práticas discursivas e sociais da mídia impressa através da observação de escolhas no âmbito da coesão lexical, ou seja, quais escolhas no vocabulário se relacionam a quais práticas, e o que isto implica em termos de orientação para a diferença.

Outro aspecto de grande interesse neste trabalho é a representação de eventos sociais e, mais especificamente, a representação de atores sociais. Nesse sentido, Fairclough (2003), em diálogo com o inventário sócio-semântico proposto em Van Leeuwen (1995, 1996), oferece ferramentas analíticas específicas que relacionam fenômenos sociais a fenômenos lingüísticos. Tais trabalhos associam conceitos e

---

2003, p. 23-4).

categorias do nível léxico-gramatical a conceitos e categorias da pesquisa social, fornecendo poderoso instrumental de pesquisa.

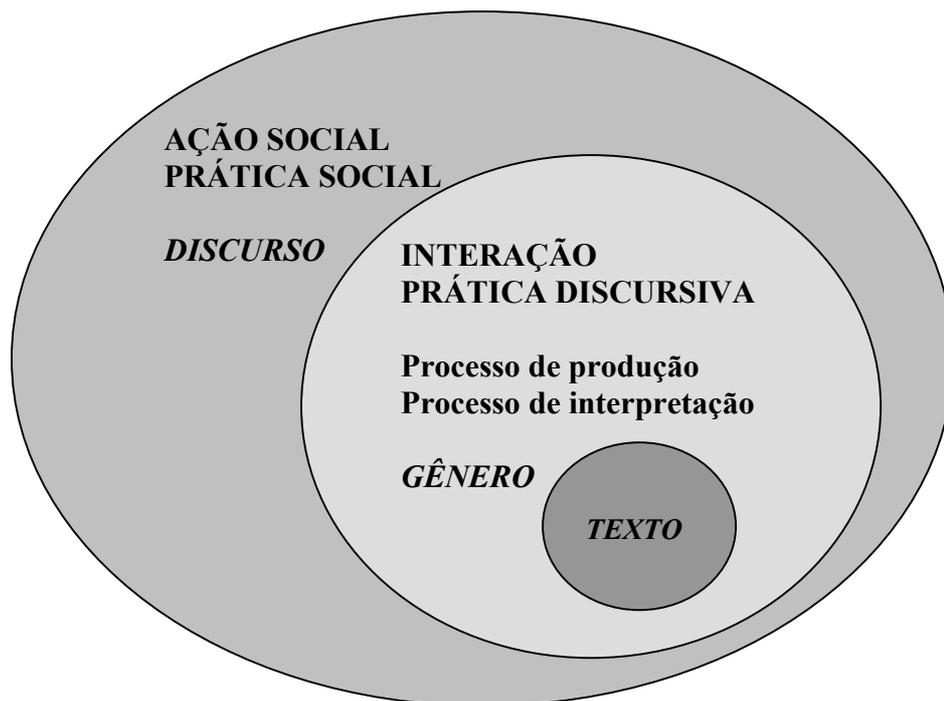
E ainda, no intuito de reiterar e sintetizar alguns princípios teóricos centrais para esta pesquisa, antes de proceder ao próximo tópico, pode ser útil reproduzir um pequeno glossário de conceitos e categorias básicas apresentadas em Fairclough (2001b, p. 39), alguns(as) dos(as) quais já aludidos anteriormente:

- DISCURSO (substantivo abstrato) – uso da linguagem concebida como prática social
- EVENTO DISCURSIVO – instância de uso da linguagem, analisada como texto, prática discursiva, prática social;
- TEXTO – a linguagem escrita ou falada produzida num evento discursivo;
- PRÁTICA DISCURSIVA – a produção, distribuição e consumo de um texto;
- INTERDISCURSIVIDADE – a constituição de um texto a partir de discursos e gêneros diversos;
- DISCURSO (substantivo comum) – modo de significar a experiência a partir de uma perspectiva particular;
- GÊNERO – uso da linguagem associado com uma atividade social particular;
- ORDEM DO DISCURSO – totalidade das práticas discursivas de uma instituição, e as relações entre elas.

Esses conceitos servem como referência *a priori* no que concerne à sua aplicação ao longo do trabalho, com destaque para os dois usos de *discurso*, como substantivo abstrato ou substantivo comum, sendo o primeiro mais abrangente e complexo, enquanto o segundo se refere a manifestações no uso da linguagem associadas a contextos sociais e perspectivas específicas.

Ao revisar Fairclough (1992), Magalhães (2001) aborda o quadro teórico-metodológico (doravante figura teórico-metodológica) aludido acima, propondo uma combinação desse com outra versão anteriormente proposta em Fairclough (1989, p. 25). É essa sugestão de Magalhães (2001) que será reproduzida adiante (ver FIG. 1 abaixo), com posterior reformulação quanto ao formato da figura (MAGALHÃES,

2006b), e que será tomada como esquema para as análises a serem desenvolvidas.<sup>6</sup> Isso porque as figuras combinadas oferecem mais desdobramentos analíticos e facilitam relacionar dialeticamente a estrutura social com o discurso. Assim sendo, a FIG. 1 ilustra os três níveis de complexidade analítica do modelo da teoria social do discurso:



**FIGURA 1 -** Aparato teórico-metodológico da teoria social do discurso de Norman Fairclough  
Fonte: MAGALHÃES, 2001, p. 23.

A FIG. 1, que em forma de círculo procura sugerir um caráter mais dinâmico na representação das relações entre os elementos que a constituem, tem, no seu nível mais concreto, o texto. Este, associado a um gênero, geralmente híbrido, é o produto de um processo de produção em diálogo com um processo de interpretação, constituindo a

<sup>6</sup> É importante adicionar que, por sugestão da própria autora, o quadro por ela proposto (MAGALHÃES, 2001) será alterado em seus contornos, tendendo a ser representado em forma de círculo, por sugerir noção maior de continuidade. Este se aproxima mais de outra versão apresentada por Magalhães (2006b).

prática discursiva, no nível intermediário. E o discurso, como já foi visto acima em Fairclough (2001b, p. 39), “é o uso da linguagem concebida como prática social”, no nível mais abstrato, engajado na ação social. Para Fairclough (1998) a ACD é idealizada em termos desses três níveis imbricados de análise sugeridos pela FIG. 1, na busca por argumentos integrados que possam conectar propriedades textuais a práticas sociais e culturais. Fairclough (1998, p.144) direciona sinteticamente esses três níveis de análise:

- análise de textos (falados, escritos ou envolvendo uma combinação de modalidades semióticas, como textos televisuais);
- análise de práticas discursivas de produção, distribuição e consumo de textos;
- análise de práticas sociais e culturais que moldam práticas discursivas e textos.<sup>7</sup>

Com esses três níveis de análise em mente, o corpus de pesquisa (que será detalhado adiante), constituído de textos de jornal impresso, selecionado em um eixo temporal de dez anos, parece adequado para a pesquisa em ACD, uma vez que fornece elementos os quais, a partir de sua interpretação na análise textual para a pesquisa social, com foco na constituição de conceitos através de relações lexicais, evidenciam práticas discursivas inseridas em práticas sociais. Para tanto, os conhecimentos críticos da ACD dependem de um diálogo constante com outras perspectivas disciplinares (cf. FAIRCLOUGH, 1998), assim situando-os no processo histórico. Tal envolvimento multidisciplinar, e quiçá interdisciplinar, é reforçado pela formulação de Pagano (2001, p. 101), na qual o(a) pesquisador(a) da ACD tem “a história e o intercâmbio com outros campos disciplinares” como ferramenta para a “interpretação da heterogeneidade de vozes e textos no tecido social contemporâneo”.

---

<sup>7</sup> Nossa tradução de: “analysis of texts (spoken, written, or involving a combination of semiotic modalities, e.g. televisual texts); analysis of discourse practices of text production, distribution and consumption; analysis of social and cultural practices which frame discourse practices and texts” (FAIRCLOUGH, 1998, p.144).

Essa perspectiva analítica permite observar a dialogicidade dos textos e sua abertura para a diversidade e para as mudanças, podendo ser enquadradas nos cinco cenários de orientação para a diferença, combináveis de diversas maneiras, que oferecem um ponto de referência para as análises de textos mediados e podem conduzir a interpretações quanto a práticas discursivas e sociais da mídia impressa. São eles.<sup>8</sup>

- abertura para a diferença, ou aceitação ou, ainda, reconhecimento dessa diferença; exploração da diferença, no sentido mais rico do termo ‘diálogo’;
- acentuação da diferença, do conflito, da polêmica; luta entre os significados, normas e poder;
- tentativa de resolver ou de superar a diferença;
- suspensão da diferença, foco na igualdade e na solidariedade;
- consenso, normalização e aceitação das diferenças de poder que suspende ou suprime as diferenças de significado e normas (FAIRCLOUGH, 2003, p. 41-2)

Esses cinco níveis de observação já foram aludidos nas perguntas de pesquisa e serão retomados adiante, uma vez que focalizam um dos eixos principais da investigação. Dentro desses níveis, de maneira mais específica e aplicada em termos das orientações para a diferença, o enfoque da pesquisa recai, principalmente, sobre os conceitos básicos de tecnologização, democratização e comodificação do discurso, três tendências significativas nas mudanças discursivas e sociais.

O primeiro desses conceitos, tecnologização do discurso, está relacionado a uma “intervenção consciente nas práticas discursivas” (FAIRCLOUGH, 2001a, p.247), que “usa a pesquisa sobre o discurso para redesenhar as práticas discursivas e treinar pessoas para usar novas práticas discursivas” (*ibidem*, p.291). Um exemplo recente de esforço institucional do governo brasileiro, a cartilha *Politicamente Correto e Direitos Humanos* (QUEIROZ, 2004), ainda que tenha sido recolhida antes mesmo de ser totalmente distribuída, dada a predominância das críticas sobre os elogios, envolveu uma clara tentativa governamental de tecnologização e de democratização do discurso.

---

<sup>8</sup> É reproduzida aqui a tradução dos cinco cenários publicada em Magalhães (2004, p. 53).

Algumas tecnologias discursivas como a entrevista, a aula, o aconselhamento, ou a publicidade, “são cada vez mais adotadas em locais institucionais específicos por agentes sociais designados” (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 264). Também uma notável tendência dentro da tecnologização, a personalização sintética, faz uma “simulação de aspectos de significação interpessoal alicerçada no cálculo estratégico de efeitos” (*ibidem*, p. 265). Esse recurso discursivo é aplicado na prática, por vezes, no intuito de estabelecer uma aproximação com leitores(as) da mensagem, individualizando-os(as), ainda que, em termos de prestação de serviços, o tratamento seja de fato coletivizado, dada a abrangência das instituições, diretamente proporcional a seu êxito social e econômico. Mas o que ressalta nesse conceito é a preocupação especializada quanto ao discurso por parte de instituições e grupos sociais, denunciando seu caráter constitutivo do mundo social.

Passando ao conceito de democratização do discurso, esse implica, juntamente com comodificação do discurso, em “mudanças efetivas nas práticas de discurso” (FAIRCLOUGH, 2001a, p.247), a partir de vários processos, inclusive a tecnologização. A democratização seria a “retirada de desigualdades e assimetrias dos direitos, das obrigações e do prestígio discursivo e lingüístico dos grupos de pessoas” (*ibidem*, p.248). Fairclough (2001a) analisa cinco aspectos da democratização da linguagem, quais sejam, a relação entre língua e dialeto, os discursos de prestígio, os marcadores discursivos de poder, a tendência à informalidade e as mudanças de gêneros. Um dos desdobramentos práticos dessa análise, e que se refere diretamente ao tema da pesquisa aqui desenvolvida, ainda que seja relacionado ao contexto da Inglaterra, é o desenvolvimento de uma pressão pela inclusão de “dialetos não-padrão e de sotaques regionais” (*ibidem*, p. 249), de forma a debelar o racismo que opera no uso

da linguagem, com a eleição de variantes lingüísticas de grupos de prestígio sócio-cultural e racial (quando se aplica) como padrão.

A comodificação do discurso (intimamente relacionada à tecnologização do discurso e, a princípio, contrária em lógica à democratização do discurso) é um processo que envolve instituições e domínios sociais os quais, mesmo que não direcionados à produção de bens para a venda, são “organizados e definidos em termos de produção, distribuição e consumo de mercadorias”, ou seja, a comodificação pode ser entendida “como a colonização de ordens de discurso institucionais e mais largamente da ordem de discurso societária por tipos de discurso associados à produção de mercadoria” (FAIRCLOUGH, 2001a, 255). Os resultados desse processo no discurso da educação e da mídia impressa, por exemplo, podem refletir em conflitos de propósitos como informar, provocar ações, persuadir ou vender produtos. No caso do discurso educacional, há “uma lexicalização completa [...] dos processos de aprendizagem e ensino baseados em conceitos de habilidade”, o que permite a coexistência acrítica de “duas construções contraditórias dos aprendizes”, para que a aprendizagem ofereça uma “visão individualista e subjetiva” paralelamente a uma “visão objetiva”, de aprendizagem como “treinamento” (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 257).

Uma vez revistos os conceitos e categorias analíticas centrais, no que segue serão abordados alguns trabalhos, ainda no escopo da ACD, mas que foram realizados com o auxílio metodológico e instrumental da LC e constituem, por essa razão, importante referencial para esta pesquisa.

### 1.3: Os recursos da LC em benefício da ACD

Na interface da ACD com a Lingüística de Corpus, os trabalhos de Hardt-Mautner (1995), Krishnamurthy (1996), Magalhães (2004; 2006a) e Carmo e Magalhães (2005), calcados na teoria social do discurso, oferecem bases importantes para esta pesquisa e são tomadas como referência metodológica.

Hardt-Mautner (1995) desenvolve uma análise no escopo da ACD que utiliza a LC como ferramenta suplementar, e não como base teórica substituta, mesma condição deste trabalho. O concordanciador é utilizado nas descrições da representação de pessoas sobre as quais notícias são escritas (*news actors*) e da constituição de identidades e relações sociais, com atenção especial quanto ao uso de pronomes (HARDT-MAUTNER, 1995). Sua análise é baseada na comparação de corpora coletados de jornais britânicos, combinando investigações detalhadas com outras mais gerais e estatísticas, que se mostram complementares. Um tópico para a análise das práticas discursivas da mídia impressa que chama a atenção é a constatação (HARDT-MAUTNER, 1995, p. 8) do grande número de vezes em que cada jornal fez referência a si próprio em editoriais, aspecto que também será observado aqui quanto à *Folha*.

Krishnamurthy (1996, p. 129) destaca o papel da mídia nas sociedades modernas, como influenciadora preponderante das “comunidades de linguagem às quais ela serve”, representando eventos e atores sociais de maneira assimétrica e não-neutra. O estudo revela, por exemplo, como o item lexical *tribal* (sem nenhuma reflexão conceitual por parte dos veículos de comunicação) é relacionado a cidadãos do Quênia, enquanto *étnico* é associado a cidadãos da antiga Iugoslávia, e *racial*, a cidadãos da África do Sul. Tais itens lexicais, *étnico*, *racial* e *tribal*, destacados também em Stubbs (2002), foram analisados (KRISHNAMURTHY, 1996) quanto às suas ocorrências e padrões colocacionais em corpora de diferentes gêneros e contextos de produção, recurso analítico que será parcialmente replicado adiante.

Outra ação importante, também análoga à que será desenvolvida aqui e que foi adotada em Magalhães (2004, 2006a), é a verificação, em diferentes dicionários, do uso das palavras-chave e itens lexicais destacados (cf. KRISHNAMURTHY, 1996). Constatou-se que, se as palavras não têm a mesma conotação, não têm também contempladas nos dicionários suas nuances de significação devidas, o que, nas associações feitas na língua, pode suscitar atribuições valorativas diversas para práticas sociais e grupos humanos diversos. Do ponto de vista metodológico, deve-se prestar especial reconhecimento a esse trabalho (KRISHNAMURTHY, 1996), que figura como influência crucial para esta pesquisa, também voltada para a mídia impressa, a qual propõe investigar itens lexicais semelhantes, relacionando ocorrências no corpus a conceitos de dicionários.

Dois trabalhos de Magalhães (2004, 2006a) já mencionados, dentro do CORDIAL, replicam esses ambientes de análise explorados por Krishnamurthy (1996), e são centrais por estarem associados em projetos que subsidiam a investigação

aqui desenvolvida. Tais trabalhos (MAGALHÃES, 2004; 2006a) investigam ocorrências de termos relacionados à cor da pele para caracterização de “grupos raciais descendentes de africanos” em reportagens da *Folha*, destacando o concordanciador *Concord* do *WordSmith Tools* como ferramenta de grande valor na pesquisa. Magalhães (2004) verificou as *predisposições* colocacionais (do conceito de Hoey de *priming*) que agregavam conotações pejorativas para determinadas representações, expandindo as análises para os dicionários do português brasileiro Holanda Ferreira (2004) e Borba (2002), bem como para o Banco de Português, análogo ao que foi feito em Krishnamurthy (1996). As análises de Magalhães (2004, 2006a) foram realizadas com a aplicação do conceito de orientações para a diferença, como proposto por Fairclough (2003).

Carmo e Magalhães (2005), também no âmbito do CORDIAL e no escopo da ACD, utiliza o conceito de palavra-chave de Raymond Williams (1988) para a coleta do seu corpus de jornais e revistas brasileiras, analisando as ocorrências, padrões colocacionais e prosódia semântica da palavra-chave *sincretismo*. Com uma abordagem da teoria social do discurso, a pesquisa (CARMO e MAGALHÃES, 2005) parte do contexto da cultura para analisar relações lexicais, interdiscursividade e representação das relações raciais brasileiras. Foi verificado que a palavra-chave *sincretismo* majoritariamente corrobora a idéia de “um discurso hegemônico” de mistura no campo da religião, relacionada a “uma democracia inexistente” (CARMO e MAGALHÃES, 2005, p. 168). Há que se observar no argumento a força do discurso anti-sincretista, que, contrário à manutenção do discurso dominante, luta por uma inserção crítica no mundo social, clamando por maior integridade cultural afrodescendente, o que resulta em tensões discursivas.

É importante ressaltar que o conceito de palavra-chave de Williams (1988) adotado aqui como o foi em Magalhães (2004, 2006b) e Carmo e Magalhães (2005), demarca inicialmente que a pesquisa desenvolvida não intenta contemplar os critérios teóricos e metodológicos da LC, perspectiva que atribui conceito estatístico para palavras-chave. Para análises no âmbito da ACD, tais critérios provêm, antes, de um posicionamento político do(a) pesquisador(a) numa agenda estratégica de análise social. Na visão de Raymond Williams (1988, p. 15), as palavras-chave são um viés de observação “das práticas e instituições as quais agrupamos como *cultura e sociedade*”, o que é primordial para a teoria social do discurso, uma vez que procura investigar o uso autêntico da linguagem para fundamentar a interpretação de objetos que se manifestam na cultura e no tecido social.<sup>9</sup>

Na seção seguinte, a discussão teórica se volta para conceitos no escopo da léxico-gramática, com enfoque na coesão lexical e nas predisposições colocacionais.

#### **1.4: A coesão lexical**

Segundo Halliday (1994), a coesão, assim como o discurso, é um processo, e que, ao analisarmos um texto, analisamos, de certa forma, um produto desse processo. A coesão organiza semanticamente tal texto, e não formalmente, o que permite compreendê-la como uma associação entre entidades, entre conceitos, e mesmo entre pressupostos distribuídos ao longo da cadeia coesiva. De acordo com Halliday e Hasan (1976[1995], p. 4) a coesão, esse conceito semântico, “ocorre onde a

---

<sup>9</sup> Nossa tradução de: “of the practices and institutions which we group as *culture and society*” (WILLIAMS, 1988, p. 15).

INTERPRETAÇÃO<sup>10</sup> de algum elemento no discurso é dependente daquela de outro”, e que “um PRESSUPÕE o outro”, de maneira que “não pode ser efetivamente decodificado a não ser por recurso a ele [o elemento]”.<sup>11</sup> Acerca da realização da coesão, essa pode ter uma faceta gramatical e uma faceta lexical, desdobrando-se na coesão gramatical e na coesão lexical, sendo esta última o ponto central de interesse na investigação aqui proposta. Segundo Halliday (1994), há quatro aspectos do processo de coesão em um texto, quais sejam, a referência, a elipse (ou substituição e elipse, cf. HALLIDAY e HASAN, 1993), a conjunção e a coesão (ou organização) lexical.<sup>12</sup>

Na referência, “um(a) participante ou elemento circunstancial introduzido” no texto serve como “ponto de referência para algo que o(a) sucede”, ou mesmo que o antecede, dentro ou fora desse texto; na elipse, “uma oração, ou parte de uma oração, ou uma parte de um grupo verbal ou nominal, pode ser pressuposta” em outra parte do texto, através do “recurso de omissão positiva”, fazendo sentido sem nada dizer; na conjunção, “uma oração ou complexo oracional, ou uma passagem mais longa de texto, pode ser relacionada” ao que a sucede através de “um conjunto específico de relações semânticas” (HALLIDAY, 1994, p. 309-10),<sup>13</sup> cada qual associada a uma ou mais conjunções específicas; e, finalmente, na coesão lexical, o ponto central de interesse desta pesquisa, a preocupação recai sobre as escolhas de palavras, seja por repetição, por palavras relacionadas, por sinonímia (subdividida em hiponímia, meronímia e

---

<sup>10</sup> As maiúsculas são mantidas do original.

<sup>11</sup> Nossa tradução de: “occurs where the INTERPRETATION of some element in the discourse is dependent on that of another”; “the one PRESSUPOSES the other”; e “it cannot be effectively decoded except by recourse to it” (HALLIDAY e HASAN, 1995[1976], p. 4).

<sup>12</sup> Ainda que tais formulações de Halliday (1994) sejam explicitamente aplicadas à língua inglesa, boa parte das categorias e construtos teóricos da LSF tem sido aplicada, com relativo sucesso, em pesquisas do português brasileiro, como é o caso aqui.

<sup>13</sup> Nossa tradução de: “a participant or circumstantial element introduced”; “reference point for something that follows”; “a clause, or a part of a clause, or a part of a verbal or nominal group, may be presupposed”; “device of positive omission”; “a clause or clause complex, or some longer stretch of text, may be related”; “a specific set of semantic relations” (HALLIDAY, 1994, p. 309-10).

antonímia) ou por colocações. Além desses processos, Halliday (1994) aborda um conceito textual de palavras-chave, como palavras que são centrais na construção do significado do texto em específico e que auxiliam na manutenção da coesão lexical em passagens mais extensas.

Quanto à coesão lexical e seus desdobramentos conceituais, é importante destacar que ela é subdividida (e de maneira relativamente simplificada) em Halliday (1994), em repetição, sinonímia e colocação. Dessas, a sinonímia pode ser desdobrada em relações de hiponímia, entre específico e geral; e em relações de meronímia, entre parte e todo, relações entre as quais “não há uma linha muito clara” (HALLIDAY, 1994, p. 332). Dessa maneira, nada impede que certos conceitos sejam tomados na análise, concomitantemente, como co-hipônimos ou co-merônimos de superordenados sinônimos.

O exemplo 1 abaixo pode ser tomado para ilustrar tais noções, vinculadas à sinonímia e de interesse aqui. O item lexical **racismo** pode ser tomado como superordenado de **discriminação** e **preconceito** na passagem, não sendo claro se a relação entre eles é de hiponímia, de meronímia, ou ambas. Da mesma maneira, **Polícia Militar (PM)** e **corporação** podem ser interpretados como superordenados de **soldados**, **policial(ais)** e **militares**, além da coesão que pode ser estabelecida contextualmente com **entrevistados**, possível hipônimo, ou merônimo, nesse contexto, para **soldados**, **policial(ais)** ou **militares**. Além dessas está também a relação de antonímia, que proporciona importante efeito coesivo nos textos (HALLIDAY, 1994), podendo ser observada, no exemplo 1, na coesão entre **negro** e **branco**, ainda que este último esteja em grande desvantagem numérica na passagem (o que sugere a

naturalização de um processo de exclusão de certos atores sociais, discussão que não cabe desenvolver neste momento):

Exemplo:<sup>14</sup>

1- CF-2001: (155) Pesquisa qualitativa feita pela Universidade Candido Mendes com 55 **soldados** aponta que **negros** são vistos como suspeitos. Estudo com **policiais** indica **racismo** na **PM**. A **Policia Militar** do Estado do Rio age com **discriminação** contra os **negros**, escolhendo-os prioritariamente como suspeitos. Essa é uma impressão dominante entre 55 **policiais militares negros** entrevistados pela Universidade Candido Mendes. A pesquisa, ainda em andamento, será editada em livro no próximo ano. "Nossa sociedade, de certa forma, é **discriminatória**. O **policia** vem desse meio... Ele vem para cima do **negro** com essa carga de **discriminação**", afirma um major, que, como os demais entrevistados incluídos no estudo, prefere não ser identificado. Esse **preconceito** seria incorporado pelos próprios **policiais negros**, que, além disso, não querem mostrar atitudes condescendentes, diz um cabo que trabalha há 15 anos no policiamento. "Quando um **policia negro** pega um **negro** suspeito, ele quer mostrar para o **branco** que não passa a mão na cabeça." Os **policiais** acreditam que a mesma **discriminação** não ocorre dentro da **corporação** onde trabalham, que é vista como um veículo de ascensão social, analisa o antropólogo Livio Sansone, coordenador da pesquisa. Os **entrevistados** dizem que uma manifestação ostensiva do **preconceito** da sociedade estaria na rejeição, por parte dos moradores da zona sul, mais ricos, à idéia de compartilhar as praias com os suburbanos, em grande parte **negros**, jovens e pobres. "Essa cultura do **racismo** velado não permite que eles digam claramente: não queremos **negros** aqui. Eles dizem que não querem baderneiros, farofeiros", afirma um dos **policiais** entrevistados. A rejeição ocorreria até por parte dos **negros** residentes na zona sul, segundo os **policiais**...

Outra maneira de se denominar relações lexicais semelhantes é a nomenclatura sugerida em Martin (1992), e Martin e Rose (2003), aplicada à análise da configuração de campos do discurso. A relação de hiponímia pode ser pensada como relação de classificação quando da análise dos construtos taxonômicos dos textos, ou seja, os elementos podem ser organizados em termos de classes, como **negro(s)** e **branco(s)** no exemplo 1 acima, na qualidade de co-classes da classe geral 'identidades sócio-raciais'. No caso de meronímia, a relação detalhada por Martin (1992) e Martin e Rose (2003) é de composição, na qual os elementos figuram como co-partes de um todo, assim como **discriminação** e **preconceito**, ainda no exemplo 1, quanto a **racismo**.

---

<sup>14</sup> Todos os exemplos serão numerados para facilitar possíveis referências em outras seções e capítulos. O exemplo 1 é a única passagem mais extensa utilizada na pesquisa, pois intenta exemplificar a distribuição física dos termos sob análise no texto. Nos próximos exemplos serão tomadas linhas de concordância a partir do recurso Concord, do *WordSmith Tools*, com extensão variável de acordo com a ênfase em cada instância.

Outro importante recurso discursivo da coesão lexical, a colocação merece atenção especial, o que já foi observado em pesquisas anteriores, dentro do projeto CORDIAL. Magalhães (2004), entre outros aspectos, contextualiza e analisa as imbricações conceituais de colocações como *pobreza negra* e *história africana*, e também discute a noção um pouco mais abstrata de *predisposição colocacional* (*colocational priming*), conceito cunhado em Hoey (2004). Carmo e Magalhães (2005), como dito, desenvolve análises a partir da palavra-chave (cf. WILLIAMS, 1988) *sincretismo*, num corpus composto de textos de dois jornais (um deles a *Folha*) e duas revistas de grande circulação no Brasil, com ênfase na sua prosódia semântica e nas suas colocações. Bueno e Magalhães (2005) aborda colocações e criatividade lexical em *Macunaíma*, de Mário de Andrade, e sua tradução para o inglês, aliando a LSF a princípios metodológicos da LC, no escopo dos Estudos da Tradução.

Segundo Sinclair (1991, p. 109), acerca da colocação, até o momento “nenhum princípio único foi desenvolvido” de maneira satisfatória.<sup>15</sup> Para Stubbs (2002, p. 24), uma colocação é “uma relação lexical entre duas ou mais palavras, as quais têm a tendência a co-ocorrerem” próximas umas das outras em um texto, palavras essas que seriam os colocados em relação a determinado nóculo.<sup>16</sup> Uma outra perspectiva para se entender colocações é a de Halliday (1994) (mais calcada no trabalho de Firth, 1957), que fala de uma tendência que algumas palavras têm de co-ocorrerem com outras, não necessariamente próximas no texto. Um exemplo desta modalidade é o caso dos itens **racismo**, **preconceito** e **discriminação**, os quais, em vários momentos do corpus, se apresentam como complementares, quase sempre em associação às identidades sócio-

---

<sup>15</sup> Nossa tradução de: “no single principle has been advanced” (SINCLAIR, 1991, p. 109).

<sup>16</sup> Nossa tradução de: “a lexical relation between two or more words which have a tendency to co-occur” (STUBBS, 2002, p. 24).

raciais de **negros**, como ilustrado no exemplo 1 acima, no qual foi possível visualizar essa complementaridade.

O exemplo 1 também pode ser tomado para ilustrar a perspectiva de Halliday (1994) sobre as colocações, pois essas têm independência quanto à estrutura e podem se prolongar por todo o texto em discursos intercalados. Ao desenvolver tal perspectiva (tendo em mente o exemplo 1), o que Halliday (*idem*) parece defender pode ser constatado em textos que contêm a palavra **racismo**, por exemplo, em que é bem previsível que os itens **discriminação**, **preconceito**, **negros** e **brancos** também ocorram. Então, basicamente, todos os itens lexicais que serão observados nesta pesquisa, são, *a priori*, colocados para **racismo** na perspectiva hallidayana, pois os textos do corpus foram coletados sob o critério de conterem a palavra-chave **racismo**.

Porém, alguns momentos da investigação vão suscitar observações pontuais, as quais serão satisfeitas pela definição mais estatística, no escopo da LC. Tal perspectiva, calcada no padrão de instrumentos como o *show collocates* do concordanciador *Concord* do *WordSmith Tools*, mostrou-se bastante útil para evidenciar a variação comportamental entre algumas palavras de pesquisa pré-definidas, no ambiente imediato do nóculo **racismo**.

Fairclough, apesar de não fazer observações sistemáticas sobre a colocação em suas análises (cf. FAIRCLOUGH, 1989; 1995b; 2001a; 2003), menciona a importância das “ligações coesivas colocacionais” entre palavras do “mesmo domínio semântico” (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 220), ou das “relações colocacionais” (*ibidem*, p. 221), definindo-as como “padrões mais ou menos regulares ou habituais de co-ocorrência entre palavras” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 213), cuja investigação deve ser

complementada por análises em outros níveis, como é pretendido aqui.<sup>17</sup> Essas relações colocacionais não são usualmente encontradas em dicionários, como aponta Fairclough (2001a), o que faz da sua observação e interpretação uma função do contato entre escritor(a) e leitor(a) em textos num dado contexto cultural.

Fairclough (2003) advoga pela utilidade da análise de colocações para se compreenderem as diferenças relacionais entre discursos que competem em domínios específicos da vida social, defendendo que a forma mais eficiente para tal é a análise computadorizada de grandes quantidades de textos, mencionando a relevância de trabalhos com corpus, como os de McEnery e Wilson (2001) e de Stubbs (1996). Essa ênfase de Fairclough (2003) na quantidade é importante para a pesquisa, pois esta se volta para a observação do comportamento de itens lexicais, isolados e em combinação com outros, em um corpus de textos mediados coletados, definindo-se três anos de publicação em um período de dez anos.

Um aspecto destacado em Carmo e Magalhães (2005, p. 89-90) diz respeito às duas perspectivas diferenciadas da coesão por colocação, ainda que ambas tenham sua fundamentação em trabalhos de Firth, a partir da LSF e da LC. Para a noção de colocação na concepção da LSF são consideradas a “proximidade no sistema lexical”, a “proximidade no texto” e a “raridade no emprego” (CARMO e MAGALHÃES, 2005, p. 89), sendo o primeiro desses parâmetros o mais preponderante. Na concepção da LC, a colocação “é um fenômeno lexical e estatístico, razão pela qual é computável” (*ibidem*, p. 90), atribuindo centralidade aos dados numéricos e posicionamento. Então, se na LSF as relações lexicais estabelecidas acomodam fenômenos colocacionais menos rígidos, mais associados ao campo do discurso, distribuídos ao longo dos textos e

---

<sup>17</sup> Nossa tradução de “more or less regular or habitual patterns of co-occurrence between words” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 213).

relacionando campos semânticos, na LC “a base é lexical e, e em primeira instância, não necessita da expansão para a categoria textual” (CARMO e MAGALHÃES 2005, p. 90), sendo a relação mais local. Ou seja, ainda que bastante semelhantes, ambas as perspectivas se diferenciam quanto ao enfoque.

Magalhães (2005), outra pesquisa associada ao CORDIAL que explora o recurso da coesão, ao discutir o trabalho de Stubbs (2001), discorre sobre colocações e o caráter não aleatório na composição do léxico em textos. É ponderado que, se forem observadas, por exemplo, as vinte palavras no entorno de um determinado nóculo, lá estarão contidos “grupos de *palavras relacionadas* (sinônimos, antônimos e palavras de um dado campo semântico) as quais estão em algum tipo de relação semântica com o nóculo” (MAGALHÃES, 2005, p. 217-8), capazes de antecipar os conteúdos dos textos.

Tal propriedade pode ser relacionada ao que Sinclair (2004, p. 19) destaca como sendo “a área de significados compartilhados entre palavras e entre frases”, resultantes do fenômeno da colocação.<sup>18</sup> E esse fenômeno é, na perspectiva de Hoey (1991), não apenas estatístico mas também psicolinguístico, o que permite que leitor(a)s reconheçam a predisposição de algumas palavras a ocorrerem em certos contextos. Quanto às escolhas lexicais, essas contribuem na organização do texto ao afetarem ligações coesivas ou darem origem a novas combinações (HOEY, 1991, p. 217). Por outro lado, “cada escolha textual constrange as escolhas lexicais possíveis”, sendo a criatividade de leitor(a)s e escritor(a)s atribuída às possibilidades de combinação entre escolhas no nível do texto e no nível do léxico (*ibidem*, p. 217).<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> Nossa tradução de “the area of shared meaning between words and between phrases” (SINCLAIR, 2004, p. 19).

<sup>19</sup> Nossa tradução de “each textual selection constrains the lexical choices possible” (HOEY, 1991, p. 217).

Retomando uma dimensão mais abrangente, dentro da qual o fenômeno das colocações está inserido, Hoey (1991, p. 3) apresenta a coesão como a forma pela qual “certas palavras ou recursos gramaticais de uma sentença” possibilitam conectá-la a outras que a antecedem ou a sucedem no texto.<sup>20</sup> Acerca da centralidade da coesão lexical para construir a textura dos textos, dentre os recursos da coesão, Hoey (1991, p. 10), no momento em que observa o fato de Halliday e Hasan não darem a ênfase devida a esse aspecto, postula que boa parte da coesão se concentra no léxico, e que “o estudo da coesão em textos é, em grande medida, o estudo de padrões do léxico no texto”.<sup>21</sup> Sendo assim, essa orientação natural para o léxico e desse para o texto, faz da análise de colocações uma poderosa ferramenta para se identificar discursos em competição nas práticas discursivas de textos em instituições na construção da realidade social (cf. FAIRCLOUGH, 1992).

Ampliando ainda mais o enfoque, o estudo de Hoey (1991, p. 12) discute a diferença entre coesão e coerência, atribuindo à primeira um caráter objetivo, passível de ser reconhecida automaticamente e, à segunda (coerência), um caráter mais subjetivo onde “julgamentos concernentes a esta podem variar de leitor(a) para leitor(a)”.<sup>22</sup> Para Fairclough (2001, p. 220), uma leitura coerente demanda de leitor(a)s uma interpretação dos marcadores coesivos, ou seja, “a coesão é um fator na coerência”. Tais noções, enquadradas à análise dos textos mediados do corpus de pesquisa, auxiliam na delimitação entre os recursos de natureza textual utilizados nas reportagens e os recursos que o jornal, como instituição, emprega para compor, junto a seu público leitor, seu projeto editorial nos domínios da coerência.

---

<sup>20</sup> Nossa tradução de “certain words or grammatical features of a sentence” (HOEY, 1991, p. 3).

<sup>21</sup> Nossa tradução de “the study of cohesion in text is to a considerable degree the study of patterns of lexis in text” (HOEY, 1991, p. 10).

<sup>22</sup> Nossa tradução de: “judgements concerning it may vary from reader to reader” (HOEY, 1991, p. 12).

Antes de proceder para a discussão focalizada na mídia e discurso, faz-se necessário destacar o conceito de campo semântico aqui adotado, o qual será instrumental para as análises adiante. Isso porque as definições divergem a partir de diferentes afiliações disciplinares, e os conceitos de campos semânticos, campos lexicais e campos associativos não são acordados entre diferentes tradições nos estudos lingüísticos. Nesta pesquisa, está sendo adotado o conceito utilizado em Stubbs (2002, p. 35), no qual “o vocabulário de uma língua” além das relações de ordem sintagmática ou paradigmática, “é internamente estruturado por vários agrupamentos de palavras, as quais estão em diferentes relações umas com as outras”, os campos semânticos.<sup>23</sup> O exemplo oferecido nessa definição é do vocabulário da língua inglesa especializado para tratamento de cavalos. E é reforçado (*ibidem*, p. 36) que “campos semânticos não são meramente listas de palavras relacionadas por um tópico: eles são também organizados por relações entre essas palavras”, ou seja, ainda que “palavras sejam inerentemente imprecisas em significado, o vocabulário é estruturado”.<sup>24</sup>

Opção conceitual semelhante para campo semântico é encontrada em Wodak e Reisgl (2001), que, ao discutir diversas perspectivas do conceito de raça, versa sobre os campos semânticos onde a palavra normalmente é encontrada, variando entre construtos no campo da biologia, como identidade no campo da sociopolítica, e como designador de especificidades lingüísticas.<sup>25</sup> Reforçando ainda mais esta escolha conceitual, em Magalhães (2004, 2006a), apresenta-se análises desenvolvidas em torno de campos semânticos como cor da pele ou herança cultural (ambos tomados como categorias

---

<sup>23</sup> Nossa tradução de: “the vocabulary of a language is internally structured by many clusters of words, which stand in different relations to each other” (STUBBS, 2002, p. 35).

<sup>24</sup> Nossa tradução de “semantic fields are not merely lists of words related by topic: they are also organized by relations amongst these words”; e “words are fuzzy in meaning, the vocabulary is structured” (STUBBS, 2002, p. 36).

analíticas neste trabalho), e cujas principais constatações versam sobre um conflito inerente de discursos na arena de debates das relações raciais brasileiras, além de constituírem a base teórico metodológica a ser replicada aqui.

### 1.5: Mídia e discurso

Fundamental para uma análise discursiva da mídia é a referência a uma expressão chave nessa discussão, “comunicação de massa”, que é definida em John B. Thompson (1998, p. 32) como a “*produção institucionalizada e difusão generalizada de bens simbólicos através da fixação e transmissão de informação ou conteúdo simbólico*”.<sup>26</sup> Outro aspecto que chama a atenção versa sobre as conseqüências do desenvolvimento dos meios de comunicação sobre a formação de identidades sociais, alterando a compreensão histórica de indivíduos acerca deles mesmos e de suas comunidades, pois esses dependem cada vez mais da “mediação das formas simbólicas” (THOMPSON, 1998, p. 38) para se situarem no contexto sócio-cultural e para “remodelar o próprio projeto do *self*” (*ibidem*, p. 202).

Os meios de comunicação não podem ser interpretados como transmissores neutros de “informação e conteúdo simbólico a indivíduos”, pelo contrário, pois as relações sociais são alteradas a partir das mediações (THOMPSON, 1998, p. 13). E é esse caráter de ação social que o argumento sugere que atende a expectativa da pesquisa aqui desenvolvida, na medida em que vai procurar entender como o discurso mediado

---

<sup>25</sup> Seria também plausível adotar o conceito de campo lexical apresentado em Ilari (2003, p. 39), que é constituído pelas “palavras que nomeiam um conjunto de experiências em algum sentido análogas. Os nomes das cores, por exemplo...”.

<sup>26</sup> *Itálico* no original.

do corpus de um jornal brasileiro em textos sobre as relações raciais, dentro de suas especificidades, constitui “novas formas de ação e interação no mundo social” e revela “novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo” (THOMPSON, 1998, p. 13), aspecto que se relaciona diretamente às orientações para a diferença.

Essas observações reclamam atenção especial porque muitos construtos discursivos que circundam as relações raciais no Brasil são prejudiciais, na medida em que compartilham conceitos e pressuposições ultrapassadas, as quais tendem a traduzir as diferenças como desvios, estigmatizando-as (cf. IRACI e SANEMATSU, 2002). E esse movimento não possibilita uma problematização posterior à publicação de uma reportagem, salvo raras exceções, aspecto que legitima o texto jornalístico e confere a este caráter definitivo e não passível de questionamentos.

Confirmando isso, Thompson (1998, p. 79) conceitua como quase-interação mediada as “relações sociais estabelecidas pelos meios de comunicação de massa (livros, jornais, rádio, televisão)”, onde o número potencial de receptores não é definido e o “fluxo da comunicação é predominantemente de sentido único”, não permitindo dialogicidade. Outro ponto importante é que Thompson (1998, p. 25) trata a comunicação “como um tipo distinto de atividade social que envolve a produção, a transmissão e a recepção de formas simbólicas”, conceito análogo à noção de prática discursiva de Fairclough (2001a, p. 39), que seria “a produção, distribuição e consumo de um texto”. Ou seja, as “formas simbólicas” na esfera da comunicação seriam os textos na observação lingüística. Os “recursos culturais” que os indivíduos utilizam permitem que estes codifiquem ou decodifiquem mensagens cujas formas são influenciadas por “conhecimentos e pressuposições” (THOMPSON, 1998, p. 29-30)

que estes recursos agregam. E assim, Thompson (1998) em muito dialoga com as bases da ACD, contendo preocupações afins às desta pesquisa, enfocadas no sentido dinâmico da formação do ser social, visto como constituindo e sendo constituído em parte, pelo discurso.

Fairclough (1995a), estudo aplicado à análise do poder da mídia, destaca a natureza lingüística deste poder, imbricado nas práticas discursivas de veículos de comunicação de massa. O trabalho (FAIRCLOUGH, 1995a) é direcionado ao discurso mediado, cujas peculiaridades requerem atenção especial, uma vez que envolvem questões estruturais relacionadas às instituições produtoras dos discursos e suas devidas finalidades, bem como implicações relacionadas com tipos de mídia utilizados, acesso a tecnologias e outras.

Um aspecto fundamental para a investigação do texto mediado é a questão do que é colocado *em primeiro plano*, em evidência, e do que é colocado em *segundo plano*, obscurecido - *foregrounded* e *backgrounded*, respectivamente - (FAIRCLOUGH, 1995a, p. 4,103), bem como o que não é representado. Uma escala de presença é sugerida para a análise desse aspecto, na qual representações podem variar entre: ‘ausente’ – ‘pressuposto’ – em ‘segundo plano’ – em ‘primeiro plano’ (*ibidem*, p. 106). Algumas perguntas são colocadas (FAIRCLOUGH, 1995a), de forma a conduzir uma abordagem inicial que considere o *poder simbólico* (cf. THOMPSON, 1998) do discurso mediado, desdobrando a análise em *representações, identidades e relações*. São centrais para Fairclough (1995; 2001a) as elaborações acerca da tensão que afeta a mídia contemporânea, dividida entre as funções de entreter ou de informar, entre o financiamento público e o privado, revelando tendências de mercantilização e conversacionalização do discurso.

É necessário destacar o conceito de discurso em Fairclough (1995a), tomado como práticas e relações sociais, como construção social da realidade e como forma de conhecimento. Esse trabalho reitera os conceitos já desenvolvidos em Fairclough (2001a[1992]), tendo o foco de verificar, nas escolhas lingüísticas do discurso mediado, construções de significado ideológico. Nesse sentido, em termos do enfoque desta pesquisa, as escolhas lexicais nos textos mediados, interpretadas através de recursos da coesão lexical, poderão dizer muito sobre o funcionamento da mídia impressa, a partir do comportamento de um veículo de mídia, como é o caso aqui.

Uma questão relevante para se compreender a mídia impressa é discutida em Fairclough (1995a p. 41), a partir da leitura de van Leeuwen (1993), sobre as transformações sofridas pelos eventos comunicativos na medida em que “avançam na cadeia” de processos da comunicação de massa. A pergunta de análise que emerge busca detectar como “um tipo de evento comunicativo ‘recontextualiza’ outros” e que transformações são observáveis em relação a recontextualizações diversas do mesmo evento, de acordo com “objetivos, valores e prioridades” da comunicação (FAIRCLOUGH, 1995a, p. 41).<sup>27</sup> Outro aspecto do argumento que chama atenção (e que pode auxiliar no entendimento de como as representações das relações raciais em textos mediados se dão), é que essas construções estão “imbricadas em formas de uso da linguagem que estão naturalizadas” (FAIRCLOUGH, 1995a, p. 45) no senso comum para repórteres e audiências, perpetuando práticas sutis de interpretação e representação das diferenças que podem comprometer avanços no campo dos direitos democráticos.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> Nossa tradução de “one type of communicative event ‘recontextualizes’ others” e “goals, values and priorities” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 41). A noção de *recontextualização* é associada a Basil Bernstein (1981; 1996).

<sup>28</sup> Nossa tradução de “embedded in ways of using language which are naturalized” (FAIRCLOUGH, 1995a, p. 45).

Fairclough (1995a) retoma também o fator da constitutividade social do discurso, o qual molda e é moldado pelas práticas sociais, numa relação dialética, cuja perspectiva é indispensável à ACD, além de revisar o conceito de ordens do discurso, que são definidas como redes de práticas discursivas de uma comunidade, ou de uma instituição, suas formas corriqueiras de uso da linguagem, constituídas por gêneros e discursos. No caso da mídia de maneira geral, suas ordens do discurso são moldadas pela tensão entre fontes públicas de financiamento e objetivos privados que impulsionam mudanças culturais e sociais, as quais influenciam gêneros e discursos que são constitutivos de seus textos.

Sobre a análise intertextual, o argumento de Fairclough (1995a) a tem como um elo entre texto e prática discursiva no modelo da ACD, pois investiga o emaranhado de gêneros e discursos disponíveis dentro dessas ordens do discurso da mídia, onde, numa simples notícia encontram-se representados os discursos de muitas pessoas, formando uma complexa rede de vozes. Quanto a gêneros, Fairclough (1995a) procura combinar três abordagens, proporcionando um conceito mais elástico e evidenciando o caráter interdisciplinar da ACD: a abordagem esquemática, que atribui a Labov e Waletzky (1967); a abordagem da heterogeneidade genérica seqüencial, atribuída a van Leeuwen (1987); e a heterogeneidade genérica polifônica, de Bakhtin (1986).

Scollon (1998) procura, na interseção de disciplinas, os caminhos para analisar o discurso mediado e entendê-lo melhor enquanto interação social. Nesse trabalho é desenvolvida uma análise do discurso da mídia que combina recursos de perspectiva etnográfica com o aparato teórico-metodológico da ACD. Através da observação da construção social dos atores no discurso, Scollon (1998, p. viii-ix) descarta o modelo de análise baseado na clássica dicotomia escritor-leitor, porque profissionais da mídia e

seus(uas) leitores(as)/espectadores(as) atuam em distintas comunidades discursivas e, dessa forma, têm condições diferenciadas, restritas aos limites de suas funções. Nesse contexto, produtores(as) e editores(as) são verdadeiramente aqueles(as) que selecionam (*framers*) eventos comunicativos, enquanto leitores(as), por sua vez, têm sua interpretação do que é lido como estratégia para marcar sua presença social e interagir socialmente, ao passo que jornalistas constroem sua interação como espetáculo para tais leitores, que a interpretam dentro de seu próprio ambiente social (SCOLLON, 1998).

Em Scollon (1985), quatro elementos básicos são apresentados para a distinção da mídia impressa entre outras mídias, os quais são atribuídos a Bell (1991), que são: a manchete (*headline*); a atribuição da fonte (*source attribution*); o lide (*lead*); e a história propriamente dita. Cada um desses elementos tem sua localização característica e autoria específica, o que muito informa sobre a estruturação interna de um jornal quanto a agenciamento e relações de poder. Isso exemplifica parcialmente como um número de profissionais participa na confecção de um texto, tomando parte em alguma etapa da escala de produção, em algum instante da prática discursiva, de um jornal de grande circulação, como por exemplo, a *Folha de São Paulo*, ou o *Jornal do Brasil*. E, uma vez que o corpus desta pesquisa é composto por textos de jornal, esses quatro elementos apresentados estarão presentes na grande maioria dos textos coletados, exceto por aqueles provenientes de colunas mistas, compostas por vários textos curtos que não contam, necessariamente, com a atribuição de fonte, tópico, ou mesmo uma manchete. Isso quer dizer que um simples texto traz consigo toda uma carga de significação que abrange o nível do texto propriamente dito, uma rede de infra-estrutura física e lógica para tornar possível a produção, a distribuição e o consumo desse texto, e uma forma de

ação social, ou prática social, na qual são articuladas representações de eventos e atores sociais.

### **1.6: A mídia e as relações raciais brasileiras**

Comum às diferentes correntes de estratégias anti-racistas no Brasil é a luta para acesso aos meios de comunicação de massa, dentre eles a mídia impressa, que exercem papel central no contexto histórico atual de *modernidade tardia* (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999) em um mundo globalizado, pautando a sociedade (LEMGRUBER, 2002), ora contribuindo na luta pela consolidação de direitos democráticos, ora contribuindo para a perpetuação de relações assimétricas de poder e alienação política. Tal centralidade faz da comunicação de massa uma grande e privilegiada arena de tensões ideológicas (THOMPSON, 1995, 1998), tornando seu estudo sistemático, a partir de diversas perspectivas disciplinares, importante espaço para subsidiar conquistas sociais. Assim sendo, concordando com Ramos (2002, p. 9), “discutir as dinâmicas da mídia frente às questões de raça e etnicidade é, em grande medida, discutir as matrizes do racismo no Brasil”.

Araújo (2000, p. 90) detecta “um salto nas ações do movimento negro”, que faz dos meios de comunicação uma importante arena “da militância afro-brasileira”, ainda que com ações e estratégias não uniformes. E uma “multiplicação” de jornais e revistas editados por instituições dos movimentos sociais negros a partir dos anos 90, segundo D’Adesky (2001, p. 97), demonstra um reaquecimento da militância contra a “falta de interesse da imprensa escrita pelas informações sobre a realidade da população negra”.

Como exemplos, são apontados, no Rio de Janeiro, a revista *Azzeviche*, os jornais *Maioria Falante* e *Afro Reggae*; em São Paulo, a revista *Pode Crê*; em Salvador, os jornais *Olodum* e *Jornal Banto Nagô*; em São Luís, o jornal *Akomabu* (D'ADESKY, 2001).

Outras duas publicações que se destacam nesse cenário são as revistas *Black People* e a *Raça Brasil*, de 1995 e 1996 respectivamente, com tiragens aproximadas de 180 e 200 mil exemplares, que contribuem para a valorização estética “de mulheres negras de cor escura, nariz achatado e cabelo carapinha” se opondo a uma “tendência generalizada na mídia brasileira de excluí-las”, além de confirmar a “potencialidade de um mercado segmentado do ponto de vista étnico” (D'ADESKY, 2001, p. 97).<sup>29</sup> Assim, os movimentos sociais, a partir de seus vieses e estratégias diferenciados, atentam mais para a tomada de espaços que historicamente têm privilegiado “a indiferenciação étnica” e naturalizado o “pressuposto de que a etnicidade não é um fator relevante que possa levar à segmentação do público leitor”, sempre a partir dos referenciais hegemônicos (*ibidem*, p. 95), deixando claro que “o controle dos modernos meios de comunicação tornou-se objeto importante de disputa política e econômica” (*ibidem*, p. 87).

Se a mídia, como arena privilegiada na construção de representações e identidades, incorre na naturalização e evita a problematização de construtos ligados ao ideal de branqueamento, isso compromete a sua função social e reforça hegemonias que há muito são contestadas pelos movimentos sociais. Estes não encontram os devidos espaços para um debate mais consistente, uma vez que a democratização de direitos não

---

<sup>29</sup> Sobre a revista *Raça Brasil*, ler as descrições de Almada e de Oliveira (2002).

é sempre prioridade da mídia, em muito constricta por questões econômicas, assim submetida às normas e ao funcionamento do mercado.<sup>30</sup>

Nesse contexto, Araújo (1996, p. 246) percebe a persistência da estigmatização dos brasileiros de descendência africana em questões relacionadas às representações no imaginário popular, onde “os estereótipos negativos sobre os negros resistem à inserção e ao significativo aumento de atores e profissionais afro-americanos nesse mercado de trabalho”, mesmo após várias conquistas no âmbito dos direitos civis. Sobre a televisão, Araújo (1996, p. 247) observa que as condições de representação dos negros estão submetidas à “perspectiva que os muitos brancos têm da sua realidade e de suas experiências e nas percepções e imperativos econômicos dos produtores e patrocinadores brancos”, revelando dois pontos já aludidos até aqui: a determinação da questão racial a partir da perspectiva branca, eurocêntrica, e a submissão compulsória a imperativos identitários que implicam em inclusão econômica.

Sobre essa manutenção de hegemonias, outro estudo (ARAÚJO, 2000, p. 89) reforça o papel do cinema e da TV como “marcados pela dominação branca, pelas fantasias e pelos conceitos errôneos que a cultura branca tem da cultura negra”. Tal estudo corrobora a discussão em D’Adesky (2001, p. 93-4), na qual “a mídia não somente atualiza a distância que separava, na escravidão, a elite do povo”, mas também “nega, com seu exclusivismo, as identidades culturais afro-brasileira e indígena” para quem o acesso “às programações televisiva e radiofônica” não se dá “em pé de igualdade”. E em termos de mídia impressa de grande circulação nacional, D’Adesky (2001, p. 96) argumenta que, “fora do período carnavalesco, é raro encontrar artigos

---

<sup>30</sup> O fato de esta pesquisa estar focalizada na mídia impressa não pode ocultar a propagação mais recente de outros tipos de inserção midiática e estratégica pelos movimentos sociais negros, tais como sítios na internet e redes alternativas de rádio e televisão, apontando para uma nova era nas relações raciais brasileiras.

sobre os diversos aspectos da cultura afro-brasileira”, somado à dificuldade de acesso a informações acerca do continente africano que vão além “de conflitos políticos, fome, doenças epidêmicas, etc.”.

Conceição (1996, p. 257), que descreve a mídia escrita como “uma espécie de ‘loja de departamentos’ do cotidiano mundial” e sintetiza as formas mais recorrentes de apresentação da imagem dos negros pelos “microfones, câmaras e papel jornal”, (*ibidem*, p. 255-6) como sendo em três ‘II’ (eles), quais sejam, *negro lúgubre*, social e humanamente inferior, comum nas “crônicas policiais”; o *negro lúdico*, alegoria para carnavalizações e exemplar da cultura africana; e o *negro luxurioso*, “estereotipado” como portador de anatomia e habilidades sexuais incomuns.<sup>31</sup> Isto é, quando a mídia em geral não privilegia a invisibilidade do afrodescendente, acaba favorecendo representações carnavalizadas no âmbito da cultura e também representações monológicas para um continente e uma história que estão muito além das catástrofes noticiadas, muitas das quais resultantes de ciclos contínuos de exploração de países do hemisfério norte.

Uma possibilidade de reversão desses processos de exclusão observados seria a “preocupação com a criação simbólica e artística voltada para a construção de uma identidade étnica dos afro-brasileiros” (ARAÚJO, 1996, p. 249), o que muito contribuiria para a unificação das lutas dos movimentos sociais, resultando em conquistas mais efetivas. Faz-se necessário reforçar tal perspectiva num momento em que atribuições naturalizadas de ordem estética ainda apresentam tantos danos à ética humana, uma vez que são associadas acriticamente a atribuições de ordem intelectual e moral, fazendo retroceder os processos democráticos e as conquistas de direitos civis.

---

<sup>31</sup> Para uma análise de representações como a dos três ‘II’ em jornais do final do século XIX, ler Schwarcz (1987).

## **1.7: Alguns marcos nas relações raciais brasileiras a partir das Ciências Sociais**

Esta seção é dedicada a uma breve discussão sobre três momentos teóricos distintos no âmbito das Ciências Sociais brasileiras, ilustrando, através deles, o desenvolvimento histórico de argumentos que ecoam nas relações raciais contemporâneas. Cientistas Sociais hoje, principalmente no âmbito da Sociologia e Antropologia, muitos(as) dos(as) quais com uma atuação próxima aos movimentos sociais negros ou mesmo protagonistas desses, já superaram criticamente esses momentos teóricos, apontando para outros caminhos na interpretação das relações raciais brasileiras. No entanto, é central fazer uma reconstituição das noções que, de certa maneira, têm forjado as bases de percepção da questão racial brasileira historicamente. Tal preocupação visa interpretar os argumentos que ora são retomados criticamente, ora como pressupostos, dentro de diversas correntes de pensamento e escolas sobre as relações raciais.

Motta (2000) apresenta uma organização relativamente didática para as orientações político-ideológicas das relações raciais, ainda que de maneira simplificada.<sup>32</sup> Esses momentos são associados principalmente a Freyre (1984[1933], 1968[1936]), a partir dos anos 30; Fernandes e Bastide (1959) e Fernandes (1978), a partir dos anos 50; e Hasembalg (1979) e Hasembalg e Silva (1992), a partir dos anos 70. É necessário ressaltar, todavia, que o estudo de Motta (2000) não é tomado aqui como interpretação definitiva dos trabalhos que ele relaciona, mas sim como uma

---

<sup>32</sup> É importante ressaltar que vários outros trabalhos revisam os momentos teóricos aqui destacados, com variados graus de aprofundamento e abrangência, os quais serão referidos ao longo das discussões.

relevante distinção teórica das escolas a partir da qual elaborar. São tomadas como referência *a priori*, neste momento introdutório, duas obras importantes de cada um desses autores (ou escolas), as quais serão abordadas ao longo da argumentação.<sup>33</sup>

O primeiro paradigma destacado é o da democracia racial de Freyre (1984[1933]), ainda que tal colocação não seja encontrada no texto do autor, fato a que Motta (2000) não faz alusão. Na verdade, Guimarães (2002, p. 141-4) situa bem a expressão, atribuindo-a a Roger Bastide, quando este publica, em 1944, uma série de três artigos no *Diário de São Paulo*, intitulada “Itinerário da Democracia”, após sua primeira viagem ao Nordeste. Suas impressões são naquele momento muito influenciadas pelo trabalho de Freyre e, no terceiro artigo da série, de 31 de março de 1944, Bastide (*apud* GUIMARÃES, 2002, p. 143) descreve Recife pela “imagem da democracia social e racial”. E, ainda que a expressão tenha sido aplicada a um contexto tão específico quanto ao da descrição da cidade, ela deu origem a diversas significações e desdobramentos em outros contextos. Porém, anteriormente à publicação de Bastide, Guimarães (2003, p. 1) relata com menos certeza (“ao que parece”) que a “metáfora política” houvera sido usada em um seminário por Arthur Ramos, ainda em 1941, sobre a democracia no mundo após o fascismo.

Quanto a Freyre (1984[1933]), o principal aspecto desse modelo lusotropicalista de interpretação é a valorização do moreno, que Motta (2000) denomina paradigma da morenidade, o qual diluiria noções de identidade racial em detrimento de percepções no campo da cultura, da religião e da demografia. Dentro desse paradigma o país evoluiria em direção a uma mestiçagem natural, majoritariamente decorrente das peculiaridades

---

<sup>33</sup> De Freyre, *Casa Grande & Senzala* (1984[1933]) e *Sobrados e Mocambos* (1968[1936]); de Fernandes, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1978), de Fernandes e Bastide, *Branços e Negros em São Paulo* (1959); de Hasembalg, *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil* (2005[1979]), de Hasembalg e Silva, *Relações Raciais no Brasil Contemporâneo* (1992).

da colonização portuguesa, característica única do Brasil, que supostamente teria encontrado a fórmula harmoniosa de homogeneização racial. Conforme Freyre (1984[1933], p. 53), “a mediação africana no Brasil aproximou os extremos, que sem ela dificilmente se teriam entendido tão bem, da cultura européia e da cultura ameríndia, estranhas e antagônicas em muitas de suas tendências”. Outro trabalho de grande vulto sociológico, *Sobrados e Mocambos* (FREYRE, 1968[1936], p. 644-5), exalta o valor do mulato, que transbordaria “a simpatia à brasileira [...]”; o ‘homem cordial’ a que se referem os Srs. Ribeiro Couto e Sérgio Buarque de Holanda”, exprimindo “um desenvolvimento ou uma especialização social” e possibilitando a “passagem não só de uma raça para a outra como de uma classe para outra”.<sup>34</sup>

Então, ainda que a raça esteja no cerne do debate, apenas a questão de assimilação de classe suscitaria preocupações legítimas, as quais seriam sanadas gradativamente no desenvolvimento social por uma transposição dos limites raciais (a saber, de branqueamento), obscurecendo tacitamente o problema racial real. Em outras palavras, a mestiçagem seria o fator positivo diferenciador na formação do povo brasileiro. Porém, ela é levada em conta a partir do momento em que implica em clareamento, pois sua lógica é estruturada na perspectiva lusotropicalista, que buscaria entender o desenvolvimento do elemento português nos trópicos.<sup>35</sup>

Não se pode deixar de fazer alusão, ao encerrar a discussão desse primeiro paradigma, às contribuições da obra de Freyre, concordando com Munanga (1996, p. 79), que entende que o grande mérito dessas foi demonstrar a herança positiva na cultura brasileira de “negros, índios e mestiços”, com influência no “estilo de vida da

---

<sup>34</sup> O conceito de ‘homem cordial’ será discutido mais adiante.

<sup>35</sup> Interessante exercício seria pensar na interpretação de um movimento contrário, um possível ‘escurecimento’, hipótese não constatada nas leituras da época, exceto por uma provocação recente de

classe senhorial em matéria de comida, indumentária e sexo”. O grande problema é que, do desenvolvimento dessa idéia de mestiçagem cultural paralela à mestiçagem biológica, a noção de democracia racial emergiria, supostamente gerando “um povo sem barreira, sem preconceito”, como Munanga (1996, p. 81) observa criticamente.

O segundo paradigma, relacionado ao modelo sociológico “racionalista e progressista” orto-histórico de Florestan Fernandes (MOTTA, 2000, p. 123), o mentor do revisionismo brasileiro (cf. COSTA, 2000), e seu grupo, tem, na avaliação de Motta (2000), um caráter mais científico em relação ao anterior, o qual fora interpretado como demasiado intuitivo. Para Motta (2000, p. 121-2), Freyre escreve com “linhas muito sinuosas” enquanto Fernandes faz o contrário, em “linha reta”, com a ressalva de que “mesmo quando porventura escreve errado”. E a grande crítica a esse modelo é o fato de o marxismo característico da obra de Fernandes (ainda que este não nomeie claramente a categoria “modo de produção”, MOTTA, 2000, p. 122) entender o racismo como um problema “ilusório”, decorrente de uma configuração específica na luta de classes, que subsistiria então “por força de certa inércia cultural” (*ibidem*, 2000, p. 123). E é nessa compreensão que Motta entende o quão paradoxais são as discussões da escola de Florestan Fernandes que, ao negar o conceito de democracia racial em detrimento da luta de classes, contribui para fortalecê-lo, destituindo de sentido os problemas reais decorrentes do racismo.

Fernandes e Bastide (1959) é um compêndio de cinco capítulos (que conta com colaboradores de pesquisa como Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Renato Jardim Moreinak), cuja introdução dá pistas para se perceber aspectos dessa escola que corroborem a interpretação do trabalho de Motta (2000) aludida acima:

---

Cândido Mendes (2002, p. 16) que discute acerca da “antiga balela de que o Brasil era um país que estava embranquecendo, e mostrando que ele hoje está enegrecendo”.

O preconceito de cor, cuja função era justificar o trabalho servil do africano, vai servir agora para justificar uma sociedade de classes, mas nem por isso vão variar os estereótipos antigos; mudarão apenas de finalidade. Entretanto, um novo tipo de preto afirma-se cada vez mais, com a transformação do escravo em cidadão, e o branco não sabe mais que atitude tomar para com ele, pois os estereótipos tradicionais já não se aplicam a esse negro que sobe na escala social (BASTIDE e FERNANDES, 1959:xiii)

O preconceito de cor, então, serviria como instrumento de coerção e manutenção de posição de privilégio no interior da sociedade de classes, ou seja, um problema menor a ser superado pela organização do proletariado na luta de classes, e não um problema *per se*. A cor se torna um artifício identificador dos indivíduos quanto à sua posição na escala social. Confirmando isso, outra passagem da obra (BASTIDE e FERNANDES, 1959, p. 82) fornece uma interpretação objetiva de uma das discussões que serão desenvolvidas adiante, acerca da proeminência da cor como marca racial no Brasil e dos diversos posicionamentos em relação a ela enquanto categoria analítica (ver GUIMARÃES, 2004; MAGALHÃES, 2004, 2006a), tornando-se (a cor), na escola de Fernandes, um:

símbolo de posição social, um ponto de referência imediatamente visível e inelutável, através do qual se poderia presumir a situação de indivíduos isolados, como *socius* e como pessoa, tanto quanto definir o destino de uma “raça”. Neste sentido, pode-se afirmar que a cor não só transparecia na ‘anatomia’ da sociedade escravocrata de São Paulo, mas ainda intervinha, dinamicamente, em sua ‘fisiologia’ (BASTIDE e FERNANDES, 1959, p. 82)

Outro trabalho, Fernandes (1978, p. 20), indica que “a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se”, como se fosse possível buscar um indivíduo ideal para “corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo”. Apesar de reconhecer a responsabilidade da sociedade brasileira na vulnerabilidade social dos negros, a acriticidade implícita na

expectativa de conformação com as demandas da república capitalista contribui para a naturalização de uma hegemonia simbólica danosa, ainda que tácita.

Antes de avançar para o próximo paradigma, é interessante retomar que a expressão democracia racial havia sido forjada como influência de uma interpretação positiva de Bastide acerca das discussões de Freyre (cf. GUIMARÃES, 2002). Mas Bastide, como parte do grupo associado a Fernandes, parece operar uma transição do primeiro para o segundo paradigma, pois seu trabalho vai subsidiar mais tarde a crítica a Freyre (1984[1933], 1968[1936]) no modelo de Bastide e Fernandes (1959) e Fernandes (1978). Então, ainda que a primeira impressão acerca do trabalho de Fernandes suscite uma crítica contundente à idéia de democracia racial e contribua para o entendimento dessa noção como mito (fator crucial que será retomado adiante), o fato de perceber o racismo brasileiro como um subconjunto residual na sociedade de classes dirime parcialmente o valor crítico dessa abordagem.

O terceiro modelo destacado por Motta (2000) é atribuído a trabalhos (HASEMBALG, 2005[1979]; HASEMBALG e SILVA, 1992) que discutem as relações raciais no Brasil a partir de indicadores demográficos e estatísticos, os quais comprovam a situação de desvantagens sócio-econômicas dos não-brancos no país. Assim como Bastide e Fernandes (1959) e Fernandes (1978), Hasembalg (2005[1979]) e Hasembalg e Silva (1992) também se opõem ao paradigma lusotropicalista da democracia racial de Freyre, só que de maneira distinta. Ao invés de atribuir o valor de resíduo da escravatura ao problema do racismo, como Bastide e Fernandes (1959) e Fernandes (1978) o fazem, Hasembalg (2005[1979]) e Hasembalg e Silva (1992) defendem que o racismo toma outros significados, operando com mecanismos sutis de forma a situar os não-brancos nos índices de desvantagens sociais evidenciada nos

dados quantitativos.<sup>36</sup> O que Motta (2000) critica nas formulações de Hasembalg (2005[1979]) e Hasembalg e Silva (1992) é que essas se voltam para a observação das desigualdades, que demonstram claramente as vantagens dos brancos em detrimento dos não-brancos, mas não se ocupam em explicar ou provar empiricamente como o racismo é re-significado e como ele opera, de quem (ou o quê) contra quem. Assim, com a diluição de responsabilidades num problema comprovadamente perverso, no argumento de Motta (2000), tal modelo ainda não parece erradicar o espectro da democracia racial.

Porém, a demanda que Motta (2000) lança sobre o construto de Hasembalg parece por demais inalcançável, uma vez que o trabalho deste se insere especificamente na observação das conseqüências de uma repressão e de um “autoritarismo difuso” de “matizes paternalistas” com uma “delicada mistura de controles ideológicos e cooptação social” dos negros (HASEMBALG, 2005, p. 267), análise que não permitiria de fato a explicitação de atores sociais, mas que contribui ainda assim para a “reconstrução da história social dos brasileiros de descendência africana” (*ibidem*, p. 17). Há que se lograr um avanço acerca da função mítica da ‘democracia racial’ como legitimadora de assimetrias sociais e também contra a “tendência a reduzir os problemas dos negros e mulatos àqueles da classe operária e das massas populares” (*ibidem*, p. 19), argumentos que estabelecem a crítica às escolas de Freyre e Fernandes, respectivamente.

É curioso também observar que o prefácio de *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil* (2005[1979]) é de Fernando Henrique Cardoso, partícipe da escola de Florestan e que realiza um movimento análogo ao de Bastide (cf. GUIMARÃES, 2002) quando este intermedeia entre os paradigmas de Freyre e Fernandes. Cardoso (2005, p. 14) parece servir de passagem entre os paradigmas de Fernandes e Hasembalg,

---

<sup>36</sup> As escolhas lexicais de ‘brancos’ e ‘não-brancos’ procuram reproduzir os termos utilizados nas referidas pesquisas.

destacando o “esmero acadêmico” do autor prefaciado e justificando, de certa maneira, a interpretação deste, ao dar pistas acerca da peculiaridade brasileira no que concerne a questão racial. Cardoso (2005, p. 15) atribui o “sistema misto de acomodação e de repressão”, que seria o “mecanismo básico de subordinação aquiescente” da população não-branca, à ausência de rompimentos mais claros como a Guerra de Secessão americana, diferentemente do paradigma anteriormente apresentado.

Um destaque especial é dado à comemoração do centenário da abolição em 1988, na discussão de Silva e Hasembalg (1992, p. 139-41), que identifica um momento de “densidade simbólica” e rediscute a persistência do então cinqüentenário “mito racial”. Teve destaque nesse momento a criação da Fundação Cultural Palmares, no governo de José Sarney, e a re-significação do território da Serra da Barriga, no Alagoas, erigindo um marco ao Quilombo dos Palmares, supostamente com atenção às demandas dos movimentos sociais. Não se pode esquecer, no entanto, que foi o próprio Sarney quem tentou vetar um avanço em relação à Lei Afonso Arinos, de nº 1.390, de julho de 1951, na qual o racismo figurava como mera contravenção, tentando relegar as conquistas nas relações político-raciais à esfera da cultura, peculiaridade de “matizes paternalistas” (HASEMBALG e SILVA, 1992, p. 143).

Porém, na Assembléia Constituinte de 1988, passa a Lei CAO (Carlos Alberto de Oliveira), “graças às pressões dos movimentos negros” (MUNANGA, 1996, p. 87), que regulamentaria o princípio constitucional de classificar os crimes de racismo e práticas discriminatórias como inafiançáveis. Então é necessário argumentar que o advento da abolição e a comemoração de seu centenário devam ser vistos muito criticamente, pois intentam representar um protagonismo branco e não uma culminância das lutas dos negros, o que gerou inúmeros protestos dos movimentos sociais negros em

várias partes do país, por vezes reprimidos pelos aparatos do Estado ou discretamente censurados pela mídia.

Finalizando essa rápida passagem pelos três principais paradigmas para a interpretação das relações raciais brasileiras, é sugerida (HASEMBALG, 2005[1979]) certa complementaridade entre os paradigmas de Fernandes e o de Hasembalg quanto aos significados de raça, o primeiro como sistema de estrutura de classes e o último como sistema de estratificação social, ainda que partam de suposições diferentes. O primeiro, calcado na clássica interpretação marxista de classes antagônicas excludentes no acesso aos meios de produção e exploração da força de trabalho; o último, nas “formas, funções e conseqüências de sistemas de desigualdade social estruturada”, ou seja, “refere-se à distribuição diferencial de recompensas e privilégios” em um “processo individual de obtenção de status, bem como a transmissão intergeracional de desigualdade social” (HASEMBALG, 2005[1979], p. 88).

Indiferentemente a essas interpretações, sejam elas complementares ou antagônicas, um destaque necessário a se fazer antes de avançar para a seção específica da questão racial na mídia, está no tratamento dado em Hasembalg (2005[1979]) e Hasembalg e Silva (1992) ao desenvolvimento organizado e à importância crítica dos movimentos sociais negros. Esses movimentos nunca estiveram ausentes em nenhum dos momentos históricos associados aos três paradigmas, como será visto adiante e confirmado em trabalhos como Nascimento e Nascimento (2000, p. 204). No entanto, em Freyre (1984[1933]; 1968[1936]) e em Fernandes (BASTIDE e FERNANDES, 1959; FERNANDES, 1978), parecem estar alheios ou sujeitados às conquistas político-sociais. Em Hasembalg (2005[1979]) e Hasembalg e Silva (1992) é conferida maior

centralidade a um protagonismo de fato, fazendo desta contribuição teórica um marco de reconhecimento intelectual.

### **1.8: Anti-racismos e movimentos sociais negros**

Focalizando a discussão a partir das Ciências Sociais contemporâneas, Munanga (1996 e 2005) fornecem um panorama histórico da evolução de algumas das lutas anti-racistas protagonizadas pelos movimentos negros (paralelos aos momentos teóricos apresentados na seção anterior), iniciando pela Imprensa Negra, movimento que deu origem à Frente Negra, na década de 1930. Depois que este movimento foi suprimido pelo regime de Vargas, a ‘resistência’ renasceu em 1945, após o período de totalitarismo, na forma da Primeira Convenção Nacional do Negro Brasileiro, juntamente com o Teatro Experimental Negro (MUNANGA, 1996, 2005). Este grupo criou o jornal *Quilombo*, importante órgão de informação e formação da militância negra (NASCIMENTO, 2003). Mais tarde, na década de 70, esses movimentos se multiplicaram, influenciando e sendo influenciados por outros como o Pan-africanismo e o Negritude, além de seus próprios antecessores. Porém, dessa vez com uma preocupação maior na asserção histórica das identidades sócio-raciais, contrário aos movimentos antecedentes, que tinham como objetivo uma assimilação gradual pelos brancos, como é discutido em Munanga (1996, 2005) e também em Nascimento (2003).

Na atualidade, apesar de avanços incontestáveis, é constatada uma grande dificuldade no desenvolvimento dessas lutas anti-racistas, localizada nas “contradições e [n]a falta de consenso sobre o conteúdo do racismo por parte dos especialistas e

estudiosos de vários ramos” (MUNANGA, 1996, p. 79-80), com ponderações acerca das dificuldades intrínsecas às diferentes concepções, seja de intelectuais liberais de direita, de radicais de esquerda e da ação militante negra, cada qual clamando por uma forma de combate específica. “Para a direita liberal, o combate ao racismo supõe uma guerra contra a pobreza” aliada a medidas de ascensão econômica, enquanto na esquerda persiste “a visão radical de que o racismo é uma questão de classe”, na qual é necessário “transformar profunda e radicalmente a estrutura de uma sociedade de classe” (MUNANGA, 1996, p. 80). Ambos os discursos, segundo o argumento de Munanga (1996), falham ao não levarem em consideração as diferenças culturais e biológicas, entendidas como estruturadoras e classificadoras de problemas associados ao racismo, ainda que tal racismo não seja mais institucionalizado. Também merece atenção a falta de isenção da ciência moderna em relação à criação de mitos, permitindo associações entre ‘raça’ e inteligência, como em Murray e Hernstein (1994).<sup>37</sup>

Quanto à ação militante negra, uma grande instabilidade conceitual ainda resulta em estratégias não unitárias, impedindo que as lutas anti-racistas avancem de maneira mais eficiente em termos de conquistas políticas (MUNANGA, 1996, 2005). Munanga (2005, p. 139-40) destaca a vertente cultural-educativa e a vertente política, que são interligadas, nas quais se subdividem as estratégias de luta do “Movimento Negro de todos os tempos”. A primeira seria voltada para garantir o reconhecimento das identidades afrodescendentes, materializando ações como a inclusão curricular de história e cultura do negro brasileiro; a segunda seria voltada para a implantação de políticas afirmativas e para medidas compensatórias. D’adesky (2001), além das duas vertentes apontadas em Munanga (2005), destaca também a corrente religiosa, para a

---

<sup>37</sup> Este trabalho foi publicado pela Free Press em 1994, com o título completo: *The Bell Curve: Intelligence and Class Structure in American Life*.

qual o terreiro é um “espaço de resistência por excelência” (D’ADESKY, 2001, p. 159), por permitir a transposição para um campo simbólico conectado à ancestralidade africana, ambiente que funciona como escola formadora na cultura dos antepassados, irradiador de solidariedade e tolerância.

Um outro viés possível para esta diferenciação em termos de enfoque é a divisão ideológica nos movimentos sociais negros, que, segundo D’Adesky (2001), se dá entre as correntes moderada e radical. A primeira, visando à integração social dos negros, de cunho assimilacionista, como já dito, associada a “intelectuais e militantes próximos dos poderes públicos” (D’ADESKY, 2001, p. 167); a segunda, radical, que recusa a submissão às instituições governamentais, produtos de uma lógica branca, associada a “sindicatos de operários e das comunidades rurais de descendentes de escravos” (*ibidem*, p. 168). Então, no que concerne a atuação política, tanto quanto outros movimentos sociais, os movimentos sociais negros enfrentam grandes dificuldades por comportarem grandes diferenças internas, o que é peculiar num contexto multifacetado em termos sócio-raciais como o Brasil.

Explorando um pouco mais as possibilidades de detalhamento conceitual para **racismo**, D’Adesky (2001) sintetiza o modelo quadripartito de Taguieff (1988, 1995), que identifica, a partir dos pares canônicos universalista/diferencialista e espiritualista/biomaterialista, quatro nuances para o conceito, cada qual clamando por uma forma específica de anti-racismo. A partir desse modelo são identificados:

- racismo universalista do tipo espiritualista – concepção evolucionista que pressupõe que diferentes grupos humanos estejam mais ou menos aptos ao processo civilizatório;

- racismo universalista bioevolucionista ou biomaterialista – “defendem a existência de raças adiantadas e raças atrasadas dentro do processo evolutivo” que legitimam o extermínio de “raças inferiores, inaptas para o progresso” (D’ADESKY, 2001, p. 27);
- racismo diferencialista espiritualista – postula que cada grupo humano (racial, étnico ou nacional) contenha uma essência que o diferencia dos demais, considerando negativas quaisquer processos de miscigenação cultural ou espiritual;
- racismo diferencialista biomaterialista – “postula que as raças humanas são quase-espécies no sentido zoológico [...], não pode haver passagem de uma para outra” e o contato inter-racial seria uma “transgressão às leis da natureza” (D’ADESKY, 2001, p. 28).

Para tais tipos de racismo corresponderiam, respectivamente, os seguintes anti-racismos:

- anti-racismo universalista espiritualista – calcado na noção de que o progresso, através de uma educação racional, pode eliminar arcaísmos culturais (como o preconceito) e garantir igualdade no processo civilizatório;
- anti-racismo universalista biomaterialista – calcado na idéia da síntese de grupos humanos como o processo ideal para confirmar o princípio de uma inerente unidade da espécie humana;
- anti-racismo diferencialista espírito-cultural – centrado na “preservação de identidades culturais” que reivindicam o “‘direito à diferença’ pelas minorias culturais e pelas etnias ameaçadas” para enfrentar “o racismo ‘imperialista’,

uniformizador, homogeneizador, desenraizador dos indivíduos” (D’ADESKY, 2001, p. 28);

- anti-racismo diferencialista biomaterialista – pautado no respeito às especificidades culturais e biológicas, ou “diferenças bioculturais”, essencial para o desenvolvimento livre de cada raça (D’ADESKY, 2001, p. 29);

Outro fator de preponderância na organização das relações raciais brasileiras nos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, fator de obscurecimento de identidades sócio-raciais, a mestiçagem consensual no Brasil é vista por Munanga (1999, p. 16) como “uma nova sutileza ideológica para recuperar a idéia da unidade nacional não alcançada pelo fracasso do branqueamento físico”. Isso contraria a tendência “dos movimentos negros e outras chamadas minorias”, cujas lutas preconizam uma “sociedade plural e de identidades múltiplas”, na qual a “identidade afro-descendente” inspiraria maior unidade política, em contraste com as identidades “negra e mestiça” (MUNANGA, 1999, p. 16).

Uma série de argumentos de autores clássicos da questão racial no mundo são refutados em Munanga (1999), que traça um histórico das noções de mestiçagem que permeavam e que ainda permeiam as formulações, tanto científicas como populares no Brasil. Dentre esses clássicos, Munanga (1999, p. 33-4) destaca o trabalho de Moreau de Saint-Méry (1958), que cria uma classificação física com 9 gradações cromáticas para os seres humanos contendo “apreciações concernentes a certos traços de comportamento, em especial os que dizem respeito à paixão dos sentidos”. Ou seja, a racionalidade que tende a atribuir valores morais a traços físicos, já influencia, desde o século XVIII, os pressupostos científicos e antropológicos adotados pelos cientistas

brasileiros do final do século XIX e século XX, podendo explicar as “dificuldades que os negros e seus descendentes mestiços encontram para construir uma identidade coletiva, politicamente mobilizadora” (*ibidem*, p. 51).

Antes de proceder ao Capítulo 2, é necessário enfatizar que as bases teóricas apresentadas no Capítulo 1 subsidiarão a discussão nos capítulos seguintes, o próximo dos quais versando sobre o objeto da pesquisa e todo o percurso metodológico da análise.

O importante é fazer as coisas com gosto.  
E se escolheu um tema que lhe interessa,  
se decidiu dedicar realmente à tese o período,  
mesmo curto, que lhe foi prefixado (...),  
verá agora que a tese pode ser vivida como um jogo,  
como uma aposta, como uma caça ao tesouro

(Umberto Eco)

## **Capítulo 2**

### **Corpus e Metodologia**

#### **Introdução**

Este capítulo apresenta a configuração geral no que se refere à metodologia da pesquisa, que envolve a escolha, o recorte e a descrição do corpus, bem como os procedimentos para a organização e análises da tese. Na primeira das duas seções a seguir faz-se uma descrição dos materiais da pesquisa, isto é, do corpus em todas as suas dimensões, justificando sua pertinência e explicitando seus recortes. É feita também uma breve síntese do que já foi desenvolvido em termos de objetivos e perguntas de pesquisa, para que o(a) leitor(a) possa associá-las às ações a serem tomadas. A segunda seção é dedicada aos métodos, onde são apresentados e justificados os procedimentos práticos do trabalho, com a listagem das ações desenvolvidas em face dos objetivos e perguntas de pesquisa que serão oportunamente reiterados.

## **2.1: O corpus de pesquisa**

Esta seção é destinada a descrever o corpus da pesquisa, extraído do jornal a *Folha de São Paulo*, ou *Folha*<sup>38</sup>, que foi eleito para a coleta de dados autênticos da linguagem, especificamente nos anos de 1995, 2001 e 2005. Foi tomado um jornal porque a pesquisa parte do princípio que a comunicação de massa exerce papel crucial na organização e desenvolvimento das sociedades contemporâneas, fazendo com que a compreensão crítica de seus mecanismos se torne cada vez mais necessária.

---

<sup>38</sup> Como esta (*Folha de São Paulo*) se reconhece (MANUAL, 2001), e conforme citado em diversos trabalhos (IRACI e SANEMATSU, 2002; MAGALHÃES, 2004, 2006; MARTINS, 2004).

As principais razões para se eleger a *Folha* como corpus de pesquisa foram: (1) a questão da representatividade do jornal de maior circulação no Brasil (cf. CARMO e MAGALHÃES, 2005), pouco maior que a do *O Globo*, o que faz da *Folha* um objeto potencial para pesquisas críticas, que vão atentar para o exercício do poder que sua proeminência numérica implica;<sup>39</sup> (2) o acesso facilitado aos textos já em formato digital, em grande quantidade e em curto espaço de tempo; e (3) o fato de a *Folha* ter sempre exercido influência sobre, e certamente ter sido influenciada por, uma faixa da população brasileira com acesso aos bens culturais disponíveis e com grande poder na formação de opinião (cf. GUIMARÃES, 2004).

E essa asserção não tem relação com qualquer valor intrínseco de eficiência jornalística ou de ética política do jornal, mas apenas valor numérico, o que reflete em sua projeção social. Ou seja, utilizar esse jornal de formato *standard* (cf. IRACI e SANEMATSU, 2002) na pesquisa é tentar um retrato panorâmico do pensamento político hegemônico de elites econômicas e intelectuais no país, bem como das lideranças dos movimentos sociais, cujas vozes são chamadas a se fazerem representar no jornal, não raro estrategicamente via discurso direto (MAGALHÃES, 2004).

Os textos foram selecionados pela variável do campo do discurso, ou estrutura do campo (cf. VAN LEEUWEN, 1993), aqui nomeado ‘relações raciais como representadas na mídia impressa’, além de campos conexos, através de busca pelo item lexical **racismo**<sup>40</sup>, que é a palavra-chave (WILLIAMS, 1988) que fundamentou a seleção. Essa variável se encontra “mais dispersa ao longo do texto” e “realiza o conhecimento de um campo ao passo que é construído no contexto de um dado domínio

---

<sup>39</sup> Sobre circulação de jornais, consultar informação de Marinilda Carvalho, no Observatório da Imprensa, disponível on-line em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=320SAI002>.

institucional” (VAN LEEUWEN, 1993, p. 194), ou seja, o campo permite averiguar como esse conhecimento acerca das relações raciais brasileiras é constituído na mídia impressa, institucionalmente representada aqui pela *Folha*.

Quanto ao conceito de palavras-chave aqui adotado, como citado, este é associado a Williams (1988, p. 15), onde tais palavras são consideradas duplamente importantes num determinado contexto cultural, pois elas “ligam certas atividades à sua interpretação” e são também “indicativas de certas formas de pensamento”. No caso desta pesquisa, a palavra-chave **racismo** permite a seleção de textos de grande complexidade quanto às atividades nas quais estão engajados, bem como quanto à sua interpretação, além de poderem indicar, pelos contextos de uso, as implicações ideológicas das práticas discursivas e sociais adotadas.

Considerando-se a dimensão do corpus e o recorte temporal a ser feito, procurou-se a princípio, mapear toda uma década, entre 1995 e 2005. Intuíam-se que uma década, dividida entre dois séculos, além de conformar com uma unidade de tempo culturalmente naturalizada, iria contemplar importantes e rápidas mudanças políticas, econômicas e ideológicas daquele período, tanto interna quanto externamente. Por exemplo, politicamente, no plano interno, a década cobre o segundo período do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, todo o seu segundo mandato e quase a totalidade do primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, com todos os significados que tais processos implicaram. No plano externo, uma proliferação de conflitos entre povos, sendo o episódio de 11 de Setembro de 2001 um marco importante na re-significação de identidades culturais e reorientação nas relações políticas mundiais. Na interseção dos aspectos econômico e ideológico, a expansão do

---

<sup>40</sup> Será utilizado, para efeito de distinção metodológica, o recurso do negrito para destacar palavras ou expressões sob análise oriundas do corpus de pesquisa; e asterisco \* preso a um radical para indicar que o

conceito de globalização e os processos dela decorrentes, bem como os movimentos de resistência anti-globalização, também mostraram o dinamismo desses dez anos.

Porém, como a profundidade com a qual se aborda um corpus é, na lógica, inversamente proporcional à sua dimensão, e como na ACD as pesquisas não dependem desse fator (praticamente qualquer material textual, em qualquer quantidade, pode vir a ser objeto de investigação na ACD), buscou-se um meio-termo. Assim, foram tomados para análise apenas os momentos mais destacados numericamente em termos da quantidade de textos publicados com a palavra-chave **racismo** na década em questão, sob a hipótese de que, quanto maior o número de textos, maiores são as possibilidades de constatação da diversidade de contextos e de discursos.

Então, foram selecionados apenas os anos 1995, 2001 e 2005, por refletirem três momentos importantes, que deram origem a numerosos debates e estão mostrados numericamente na TAB. 1, abaixo. Para esses três anos, a pesquisa com a ferramenta de busca da *Folha Online* registrou ocorrências de textos com a palavra-chave **racismo** em quantidades proeminentes (considerando os demais anos do intervalo), com 571, 552 e 527 textos, em 1995, 2001 e 2005, respectivamente. Dada tal projeção, decidiu-se fazer um recorte no corpus e focalizar esses três anos, iniciando a investigação pelas razões dessa configuração:

**TABELA 1**  
Nº de textos da *Folha* com a palavra-chave **racismo**

---

mesmo lema (ou lexema) pode apresentar variadas flexões, ou ‘*word-forms*’ (STUBBS, 2002).

ANO	Nº DE TEXTOS
1994	306
<b>1995</b>	<b>571</b>
1996	347
1997	324
1998	331
1999	273
2000	357
<b>2001</b>	<b>552</b>
2002	301
2003	250
2004	229
<b>2005</b>	<b>527</b>
2006	381

A partir dos dados da TAB. 1 foi delimitado o *corpus restrito*, dividido em três subcorpora, aqui nomeados CF-1995, CF-2001 e CF-2005. Estes são constituídos por todos os textos da *Folha* contendo a palavra-chave **racismo** publicados nos anos de 1995, 2001 e 2005, respectivamente. O corpus se encaixa na definição de Médio, entre 250 mil a 1 milhão de palavras (cf. SARDINHA, 2004, p. 26). Quanto ao tamanho de cada um dos subcorpora, o CF-1995 contém 210.619 tokens e 21.549 types; o CF-2001 contém 231.029 tokens e 21.449 types; e o CF-2005, 180.672 tokens e 18.315 types. Através desses recortes foi possível obter uma visão geral da última década quanto às

relações raciais brasileiras como representadas na *Folha*, a partir do ano em que os movimentos sociais negros intensificaram sua intervenção na arena política (e conseqüentemente na mídia), com a re-significação, em 1995, do papel de Zumbi dos Palmares e de suas lutas.

Após o marco do tricentenário de Zumbi, a Conferência de Durban em 2001 foi outro momento significativo. Sucedendo as conferências de 1978 e 1983, que trataram majoritariamente de temas relacionados ao regime do *apartheid* e ao sionismo, a 3ª Conferência, de 2001, teve um enfoque mais claramente voltado para a questão do racismo em contextos que não necessariamente aqueles onde a discriminação era institucionalizada por um racismo diferencialista, como no antigo regime da África do Sul, oposto, por exemplo, ao racismo eminentemente universalista brasileiro.

Em 2005, além de fatos de mídia relacionados aos dez anos do tricentenário de Zumbi dos Palmares, com nova marcha para Brasília (os quais já evidenciam relações de intertextualidade e de interdiscursividade)<sup>41</sup>, a questão racial brasileira teve seu debate em muito circunscrito a questões envolvendo manifestações de racismo no futebol. No Brasil e na Europa muitos episódios foram relatados, atraindo a atenção dos veículos de comunicação de massa e também provocando jurisprudências na criminalização de episódios corriqueiros de racismo.

Ainda sobre esses três momentos, vale lembrar que muito do que ocorreu nas relações raciais brasileiras, como representado no corpus, foi produto de uma dinâmica negociação entre as diversas áreas do conhecimento que delas se ocupam, tanto interna

---

<sup>41</sup> Cabe também nesse parêntese incluir o conceito de *intercontextualidade*, a partir de Meurer (2004, p. 135), que “é a condição em que dois ou mais contextos se interligam e se interpenetram em determinada prática social”, noção que dialoga explicitamente com o “estudo da interação entre o global e o local na construção das identidades sociais”, interpretada do trabalho de Moita Lopes (2002). Ainda sobre *intercontextualidade*, tal conceito se assemelha à noção de *recontextualização*, de Bernstein (1981, 1996), já mencionada anteriormente.

quanto externamente, além de contextos de normatização internacional, como os acordos, leis e convenções. Ou seja, esses momentos são constitutivos de discursos em constante transformação, no Brasil e alhures, sendo o intercâmbio uma característica inerente. E isso se dá através dos movimentos sociais, dos governos, das áreas do conhecimento, da mídia, das relações comerciais, ou qualquer outro ambiente de interação que exija aquiescência mútua quanto a conceitos e práticas sociais.

Quanto a reunir textos a partir da palavra-chave **racismo**, esses possibilitam um dimensionamento das relações raciais em geral, refletindo diferentes posicionamentos. Como o racismo é um fenômeno multifacetado (cf. D'ADESKY, 2001), sua discussão é encontrada em textos de diversos gêneros, que contemplam as mais diversas acepções conceituais e orientações políticas, de centro, de direita, de esquerda, dos movimentos sociais, da ciência e outras. Além disso, as análises do termo **racismo** e seus contextos de produção trazem à tona representações de outros fenômenos teoricamente controversos como, por exemplo, a democracia racial brasileira, a mestiçagem e o racismo cordial, conceitos de fundamental interesse e que também constituem objeto de investigação. Mas, acima de tudo, o racismo é o problema motivador desse esforço de pesquisa e constitui uma prática contra a qual é desejável e necessário contribuir, ainda que de forma limitada, o que faz jus à sua escolha como palavra-chave.

Para que esta contribuição seja validada, no entanto, há que se fazer uma investigação dos dados do corpus a partir de objetivos e perguntas de pesquisa que foram detalhados na Introdução, e serão reiterados sinteticamente a seguir, aproximando-os dos procedimentos de análise.

O primeiro objetivo, mais geral, é destacar as possibilidades de contribuição da LA quanto às relações raciais brasileiras, no que concerne a problematização de

conceitos há muito naturalizados no mundo da vida, como racismo, raça, discriminação, preconceito, bem como a noção internacionalizada (e não menos internalizada) do Brasil como uma democracia racial. Imbricadas com essa noção estão outras, que podem também revelar lógicas subjacentes das relações raciais brasileiras, como os já citados paradigma da morenidade, o supremacismo branco, o embranquecimento, a mestiçagem e o sortilégio da cor. Todos esses conceitos, desenvolvidos criticamente em momentos diferentes a partir de diversas afiliações disciplinares no escopo das CS, demonstram seu alcance na vida social ainda hoje, onde as diferenças tendem a ser naturalizadas, ou seja, há uma “assimilação dos diferentes’ pela miscigenação e pela mestiçagem cultural” (MUNANGA, 1999, p. 115). A intenção é contribuir para a verificação dessa naturalização no uso da linguagem da mídia impressa, como representada no corpus da *Folha*.

Assim sendo, neste trabalho que prossegue a tradição de estudos anteriores (MAGALHÃES, 2004; CARMO e MAGALHÃES, 2005), são utilizados instrumentos da análise textual para a pesquisa social, com enfoque na coesão lexical. Isso conduz ao segundo objetivo, mais específico, que procura mapear as orientações para a diferença e as principais tendências no funcionamento do léxico em campos semânticos centrais para as relações raciais brasileiras, associando-os a seus respectivos contextos históricos e culturais. Dentre essas associações, faz-se a descrição de contextos sócio-semânticos da palavra-chave **racismo** com base em seus colocados e, por conseguinte, de palavras e colocações a ela relacionadas, considerando-se suas ocorrências nos subcorpora. Isso é importante ressaltar, pois a palavra-chave **racismo**, ainda que tenha sido o critério principal de seleção de textos, deve ser considerada em conjunto com outros itens

lexicais, pois é indissociável dos mesmos nas relações raciais brasileiras, e ocorrem naturalmente nos textos associados a racismo.

A partir dessas reflexões mais gerais acerca dos objetivos do trabalho, retomadas da Introdução, faz-se necessário também retomar, de forma condensada, as perguntas de pesquisa em diferentes níveis de complexidade. Isso é feito para aproximá-las dos procedimentos que serão listados adiante, orientando e justificando a utilização das ferramentas e das estratégias de análise disponibilizadas pelas teorias. Desta forma, a primeira pergunta a ser retomada, ainda que de caráter mais abrangente e focalizada apenas na etapa de descrição de dados, intenta explicitar os contextos discursivos que determinaram o recorte do corpus, já revelando uma das preocupações principais de pesquisa:

1. Quais são as curvas de ocorrências da palavra-chave **racismo** e dos itens lexicais e colocações a ela associados nas relações raciais brasileiras, e como estas se relacionam aos contextos sócio-históricos dos subcorpora, em termos de quais contextos privilegiam a ocorrência de quais itens lexicais?

Mais uma pergunta é colocada visando o desdobramento analítico, na teoria social do discurso, dos dados levantados na pergunta anterior:

2. Como estão configurados os contextos sócio-semânticos dos campos discursivos associados à palavra-chave **racismo** nos subcorpora, com base em seus principais colocados, e a quais discursos tais configurações remetem?

A terceira pergunta é mais específica e detalhada, porque versa diretamente sobre categorias analíticas centrais para o trabalho:

3. Quais são as tendências mais evidentes observadas nos subcorpora quanto à naturalização, tecnologização, democratização e(ou) comodificação do discurso, considerando-se o uso dos itens lexicais e colocações destacados?

As duas últimas perguntas contemplam a preocupação da pesquisa em relação à mídia impressa, procurando congregiar os temas das perguntas anteriores quanto às práticas discursivas e sociais da *Folha*, como interpretadas a partir do corpus de pesquisa:

4. Qual é a relação entre práticas discursivas e sociais da mídia impressa, assim como representada no corpus, e os padrões de ocorrência revelados pelos itens lexicais e colocações sob análise?
5. Tendo em vista os cinco cenários de interpretação nas orientações para a diferença (abertura, acentuação, superação, suspensão e consenso), que tendências de representação da diferença pela mídia podem ser identificadas no corpus?

Uma vez retomadas as perguntas que procuraram sintetizar os objetivos em diferentes níveis de investigação, e que vão orientar as análises mais adiante, no que segue serão detalhados os procedimentos projetados em vista de tais objetivos, na seção de métodos.

## **2.2: Metodologia: o trabalho com o corpus**

Esta seção é destinada ao percurso metodológico da pesquisa, na qual são descritas as etapas do processo de organização e análise do corpus, a partir dos objetivos e das perguntas de pesquisa listadas no capítulo de Introdução e reiteradas

sinteticamente acima. No entanto, antes de abordar os procedimentos práticos e analíticos relacionados ao corpus descrito na seção anterior, é necessário descrever alguns procedimentos quanto aos conceitos dos principais itens lexicais e colocações implicadas, cuja leitura e sistematização antecederam a análise de dados.

Nessa etapa procurou-se contemplar as definições contidas em dois dicionários do português brasileiro, a saber, Borba (2002) e Houaiss e Villar (2001), juntamente com um dicionário especializado em relações étnico-raciais, Cashmore (2000), elaborado no contexto cultural norte-americano. Estes três itens foram tomados primeiramente por serem dicionários, obras que pressupõem autoridade normativa e representam um acúmulo lexicográfico de uma sociedade, supostamente um produto natural de forças sociais. Além disso, cada qual tem suas características definidoras, as quais podem ser sintetizadas como sendo, em Borba (2002), o critério de seleção e sistematização com base em corpora; em Houaiss e Villar (2001) o detalhamento conceitual e formal; e, em Cashmore (2000), a contribuição aplicada às relações raciais, muito em sintonia com as CS. Tal consulta e organização de conceitos, no entanto, não foi sistemática para todos os itens lexicais pesquisados, tendo sido focalizada em conceitos mais complexos e de maior centralidade nesta investigação.

Em outro nível, foram acessados conceitos especializados em trabalhos acadêmicos no escopo das CS, juntamente com trabalhos de institutos de pesquisa, com quem dialogam. Esse procedimento foi tomado com o fito de estabelecer um nível mais especializado e crítico para os conceitos. Isso porque, nos gêneros acadêmicos, a demarcação crítica de conceitos e nichos disciplinares, bem como o questionamento quanto a naturalizações, são movimentos peculiares. A própria opção por um conceito e a sua racionalização argumentativa ou mesmo a legitimação de pressupostos conceituais

já pode evidenciar afiliações teóricas em grande escala. E tais construções discursivas mais dinâmicas são produtivas de se verificar contrastivamente com os conceitos oriundos dos dicionários e os usos autênticos no corpus. Além disso, também em virtude da natureza genérica dos trabalhos acadêmicos, há uma preocupação maior em se estabelecerem sistematicamente relações entre os termos apresentados, o que dá maior elasticidade conceitual aos mesmos, característica esta inadequada para dicionários, por exemplo. Também nesse nível de apresentação de definições não houve a preocupação com uma revisão exaustiva dos itens lexicais e colocações, tendo esses sido sistematizados de acordo com as prioridades dos objetivos e perguntas de pesquisa.

Uma vez situados os processos que versam especificamente sobre os conceitos dos itens lexicais e das colocações investigadas, as etapas e os procedimentos mais práticos da pesquisa serão listados em tópicos numerados abaixo, considerando-se que estão em relação de complementaridade uns com os outros e com as formulações conceituais que antecederam tais ações (e que estão sintetizadas no tópico 1):

1. Consulta e listagem de conceitos para a palavra-chave **racismo** e para os principais itens lexicais e colocações (quando disponível) a partir de dois dicionários do português brasileiro, de um dicionário especializado em relações raciais, de trabalhos acadêmicos nas CS, e de publicações específicas de institutos de pesquisa;
2. Quanto à coleta do corpus da *Folha*, todos os textos foram selecionados com a ferramenta de busca disponível na *Folha Online*, através da palavra-chave **racismo**, como detalhado anteriormente. Foram copiados todos os textos contendo a palavra-chave nos anos 1995, 2001 e 2005, sendo salvos em arquivo de texto;

3. Os textos do corpus foram preparados para o processamento via *WordSmith Tools*, com marcação manual dos dados paratextuais e técnicos, de modo a não serem computados como textos. Nesse momento foi criada a divisão em três subcorpora, chamados, a título de simplificação, de CF-1995, CF-2001 e CF-2005 (sendo CF para designar Corpus da *Folha*), para os três anos destacados; Após a inserção dos textos no *WordSmith Tools*, foram produzidas listas de palavras dos três subcorpora em separado com a ferramenta *Wordlist* (uma das quais reproduzida parcialmente, a título de ilustração, na FIG. 2 abaixo), com verificação da distribuição real e percentual dos itens lexicais investigados. Conforme mostrado na FIG. 2, na coluna da esquerda tem-se o item lexical, ao centro sua quantidade de ocorrências e à direita a porcentagem que esta quantidade representa no total de palavras do subcorpus:

The screenshot shows the 'Wordlist' application window for the file '[fsp2001.lst wordlist (F)]'. The window contains a table with the following data:

N	Word	Freq.	% Lemmas
1	DE	10.654	4,61
2	A	7.950	3,44
3	O	7.076	3,06
4	QUE	6.446	2,79
5	E	5.751	2,49
6	DO	3.876	1,68
7	DA	3.532	1,53
8	EM	3.059	1,32
9	NÃO	2.473	1,07
10	É	2.439	1,06
11	UM	2.420	1,05
12	PARA	2.399	1,04
13	OS	2.348	1,02
14	NÓ	1.936	0,84
15	NA	1.894	0,82
16	SE	1.866	0,80
17	UMA	1.801	0,78
18	COM	1.771	0,77
19	DOS	1.483	0,64
20	POR	1.448	0,63
21	COMO	1.298	0,56
22	AS	1.225	0,53
23	MAIS	1.143	0,49
24	MAS	924	0,40
25	AO	902	0,39
26	RACISMO	901	0,39

FIGURA 2 - Recorte da lista de palavras no *WordSmith Tools* para o CF-2001

4. Uma vez obtidas todas as listas de palavras, foram organizadas linhas de concordância para a palavra-chave e para os itens lexicais e colocações

destacados, através do concordanciador *Concord*, como ilustrado na FIG. 3, com o lema **cota\***, extraído do CF-2005:

N	Concordance	Set	Tag	Word No.	File	%
47	a nação a elite negra? Cotas são apenas pegu			37.721	rii2~1.txt	66
48	o. Poderíamos criar as cotas socioeconômicas.			36.000	mb~1.txt	56
49	locados pela política de cotas para conseguir e			7.868	ho2~1.txt	14
50	u não a legitimidade de cotas para alunos de es			38.127	rii2~1.txt	67
51	como a implantação de cotas para negros em u			3.864	rii2~1.txt	7
52	a 30%. Na "década das cotas", a redução atingi			40.039	ho2~1.txt	67
53	os de escolas públicas, cotas para pobres, mas			38.133	rii2~1.txt	67
54	a partir do ano que vem, cotas de 50%. As univer			36.052	mb~1.txt	56
55	rsistam. Diz ele que as "cotas isoladas" são co			36.404	rii2~1.txt	64
56	rdico. Isoladamente, as cotas são inconstitucion			36.164	rii2~1.txt	63
57	r meio dessa política de cotas, cada vez mais n			7.798	ho2~1.txt	13
58	reocupante é o que fixa cotas no mercado de tra			2.343	mb~1.txt	4
59	tos" e "pardos" para as cotas funciona como um			48.665	ho2~1.txt	81
60	ipal são os sistemas de cota "racial" em universi			48.652	ho2~1.txt	81
61	ados. Eu não gosto das cotas [raciais], porque a			63.308	mb~1.txt	100
62	ados. Eu não gosto das cotas [raciais], porque a			62.788	mb~1.txt	99
63	constitucionalidade das cotas nas universidades			36.492	rii2~1.txt	64
64	trar na universidade por cotas, milhares continua			36.425	rii2~1.txt	64
65	gora, que é a política de cotas [no ensino superio			32.046	mb~1.txt	50
66	neficiado. Criando uma cota racial, qualquer neg			36.022	mb~1.txt	56
67	admissível a adoção de cotas compensatórias,			36.390	rii2~1.txt	64
68	núcleo no programa de cotas "raciais" nas unive			40.370	ho2~1.txt	68
69	classes populares? As cotas raciais, assim co			38.169	rii2~1.txt	67
70	idas pontuais, como as cotas de vagas_tanto n			16.383	mb~1.txt	26
71	sidade e afirmam que a cota é imoral, ilegítima,			32.071	mb~1.txt	50
72	zado para o sistema de cotas para negros na un			6.794	rii2~1.txt	12

FIGURA 3 – Linhas de concordância para o lema **cota\*** no CF-2005

5. A partir das linhas de concordância, foram também verificados os padrões colocacionais da palavra-chave **racismo** e de itens lexicais relacionados, com o recurso *show collocates* (como ilustrado na FIG. 4 abaixo), o qual, no padrão do *WordSmith Tools*,<sup>42</sup> computa itens no universo de cinco palavras à esquerda e cinco à direita do nódulo o qual, no exemplo da figura a seguir, é a própria palavra-chave **racismo**:

<sup>42</sup> Este padrão pode ser alterado no programa, de acordo com o interesse da pesquisa.

N	WORD	TOTAL	LEFT	RIGHT	L5	L4	L3	L2	L1	*	R1	R2	R3	R4	R5
1	RACISMO	897	55	60	11	8	8	4	24	782	42	1	2	9	6
2	QUE	171	100	71	31	17	26	23	3	0	9	12	19	12	19
3	NÃO	87	40	47	8	11	6	14	1	0	11	7	7	13	9
4	CONTRA	73	60	13	3	1	1	50	5	0	4	1	2	2	4
5	POR	72	40	32	4	2	9	2	23	0	2	9	11	4	6
6	SOBRE	71	66	5	3	6	9	14	34	0	1	1	1	1	1
7	UMA	67	29	38	10	9	10	0	0	0	2	11	10	9	6
8	CORDIAL	55	2	53	0	0	1	1	0	0	29	19	2	1	2
9	COM	49	25	24	4	7	5	6	3	0	3	6	8	5	2
10	PARA	49	34	15	10	7	12	4	1	0	0	2	7	5	1
11	BRASIL	38	13	25	6	1	3	3	0	0	0	18	4	2	1
12	COMO	38	23	15	3	2	6	6	6	0	2	3	7	0	3
13	DOS	35	15	20	4	4	4	1	2	0	3	1	5	7	4
14	MAS	32	6	26	1	1	3	0	1	0	0	18	1	4	3
15	FOI	29	13	16	5	2	5	1	0	0	2	5	2	4	3
16	FOLHA	29	11	18	4	3	3	1	0	0	0	4	5	7	2
17	SER	29	14	15	8	2	4	0	0	0	1	7	2	5	0
18	PELA	25	6	19	4	0	2	0	0	0	3	9	2	2	3
19	MAIS	24	7	17	2	3	2	0	0	0	0	1	3	6	7
20	ENTRE	23	7	16	0	1	2	2	2	0	6	3	4	1	2
21	CRIME	22	17	5	1	3	0	13	0	0	0	3	1	0	1
22	PELO	22	11	11	1	0	1	1	8	0	1	3	3	0	4
23	TEM	22	9	13	1	3	1	1	3	0	0	3	4	1	5
24	NEGROS	21	5	16	3	0	2	0	0	0	0	4	0	8	4
25	CADERNO	20	17	3	0	1	3	9	4	0	0	0	1	1	1
26	MARCHA	20	16	4	1	3	11	1	0	0	0	0	3	0	1

FIGURA 4 – Lista parcial de colocados para racismo no CF-1995

7. A partir dos dados numéricos das listas de palavras e das listas de colocados foram confeccionados gráficos, no intuito de contrastar visualmente alguns grupos importantes de itens lexicais, distribuídos nos seguintes campos semânticos: **relações raciais naturalizadas**; **identidades sociais**, subdividido nos campos semânticos mais específicos de **identidades sócio-raciais**, **pertença racial**, **herança cultural** e **cor da pele**; e **relações raciais em reconstrução**;
8. Assim como feito com os gráficos, foram também confeccionadas tabelas por seção de análise, com ênfase em campos semânticos e dados colocacionais, com o fito de organizar visualmente e aproximar os comentários descritivos e críticos do contexto dos dados;

9. Com os dados do corpus organizados de acordo com os procedimentos até aqui listados, foi feita a descrição das ocorrências da palavra-chave **racismo** e dos itens lexicais e colocações investigados, considerando-se também o entorno dessas ocorrências quanto às predisposições colocacionais. Esses comentários foram ordenados de acordo com os campos semânticos e com os contextos históricos dos subcorpora apresentados acima;
10. Após os comentários descritivos, procedeu-se à análise crítica dos dados em geral, bem como das predisposições colocacionais verificadas para os termos e colocações em destaque nos três subcorpora, com comparação de instâncias autênticas de ocorrências com conceitos processados de acordo com o tópico 1 acima;
11. A partir do balanço descritivo e analítico desenvolvido acerca das relações lexicais, foram elaborados comentários conjugados visando à caracterização de práticas discursivas e sociais da mídia impressa como identificadas no corpus, quanto aos recursos de tecnologização, democratização e comodificação do discurso, bem como quanto às orientações para a diferença, todos eixos analíticos centrais de pesquisa;
12. Encerrando a pesquisa, foi elaborado um comentário conclusivo, no qual foram retomadas sinteticamente as etapas do trabalho. Também foi desenvolvida uma avaliação geral quanto à aplicabilidade dos princípios teóricos e metodológicos adotados, quanto à pertinência da escolha e dos recortes no corpus em vista dos objetivos delineados, quanto às limitações e dificuldades mais determinantes do trabalho e quanto às possibilidades de contribuição para o nicho disciplinar ao qual o trabalho está afiliado.

Somados a esses procedimentos estão todos aqueles que constituem o trabalho de pesquisa em geral, que compreende, *a priori*, escolhas, recortes, organização e sistematização quanto ao campo teórico ao qual o(a) pesquisador(a) se afilia (cf. ECO, 2005[1977]), além de todas as atribuições e atividades implicadas na constituição do gênero discursivo tese. No que segue serão aplicados os procedimentos analíticos listados acima.

Precisamos entender melhor como o racismo opera,  
desvendando suas raízes intelectuais  
e demonstrando ponto por ponto a sua dinâmica  
e metamorfose contemporânea  
a fim de desenvolver novas estratégias para combatê-lo

(Kabengele Munanga)

## Capítulo 3

### **Análise de dados: o léxico em campos semânticos associados à palavra-chave racismo**

#### **Introdução**

A palavra-chave **racismo**, que é o principal foco desta pesquisa e que determinou a seleção do corpus de textos da *Folha*, bem como orientou o acesso à literatura especializada, é analisada neste capítulo em diversas dimensões da coesão lexical, o que inclui também a análise de termos e de colocações cuja imbricação conceitual com **racismo** as torna objeto de investigação. O léxico que subsidia as discussões sobre a questão racial brasileira como veiculada na mídia impressa, no caso na *Folha* no corpus selecionado e já detalhado, bem como nos dicionários e obras especializadas, é aqui organizado inicialmente, entre outros critérios possíveis, através de campos semânticos, o que permite uma análise em grupos de itens lexicais com maior correlação semântica, competindo ou colaborando em arenas discursivas afins.

A primeira seção, dividida em subseções, é destinada à análise do campo semântico que será tratado como **relações raciais naturalizadas**, e é centralizada na palavra-chave **racismo** e nos itens lexicais **discriminação** e **preconceito**, bem como nas colocações **democracia racial**, **discriminação racial**, **preconceito racial** e **racismo cordial**. A naturalização das relações raciais no Brasil é um reconhecimento *a priori* da abordagem aqui apresentada, que se coloca crítica em relação às interpretações que predominaram na constituição identitária da nação, principalmente no final do século XIX e início do século XX, com grandes reverberações ainda no século XXI, como democrática racialmente, modelo para o mundo, que ofusca um *supremacismo branco* diluído em práticas sociais das mais diversas. A estruturação do léxico das relações raciais brasileiras, neste momento representado pelos itens lexicais e colocações acima, pode evidenciar tentativas de manutenção do estado de coisas, como também pode representar mudanças político-ideológicas. Dada a centralidade da palavra-chave **racismo** e a complexidade com que se procurou desenvolvê-la, este primeiro campo semântico receberá atenção maior nas análises do que os subseqüentes, a ele subordinados.

A segunda seção desenvolve, em diferentes perspectivas, o campo semântico de **identidades sociais**, intimamente associado ao primeiro e que, por razões metodológicas, é subdividido em outros mais específicos que se cruzam em diferentes níveis de complexidade na construção dessas identidades. A primeira subseção trata de um campo semântico mais complexo que os demais porque vai revelar a sustentação filosófica que subjaz aos processos de categorização que culminam na variedade de itens lexicais dos outros. Esse é nomeado aqui como um campo de orientação em **identidades sócio-raciais**, e compreende a análise dos itens lexicais **raça**, **racial**, **etnia**

e outros conexos. A segunda subseção conjuga alguns campos semânticos em disputa na constituição dessas identidades, a saber, de **pertença racial**, de **herança cultural**, e de **cor da pele**, cuja análise neste momento, voltada apenas para o corpus da *Foha*, é organizada em dois grupos de lexemas, **negr\***, **branc\*** e **afr\***, no primeiro, e **pret\***, **pard\***, **mestiç\***, **moren\*** e **mulat\***, no segundo.

A terceira seção é destinada ao campo semântico nomeado **relações raciais em reconstrução**, que possibilita um recorte no atual estado das relações raciais brasileiras, muito concentrada em torno das reivindicações de alguns setores da sociedade por políticas compensatórias, e das dificuldades de se esgotarem satisfatoriamente tais pautas. Pela sua relativa novidade na cena pública brasileira, os itens lexicais **afirmativa(s)** e **cota(s)**, e as principais colocações nas quais estão implicados, são tomados como referência de análise de um processo dinâmico de reconstrução ou de re-significação de identidades sociais, mais aplicadas a instituições do que a indivíduos.

A quarta e última seção é destinada a uma síntese crítica dos aspectos mais significativos das subseções precedentes, visando a uma observação conjugada do comportamento dos itens lexicais e colocações mais produtivos, os quais, em diferentes contextos, demonstram exercer enorme influência sobre as relações raciais brasileiras como representadas no corpus da *Folha*.

### 3.1: O campo semântico das relações raciais naturalizadas

Esta seção é destinada a uma análise detalhada do termo **racismo**, palavra-chave que determinou a coleta de dados, juntamente com dois itens lexicais semanticamente associados, **discriminação e preconceito**, todos conceitos imbricados e multifacetados nas relações raciais brasileiras. Tratados dentro da perspectiva do campo semântico nomeado **relações raciais naturalizadas**, a investigação consiste de uma revisão de definições para estas três palavras (**racismo, discriminação e preconceito**) a partir de conceitos dicionarizados e definições de trabalhos especializados em relações raciais nas CS, conjugada a uma análise de dados e exemplos de ocorrências no corpus da *Folha*, com a descrição de suas predisposições colocacionais e do comportamento de itens lexicais a elas relacionados.

#### 3.1.1: Item lexical **racismo**

Nesta subseção são apresentados conceitos de **racismo** a partir dos três dicionários selecionados para a pesquisa. Primeiramente, a palavra-chave é definida, nos dois dicionários de português brasileiro consultados, como:

**Racismo** *N.m.* [Abstrato de estado] convicção de que há raças superiores e raças inferiores, aversão por determinadas raças: *Em 1934 já havia o racismo* (FSP); *Nenhum país fez mais do que os Estados Unidos para combater o racismo* (VEJ). (BORBA, 2002, p. 1317)

e

**Racismo** *S.m.* (sXX cf. AGC)<sup>43</sup> 1 conjunto de teorias e crenças que estabelecem uma hierarquia entre as raças, entre as etnias 2 doutrina ou sistema político fundado sobre o

---

<sup>43</sup> Este parêntese etimológico informa que a palavra surgiu no século XX e atribui a informação a Antônio Geraldo da Cunha.

direito de uma raça (considerada pura e superior) de dominar outras 3 preconceito extremado contra indivíduos pertencentes a uma raça ou etnia diferente, ger. considerada inferior 4 *p.ana* atitude de hostilidade em relação a determinada categoria de pessoas <*r. xenóforo*>. (HOUAISS e VILLAR, 2001, p. 2373)

Algumas considerações sobre o termo podem ser tecidas a partir das definições acima. É interessante destacar a objetividade da definição em Borba (2002), sendo o verbete **racismo** formalmente introduzido como “abstrato de estado” e diretamente associado a um pressuposto da existência de raças, uma vez que a “convicção” nele contida já é avaliada pelos modificadores para o termo não problematizado “raça”, com os epítetos “superiores” e “inferiores”. No entanto, para um dicionário organizado pelo princípio de corpora, a definição apresentada não parece estar refletida nas instâncias autênticas de uso da linguagem, apresentadas como exemplos, um da *Folha* e um da *Veja*. Isso porque os exemplos não contêm implicatura alguma sobre a existência de raças que o conceito sugere, não permitindo significados mais delicados para **racismo**, que pode, por exemplo, ser encontrado na própria crença acrítica na existência de raças, o que é reconhecido em alguns contextos como *racialismo*, como será comentado adiante. Há também uma limitação conceitual no fato de o dicionário classificar o verbete como “abstrato de estado”, excluindo as possibilidades de ‘abstrato de ação’, ou ‘abstrato de processo’ (para utilizar as categorias do próprio dicionário), talvez mais próximas dos exemplos fornecidos na própria entrada.

A segunda definição (HOUAISS e VILLAR, 2001), apesar de incorrer em pressupostos quanto à existência de “raças” semelhantes à anterior, parece mais aberta e dialógica, por tratar, ainda que acriticamente, também de “etnias” e “categoria de pessoas”. Esta definição comporta quatro acepções que envolvem “conjunto de teorias e crenças”, “doutrina ou sistema político”, “preconceito extremado” e “atitude de hostilidade”. Em se comparando esta definição com a anterior (BORBA, 2002), o

“conjunto de teorias e crenças” e a “atitude de hostilidade” nesta, pode ser alinhado à “convicção” e à “aversão” daquela, ainda restando duas acepções em Houaiss e Villar (2001), de “doutrina ou sistema político” e de “preconceito extremado”, importantes aspectos das manifestações do fenômeno do **racismo** que não devem ser negligenciados.

Cashmore (2000), dicionário especializado em relações raciais, ainda que produzido em outro contexto cultural, apresenta uma definição para **racismo** utilizando uma orientação genérica mais argumentativa, diferentemente do padrão dos dicionários, que normalmente introduzem as entradas através de características formais, em que predominam funções gramaticais e dados etimológicos, seguidos de definições geralmente monológicas, objetivadas em acepções estanques. Além de **racismo**, o dicionário apresenta definições para *racismo do meio ambiente*, *racismo europeu*, *racismo institucional* e *racismo invertido*, nuances que obviamente não se pode obter em dicionários da língua como Borba (2002) e Houaiss e Villar (2001), dada a natureza diferenciada e mais abrangente dessas obras, em termos do número de verbetes.

**Racismo** é introduzido em Cashmore (2000, p. 458-63 *passim*) como “palavra usada com vários sentidos” de forma a orientar uma leitura mais crítica das possibilidades conceituais que compreendem o termo, tais como: “doutrina, dogma, ideologia ou conjunto de crenças” tendo a raça como determinante da cultura, de onde “derivam as alegações de superioridade racial”; nos anos 1960, o termo é utilizado “num sentido ampliado para incorporar práticas, atitudes e crenças”, denotando “todo o complexo de fatores que geram a discriminação racial e designa, às vezes, mais livremente, também aqueles fatores que produzem as desvantagens raciais”; outra acepção toma **racismo** como um “complexo histórico”, onde “as crenças a respeito da

inferioridade dos negros podem ser adequadamente compreendidas apenas como parte de uma nova criação histórica que nos séculos subseqüentes foi modificada juntamente com a estrutura econômica”. O dicionário também aponta os conceitos de *racismo científico* e de *tipologia racial*, associando-os às lógicas “que asseveram explicitamente que as características biológicas das pessoas são sinais de suas características psicológicas e culturais” e que o conceito “não é uma ideologia que tem somente os ‘negros’ como objeto”, mas que pode assumir diferentes formas em diferentes sociedades e épocas, sempre encorajando uma análise historicamente situada de seus usos.

Em termos filosóficos, o dicionário (CASHMORE, 2000) argumenta pela importância de se discutirem diferentes significados do termo, sintetizando duas tradições na teoria do conhecimento, a saber, de Kant e de Hegel, com seus desdobramentos para o conceito de **racismo**. É possível observar um grande teor de dialogicidade conceitual para o termo, no que os autores envolvidos na elaboração do dicionário divergem e textualizam quanto à plausibilidade de se utilizar os conceitos de racismo na análise das relações raciais, e, caso utilizem, remarcam que devem fazê-lo com um sentido específico e que devem sempre agregar uma avaliação crítica negativa para sua lógica, necessariamente associada a parâmetros de ‘raça’.

Quanto ao *racismo do meio ambiente*, Cashmore (2000) situa esta modalidade de racismo no contexto dos Estados Unidos, versando sobre a segregação espacial que ocorre principalmente com negros e latinos, onde estes grupos são relegados a áreas urbanas em condições físicas e ambientais desfavoráveis, próximas a indústrias e depósitos de resíduos, e desprovidas de condições habitacionais mínimas. Tal expressão

não foi registrada no corpus da *Folha*, apesar de a definição aparentemente poder se aplicar ao caso do Brasil.

A expressão *racismo europeu* (CASHMORE, 2000, 465-69 *passim*) se refere a “um dos principais fenômenos da realidade política contemporânea, tanto na Europa ocidental quanto na oriental” marcada pelo “aumento do racismo e o crescimento do debate público acerca da imigração” em contextos diversos como França, Alemanha e Bélgica, com manifestações de “hostilidade para com os migrantes” dando lugar a “partidos políticos de direita e neofascistas, que usavam a questão da imigração para obter o apoio da opinião pública”. Também, em “sociedades multiétnicas como a República Tcheca, Romênia e a antiga Iugoslávia, tais movimentos obtiveram apoio manipulando as fronteiras e as divisões étnicas”, onde foi dado tratamento político e muitas vezes militar ao “papel das diferenças culturais, religiosas e lingüísticas” (CASHMORE, 2000, 465-69 *passim*). O exemplo 2 abaixo é a única ocorrência desta modalidade de racismo registrada no corpus, no CF-2001, e parece em sintonia com a definição apresentada, sendo que a textualização traz tal conceito como pressuposto pelo artigo definido –o, relação esta atenuada pela contração com a preposição em **pelo**:

Exemplo:

2- CF-2001: nasceu da autodefesa de um povo condenado ao extermínio pelo **racismo europeu** \_e que desde a sua criação luta para existir em

O *racismo institucional* (CASHMORE, 2000, 469-73 *passim*), expressão que foi introduzida por ativistas negros em 1967, “se refere às operações anônimas de discriminação em organizações, profissões, ou até mesmo sociedades inteiras” e seu anonimato se dá porque “os indivíduos podem negar a acusação de racismo e se abster de responsabilidade”. Mas, “se o padrão de exclusão persiste, as causas devem ser

procuradas nas instituições”, em “suposições não expressas nas quais tais organizações baseiam suas práticas”. Um marco nessa definição é que ela enfatiza, ainda que o conceito desperte críticas quanto à sua falta de especificidade, que “o racismo institucional é camuflado”, pois “suas causas específicas não são detectáveis, embora seus efeitos e resultados sejam bastante visíveis”. Uma observação importante é que o conceito pode discernir como “sociedades inteiras, ou seções delas, são afetadas pelo racismo, ou talvez por legados racistas, muito tempo depois dos [sic] indivíduos racistas terem desaparecido”, fornecendo subsídios para “uma ação positiva, contínua, para erradicar a discriminação racial, em vez de presumir que ela desaparecerá” (CASHMORE, 2000, 469-73 *passim*).

Quanto ao corpus da *Folha*, a modalidade **racismo institucional** registrou apenas duas ocorrências, transcritas nos exemplos 3 e 4 abaixo, uma no CF-2001 e uma no CF-2005:

Exemplos:

3- CF-2001: temas ligados à questão racial dominam o país, que pôs fim ao **racismo institucional** e adotou uma das Constituições mais progressistas

4- CF-2005: (União de Negros pela Igualdade), nos serviços de saúde há um **racismo institucional** e a pessoa acaba sendo tratada de forma diferenciada

O exemplo 3 não parece refletir o conceito como foi apresentado, e se refere, aparentemente, a um tipo de racismo abertamente tomado como política de estado, um racismo institucionalizado e talvez não institucional. O exemplo 4 parece representar melhor o conceito, no sentido racismo diluído em tratamentos diferenciados quando da prestação de serviços por instituições.

O último dos conceitos detalhados em Cashmore (2000, p. 473-75 *passim*) é o de *racismo invertido*, ou *racismo negro*, no qual seria aceito que “negros e brancos

constituem raças distintas”, mas que rejeitaria a lógica de que “a raça negra é inferior e degenerada”, modificando o argumento de modo “a incluir a visão de que os negros são superiores”. Porém, o dicionário enfatiza a diferença, situando o “racismo branco” como “um legado do imperialismo”, e sua “versão negra” como “uma reação à experiência do racismo”, criticando o fato que a expressão *racismo invertido* “implica uma comparação excessivamente simples com os seus correlatos brancos”. O conceito de *racismo invertido* seria, segundo o dicionário, prejudicial ao desenvolvimento analítico e ético das relações raciais, por reduzir a uma simples inversão questões de natureza assimétrica, externando a orientação crítica da publicação. Quanto às modalidades *racismo invertido* ou *racismo negro*, não foi registrada ocorrência alguma no corpus da *Folha*.

### 3.1.2: Item lexical **discriminação**

Assim como feito com a palavra-chave **racismo**, o item lexical **discriminação** será descrito, primeiramente, a partir de suas definições nos dois dicionários do português brasileiro (BORBA, 2002; HOUAISS e VILLAR, 2001), seguidas da definição a partir de Cashmore (2000). Assim sendo, tem-se:

**Discriminação** *N.f.* [Abstrato de ação] [...] 1 segregação preconceituosa [...] /O sacerdote/ verberou acemente contra a discriminação racial (JM); Não há pior discriminação do que a miséria (SIM-O) [...]; 2 fazer a distinção entre duas classes, privilegiando uma delas [...]; 3 identificação; individualização [...] (BORBA, 2002, p. 514-5)

e

**Discriminação** *S.f.* (1881 cf. CA) ato ou efeito de discriminar 1 faculdade de discriminar, distinguir; discernimento 2 ação ou efeito de separar, segregar, pôr à parte <d. racial> <os negros sofrem d.> 3 *p.ext.* tratamento pior ou injusto dado a alguém

por causa de características pessoais; intolerância, preconceito [...] 4 JUR ato que quebra o princípio de igualdade, como distinção, exclusão, restrição ou preferências, motivado por raça, cor, sexo, idade, trabalho, credo religioso ou convicções políticas [...] (HOUAISS e VILLAR, 2001, p. 1053)

A definição de Borba (2002) traz três acepções para o “abstrato de ação” **discriminação**, como “segregação”, “distinção” e “identificação”, apresentando vários exemplos de ocorrências da palavra, mas poucos associados ao tema desta pesquisa sobre relações sócio-raciais, sendo, neste caso, omitidos. Dos dois exemplos transcritos, o primeiro traz **discriminação racial**, uma das colocações a serem discutidas adiante; o segundo exemplo, extraído de um discurso do Senador Pedro Simon de 1992, dedicado a Ulisses Guimarães, apesar de aparentemente dissociado da questão racial, aponta para “miséria” como a “pior” manifestação da **discriminação**, o que, de certa maneira, contribui para uma interpretação das relações sociais (dentre elas as relações raciais) como submetidas às relações econômicas.

A definição de Houaiss e Villar (2001), assim como no caso do verbete **racismo**, se mostra mais detalhada do que a de Borba (2002) quanto ao “ato ou efeito de discriminar”, fornecendo quatro acepções, como “faculdade de discriminar”; “ação ou efeito de separar, segregar”, dentro da qual a colocação **discriminação racial** é oferecida como exemplo; “intolerância, preconceito”; e, no campo jurídico, “ato que quebra o princípio de igualdade, como distinção, exclusão, restrição ou preferências, motivado por raça, cor”. A definição de Houaiss e Villar (2001) oferece maior detalhamento que a de Borba (2002), porém esta apresenta um sentido de **discriminação** como “identificação”, que não parece contemplado naquela.

Com base em diferente contexto cultural, Cashmore (2000, p. 171-2) não oferece definição para o item **discriminação** isoladamente, mas sim para a colocação **discriminação racial**, que é definida como *racialismo*, ou seja, “a expressão ativa ou comportamental do racismo” a qual “visa negar aos membros de certos grupos um acesso igualitário aos recursos escassos e valiosos”. Nessa concepção, da mesma forma que nas definições acima, **discriminação racial** vai além de “pensar desfavoravelmente a respeito de certos grupos ou manter crenças negativas a seu respeito”, pois “envolve colocar essas crenças em ação” - assim como “abstrato de ação” (BORBA, 2002) e “ato ou efeito de discriminar” (HOUAISS e VILLAR, 2001) -, num contexto em que “o racialismo e o racismo reforçam-se mutuamente de forma autoconsumatória” (CASHMORE, 2000, p. 172). Ao negar o acesso de certos grupos a recursos básicos, criam-se “condições sob as quais esses grupos não podem fazer mais do que confirmar os próprios estereótipos que inspiraram a crença racista original” (*ibidem*, p. 172).

Porém, essa equiparação da noção de **discriminação racial** a racialismo, ainda que compreensível e lógica, não parece ter correspondência tão imediata nas CS brasileiras, onde o racialismo (lema que apresenta apenas três ocorrências em todo o corpus, todas no CF-2001, nas flexões **racialismo**, **racialista** e **racialistas**) não recebe tanta atenção quanto na literatura especializada norte-americana, por exemplo. Uma observação importante nessa definição de discriminação racial é que Cashmore (2000), aparentemente em sintonia com o discurso mais amplo da sociedade onde está inserido, percebe que o uso da colocação **discriminação racial**, juntamente com seu sinônimo racialismo, sofre significativa diminuição nos últimos anos, no contexto norte-americano, dando mais lugar a itens como *racismo*, *racismo institucional*, *discriminação racial institucional* e *racialismo institucional*.

Com o intento de observar a absorção desses conceitos nas relações raciais brasileiras, uma verificação no corpus da *Folha* apresenta apenas 2 ocorrências de **racismo institucional** (exemplos 3 e 4 acima) e nenhuma ocorrência de *discriminação racial institucional* ou *racionalismo institucional*. Essa dissonância entre tendências a mudanças discursivas no contexto norte americano e no contexto brasileiro (como representado no corpus) parece refletir como esses mesmos contextos são constitutivos do discurso e dos parâmetros conceituais.

### 3.1.3: Item lexical **preconceito**

Nesta subseção são apresentadas as definições para o item lexical **preconceito**, iniciando-se pelos dois dicionários de português brasileiro:

**Preconceito** *N.m.* [Abstrato de estado] 1 conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos; idéia preconcebida [...] 2 julgamento ou opinião formada sem se levar em conta uma possível contestação [...] 3 superstição; credence [...] 4 intolerância com relação a raças, credos, minorias etc.: *muitas vezes o preconceito vem do próprio portador (VEJ); o traço icástico dessa sociedade foi o preconceito de cor: discreto, pacífico e intransigente!* (S) (BORBA, 2002, p. 1252)

e

**Preconceito** *S.m.* (1817-1819 cf. EliComp) 1 qualquer opinião ou sentimento, quer favorável quer desfavorável, concebido sem exame crítico 1.1 idéia, opinião ou sentimento desfavorável formado *a priori*, sem maior conhecimento, ponderação ou razão 2 atitude, sentimento ou parecer insensato, esp. de natureza hostil, assumido em consequência de generalização apressada de uma experiência pessoal ou imposta pelo meio; intolerância <*p. contra um grupo religioso, nacional ou racial*> <*p. racial*> cf. estereótipo ('padrão fixo', 'idéia ou convicção) 3 conjunto de tais atitudes <*combater o p.*> 4 PSICN qualquer atitude étnica que preencha uma função irracional específica para seu portador <*p. alimentados pelo inconsciente individual*> [...] (HOUAISS e VILLAR, 2001, p. 2282)

Borba (2002, p. 1252) introduz o item lexical **preconceito** formalmente como “abstrato de estado” e apresenta, na quarta acepção da palavra, a definição de “intolerância com relação a raças, credos, minorias”, sem, no entanto, apresentar exemplo algum com **preconceito racial**, mas sim com “preconceito de cor”. Houaiss e Villar (2001, p. 2282) oferece, na sua segunda acepção, a definição de “atitude, sentimento ou parecer insensato, especialmente de natureza hostil”, sustentado por “generalização apressada de uma experiência pessoal ou imposta pelo meio; intolerância”, apresentando o exemplo contendo a colocação **preconceito racial**, relacionando-a a *estereótipo*. Interessantemente, Borba (2002), dicionário organizado com base em corpora de grandes dimensões, alimentados por textos continuamente em uso na contemporaneidade, não fornece exemplo algum de **preconceito racial**. Por outro lado, o dicionário do português brasileiro Houaiss e Villar (2001), não necessariamente orientado pelos mesmos procedimentos metodológicos, apresenta a colocação em seus exemplos. Outro dado relevante acerca da dialogicidade na construção de conceitos está na quarta acepção de Houaiss e Villar (2001), que leva para a definição a perspectiva da psicanálise.

Em Cashmore (2000, p. 438-41 *passim*), **preconceito** é definido sem alusão específica à sua forma racial, como “o conjunto de crenças e valores aprendidos, que levam um indivíduo ou um grupo a nutrir opiniões a favor ou contra os membros de determinados grupos”, mesmo “antes de uma efetiva experiência com estes”, dando também margem à possibilidade de “um preconceito positivo e um negativo” (como na primeira acepção oferecida em Houaiss e Villar, 2001) apesar de comumente “se referir ao aspecto negativo de um grupo”, que pode “herdar ou gerar visões hostis a respeito de um outro”, orientados por generalizações derivadas, “invariavelmente, da informação

incorreta ou incompleta a respeito do outro grupo”. Dentre as explicações para o preconceito, são destacadas as “experiências da infância, da pressão para se adequar à sociedade em que se vive e da busca por um bode expiatório”, em diálogo com o discurso da psicanálise. Também é sugerido que o **preconceito** possa “ser focado como fenômeno individual ou social”, orientação diferente da anterior, sendo sua interpretação determinante para “o padrão geral das relações raciais”.

#### **3.1.4: Racismo, discriminação e preconceito como conceitos nas CS**

Ainda que tenham sido tratados separadamente na consulta a definições dicionarizadas das três subseções anteriores, esta subseção versa conjuntamente sobre os termos **racismo**, **discriminação** e **preconceito** no escopo das CS e de trabalhos especializados de institutos de pesquisa. Isso porque os termos estão intimamente relacionados no uso e as construções teóricas das CS abarcam sistematicamente tais relações, diferentemente dos dicionários, cuja natureza e dimensão dificultariam a sistematização das mesmas, ainda que elas possam ser inferidas em relações semânticas que as definições apresentam.

Jaccoud e Beghin (2002, p. 39) sintetiza os “esforços conceituais” de Hélio Santos, Hédio Sillva Jr. e do Comitê Nacional (que preparou o relatório para a participação brasileira em Durban), “visando subsidiar a reflexão sobre políticas públicas” e diferenciar conceitos geralmente tratados como sinônimos. Em linhas gerais, **racismo** é definido como “ideologia que apregoa a existência de hierarquia entre grupos raciais”; **discriminação** racial é definida como “toda e qualquer distinção, exclusão ou

preferência racial”, que anula “a igualdade de oportunidade e tratamento entre os indivíduos ou grupos”; e **preconceito** racial é definido como “predisposição negativa em face de um indivíduo, grupo ou instituição” orientada por “generalizações estigmatizantes sobre a raça<sup>44</sup> a que é identificado” (JACCOUD e BEGHIN, 2002, p. 39).

Outra definição pertinente é encontrada em Guimarães (2004, p. 17), que conceitua **racismo** não como ideologia, mas como doutrina, “que prega a existência de raças humanas”, as quais constituem “um gradiente hierárquico de qualidades morais, psicológicas, físicas e intelectuais”. O **racismo** é também “referido como sendo um corpo de atitudes, preferências e gostos instruídos pela idéia de raça e superioridade racial” (GUIMARÃES, 2004, p. 17). O trabalho elabora sobre o conceito de *racialismo*, já comentado, que seria a “simples crença em raças humanas”, e que, para algumas correntes de pensamento, não implicaria em racismo, por não pregar “superioridade ou inferioridade” de raça alguma (GUIMARÃES, 2004, p. 17).<sup>45</sup> Já o **preconceito** é um “sistema de atitudes” calcado em “propósitos e disposições interiores” que, ao se tornar comportamental, incorre em **discriminação** racial, que é o “tratamento diferencial de pessoas baseado na idéia de raça”, que pode “gerar *segregação e desigualdades raciais*” (*ibidem*, p. 18). E o **preconceito** de cor, no senso comum no Brasil, é também tomado como sinônimo de **racismo** (GUIMARÃES, 2004).

Então, a **discriminação** (mais um ‘ato’ do que uma ‘coisa’) necessita de um ambiente social para que seja exercida, uma vez que a idéia de discernimento nela contida, seja positiva ou negativa, emerge em posicionamentos assimétricos entre

---

<sup>44</sup> Neste caso, o trabalho referido (JACCOUD e BEGHIN, 2002) toma o termo **raça** como uma categoria oficial do IBGE, que utiliza o par **cor/raça**, também de natureza problemática.

<sup>45</sup> O autor faz referência a Appiah (1997), que discute de forma extensa a questão, situando-se na posição daqueles que consideram o *racialismo* como forma de racismo, por pressupor a idéia de raças.

peças ou instituições na sociedade. Mas, se o **preconceito** (mais uma ‘coisa’ do que um ‘ato’) for concebido como “um sentimento” ou “uma idéia” (TEODORO, 1996, p. 104), ou mesmo um sistema de atitudes ou de predisposições internas, conceito latente no senso comum (GUIMARÃES, 2004), este parece muito mais peculiar à esfera do indivíduo do que à esfera coletiva, uma vez que não necessita ser expresso ou revelado de forma prática para que tenha existência.

Entre os possíveis significados levantados para o termo **racismo**, Guimarães (2004, p. 19) opta por tratar aqueles três contemplados pela legislação atual no Brasil, que oferecem uma base comum para esta discussão:

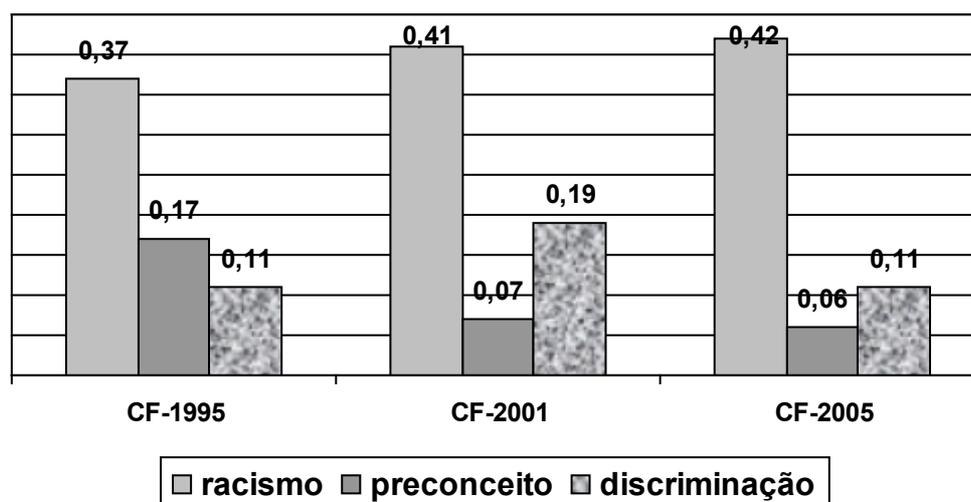
- (a) o preconceito racial, expresso verbalmente através de ofensas pessoais; (b) discriminação racial, ou seja, o tratamento desigual de pessoas, nos mais diversos âmbitos da vida social, baseado na idéia de raça, restringindo o seu amplo e líquido direito constitucional e legal à isonomia de tratamento; (c) a expressão doutrinária do racismo ou a incitação pública do preconceito (GUIMARÃES, 2004, p. 19)

Essa demarcação conceitual de Guimarães (2004) amparada na legislação brasileira sugere, mais uma vez, a imbricação das noções de **racismo**, **discriminação** e **preconceito**, indicando relações semânticas concomitantes de hiponímia e meronímia (cf. EGGINS, 1994; HALLIDAY, 1994) ou mesmo classificação ou composição, para usar as categorias sugeridas em Martin (1992) e Martin e Rose (2003). Se for considerada hiponímia ou classificação, do específico para o geral, **preconceito** e **discriminação** podem ser tomados como dois tipos específicos de manifestação do superordenado **racismo**, ou seja, dois co-hipônimos ou duas co-classes de **racismo**. Pode-se também pensar em meronímia ou composição, da parte em relação ao todo, com **preconceito** e **discriminação** como componentes, ou seja, dois co-merônimos ou co-partes de **racismo**. E tais relações semânticas de hiponímia e meronímia ou de classificação e composição podem ser corroboradas com a discussão conceitual em

Teodoro (1996, p. 104), onde **preconceito** e **discriminação** são “formas de expressão do racismo”.

### 3.1.5: A configuração de **racismo**, **discriminação** e **preconceito** no corpus

Uma vez apresentados os conceitos a partir de dicionários e dos trabalhos no escopo das CS, esta subseção é destinada a uma descrição crítica do comportamento estatístico dos itens **racismo**, **discriminação** e **preconceito** no corpus. O gráfico abaixo oferece um apoio visual para os comentários que seguem:



**GRÁFICO 1** - Ocorrência percentual de itens lexicais no corpus

O GRAF. 1 demonstra que a palavra-chave **racismo** está em ascensão discreta em termos de ocorrência nos subcorpora, constituindo 0,37%, 0,41%, e 0,42% do total de palavras nos CF-1995, CF-2001 e CF-2005, respectivamente. Já **preconceito** sofre uma minoração drástica de 0,17% do subcorpus, em 1995, para 0,07%, em 2001, e uma diminuição menos significativa para 2005, quando totaliza 0,06% do subcorpus.

**Discriminação**, contrariamente a **preconceito**, sofre um aumento significativo de 0,11% do subcorpus, em 1995, para 0,19%, em 2001, retornando a 0,11%, em 2005. Um aspecto marcante nesta configuração é a soma dos percentuais de ocorrência de **racismo**, **preconceito** e **discriminação**, que é curiosamente estável nos três subcorpora (com 0,65% no CF-1995, 0,67% no CF-2001, e 0,59%, no CF-2005), sugerindo certa complementaridade entre estes três conceitos, sem deixar de reconhecer as variações internas nos percentuais e as nuances de significação em cada contexto.

A tarefa descritiva que se coloca neste momento é a de observar quais condições contextuais determinam quais tendências no uso do léxico: a palavra-chave **racismo** tem aumento discreto; **preconceito** sofre diminuição drástica no CF-2001, mantendo baixo índice no CF-2005; e **discriminação** tem aumento significativo no CF-2001 e retoma o índice do CF-1995 no CF-2005. Tal comportamento acusa uma inversão da relação entre **preconceito** e **discriminação**, na qual esta suplanta significativamente aquela no CF-2005, retomando o mesmo índice do CF-1995 (0,11%).

Primeiramente, com menor destaque em termos de variação de comportamento, a palavra-chave **racismo** sofre pequena alteração ascendente, sem movimentos drásticos, entre 1995 e 2005, ainda que com aparentes mudanças contextuais, que pode ser confirmada com uma passagem preliminar pela lista dos principais colocados para **racismo** em 2001. Percebe-se, diferentemente de 1995 e 2005, a proeminência de itens lexicais que relacionam **racismo** a outros contextos, como **África** (majoritariamente associado a **África do Sul**, mas também como conceito monolítico para o continente **África**: exemplos 5 e 6 abaixo), que está entre os primeiros colocados com conteúdo semântico de **racismo**, em 2001, e não foi constatado em 1995 ou 2005; **sionismo** (exemplo 7), também proeminente em 2001 registra apenas uma ocorrência a menos

que **negros**, item categorizador de atores sociais por classificação, preponderante no universo de **racismo** nos três subcorpora; **judaico** registra apenas uma ocorrência a menos que **negro**, próximos de **Israel** (exemplo 7) e **guerra** em números de ocorrências em 2001. Outros itens lexicais que relacionam **racismo** a povos ou nacionalidades que não a brasileira são (ainda que menos expressivos do que em 2001), em 1995, **Alemanha** (associado a xenofobia e futebol: exemplos 8 e 9, respectivamente) e, em 2005, **Argentina** e **Espanha** (associado a futebol: exemplos 10 e 11).

Exemplos:

5- CF-2001: (39)<sup>46</sup> norte-americanos na recente conferência sobre **racismo**, realizada na **África do Sul**. Dirceu afirmou que, em consequência dos ataques...

6- CF-2001: (204) pessoas à pobreza e ao desespero". Ele voltou a pedir reparações à **África** pela escravidão e pelo colonialismo, o que já foi rejeitado por EUA.

7- CF-2001: (9) Países árabes propuseram a equiparação do **sionismo** a crimes de **racismo**; os Estados Unidos e **Israel** não aceitam a proposta e ameaçam boicotar a Conferência contra o racismo da ONU.

8- CF-1995: (23) Existe um **racismo** institucionalizado na **Alemanha**. Folha - A eleição de estrangeiros pode mudar a situação?

9- CF-1995: (10) Bernardo (novo volante do Corinthians) reclamou de **racismo** na **Alemanha**, que foi xingado por pessoas até no supermercado.

10- CF-2005: (9) A vaga de Grafite, que terá que adiar sua primeira aparição na **Argentina** após a denúncia de **racismo** contra Desábato, deve ser...

11- CF-2005: (47) Eto'o é um dos jogadores que mais sofrem com o **racismo** na **Espanha**. Você já se sentiu discriminado aqui? Ronaldinho - Isso nunca...

Sobre o item **discriminação**, pode-se atribuir inicialmente uma das razões para o aumento proporcional significativo das ocorrências (tendo o valor praticamente dobrado), bem como parte do acréscimo real de **racismo** (que revelou um aumento de 10% na proporção de ocorrências de 1995 para 2001) em 2001 à IIIª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata.

A conferência, realizada em Durban, na África do Sul, em setembro de 2001, foi, como dito anteriormente, alvo de muita divulgação e discussão na imprensa. Como os termos **discriminação** e **racismo** estão contidos no nome do evento, as alusões ao encontro em todas as dimensões fizeram aumentar significativamente as ocorrências, que em sua maioria estiveram relacionados a campos do discurso e gêneros mais técnicos no âmbito da conferência.

Uma observação preliminar nas linhas de concordância para as 346 ocorrências de **discriminação** no CF-2001 informa que 38 ocorrências (cerca de 11% do total de ocorrências de **discriminação**) está contida em referências ao nome do evento. A mesma quantidade (38 ocorrências), é válida para **racismo**. Porém, como **racismo** é uma palavra de ocorrência média no corpus três vezes superior a **discriminação**, este aumento significa apenas cerca de 4,2% do total de ocorrências de **racismo** (888 ocorrências) em 2001. Alguns exemplos dessas ocorrências, todas do CF-2001, com seu entorno mais imediato também visualizado, são:

Exemplos:

12- CF-2001: (70) no plenário da Conferência das Nações Unidas contra o **Racismo**, a **Discriminação** Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, que começou...

13- CF-2001: (71) a relatoria da Conferência das Nações Unidas contra o **Racismo**, a **Discriminação** Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, que começa...

14- CF-2001: (72) relatoria da Conferência das Nações Unidas contra o **Racismo**, a **Discriminação** Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata é defendida...

15- CF-2001: (73) resultado da Conferência das Nações Unidas contra o **Racismo**, a **Discriminação** Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, ontem na...

Quanto a **preconceito**, a minoração significativa nas ocorrências em 2001, sendo mantida em 2005, chama a atenção. Tais resultados sugerem alguns movimentos

---

<sup>46</sup> Os números entre parênteses que antecedem as linhas de concordância são referentes à numeração interna do software *WordSmith Tools*, mantidos para facilitar a localização de seus textos de origem, caso

discursivos relevantes, ainda que tímidos (que serão retomados adiante). Antes de levantar uma possibilidade de justificativa para a redução nas ocorrências de **preconceito** (de 0,17% do subcorpus, em 1995, para 0,07%, em 2001, e 0,06%, em 2005), é interessante dissertar sobre algumas razões que levaram este item lexical a ter representado 0,17% do CF-1995, assim relativizando a sua grande diminuição.

Com uma observação mais geral das linhas de concordância de **preconceito**, percebe-se a predominância de alguns campos do discurso principais relacionados à palavra, sendo o primeiro e mais preponderante (relacionado a cerca de 30% das ocorrências de **preconceito**) o que concerne à publicação, em junho de 1995, de um encarte especial da *Folha*, o “Racismo Cordial – a maior e mais completa pesquisa sobre o preconceito de cor entre os brasileiros”, contendo reportagens e resultados de pesquisas acerca do preconceito no Brasil, realizadas pelo Datafolha. Esta publicação e todas as reportagens, entrevistas e discussões advindas, com a conseqüente publicação em livro de mesmo título pela *Folha* e Datafolha, deram ao item lexical **preconceito** uma ênfase decisiva no segundo semestre daquele ano, como pode ser verificado nos exemplos 16 e 17 abaixo:

Exemplos:

16- CF-1995: (241) No caderno, pesquisa "Datafolha" revela que a maioria dos brasileiros não admite ser racista, mas mostram **preconceito** nas idéias.

17- CF-1995: (244) Foi constatado [na pesquisa] que o racismo existe, agora o passo seguinte é propor soluções. O **preconceito cordial** é muito ruim, pois dá a sensação de que está tudo bem.

Ainda que figure com apenas duas ocorrências no corpus (uma no CF-1995, exemplo 17, acima, e uma no CF-2001), a expressão **preconceito cordial** sugere uma derivação

---

necessário.

possível para a colocação **racismo cordial**, a qual será analisada adiante em subseção própria.

Outros campos do discurso menos expressivos, mas que foram importantes para a grande proporção de ocorrências de **preconceito** no CF-1995, estão relacionados às comemorações do tricentenário de Zumbi (exemplo 18 abaixo), bem como toda a polêmica acerca de sua sexualidade (exemplo 19). Sobre o tricentenário, ainda que esta comemoração tenha sido o fato que desencadeou uma série de ações (inclusive da publicação da *Folha* acima), ela foi de certa maneira secundária em termos de projeção no corpus (exemplo 18). Como destaque, tem-se a telenovela *A Próxima Vítima*, da Rede Globo, que problematizou as relações raciais no Brasil e criou um ambiente de debate na mídia acerca do preconceito, através de relatos de telespectadores, críticos e especialistas (exemplo 20).

Exemplos:

18- CF-1995: (59) Realizada pelo **Datafolha** nos **300 anos da morte de Zumbi**, ela revela o **preconceito** contra os negros e a situação econômica da etnia.

19- CF-1995: (242) Por trás da repulsa à possibilidade de um **herói negro** ter amado o mesmo sexo, se esconde o mais ignóbil **preconceito** racista e sexista, que pretende, com adulteração de informações, negar a presença da **homossexualidade** na mãe África...

20- CF-1995: (34) 87% dos brasileiros brancos, pardos e amarelos possuem **preconceito** contra negros, mas não o admitem. São racistas enrustidos ou “cordiais”, como os personagens de “**A Próxima Vítima**”.

O exemplo 18 (acima) mostra como a questão do tricentenário de Zumbi é colocada em função secundária, gramaticalmente como Circunstância (**nos 300 anos da morte de Zumbi**), numa construção passiva, marcada tematicamente, com Ator elidido na primeira oração (‘a pesquisa da *Folha*’) e agenciamento, ainda que apassivado, para o Datafolha. O exemplo 19 traz à tona uma outra questão que, de maneira diferente, também contribuiu para que o agenciamento histórico atribuído a Zumbi ficasse

ofuscado: ao considerar a lista de principais colocados para **Zumbi** no CF-1995, percebe-se a grande projeção dos itens **homossexual** e **gay**, que aparecem dez e cinco vezes, respectivamente, à direita do nódulo **Zumbi**, que ocorreu 215 vezes no referido corpus. Outras construções discursivas no entorno das representações de Zumbi (não necessariamente evidenciadas por colocados como **homossexual** e **gay**, ou afins), como o próprio exemplo 19 pode ilustrar, também apresentam evidências da dimensão que tal discussão alcançou em 1995 no contexto da mídia impressa, apontando para uma supervalorização da polêmica pela *Folha*, cujas implicações serão retomadas a contento.

Então, sinteticamente, na medida em que o enfoque da mídia como representado no corpus, muito restrito à mensuração e às nuances do **preconceito** no Brasil em 1995 (via pesquisa da *Folha*), começa a se voltar para uma organização mais formal e institucionalizada com vistas à participação na Conferência de Durban, este (o **preconceito**) parece perder espaço no léxico, enquanto perde também valor como categoria analítica, dando lugar ao conceito mais técnico e objetivo, de **discriminação**. Já a palavra-chave **racismo**, superordenado de ambos, mantém estáveis seus índices.

### 3.1.6: A palavra-chave **racismo** e seus colocados ‘ocasionais’

Esta subseção é voltada para a observação de alguns colocados para a palavra-chave **racismo** que apresentaram variações drásticas nos índices do corpus e chamam a atenção por reforçarem evidências contextuais já levantadas na subseção anterior, as quais aprofundam a caracterização sócio-histórica de cada subcorpora.

A TAB. 2 abaixo apresenta dados de itens lexicais com duas variáveis principais: a distribuição percentual dessas palavras nos subcorpora, de acordo com a quantidade de ocorrências em cada ano, e o número dessas ocorrências no universo imediato de **racismo**, ou seja, como colocados de **racismo** no critério do *WordSmith Tools*. É importante observar que alguns itens contidos na tabela somente se tornaram alvo de investigação nesta pesquisa após terem sido identificados seus destaques como colocados de **racismo**. A observação do comportamento dessas duas variáveis, a saber, a percentagem de ocorrências no corpus e o número de ocorrências em colocação com **racismo**, fornecerá subsídios para um aprofundamento da análise de práticas discursivas e sociais da *Folha*. Antes, no entanto, é necessário fazer a descrição do que é mostrado na tabela:

**TABELA 2**  
Colocados para **racismo** nos subcorpora<sup>47</sup>

	CF- 1995		CF-2001		CF-2005	
	% corpus	colocados	% corpus	colocados	% corpus	colocados
1) <b>cordial</b>	0,04	55 em 85	0,01	8 em 19	-0,01	5 em 10
2) <b>Zumbi</b>	0,10	8 em 215	-0,01	- em 11	0,01	- em 27
3) <b>Folha/Datafolha</b>	0,30	35 em 626	0,16	17 em 373	0,25	13 em 450
4) <b>ONU</b>	0,01	- em 21	0,08	59 em 132	0,02	- em 30
5) <b>Durban</b>	--		0,10	26 em 232	-0,01	- em 7
6) <b>futebol</b>	0,02	- em 42	0,03	7 em 71	0,15	58 em 262
7) <b>crime(s)</b>	0,07	30 em 143	0,08	28 em 176	0,09	64 em 166
8) <b>Grafite</b>	--		-0,01	- em 1	0,24	23 em 427
9) <b>racista(s)</b>	0,11	8 em 236	0,09	- em 194	0,16	5 em 284

O item lexical **cordial**, nas ocorrências em muitos contextos do corpus, é parte da colocação **racismo cordial**, que foi cunhada como título da publicação referida acima e que será analisada como tal adiante, juntamente com outras colocações. É interessante neste momento verificar que **cordial** representava 0,04% do total de

<sup>47</sup> Critério do *WordSmith Tools*, de cinco palavras à direita e cinco à esquerda do nóculo. Os itens lexicais na tabela foram ordenados de acordo com a sua ordem de registro no corpus.

palavras do CF-1995, diminuindo para 0,01% no CF-2001 e para menos de 0,01% no CF-2005. Como colocado de **racismo**, a palavra registrou 55, 8 e 5 ocorrências, em 1995, 2001 e 2005, respectivamente.

Como colocado mais próximo de **racismo**, **Zumbi** registrou oito ocorrências em 1995, contra nenhuma em 2001 e 2005. É interessante indagar porque **Zumbi** não aparece como colocado próximo de **racismo** em 2001 e 2005, mesmo que com índices de ocorrência muito menores. A questão não parece se dar simplesmente por diminuição da proporção de ocorrências, mas porque **Zumbi** assume outros significados, competindo com aqueles relacionados ao herói quilombola símbolo da resistência afrodescendente. Das onze ocorrências de **Zumbi** em 2001, por exemplo, mais da metade se refere ao advento da comemoração do tricentenário em 1995, alguns dos quais acerca da publicação da *Folha* daquele ano. Quanto às 27 ocorrências de 2005, mais da metade delas têm conexão com a Universidade Zumbi dos Palmares, cerca de um quarto com a Marcha Zumbi +10, e outras variadas, como o nome do grupo musical Nação Zumbi, ou na referência, novamente, à publicação da *Folha* de 1995.

**Folha/Datafolha** perfaz 0,30% do corpus em 1995, 0,16% em 2001, e 0,25% em 2005. Como colocado de **racismo**, apresenta 35, 17 e 13 ocorrências nos CF-1995, CF-2001 e CF-2005, respectivamente. É importante observar, quanto ao item **Folha/Datafolha**, que expressiva proporção dessas ocorrências estão associadas ao gênero entrevista, onde **Folha** figura como entrevistador(a) na representação impressa da entrevista a cada pergunta. No entanto, como esta é uma regra para todos os momentos do corpus, que são igualmente perpassados pelo gênero entrevista, este fator aparentemente preponderante nas ocorrências de **Folha** fica, de certa maneira, neutralizado.

ONU apresenta percentuais de 0,01%, 0,08% e 0,02% para os três anos em questão, sendo que somente em 2001 foi colocado de **racismo**, com 55 ocorrências. Associado a este, está **Durban**, que não registrou ocorrência alguma em 1995, representou 0,10% do corpus em 2001, e menos de 0,01% em 2005. Como colocado de **racismo**, 26 ocorrências em 2001 e 7 ocorrências em 2005 foram constatadas. Ambos os itens **ONU** e **Durban** e seu destaque em 2001 complementam as observações acerca do momento discursivo institucionalizado da conferência. Uma instanciação deste momento está na produtividade de significados que o item **Durban** apresenta no CF-2001, o que pode ser verificado nas linhas de concordância a seguir, ainda que no corpus predominem vastamente as representações de **Durban** como cidade sede do evento. No exemplo 21, **Durban** representa apenas a cidade sede do evento, figurando como circunstância (**em Durban**); no exemplo 22 parece ser construída menos como cidade sede e mais como uma corrente de pensamento dentro da conferência, como Experienciador de um Processo Mental (**considerou**), ou mesmo como Dizente de um Processo Verbal; no exemplo 23, extraído de uma entrevista, **Durban** representa, além da localização e da corrente de pensamento, um marco histórico-temporal, realizado pelo pós-modificador **do pós-Durban**, que integra o Grupo Nominal **os debates do pós-Durban**; no exemplo 24, uma manchete, **Durban** parece agregar os mesmos significados de 23, ou seja, de uma localização, de um conjunto de idéias e de um marco na história, porém desta vez com maior agenciamento, por ser o Portador do Atributo **‘em cima do muro’**, colocação de significado crítico que a textualização sugere com apóstrofes e que pode representar um posicionamento político neutro, realizado por uma metáfora gramatical (**‘em cima do muro’**):

Exemplos:

21- CF-2001: (167) por não concordar com a linguagem sobre Israel. Em **Durban**, a União Européia informou que ficaria na conferência

22- CF-2001: (132) direitos fundamentais atingidos pelos processos de discriminação. **Durban** considerou a escravidão e o tráfico de escravos

23- CF-2001: (21) e os atentados aos EUA atrapalharam os debates do **pós-Durban?** Roland – Sem dúvida. O Afeganistão passou a

24- CF-2001: (219) **Durban** pode ficar 'em cima do muro'

Retornando aos colocados ocasionais de **racismo** da TAB. 2, **Futebol** representa um percentual de 0,02% do corpus em 1995, quando não registra colocado algum com o nódulo; 0,03% em 2001, com 7 colocados; e 0,15% em 2005, com 59 colocados para **racismo**. O item lexical **crime(s)**, que apresenta o índice de 0,07% do CF-1995, 0,08% do CF-2001 e 0,09% do CF-2005, tem aumento significativo nas ocorrências de colocados para **racismo**, apresentando 30, 28 e 64 nos CF-1995, CF-2001 e CF-2005, respectivamente. Tal fato é explicado pela maior ênfase em episódios de racismo no futebol, principalmente a partir do caso do jogador Edinaldo Batista Libânio (conhecido profissionalmente como Grafite) do clube São Paulo, que acusou de crime de racismo o jogador argentino Leandro Desábato após uma partida em São Paulo, culminando na detenção do acusado e uma série de reportagens e polêmicas veiculadas na mídia brasileira e internacional.

Além disso, e também por causa disso, outros fatos semelhantes, ocorridos com cidadãos(ãs) comuns, tornaram-se notícia no período, impulsionados pela jurisprudência do caso Grafite e pela evidência dada pela mídia a essas questões, que nunca estiveram ausentes da vida social brasileira. O oitavo item, **Grafite**, não apresenta ocorrência alguma em 1995, apenas uma ocorrência em 2001<sup>48</sup>, porém não colocado com **racismo**,

---

<sup>48</sup> A única ocorrência da palavra no CF-2001, há que se registrar, não é concernente ao jogador, mas à prática artística do grafite, uma das quatro manifestações da cultura hip-hop.

e representa 0,24% do corpus em 2005, quando registra 23 colocados para **racismo** (exemplos 25 e 26 abaixo):

Exemplos:

25- CF-2005: (223) O mártir **Grafite** escancarou a questão do **racismo** no continente

26- CF-2005: (20) contra o São Paulo por acusação de **racismo** feita por **Grafite** para mostrar a sua insatisfação. "Alguém acreditava que os brasileiros não iam transformar o jogo numa guerra?"

O nono e último item lexical da TAB. 2, **racista(s)**, apesar de apresentar variabilidade menor em comparação com os outros itens, com quantidade pouco representativa de colocados para **racismo**, é importante pela sua centralidade quanto ao agenciamento do fenômeno do racismo. O item **racista(s)** representa 0,11%, 0,09% e 0,16% dos CF-1995, CF-2001 e CF-2005, respectivamente, sendo que, no CF-2001, desaparece do universo de **racismo**, não apresentando colocado algum, momento em que imperaram as reportagens sobre a Conferência de Durban, o que pode indicar razões para tal ausência, tema que será retomado adiante.

### 3.1.7: Predisposições colocacionais do item lexical **racial**

Esta subseção aborda três colocações fundamentais para a compreensão das relações raciais naturalizadas no Brasil, a partir de um nóculo comum, o item lexical **racial**. A primeira delas, a colocação **democracia racial**, é uma das principais fontes de debates e conflitos conceituais quanto às relações raciais no campo das CS, como já discutido anteriormente. As outras duas colocações, **discriminação racial** e **preconceito racial**, ainda que semanticamente opostas à primeira (oposição que

também as associa na coesão), estão compartilhando com ela o epíteto **racial** nos grupos nominais, o qual é pós-modificador comum dos núcleos **democracia**, **preconceito** e **discriminação**. Além disso, as três colocações estão próximas no campo semântico que foi aqui nomeado **relações raciais naturalizadas**, como representadas na mídia impressa, através do corpus da *Folha*.

Então, as colocações enfatizadas nesta subseção, apesar de não necessariamente competirem pelos mesmos significados, foram extraídas pela sua importância conceitual para caracterizar as relações raciais naturalizadas no Brasil e pela sua proeminência quanto ao nódulo **racial** (ver TAB. 3 abaixo), um item de crucial importância neste estudo, dado seu valor neutro nas discussões sobre a questão racial, seja na literatura acadêmica como na mídia impressa, sendo acessado por quaisquer vertentes de pensamento. Um dado que parece corroborar a sua neutralidade conceitual é a regularidade no corpus, com 234, 266 e 229 ocorrências da palavra nos CF-1995, CF-2001 e CF-2005, respectivamente, o que resulta na singular proporção de 0,15% nos três subcorpora. O termo **raça**, por exemplo, em contraste, pode ser tomado como traço muito mais definidor, quanto aos padrões de criticidade (ou não) de seu uso, de alinhamentos político-ideológicos no âmbito das discussões sobre relações raciais, o que algumas revisões de conceitos já mostraram. A TAB. 3 a seguir apresenta itens lexicais com valor para a pesquisa que estão entre os principais colocados com conteúdo semântico para o nódulo **racial**, seguida de comentários descritivos:<sup>49</sup>

**TABELA 3**  
Colocados de **racial** nos subcorpora

---

<sup>49</sup> É importante destacar que, devido ao enfoque da pesquisa, boa quantidade de palavras são propositalmente omitidas das listas de colocados, tais como artigos, preposições e itens pouco relevantes para a discussão.

CF-1995	T	ESQ.	DIR.	CF-2001	T	ESQ.	DIR.	CF-2005	T.	ESQ.	DIR.
RACIAL	234	X	X	RACIAL	266	X	X	RACIAL	229	X	X
DISCRIMINAÇÃO	45	44	1	DISCRIMINAÇÃO	86	85	1	IGUALDADE	41	41	0
PRECONCEITO	43	41	2	RACISMO	35	31	4	DISCRIMINAÇÃO	30	30	0
DEMOCRACIA	36	34	2	XENOFOBIA	26	0	26	PROMOÇÃO	16	16	0
BRASIL	18	2	16	DEMOCRACIA	22	21	1	DEMOCRACIA	14	14	0
MITO	12	12	0	PRECONCEITO	18	15	3	BRASIL	13	3	10
NEGROS	10	3	7	DESIGUALDADE	17	17	0	RACISMO	12	4	8
PAÍS	9	2	7	BRASIL	16	3	13	POLÍTICAS	11	11	0
SOCIAL	9	8	1	IGUALDADE	12	11	1	MISTURA	10	9	1
PROBLEMA	8	7	1	PAÍS	10	1	9	PRECONCEITO	9	8	1

Pela TAB. 3, no CF-1995, o nódulo **racial**, quanto a sua relação com outros itens lexicais, tem mais da metade de suas ocorrências em co-ocorrência com os três itens destacados, **democracia**, **discriminação** e **preconceito**. Observa-se grande proximidade entre **discriminação**, que apresenta 45 ocorrências, e **preconceito**, que apresenta 43 ocorrências, com 41 e 39 ocorrências das colocações **discriminação racial** e **preconceito racial**, respectivamente, evidenciando numericamente sua importância no conjunto de significados que o nódulo **racial** agrega no subcorpus. Não menos evidente quanto ao fenômeno da colocação, ainda que um pouco mais abaixo proporcionalmente na competição pelo qualificador **racial**, está **democracia**, que se coloca à esquerda do nódulo em 31 das 36 ocorrências no universo imediato deste no CF-1995, ou seja, foram registradas 31 ocorrências da colocação **democracia racial**.

Outros colocados relevantes no CF-1995 são **Brasil**, com 18 ocorrências que, associadas às 9 ocorrências de **país**, pode sugerir dimensão mais local para uma proporção significativa dos textos do corpus; **mito**, com 12 ocorrências, todas na terceira posição à esquerda do nódulo, se associa em todos os casos à **democracia racial** (exemplo 27 na subseção 3.1.8 adiante); em seguida, **negros**, com 10 ocorrências; finalizando essa primeira coluna, **social** e **problema**, apresentam 9 e 8 ocorrências respectivamente.

O nódulo **racial** no CF-2001 demonstra significativa diferença em relação ao CF-1995 no que concernem seus ‘acompanhantes’ lexicais. Primeiramente, o total das ocorrências de **racial** em colocação com as palavras em destaque é menor do que no CF-1995. Separadamente, no entanto, **discriminação** recebe destaque, pois, das 86 ocorrências (contra 45 no CF-1995), 82 formam a colocação **discriminação racial**, mais de 30% do total de ocorrências do nódulo; esta contrasta em muito com **democracia**, com 22 ocorrências, 21 das quais formando a colocação **democracia racial**, representando menos de 10% do total de ocorrências do nódulo; **preconceito** apresenta, em 18 ocorrências, 14 colocações **preconceito racial**. Nesta configuração, além do predomínio evidente da colocação **discriminação racial**, é importante observar a inversão entre **democracia racial**, que suplanta **preconceito racial** no CF-2001, ainda que ambas tenham apresentado minoração.

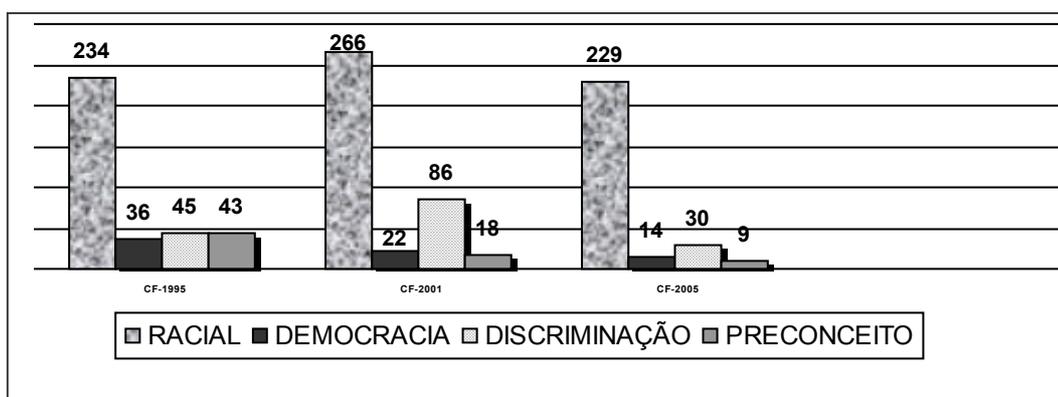
Outros colocados do CF-2001 de importância para a pesquisa são **racismo** e **xenofobia**, ambos em superioridade numérica em relação a **democracia** e **preconceito**. **Racismo** registra 35 ocorrências enquanto **xenofobia** registra 26. Os quatro últimos itens da tabela também merecem destaque pelo padrão de relação lexical (intercalada na lista) que evidenciam, revelando **desigualdade**, **Brasil**, **igualdade** e **país**, assim ordenadas de forma decrescente, com 17, 16, 12 e 10 ocorrências.

No CF-2005, o nódulo **racial** apresenta uma configuração de colocados na qual os três itens lexicais em destaque representam a menor proporção entre os subcorpora, totalizando menos de um quarto das ocorrências do nódulo. No CF-1995 tais palavras totalizaram mais da metade do corpus e, no CF-2001, pouco menos da metade. O colocado **discriminação**, com ocorrência menor que **igualdade**, apresenta 30 ocorrências, 28 das quais na colocação **discriminação racial**; **democracia** apresenta 14

ocorrências, 13 das quais na colocação **democracia racial; preconceito**, que aparece em última posição na lista, apresenta 9 ocorrências com apenas 4 colocações **preconceito racial**.

Quanto aos demais colocados para **racial** no CF-2005, **igualdade** aparece em primeira posição, com 41 ocorrências, todas imediatamente à esquerda do nóculo, confirmando outra importante colocação, **igualdade racial; promoção** apresenta 16 ocorrências como colocado, todas à esquerda do nóculo; **Brasil**, uma constante nas três tabelas, apresenta 13 ocorrências; **políticas** apresenta 11 ocorrências, todas à esquerda do nóculo; finalmente, **mistura** apresenta 10 ocorrências, 9 à esquerda e 1 à direita do nóculo.

Para refinar a descrição do comportamento das colocações **democracia racial, discriminação racial e preconceito racial**, em continuidade ao que já foi levantado na TAB. 3, o gráfico abaixo retoma apenas os números totais dos três itens em destaque, ainda que dados de outros colocados possam ser evocados para complementar os comentários:



**GRÁFICO 2 - Colocados com o nóculo racial**

O colocado **democracia** e, conseqüentemente, a colocação **democracia racial** (que registrou 31, 21 e 13 ocorrências em 1995, 2001 e 2005, respectivamente), demonstram um padrão de declínio no uso surpreendentemente estável, decrescendo 16,3% do seu próprio índice entre 1995 e 2001 e 15,7%, entre 2001 e 2005. O colocado **discriminação** e a colocação **discriminação racial** (que registrou 41, 82 e 28 ocorrências) tem seu índice dobrado entre 1995 e 2001, muito em função do nome da Conferência de Durban, como dito, sendo reduzido, em 2005 a um índice 30% inferior àquele de 1995. Ou seja, ao final de 10 anos, a colocação tem seu uso diminuído em cerca de um terço, enquanto **democracia racial** é reduzida em mais da metade das ocorrências. Quanto à colocação **preconceito racial** (que registrou 39, 14 e 6 ocorrências), é esta que sofre a diminuição mais drástica ao longo dos dez anos do corpus. De 1995 a 2001, a colocação é reduzida em mais da metade, padrão repetido entre 2001 e 2005, totalizando, ao longo de todo o período, uma perda de cerca de 80% do total de ocorrências.

Inicialmente, a observar pelas tendências de ocorrência dessas colocações na *Folha*, pode-se projetar um desaparecimento gradual das mesmas, talvez com a possibilidade maior de manutenção para **discriminação racial**. Essa colocação, que tende a ser evocada em momentos de maior ação política no âmbito das instituições, representa, na prática, as formas mais palpáveis de manifestação do racismo e de preconceitos, pois parece representar a materialização de um destes em práticas sociais. Mas a sua diminuição chama atenção, pois a colocação é também associada a resultados de pesquisas sobre as relações raciais brasileiras, que se multiplicam e que evidenciam desigualdades sociais a desigualdades raciais. Ou seja, embora o jornal divulgue pesquisas que comprovem a desigualdade social em que se encontram negros,

**discriminação racial** tende a perder espaço no léxico, o que acarreta uma dissociação de **discriminação** do fator racial, aproximando seus significados ao fator social.

Quanto às outras duas colocações, **democracia racial** e **preconceito racial**, não parece que resistirão no desenvolvimento das relações raciais brasileiras como reportadas na mídia impressa, a não ser que sejam retomadas em contextos como foi aquele da publicação do *Racismo Cordial*, que deu vida à colocação **racismo cordial** (que será analisada adiante), ou da Conferência de Durban, (que propagou **discriminação racial**), que replicaram as mesmas expressões em vários ambientes, dos acadêmicos aos laicos. Nas três subseções que seguem serão discutidas, separadamente, as três colocações aqui aludidas.

### 3.1.8: A colocação **democracia racial**

Dada sua maior complexidade e relevância conceitual para esta pesquisa, além da vasta literatura disponível a seu respeito, a colocação **democracia racial** tende a receber maior atenção teórica e analítica do que as colocações **discriminação racial** e **preconceito racial**, o que não as destitui de importância investigativa. Como já discutido no Capítulo 1, a colocação **democracia racial** tem povoado os debates e sido investida de vários sentidos nas CS, desde 1944, quando foi primeiramente utilizada no Brasil por Roger Bastide, no jornal *Diário de São Paulo* (GUIMARÃES, 2002, p. 143). A expressão foi usada em referência ao seu encontro com Freyre e ao construto conceitual de seu trabalho, ainda dos anos trinta, a partir de uma noção mais abrangente, “democracia social e racial” (GUIMARÃES, 2002, p. 143-4).

Foram explorados criticamente no Capítulo 1, em consonância com a distinção feita em Motta (2000) e também em outros trabalhos (cf. GUIMARÃES, 2000; SCHWARCZ, 2000; NASCIMENTO, 2003; TELLES, 2003), os três paradigmas para interpretação da **democracia racial** e das relações raciais no Brasil, a saber, a escola de Gilberto Freyre (1984[1933]; 1968[1936]), como aquela que lançou argumentos para o surgimento do conceito, com ênfase no caráter positivo da interpretação da mestiçagem no Brasil, a partir dos anos trinta; a de Florestan Fernandes (1972, 1978; BASTIDE e FERNANDES, 1959), como a escola que estabelece a primeira crítica ao conceito, atribuindo a este a condição de mito não realizado e relegando a questão racial a uma condição de resíduo analítico, a partir dos anos sessenta; e a de Carlos Hasenbalg (2005[1979]; HASEMBALG e SILVA, 1992; HASEMBALG, SILVA e LIMA, 1999), que, com uma crítica à interpretação centrada no antagonismo de classes de Florestan Fernandes (cf. 1972, 1978; BASTIDE e FERNANDES, 1959), faz uma análise mais sistemática das relações raciais, calcada preponderantemente em índices de desenvolvimento sócio-econômico, dados que reforçam a natureza paradoxal do conceito de **democracia racial** e conferem caráter determinante à questão racial no que concerne desenvolvimento humano (GUIMARÃES, 2000; SCHWARCZ, 2001; NASCIMENTO, 2003; PAIXÃO, 2003).

No contexto do movimento negro dos anos 40, no âmbito do Teatro Experimental Negro, entre 1948 a 1950, o jornal *Quilombo*, dirigido por Abdias do Nascimento, um dos expoentes da militância negra no Brasil, continha uma coluna permanente intitulada Democracia Racial. Nessa coluna escreveram importantes autores, como por exemplo, no primeiro número do jornal, de dezembro de 1948 (em Abdias NASCIMENTO, 2003), Gilberto Freyre, com o artigo intitulado “A Atitude

Brasileira”. Neste artigo é delineada a tendência do país a se constituir numa verdadeira “democracia étnica”. No segundo número, de maio de 1949, quem assina a coluna é Arthur Ramos, com o artigo “A mestiçagem no Brasil” que é o prefácio do livro que iria lançar com o mesmo nome na França, em defesa do sucesso da mestiçagem brasileira. Outro artigo da coluna que chama a atenção é intitulado “O Movimento Negro Francês”, no nono número de *Quilombo*, de maio de 1950, assinado por Roger Bastide, que faz uma defesa da mestiçagem como valor intrínseco de várias civilizações, sendo também benéfica e desejável para a França. No décimo e último número do jornal, de junho e julho de 1950, outro nome familiar assina o artigo “Uma Negra e sua Equipe”, Murilo Mendes, que discute a presença da atriz negra Katherine Dunham no Brasil num momento de efervescência do acesso dos negros à cultura e concomitante avanço do “fenômeno da negritude” (Abdias NASCIMENTO, 2003, p. 109).

É importante ressaltar que essa publicação, o *Quilombo*, foi responsável por grande avanço organizativo dos movimentos sociais negros, para que seja contrastada com as orientações dos movimentos sociais negros a partir dos anos 70, que vão reformular de forma determinante sua relação com o conceito de **democracia racial**. O próprio Abdias do Nascimento, protagonista de várias ações do movimento negro nos anos 40, revê, em momentos ulteriores de sua militância, seu posicionamento em relação à noção de **democracia racial** (cf. GUIMARÃES, 2000).

Retomando os três paradigmas de interpretação das relações raciais, merece destaque a interpretação encontrada em Florestan Fernandes (1972), por ter atribuído um caráter mítico à **democracia racial**. Essa abordagem (FERNANDES, 1972, p. 14) verificou que o negro havia sido “exposto a um mundo social que se organizou para os segmentos privilegiados da raça dominante” e que esse (o negro), como critério para

participação nesse mundo social, deveria se “identificar com o branqueamento psico-social e moral”, ou seja, “sair de sua pele, simulando a condição humana padrão do mundo dos brancos”. Fernandes (1972, p. 16) interpreta tal pressão identitária em direção a um “abrasileiramento que é inapelavelmente, um processo sistemático de branqueamento”, como característica que contribuiu para refutar (*ibidem*, p. 21) a teoria “sustentada pelo Dr. Donald Pierson, de que o Brasil constitui um caso neutro na manifestação do ‘preconceito racial’”, apesar do “empenho da UNESCO pela confirmação da hipótese”, com o fito de “usar o ‘caso brasileiro’ como material de propaganda”. Ou seja, Fernandes (1972) constituiu a base para que fosse contestada, com credibilidade de rigor científico, a tese da **democracia racial**.

Uma célebre passagem em Fernandes (1972, p. 24-5) que comenta a posição sócio-cultural dos brancos, é dirigida não ao ‘preconceito de cor’, mas, a “uma realidade moral reativa” que fora forjada no Brasil, “que bem poderia ser designada como ‘preconceito de não ter preconceito’”. Ou seja, ao invés de uma busca para compreender e solucionar os efeitos do ‘preconceito de cor’ para a sociedade, essa posição procura acusar uma possível “absorção do racismo” pelos negros, cujas ‘queixas’ são tomadas como influências ‘estrangeiras’ através dessa “‘inovação estranha ao caráter brasileiro’” (FERNANDES, 1972, p. 25). É como se o ‘preconceito de cor’ fosse algo natural, imperceptível e não nocivo, e a discussão e a sistematização da causa deste é que fosse, de fato, a manifestação do racismo.

Então, o argumento em Fernandes (1972, p. 29) de que, “sob a égide da democracia racial justificou-se, pois, a mais extrema indiferença e falta de solidariedade para com um setor da coletividade”, informa que a expressão não tem “nenhuma consistência e, vista do ângulo do comportamento coletivo das ‘populações de cor’,

constitui um mito cruel”. Porém, o trabalho ainda divisava, a partir de tendências da nossa economia de subsistência e do desenvolvimento econômico, aliadas ao declínio da ordem escravista e à conseqüente atenuação de critérios raciais, “elementos potencialmente favoráveis à emergência e à consolidação de uma autêntica democracia racial no Brasil” (*ibidem*, p. 29). Mas, o que realmente marcou esta abordagem é a denúncia deste “mito social”, que fora “criado pela maioria tendo em vista os interesses sociais e os valores morais dessa maioria” (FERNANDES, 1972, p. 41), resultando na restrição de “oportunidades econômicas, educacionais, sociais e políticas do negro e do mulato, mantendo-os ‘fora do sistema’ ou à margem e na periferia da ordem social competitiva”, e impedindo “a existência e o surgimento de uma democracia racial no Brasil” (*ibidem*, p. 73).

Nas CS contemporâneas é notória, para além daqueles já aludidos até aqui, a grande quantidade de estudos concernentes à **democracia racial** brasileira que têm sido desenvolvidos, não somente no Brasil, como também, e significativamente, alhures. As perspectivas se diferenciam majoritariamente entre aquelas que ainda tomam a noção de **democracia racial**, ou mesmo o seu mito, como fator positivo para a identificação nacional, apresentando-a como ideal a ser alcançado, como entre os ‘neofreyreanos’ - “em referência à atualização que promovem do pensamento de Gilberto Freyre” (D’ADESKY, 2005, p. 149) -; e outras que se situam de maneira radicalmente oposta, preconizando uma anulação completa de tal construto, tomando-o como nocivo para as relações raciais no país. Uma série de argumentos têm sido confrontados em trabalhos sobre essa questão, a qual, aparentemente superada como desiderato para um projeto de nação, ainda determina profundamente afiliações teóricas e políticas e pode surpreender pela atualidade e proeminência em certos contextos de análise (cf. FRY, 1996;

MUNANGA, 1996, 2005; GUIMARÃES, 2000, 2002; D'ADESKY, 2001, 2005; SCHWARCZ, 2001; TWINE, 2003; NASCIMENTO, 2003; TELLES, 2003; AZEVEDO, 2004).

Bernardino (2002, p. 254-5) aponta três conseqüências mais contundentes desse mito da **democracia racial** para a compreensão das relações raciais no Brasil, quais sejam, a crença de que não existem raças no país, pois a miscigenação teria diluído as “supostas essências”; o deslocamento da noção de raça para “uma classificação apenas baseada na cor”; e, finalmente, o entendimento de que falar e fazer pesquisa sobre raça implica em importar idéias estrangeiras ou talvez, novamente como Fernandes (1972, p. 25), no “preconceito de não ter preconceito”. E a somatória desses pressupostos, no nível da ação social no campo democrático, resultaria numa “atitude de neutralidade racial no momento da elaboração de políticas públicas no Brasil, fazendo pensar que com isso estamos construindo uma nação mais justa” (BERNARDINO, 2002, p. 270), a saber, racialmente democrática. Em termos de análise de textos mediados acerca da questão racial, é válido investigar se as conseqüências do “fantasma de Freyre” (AZEVEDO, 2004, p. 33) aqui apontadas podem ser discernidas nos ambientes discursivos onde a colocação **democracia racial** ocorre.

Antes de avançar para o próximo tópico, é importante ressaltar que o fenômeno da **democracia racial** brasileira é tratado em outras perspectivas disciplinares e outros contextos, como por exemplo, em Yúdice (2004, p. 161), no escopo dos Estudos Culturais, que ressalta a centralidade do papel de “negros e mulatos” e de suas “práticas culturais nas lutas para definir a brasileiridade”. Tais práticas teriam sido cooptadas “pela mídia, pelos negócios (em especial, o turismo), pela política (inclusive a manipulação do carnaval), e outros fatores de mediação para a reprodução simbólica de

um Brasil ‘cordial’”, resultando em benefícios materiais para elites (*ibidem*, p. 161). Para ilustrar a dimensão da questão, é válido reproduzir outra passagem que pode ser tomada como síntese das relações raciais brasileiras a partir de tal perspectiva, além de apresentar grande afinidade com a discussão central deste capítulo:

‘Cordialidade’, ‘democracia racial’ e outros termos similares têm sido usados desde as primeiras décadas do século XX como as palavras-chave da projeção mítica do Brasil como uma sociedade não conflituosa. Os artistas e intelectuais brasileiros cultivaram esse mito como um meio de reconhecer a miscigenação que caracterizou o Brasil, afastando, ao mesmo tempo, a ansiedade que ela produziu nas elites e nos segmentos médios. A mestiçagem foi purgada de suas conotações ameaçadoras e travestida de uma camuflagem estética que transformou a ansiedade em orgulho nacional (YÚDICE, 2004, p. 163)

Então, como inferido na passagem acima, na medida em que a **democracia racial** deixa de ser conceito positivo nos contextos mais especializados, ela parece, paradoxalmente, mais arraigada nos domínios do senso comum. Isso porque ela surge revestida de uma instrumentalidade operacional que foi reforçada pela suposta ‘cordialidade’ brasileira, traço apaziguador de conflitos e determinante do mito, em muito veiculado pela cultura de massas, assim como interpretado na área dos Estudos Culturais acima. Muito próxima da idéia de **democracia racial**, definidora das relações raciais no Brasil, está tal noção de cordialidade e, derivada desta, a noção de racismo cordial, também utilizada em alguns contextos para expressar essa suposta especificidade do Brasil. Apesar de antagônicos em sua natureza semântica, uma vez que um ideal de democracia racial diluiria a possibilidade de qualquer racismo, ainda que fosse cordial, é possível dizer que ambas as colocações são utilizadas como conceitos que caracterizam a brasilidade nas relações raciais, ou mesmo reforçam a noção que Munanga (2005, p. 137) descreve como “paraíso racial brasileiro”.

Sobre a “camuflagem estética” à qual Yúdice (2004, p. 163) se refere, esse argumento pode ser corroborado pela investigação desenvolvida em Magalhães (2004,

p. 37), retornando à perspectiva teórica da ACD, que identifica uma “estetização” das identidades raciais no Brasil, a qual classifica indivíduos a partir de um *continuum* de cores e que desloca representações “do campo da origem étnica ou cultural para o campo da cor da pele”, de modo a “criar uma imagem particular dessas identidades”. Tal “gama variada de cores” (MAGALHÃES, 2004, p. 37) dilui antagonismos sócio-raciais e políticos, uma vez que dificulta a fixação de identidades (fatalmente em direção ao ideal de branqueamento) e contribui para o obscurecimento do racismo como problema nas relações raciais brasileiras, ou seja, realiza a “projeção mítica” (YÚDICE, 2004, p. 163) do país da cordialidade e da **democracia racial**.

Retornando aos dados do corpus, para permitir a ampliação do enfoque sobre a colocação, serão observados aspectos das listas de principais colocados com conteúdo semântico, desta vez para o item **democracia**, dispostos na tabela abaixo:

**TABELA 4**  
Colocados de **democracia** nos subcorpora

CF-1995	T	ESQ.	DIR.	CF-2001	T	ESQ.	DIR.	CF-2005	T	ESQ.	DIR.
<b>DEMOCRACIA</b>	78	X	X	<b>DEMOCRACIA</b>	86	X	X	<b>DEMOCRACIA</b>	87	X	X
<b>RACIAL</b>	35	2	33	<b>RACIAL</b>	22	1	21	<b>RACIAL</b>	14	0	14
MITO	11	11	0	BRASILEIRA	8	0	8	MUNDO	6	2	4
BRASIL	8	4	4	MITO	6	6	0	PAÍS	6	4	2
BRASILEIRA	7	0	7	SOCIAL	6	4	2	MITO	4	2	2

A palavra **democracia** registrou 78 ocorrências no CF-1995, 86 no CF-2001 e 87 no CF-2005, tendo o item **racial** como principal colocado pós-modificador na primeira posição à direita do nódulo nos subcorpora, mas em proporção decrescente ao longo dos 10 anos analisados. Em relação à colocação **democracia racial**, essa ocorreu 31 vezes no CF-1995, 21 no CF-2001, e 13 no CF-2005, como dito.

Quanto ao CF-1995, a TAB. 4 registra uma pequena gama de colocados para **democracia** no campo demarcado por textos com a palavra **racismo** no CF-1995. No entanto, a colocação com **racial** toma quase metade das ocorrências de **democracia**. É marcante a presença de **mito** como pré-modificador, com 11 ocorrências à esquerda de **democracia**, colocado em 33 ocorrências com **racial**. Ou seja, praticamente um terço das ocorrências de **democracia racial**, pode-se dizer, está associado à interpretação desta como um **mito**, pois o grupo nominal **mito da democracia racial** (exemplo 22 abaixo) registrou 10 ocorrências. Não menos preponderante, está a relação da **democracia** com o **Brasil** ou mesmo com a nacionalidade **brasileira**, somando 15 colocados em relação ao nóculo. A palavra **brasileiros**, que não aparece na lista de colocados para **democracia**, mas pode ser adicionada a **Brasil** neste cálculo, ocorre 3 vezes nas linhas de concordância de **democracia racial**. Abaixo é apresentado um exemplo (27) que une tais colocados de **democracia** no CF-1995:

Exemplo:

27- CF-1995: (17) **brasileiros** é oposta à narrativa da mestiçagem e do **mito da democracia racial brasileira**. Para evitar experiências decorrentes

Passando para o CF-2001, o escopo de colocados para **democracia** aumenta, juntamente com seu número de ocorrências, acrescido em cerca de 10% em relação ao total do CF-1995. O colocado **racial**, que ocupava quase metade das ocorrências de **democracia** no CF-1995, decresce para cerca de um quarto das ocorrências do nóculo no CF-2001, com um total de 21 ocorrências da colocação **democracia racial** (exemplos 28 e 29 abaixo). Das 8 ocorrências de **brasileira** como colocado para **democracia**, 6 estão contidas no grupo nominal **democracia racial brasileira**, próximo ao CF-1995 nesse aspecto, somadas a 3 ocorrências de **brasileiro** e 1 de **Brasil**, não

constantes da lista de colocados. Como colocado importante para **democracia**, juntamente com **mito**, está **social** (exemplo 28), ambos com 6 ocorrências. Sobre **mito**, o grupo nominal **mito da democracia racial** registrou apenas 6 ocorrências, mas, com uma consulta às linhas de concordância, percebe-se que a palavra **mito** ocorre mais 4 vezes no entorno da colocação **democracia racial**, ainda que não nas cinco posições à esquerda ou à direita do nóculo, conforme critério do *WordsMith Tools* utilizado para a TAB. 4. Tal fato, contrário à primeira impressão, aumenta, de forma proporcionalmente significativa, evidências da relação da **democracia racial** com **mito** no CF-2001, ainda que nem sempre realizada com tanta proximidade nos textos (exemplo 29).

Exemplo:

28- CF-2001: (4) entre si do que dois brancos entre eles. O **Brasil** só não é uma **democracia racial** porque não é uma **democracia social**. Como dizia

29- CF-2001: (15) que elas têm de fundamental, devido ao **mito** de que o **país** vive em uma "**democracia racial**". Segundo essa idéia, desenvolvida por Gilberto Freyre

O exemplo 28 acima contribui para a compreensão da pressão dos significados de **democracia** relacionados à questão social, mais evidenciados a partir de 2001, como síntese de resultados de pesquisas. Porém, a textualização faz referência à máxima de Darcy Ribeiro (1995), para quem, em conformidade com o segundo paradigma apresentado no Capítulo 1, a questão racial seria também secundária à questão social.

O CF-2005 na TAB. 4 revela que a quantidade de ocorrências de **democracia** permanece relativamente estável entre 2001 e 2005. Além de **racial**, com 14 ocorrências à direita do nóculo **democracia**, que resultam em 13 ocorrências da colocação **democracia racial**, outros itens lexicais de relativa significância são **mundo** e **país**, ambos com 6 ocorrências, juntamente com **mito**, com apenas 4 ocorrências, 2 das quais como núcleo do grupo nominal **mito da democracia racial**.

Considerando-se os interesses da pesquisa, os dados da TAB. 4 revelaram que, além de **racial**, a palavra **democracia** não parece evidenciar outras predisposições colocacionais no campo das relações raciais, como representadas no corpus. Outra característica que se manteve, ainda que com dados pouco representativos, foi a relação de **democracia racial** com **mito**, constante que sugere uma naturalização dessa interpretação mítica do Brasil. A seguir será analisada a colocação **discriminação racial**.

### 3.1.9: A colocação **discriminação racial**

Nesta subseção são revisados brevemente e retomados alguns conceitos de **discriminação racial**, complementados por uma observação de dados do corpus, como feito na subseção anterior. Sobre os conceitos que seguem, ainda que sejam muito próximos em significado, apresentam a questão de maneira distinta, contribuindo para uma compreensão mais delicada das relações raciais. Além disso, como o item lexical **discriminação** já fora analisado sob diversos aspectos, e **discriminação racial** se mostrou preponderante dentre as possibilidades de **discriminação**, a colocação já recebeu atenção parcial nas análises.

Pode-se acrescentar ao que já foi visto, primeiramente, que o Brasil, como signatário da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial desde 1969, no governo Emílio G. Médici, concorda internacionalmente com a definição de **discriminação racial** como sendo:

qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tem por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano, (em igualdade de condição), de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, econômico, social, cultural ou qualquer outro domínio de vida pública (JACCOUD e BEGHIN, 2002, p. 91)

Guimarães (2004, p. 18), detalhando a construção de conceitos importantes na Sociologia, sintetiza **discriminação racial**, em sintonia com Pierson (1971[1942]), enquanto comportamento e ações discriminatórias, definindo-a como “tratamento diferencial de pessoas baseado na idéia de raça, podendo tal comportamento gerar *segregação e desigualdade raciais*”. Retomando os esforços conceituais para a Conferência de Durban, ou seja, os debates entre diverso(a)s especialistas em relações raciais no Brasil, com o intuito de aproximar os conceitos na área (um movimento de tecnologização do discurso, que será retomado adiante), relatados em Jaccoud e Beghin (2002, p. 39), a **discriminação racial** é definida como “toda e qualquer distinção, exclusão ou preferência racial”, que anula “a igualdade de oportunidade e tratamento entre os indivíduos ou grupos”.

As definições acima acomodam também o que já foi levantado nos dicionários do português brasileiro para o verbete **discriminação**, como em Borba (2002, p. 514-5), onde o item é introduzido formalmente como “abstrato de ação”, ou Houaiss (2001, p. 1053), que introduz **discriminação** como “ato ou efeito de discriminar”. Porém, de acordo com o interesse específico deste tópico, Borba (2002, p. 514-5) não fornece nenhum exemplo que contenha a colocação **discriminação racial**, enquanto Houaiss o faz, na segunda acepção da palavra **discriminação**, que seria a “ação ou efeito de separar, segregar, por à parte” (2001, p. 1053), seguida dos exemplos “*discriminação racial*” e “*os negros sofrem discriminação*”, ambos convergindo para um critério semelhante dentre uma infinidade de possibilidades para o ato de discriminar. Porém, os exemplos podem não ser autênticos em termos da linguagem em uso (o que constitui

um problema para as teorias críticas da linguagem), por não haver atribuição a fontes na entrada.

Retomando o que foi levantado em Cashmore (2000, p. 172), na seção sobre **discriminação**, a colocação **discriminação racial**, que estaria tendendo ao desuso para dar lugar a seu equivalente *racialismo*, é definida como a “expressão ativa ou comportamental do racismo”. Uma observação da colocação pode verificar se tal tendência é válida para os dados provenientes do corpus da *Folha*, o que será tentado adiante, com a descrição dos dados da tabela abaixo, desta vez contendo colocados para o item lexical **discriminação**, complementado por observações acerca das linhas de concordância contendo a colocação **discriminação racial**.

**TABELA 5**  
Colocados de **discriminação** nos subcorpora

CF-1995	T	ESQ.	DIR.	CF-2001	T	ESQ.	DIR.	CF-2005	T	ESQ.	DIR.
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	184	4	1	<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	346	6	3	<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	147	1	6
<b>RACIAL</b>	46	1	45	<b>RACIAL</b>	86	1	85	<b>RACIAL</b>	30	0	30
NEGROS	23	7	16	RACISMO	79	72	7	RACISMO	23	17	6
PRECONCEITO	18	9	9	XENOFOBIA	42	0	42	PRECONCEITO	18	10	8
TRABALHO	15	5	10	BRASIL	19	6	13	ARGENTINA	9	4	5
BRASIL	14	5	9	NEGROS	17	7	10	NEGROS	9	5	4
RACISMO	13	10	3	PRECONCEITO	11	6	5	ATO	6	6	0

O nódulo **discriminação** apresentou uma variação considerável, com 184 ocorrências no CF-1995, um acréscimo para 346, no CF-2001, e um decréscimo para 147 ocorrências, no CF-2005. **Racial** foi o principal colocado para o nódulo **discriminação** nos três subcorpora, ocorrendo na proporção de 25% do total do nódulo no CF-1995 e CF-2001, decrescendo para 20% da quantidade de ocorrências de **discriminação** no CF-2005. Quanto à colocação **discriminação racial**, esta ocorreu 41 vezes no CF-1995, 82 no CF-2001 e 28 no CF-2005.

Observando-se a TAB. 5 quanto ao CF-1995, 45 das 184 ocorrências do nódulo **discriminação** são acompanhadas pelo colocado **racial**; o colocado **negros**, abaixo na lista, registra 23 ocorrências, evidenciando os atores sociais mais implicados com a questão (exemplo 30);<sup>50</sup> **preconceito**, em seguida, registra 18 ocorrências; o colocado **trabalho**, com 15 ocorrências no total, dá pistas de um contexto onde a **discriminação** tende a ocorrer (exemplo 31); o colocado **Brasil** registra 4 ocorrências; e, finalmente, **racismo** registra 13 ocorrências.

Exemplos:

30- CF-1995: (13) mais cheia de conteúdo, dados e informações, a denúncia da **discriminação racial** que atinge **negros e mestiços de negros**

31- CF-1995: (20) peritos da OIT virão ao **Brasil** em julho para apurar casos de **discriminação racial no trabalho**.

Considerando-se o CF-2001 a TAB. 5 evidencia o momento discursivo da Conferência de Durban, com 346 ocorrências de **discriminação**, 86 das quais em colocação com **racial**; em seguida **racismo** registra 79 ocorrências como colocado de **discriminação**, reiterando a importância da expressão **Conferência contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata**, nome da Conferência de Durban, que vai explicar muitos destaques no léxico do CF-2001; dentre esses destaques tem-se **xenofobia**, por razões óbvias, imediatamente abaixo na lista, com 42 ocorrências, todas à direita do nódulo; **Brasil** registra 19 ocorrências; **negros**, 17 ocorrências, índice muito menor que 1995; e por último **preconceito** registra 11 ocorrências.

Para o CF-2005 a TAB. 5 registra 147 ocorrências do nódulo **discriminação**, apenas 40% do total de ocorrências do CF-2001. O principal colocado, **racial**, apresenta

---

<sup>50</sup> O item lexical **índio(s)**, por exemplo, que apresenta 63, 93 e 18 ocorrências nos CF-1995, CF-2001 e CF-2005, respectivamente, não aparece no universo de colocados para **discriminação**, que tem **negro(s)**

30 ocorrências; logo abaixo, **racismo** registra 23 ocorrências; o colocado **preconceito** registra 18 ocorrências; **Argentina** e **negros** apresentam 9 ocorrências cada, distribuídas de forma equilibrada entre a direita e a esquerda do nóculo; finalmente, **Ato** é o último colocado da lista, registrando 6 ocorrências.

Pelo que se depreende desse pequeno recorte na trajetória da colocação **discriminação racial**, uma vez feita a observação de ambos os itens lexicais que a compõem, parece que essa tende realmente à diminuição em seu uso, apesar do grande destaque no CF-2001. Mas esse aumento foi, de certa maneira, artificial, considerando-se a diminuição drástica após a conferência, o que redundou em 2005 no índice mais baixo dos três subcorpora. Porém, como já visto, não foi constatada a substituição da expressão pelo item **racialismo**, como prevista em Cashmore (2000) para o contexto norte-americano, bem como as outras tendências lexicais delineadas naquele trabalho. Da mesma forma, pode-se dizer que nos subcorpora não foi evidenciada nenhuma outra colocação tão proeminente que venha a imputar outros significados para o item lexical **discriminação**.

A seguir será abordada a colocação **preconceito racial**, que pode ser interpretada como em relação de co-hiponímia ou co-meronímia com **discriminação racial** quanto ao superordenado **racismo**.

### 3.1.10: A colocação **preconceito racial**

---

como acompanhante proeminente.

Nesta subseção são apresentadas algumas definições para a colocação **preconceito racial**, complementando ou mesmo reiterando o que já foi levantado para o item lexical **preconceito**. Iniciando-se com o grupo de especialistas em preparação para a participação do Brasil na conferência de Durban em 2001, foi definido, segundo Jaccoud e Beghin (2002, p. 39), que **preconceito racial** é a “predisposição negativa em face de um indivíduo, grupo ou instituição” orientada por “generalizações estigmatizantes sobre a raça a que é identificado”. Guimarães (2004, p. 18), ainda que tratando apenas de **preconceito** (não especificamente **racial**), sintetiza esse como um sistema de atitudes, identificando que suas manifestações verbais ou comportamentais resultam em **discriminação**.

Como em Cashmore (2000, p. 438), o item lexical **preconceito** é definido considerando-se a possibilidade de “um preconceito positivo e um negativo”, o que também foi verificado em Houaiss e Villar (2001), seria interessante observar nos dados de linhas de concordância do corpus se esta possibilidade (de *preconceito positivo*) tem algum eco nas representações quando associada na colocação **preconceito racial**. No que segue, a exemplo do que foi feito acima com as colocações **democracia racial** e **discriminação racial** é apresentada uma tabela com dados de colocados para o nódulo **preconceito**, seguida de comentários descritivos acompanhados de exemplos autênticos de linhas de concordância.

**TABELA 6**  
Colocados de **preconceito** nos subcorpora

CF-1995	T	ESQ.	DIR.	CF-2001	T	ESQ.	DIR.	CF-2005	T	ESQ.	DIR.
<b>PRECONCEITO</b>	293	13	15	<b>PRECONCEITO</b>	124	7	4	<b>PRECONCEITO</b>	83	2	1
<b>RACIAL</b>	43	3	40	<b>RACIAL</b>	18	3	15	DISCRIMINAÇÃO	19	9	10
NEGROS	37	10	27	RACISMO	14	7	7	<b>RACIAL</b>	9	1	8
COR	24	0	24	DISCRIMINAÇÃO	11	5	6	CONTRA	9	3	6
PESQUISA	20	16	4	RAÇA	11	1	10	RACISMO	9	6	3

RACISMO	19	11	8	COR	10	1	9	COR	7	0	7
DISCRIMINAÇÃO	16	8	8	BRANCOS	6	1	5	SOCIAL	6	2	4

O nódulo **preconceito** mostra um índice em forte declínio no corpus, como já visto, registrando 293, 124 e 83 ocorrências nos CF-1995, CF-2001 e CF-2005, respectivamente, tendo **racial** como seu principal colocado nos CF-1995 e CF-2001, com 42 e 18 colocações, respectivamente. No CF-2005, **racial** perde sua primazia como colocado, dando lugar a **discriminação**, que apresenta quase o dobro das colocações com **racial**. Acerca da colocação **preconceito racial**, esta ocorreu 39 vezes no CF-1995, 14 no CF-2001 e 6 no CF-2005.

No CF-1995 **negros** é o principal colocado abaixo de **racial**, com 37 ocorrências, reforçando o que já foi visto com relação à **discriminação racial**, com os **negros** como os principais (e praticamente únicos) atores sociais implicados; o colocado **cor**, com 24 ocorrências, todas à direita do nódulo **preconceito**, sugere a presença significativa da colocação **preconceito de cor** naquele contexto, que registrou 19 ocorrências, quase todas relacionadas à pesquisa da *Folha/Datafolha* (exemplos 32, 33 e 34 abaixo); **pesquisa**, com 20 ocorrências, reforça essa informação contextual sobre a publicação da *Folha/Datafolha* (sendo **pesquisa** um merônimo dessa), acerca do preconceito no Brasil (exemplos 34 e 35); **racismo** e **discriminação**, abaixo na lista, registram 19 e 16 ocorrências, respectivamente.

Exemplos:

32- CF-1995: (14) a maior porcentagem de pessoas que admitem abertamente ter **preconceito de cor** (17%, contra 8% no Sudeste, índice menor)

33- CF-1995: (15) os Noronha sofrem o chamado “racismo cordial” \_em que o **preconceito de cor** é camuflado e, aparentemente, não prejudica

34- CF-1995: (16) mobilizadas pelo **Datafolha** para realizar esta **pesquisa** sobre o **preconceito de cor** 5.081 é o número de entrevistados em todo

35- CF-1995: (3) cerca de 700 pessoas para realizar a mais ampla **pesquisa** sobre **preconceito racial** no Brasil

No CF-2001 os colocados **racismo** e **discriminação** registram 14 e 11 ocorrências, respectivamente; **raça** registra 11 ocorrências, sugerindo a projeção da colocação **preconceito de raça** (exemplos 36 e 37 abaixo), enquanto o colocado **cor** registra 10 ocorrências, mas com apenas 1 ocorrência na segunda posição à direita de **preconceito**, evidenciando um desaparecimento quase total da colocação **preconceito de cor**, com 1 ocorrência, que pode ter sido readequada entre outros modificadores para **preconceito**, assim como **de raça** (exemplos 36 e 37), com 3 ocorrências na quarta e 4 na quinta posição à direita do nódulo; interessante, o colocado **brancos** registra 6 ocorrências, momento em que **negros** não registra ocorrência alguma.

Exemplos:

36- CF-2001: (103) outros congressistas, definindo que constituía contravenção penal por **preconceito de raça e de cor** recusar hospedagem em hotel, pensão

37- CF-2001: (82) social ou por publicação de qualquer natureza, a discriminação ou o **preconceito de raça, cor**, etnia ou procedência nacional pode resultar

No CF-2005 o nódulo **preconceito** teve como principal colocado o item **discriminação**, com 19 ocorrências; **racial** registra 9 ocorrências, assim como **contra e racismo**; o colocado **cor** registra 7 ocorrências, todas à direita do nódulo **preconceito**, demonstrando a sobrevivência da colocação **preconceito de cor**, que registra 4 ocorrências.

De maneira geral, a colocação **preconceito racial**, juntamente com sua alternativa **preconceito de cor**, demonstra tendência progressiva de redução no uso, sugerindo, uma vez mais, um movimento que tende a sair do âmbito das relações

peçoais, peculiar ao conceito do item lexical **preconceito**, como dito, e penetra em relações institucionais, mais palpáveis e mais susceptíveis a políticas de controle social.

No que segue, será apresentada a colocação **racismo cordial**, conceito recém surgido no cenário das relações raciais, cuja permanência dependerá de quanto se naturaliza no discurso especializado como traço definidor do racismo brasileiro, subsidiado pela permanência, ainda que contestada em diversos níveis, do paradigma da democracia racial.

### **3.1.11: A colocação racismo cordial**

Ainda que não associada às três colocações principais até aqui discutidas pelo qualificador comum **racial**, a colocação **racismo cordial** parece ser também estruturante na naturalização das relações raciais brasileiras e, ainda que mais recente e menos significativa em termos quantitativos que as demais, sua análise pode oferecer importantes subsídios para uma interpretação das práticas discursivas da *Folha* e das práticas sociais do conglomerado empresarial no qual ela está inserida. Esta subseção é destinada a uma discussão da gênese do conceito de **racismo cordial** nas CS, acompanhada de uma análise descritiva de dados do corpus, semelhante ao que foi feito nas três subseções anteriores.

Paralelas à colocação **democracia racial** na caracterização da especificidade das relações raciais no Brasil, ainda que em escala muito menor de ocorrência nos debates nas CS, pode-se dizer que estão algumas expressões que sintetizam orientações teóricas

como, segundo Schwarcz (2001, p. 33), a abordagem do “laboratório de civilização” de Arthur Ramos (1934); a abordagem da “democracia étnica” de Freyre, que deu origem à noção de **democracia racial** (1933); e a abordagem do Brasil como “sociedade multirracial de classes”, de Pierson (1971). Somadas a essas, é possível listar outras sínteses mais contemporâneas, como a do “racismo à brasileira” (cf. PEREIRA, 1996; SCHWARCZ, 2001; TELLES, 2003), ou mesmo a do “racismo cordial” (cf. RODRIGUES, 1995, p. 12). Tais expressões sintéticas são resultado de observações das relações raciais brasileiras sob diferentes perspectivas em direção à mestiçagem (seja criticamente ou não), ao longo do século XX, em contraposição às noções de supremacismo branco que, segundo Telles (2003), haviam predominado nos séculos XVIII e XIX.

Esta última, **racismo cordial**, pode confirmar um dinamismo discursivo da mídia impressa, como instanciada no corpus da *Folha*, que não somente orchestra vozes e discursos de especialistas, como também tecnologiza, democratiza, comodifica e, inclusive, cria novos conceitos e discursos. Antes, porém, é importante mencionar alguns contextos acadêmicos em que a expressão aparece, ainda que restritos. Magalhães (2004, p. 36) sintetiza bem o conceito, como sendo a “relação racial em que o preconceito seria proibido e, caso existisse, deveria ser reprimido”, em diálogo com Schwarcz (2000). Este trabalho, sem fazer referência explícita à origem do conceito, o re-significa, enfatizando a necessidade de compreensão “das particularidades desse ‘racismo cordial’, dessa modalidade mais específica de relacionamento racial” (SCHWARCZ, 2000, p. 13), associando-o ao construto de Florestan Fernandes (1965 [1978]), como uma noção de “preconceito retroativo”.

A reportagem da *Folha* do dia 16 de Dezembro de 1996 cobriu a participação da antropóloga Lílian M. Schwarcz como a única expositora do Brasil no evento “Ideologias Coloniais e Identidades Nacionais nos Mundos Lusófonos - Estudos sobre o Lusotropicalismo”, realizado em Sorbonne, na França. A reportagem, ao sintetizar que “Schwarcz retomou a questão do racismo cordial brasileiro”, deixa ambíguo se o conceito fora mesmo utilizado no colóquio por Schwarcz ou se fora uma interpretação da repórter da *Folha*, provavelmente influenciada pela publicação *Racismo Cordial* (1995). Anterior a esta reportagem, no entanto, está um artigo do próprio Florestan Fernandes, intitulado “Racismo e Cordialidade”, publicado na *Folha* no dia 10 de Julho de 1995, que faz uma resenha crítica do caderno especial *Racismo Cordial*. O artigo critica a impossibilidade conceitual de tal expressão e discorda quanto à relação que essa tenta estabelecer com a expressão ‘homem cordial’, atribuída a Sérgio Buarque de Holanda.

Twine (2001, p. 75), um estudo etnográfico sobre relações raciais na cidade fluminense de Vassália, escrito em língua inglesa, utiliza a colocação **racismo cordial**, em língua portuguesa, em itálico, com a tradução “polite racism” em parênteses, como interpretação de um relato etnográfico, sem, no entanto, fazer menção no corpo do texto à afiliação do mesmo. No entanto, uma consulta às referências bibliográficas de *Racism in a Racial Democracy* (TWINE, 2001) revela a utilização do suplemento especial da *Folha* do dia 25 de Junho de 1995, “Racismo Cordial”, já com a tradução do título para o inglês, *Polite Racism*, como referência. Tal série de publicações no jornal, que deu origem ao livro *Racismo Cordial*, editado pela *Folha/Datafolha* em conjunto com a editora Ática, demonstra contornos interinstitucionais (*Folha* => Ática) e transnacionais (*Racismo Cordial* => *Polite Racism*) para certas produções conceituais.

Heringer (2005, p. 55), parte de um estudo comparativo realizado oito anos após a publicação *Racismo Cordial* (1995), seguindo metodologia semelhante àquela, aponta que “o então chamado ‘racismo cordial’”, aparentemente, “continuará a imperar de maneira eficaz, ilustrado por um mal-estar coletivo diante de episódios explícitos de discriminação que eventualmente pipocam na grande imprensa” (HERINGER, 2005, p. 55). No entanto, com uma observação mais criteriosa e otimista, o estudo delinea algumas “transformações na visibilidade das atitudes discriminatórias e também das ações anti-racistas”, bem como um ambiente mais apropriado para o debate, no qual as pessoas “têm menos dificuldade de se manifestar sobre o assunto” (*ibidem*, p. 56). Mas o importante aqui é a verificação de que a colocação **racismo cordial** é tomada como um pressuposto conceitual, capaz de responder por toda uma especificidade das relações raciais brasileiras.

Em relação à pesquisa e publicação da *Folha/Datafolha, Racismo Cordial: A mais Completa Análise sobre Preconceito de Cor no Brasil*, que parece mesmo ter sido a origem da colocação **racismo cordial**, essa trouxe algumas estatísticas significativas sobre a questão racial no Brasil, contribuindo para a ampliação do espaço de discussão no país no momento do tricentenário de Zumbi.<sup>51</sup> Cabe ressaltar os três pontos mais proeminentes da pesquisa, que verificou que:

1) apesar de 89% dos brasileiros dizerem haver preconceito de cor contra negros no Brasil, 2) só 10% admitem ter um pouco ou muito preconceito, mas, 3) de forma indireta, 87% revelam algum preconceito, ao pronunciar ou concordar com enunciados preconceituosos, ou ao admitir comportamentos de conteúdo racista em relação a negros (1995, p. 11)

---

<sup>51</sup> Como em toda leitura crítica, há que se fazer uma série de observações sobre o formato e condições da pesquisa, bem como o teor das entrevistas e outros fatores que exercem influência na quantificação e qualificação de dados, o que não é o objetivo aqui. Isso sem mencionar a ênfase desproporcional entre a publicação *Racismo Cordial* e questões relacionadas a Zumbi, sua obra e seu tricentenário, desenvolvido em outro ponto da tese.

As estatísticas acima chamam a atenção para o mascaramento da questão racial no Brasil, sintetizando que “os brasileiros sabem haver, negam ter, mas demonstram, em sua imensa maioria, preconceito contra negros” (*ibidem*, p. 11), de formas veladas, muitas vezes circunscritas ao uso da linguagem, e que auxiliam na perpetuação do estado de coisas no mundo social. A referida publicação discute criticamente o uso, sem qualquer ressalva, do termo ‘raça’, na lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989 que trata do racismo, questionando este conceito, dado como natural e facilmente identificável nos textos legais. Contra ‘raça’ há a defesa de uma perspectiva que contemple o conceito de ‘etnia’ (*ibidem*), mais apropriado para pesquisas que são desenvolvidas sob a égide de um pensamento mais liberal, bem próximo das comunidades discursivas sobre as quais a *Folha* exerce sua primordial influência. No próprio *Manual da Redação* (2001, p. 67), a entrada ‘etnias’, na seção de padronizações, instrui para que se “evite usar a palavra *raça* quando se referir à espécie humana. Para designar aspectos físicos de grupos étnicos” é indicado que se deve usar “o termo que os qualifica”, oferecendo o seguinte exemplo: “o apartheid segrega os negros, em vez [*sic*] de a raça negra”. Essa normatização do discurso do jornal parece trazer como pressuposto a identidade na perspectiva de “grupos étnicos”.

Retornando à outra publicação da *Folha/Datafolha*, *Racismo Cordial* (1995), um aspecto relevante e curioso pode ser observado na entrevista com o saudoso Professor de geografia humana da USP, Milton Santos, cujos estudos são referência para as relações raciais no Brasil. A abertura dada pelo *Racismo Cordial* permitiu que o entrevistado elaborasse críticas severas em relação à metodologia e aos pressupostos científicos da pesquisa que motivaram a publicação, demonstrando uma perspectiva de autocrítica essencial em trabalhos nessa área e aproximando a publicação ao *modus*

*operandi* da *Folha*, que rotineiramente legitima sua autoridade ao permitir que os temas abordados sejam tratados, em certa medida, dialogicamente, o que não significa que a dialogicidade não possa ser utilizada estrategicamente.

Quanto à gênese do oxímoro **racismo cordial**, Rodrigues (1995, p. 12) relata, acerca da publicação, que a pesquisa “analisou minuciosamente as respostas e identificou esse racismo cordial – subliminar muitas vezes -, embora seus protagonistas tenham tentado ocultá-lo”. E, para confirmar a relação da expressão com o conceito de *homem cordial* de Sérgio Buarque de Holanda (1995[1936]), é citada imediatamente após essa síntese, a passagem célebre em que é definido esse homem, como sendo a contribuição brasileira para o mundo, incluindo também as ressalvas sobre o conceito de cordial que ele adota. Rodrigues (1995, p. 12-3) discute o conceito em *Raízes do Brasil* e conduz à noção de que a cordialidade brasileira seria um disfarce que a pesquisa da *Folha/Datafolha*, sintetizada em seu título *Racismo Cordial*, conseguira retirar.

Apesar de ter desenvolvido o conceito e introduzido a noção do *homem cordial* no escopo da Sociologia, Holanda (1995 [1936]), em nota de final de capítulo, atribui a expressão a Ribeiro Couto, em carta a Alfonso Reyes, que a incluiu na publicação *Monterey*, informação que não foi contemplada em Rodrigues (1995). O conceito não foi unânime nem mesmo em sua origem, e Holanda (*idem*) deixa clara a diferença entre a sua interpretação de cordialidade e aquela, por exemplo, de Cassiano Ricardo, que usara a expressão na mesma época no sentido de ‘bondade’. Para Holanda (1995 [1936], p. 205) a cordialidade é tomada sem que se estabeleçam “juízos éticos e as intenções apologéticas”, não significando, desta maneira, algo eticamente positivo ou intrinsecamente bom. Na verdade, o que parece é que o contrário seria mais adequado.

Uma vez apresentada a colocação **racismo cordial**, é importante verificar os dados do corpus para informar acerca de suas circunstâncias de ocorrências e as possibilidades de variações e mesmo de expressões dela derivadas. Como a colocação é muito recente, procurou-se um acompanhamento mais detalhado de sua evolução no intervalo de tempo abrangido pelo corpus de pesquisa. Assim, foram também quantificadas as ocorrências de **racismo cordial** nos anos adjacentes aos recortes dos subcorpora. A colocação **racismo cordial**, como mostra a TAB. 8 abaixo, ocorreu 48 vezes no CF-1995, não registrou ocorrência alguma em 1994 e, em 1996, registrou 20 ocorrências. No CF-2001 a colocação registrou 8 ocorrências, contra 2 em 2000 e 5 em 2002. Quanto ao CF-2005, a colocação **racismo cordial** registrou 5 ocorrências, contra apenas 1 ocorrência em 2004 e 2 em 2006.

**TABELA 7**  
Ocorrências da colocação **racismo cordial**

	1994	CF- 1995	1996	2000	CF- 2001	2002	2004	CF- 2005	2006
<b>RACISMO CORDIAL</b>	X	<b>48</b>	20	2	<b>8</b>	5	1	<b>5</b>	2

Primeiramente, para confirmar que a colocação foi mesmo introduzida pela *Folha*, com a publicação da pesquisa em 1995, observou-se que em 1994 não foi registrada ocorrência alguma de **racismo cordial**, sendo que a palavra-chave **racismo** ocorreu em 306 textos e o item **cordial** ocorreu em 98 textos, mas nunca combinadas na colocação. Nenhum trabalho científico anterior a 1995 consultado para esta pesquisa registrou o uso desse conceito, e as fontes após 1995 que atribuíram autoridade para a colocação citaram a *Folha*.

Ainda que artificial, a proeminência da colocação **racismo cordial** no CF-1995, com 48 ocorrências, chama a atenção, pois foram também registradas 5 ocorrências da colocação **racista cordial**, um conceito que propõe uma síntese para a maioria dos brasileiros, considerando-se os resultados da pesquisa. **Racista cordial**, embora não tenha sobrevivido nos CF-2001 e CF-2005, indica a possibilidade de novos significados, como no emprego de um epíteto oriundo da colocação introduzida e, de certa maneira, já naturalizada nos discursos veiculados na *Folha*, que naturaliza também seu derivado. Outro exemplo dessa produtividade lexical pode ser tomado de 1996, um ano após o surgimento da colocação, quando 20 ocorrências de **racismo cordial** foram registradas na *Folha* em 15 textos contendo as palavras **racismo** e **cordial**. Mas nesses textos foram também registradas as construções oracionais não menos naturalizadas, ainda que mais críticas: “esse **racismo é cordial**” e “o **racismo** dito **cordial**”, ambas realizadas pelos Processos Relacionais **é** e **dito**, processos de “ser”, que estabelecem uma relação entre duas entidades distintas, tendo, no caso, **racismo** como Portador e **cordial** como Atributo em ambos os casos.

Em 2000, ano que antecedeu a Conferência de Durban e no qual o número de textos contendo a palavra-chave **racismo** registrou um aumento significativo em relação aos precedentes, com 357 ocorrências (ver TAB. 1, página 71), dado o momento de preparação para o evento, a colocação **racismo cordial** registra apenas 2 ocorrências, antecedendo as 8 ocorrências do CF-2001. Em 2002, ano que sucedeu a Conferência, a palavra-chave **racismo** ocorreu em 301 textos (TAB. 1) e a colocação **racismo cordial** registrou 5 ocorrências.

O CF-2005, menos expressivo quanto ao número de ocorrências de **racismo cordial** (apenas 5), foi antecedido por 1 ocorrência em 2004, e sucedido por 2

ocorrências em 2006. Ou seja, o CF-2005 comprova uma tendência de declínio da colocação que a aproxima da extinção na *Folha*. Um padrão curioso que se pode depreender desta quantificação da colocação no corpus e nos anos adjacentes a cada um deles é o seguinte: os três subcorpora registram mais ocorrências do que seus adjacentes, corroborando sua relação com a proeminência da palavra-chave **racismo** nos três momentos; nos anos que antecedem cada um dos três subcorpora, o número de ocorrências da colocação **racismo cordial** é menor do que nos anos que os sucedem, o que é óbvio para o caso de 1994. Ou seja, mesmo apresentando um padrão decrescente ao longo do corpus, há um padrão interno para cada momento, o qual parece refletir, nos anos que sucedem os três subcorpora, uma influência, ainda que pequena, dos contextos discursivos de cada um (dos subcorpora).

Com o fito de averiguar se o item lexical **cordial** apresenta outras predisposições colocacionais além daquela evidenciada na colocação **racismo cordial**, foram consultadas suas listas de colocados nos três subcorpora. Apenas o CF-1995 revelou outras predisposições, todas associadas ao momento da publicação da *Folha*, como **Folha**, com 9 colocados; **racista**, com 6 colocados; **brasileiro** e **preconceito**, ambos com 5 colocados. No CF-2001 e no CF-2005 não foram registrados outros colocados para o termo que não **racismo**.

### 3.2: O campo semântico das identidades sociais

Uma vez concluída a última das subseções que trataram de itens lexicais e colocações no campo semântico das **relações raciais naturalizadas** no Brasil, tópico

que será retomado na seção final do capítulo, nesta seção serão discutidos conceitos oriundos de campos semânticos que informam sobre as orientações para a diferença quanto a identidades sociais. O propósito não é de abordar a questão mais ampla de identidades sociais, mas apenas no que concernem identidades construídas basicamente a partir de referenciais sócio-raciais, étnicos, culturais ou fenotípicos. Assim sendo, o campo semântico de identidades sociais será desdobrado em outros, mais específicos, ainda que imbricados, desses referenciais.

De modo semelhante à seção anterior, esta também se divide em subseções. Porém, ao invés da discussão de itens lexicais agrupados e depois isolados por subseção, nesta seção eles serão discutidos de maneira menos detalhada e em pequenos grupos formados por afinidades conceituais ou por proximidade de condições no corpus. Quanto aos conceitos, é necessário destacar que serão desenvolvidos de forma menos sistemática do que na seção anterior, não necessariamente recorrendo a todos os dicionários, publicações nas CS e disposição de dados. Isso porque a seção anterior abordou o conceito principal e palavra-chave da tese, **racismo**, problema que se busca mapear, juntamente com **discriminação** e **preconceito**, relacionados semanticamente no nível já comentado. Esta seção é dedicada às noções que se constroem em relação às diferenças e, se possível, à identificação de como elas atuam na racionalização do racismo, discriminação e preconceito, quanto às identidades sociais e quanto às relações raciais em reconstrução.

A primeira subseção é dedicada ao campo semântico de identidades **sócio-raciais** e apresenta os itens lexicais **raça**, **racial**, **etnia** e **étnico**, procurando delinear os critérios de orientação na configuração das identidades sociais. A segunda subseção agrupa os campos semânticos de **pertença racial**, de **herança cultural** e de **cor da**

**pele**, numa perspectiva analítica que procura distinguir, nas instâncias de utilização dos itens lexicais envolvidos, sua tendência à dialogicidade, à acentuação, à tentativa de solução, à suspensão e à busca de consenso e normalização quanto às diferenças (cf. FAIRCLOUGH, 2003).

### 3.2.1: O campo semântico das **identidades sócio-raciais**

Nesta subseção serão abordados três itens lexicais que são indissociáveis de todos os termos e colocações até aqui discutidos, a saber, **raça**, **racial** e **etnia** (lema desdobrado em **etnia** e **étnico**), com o fito de verificar as orientações mais gerais do léxico nos dicionários e no corpus da *Folha*, em relação a **identidades sócio-raciais**, procurando elucidar como são textualizados os argumentos que delimitam as diferenças, sob quais parâmetros. O item lexical **raça**, apesar de ser um lema que poderia agregar flexões como **racismo** e **racial**, é observado separadamente do item **racial**. Este, **racial**, foi abordado na seção anterior como item qualificador recorrente no léxico das relações raciais e em colocações como representadas no corpus da *Folha*, e aqui será discutido de forma complementar, a partir de outra perspectiva. **Etnia** permeia a discussão das relações raciais brasileiras e está, em diversas instâncias, intimamente associado aos dois outros conceitos, como será verificado a seguir.

#### 3.2.1.1: Item lexical **raça**<sup>52</sup>

---

<sup>52</sup> É importante marcar o posicionamento que **raça** é tomado nesta pesquisa como um construto político e sociológico. Por ser um conceito controverso, que marca afiliações no campo das identidades, é necessário que seja sempre problematizado, o que será destacado adiante. Em alguns contextos

O conceito de **raça** é um dos pontos mais polêmicos das relações raciais no Brasil, pois as divergências acerca de seu uso estão distribuídas em uma vasta gama de significações em vários discursos. Apesar de constituir uma categoria oficial do IBGE, ao lado de cor, para algumas linhas críticas de pensamento, falar de **raça** significa ser racista, por necessariamente essencializar as diferenças e evocar uma gama de conceitos ética e cientificamente improcedentes, resultando em anuência e naturalização de tais conceitos. Para outras, é necessário que se fale de **raça** para designar algo realmente ética e cientificamente improcedente, e isso não parece ser segredo para corrente de pensamento alguma. No entanto, pela absurda eficiência dos fragmentos conceituais que povoam a cultura e naturalizam assimetrias morais e sociais, o conceito necessita ser tomado como construto sociológico e político, no sentido de determinar ações objetivas para, criticamente, desnaturalizar de fato tais assimetrias, como uma espécie de mal necessário.

No intuito de averiguar o quanto dessa criticidade conceitual é incorporada nos dicionários, no que segue serão reproduzidos e comentados conceitos para o item lexical **raça**, a partir dos dicionários de português brasileiro, iniciando-se com Borba (2002), seguido de Houaiss e Villar (2001), além do dicionário especializado em relações raciais (CASHMORE, 2000), todos já consultados na seção anterior. Em Borba (2002, p. 1316) tem-se:

**Raça** *Nf* [Concreto] 1 conjunto de indivíduos cujos caracteres somáticos são semelhantes e se transmitem por hereditariedade: *Hitler encarava a guerra como uma 'dádiva divina' predestinada à vitória da raça ariana* (GUE) 2 conjunto dos indivíduos da mesma espécie: *Iberê Camargo gosta de comparar a raça humana a um inseto[...]*(VEJ); *dispúnhamos a considerá-lo o mais distinto exemplar da raça canina* (COT); [Abstrato de estado] 3 origem; ascendência; família: *valem os mais que você, que não tem raça* (GCC) 4 vigor; determinação [...]; 5 (*Deprec*) espécie; categoria: *essa raça maldita é toda combinada* (AB); *Na minha família nunca houve essa raça de gente*

---

discursivos no corpus, por razões óbvias, o conceito pode estar relacionado a outras fundamentações, as quais serão discutidas, se necessário.

(CJ) [Núcleo de construção adjetiva] 6 que tem valor em face da origem; que pertence a uma categoria que se destaca dentro da espécie: *Uma égua de raça corria* [...] (MPB) 7 vigoroso; excelente: *é um humanista primoroso, orador de raça* (S).

Houaiss e Villar (2001, p. 2372) oferece três entradas para o verbete **raça**, sendo de interesse para a pesquisa apenas a primeira delas<sup>53</sup>, aqui reproduzida, que é bastante detalhada e traz 14 acepções:

**Raça** *S.F.* (1473 cf. RLor) 1 divisão tradicional e arbitrária dos grupos humanos, determinada pelo conjunto de caracteres físicos hereditários (cor da pele, formato da cabeça, tipo de cabelo, etc.) [Etnologicamente, a noção de raça é rejeitada por se considerar a proximidade cultural de maior relevância do que o fator racial; certas culturas de raças diferentes estão muito mais próximas do que outras da mesma raça.] <*r. branca*> <*r. amarela*> <*r. negra*> 2 conjunto de indivíduos pertencentes a cada um desses grupos 3 o conjunto de seres humanos; a humanidade <*as r. vindouras*> 4 cada um dos grupos em se [*sic*] subdividem algumas espécies animais, e cujos caracteres diferenciais se conservam através das gerações <*cão da r. labrador*> 5 BIO conjunto de populações de uma espécie que ocupa uma região particular, e que difere em uma ou mais características das populações de outras regiões [...] subespécie] 6 coletividade de indivíduos que se diferencia por sua especificidade sociocultural, refletida principalmente na língua, religião e costumes; grupo étnico <*r. judia*> cf. etnia 7 grupo étnico em relação com a nação, a região <*a r. brasileira*> 8 a ascendência de um povo <*por natureza de r., os brasileiros são um povo caloroso*> 9 o conjunto de antepassados de uma família ou de um indivíduo; linhagem [...] 10 grupo de pessoas da mesma profissão [...] 11 classe de indivíduos com determinados predicados <*os nordestinos são uma r. de gente rija*> 12 qualidade de indivíduo de origem ilustre; distinção <*peessoa de r.*> 13 espírito de luta [...] 14 quantidade ínfima [...]

A definição de Borba (2002) que, reiterando, toma exemplos autênticos de uso da linguagem, parece menos crítica e detalhada do que Houaiss e Villar (2001), que apresenta, já em sua primeira acepção para **raça**, o seu caráter de “divisão tradicional e arbitrária”, além de uma observação (em parênteses angulares) quanto à rejeição do conceito na perspectiva etnológica. Houaiss e Villar (2001) também fornece informação etimológica do termo, com sua ocorrência registrada no ano 1473, século XV.

Em termos das possibilidades de significados que cada dicionário oferece, ainda que Houaiss e Villar (2001) se mostre claramente crítico enquanto Borba (2002) não o faz, a primeira acepção de ambos os dicionários parece equivalente em relação ao

aspecto mais recorrente do conceito, que define **raça** a partir de traços somáticos e de hereditariedade. Porém, essas acepções diferem quanto aos exemplos, tendo Borba (2002) utilizado o exemplo com “raça ariana”, e Houaiss e Villar (2001) utilizado “raça branca”, “raça amarela” e “raça negra”. Os exemplos parecem diferir quanto aos modelos de subdivisão de raças, pois a “raça ariana” se enquadraria dentro da “raça branca” do segundo exemplo, o que causaria um problema taxonômico com categorias de diferentes níveis de complexidade tomados em relação de sinonímia por utilizarem o mesmo conceito. E essa dificuldade apontada apenas para a primeira acepção já indica os problemas conceituais que acompanham o termo **raça**.

Quanto à segunda acepção em cada dicionário, ambas direcionam a definição para “grupo” ou “conjunto de indivíduos”, porém Borba (2002) utiliza “espécie”, enquanto Houaiss e Villar (2001) remete de volta para a primeira acepção (“*cada um desses grupos*”), criando uma lógica interna para seus significados. Quanto à terceira acepção, Borba (2002) remete à “origem”, enquanto o outro se refere novamente a “conjunto”, dessa vez quanto à “humanidade”, podendo suprir a noção de “espécie”, da segunda acepção de Borba (2002). A quarta acepção deste, que se refere a “determinação”, é contemplada em Houaiss e Villar (2001) como “espírito de luta” na 13ª acepção. As outras três acepções oferecidas em Borba (2002) podem ser encontradas também em Houaiss e Villar (2001), que acrescenta, considerando o enfoque da pesquisa, a associação com subespécie (que será retomada abaixo) e também com “grupo étnico”, considerando também aspectos territoriais e culturais.

Uma impressão sobre a gama de exemplos oferecidos em ambas as entradas para **raça**, primeiramente em Borba (2002), onde os exemplos são autênticos, e Houaiss e

---

<sup>53</sup> A segunda e a terceira entradas conceituam o termo **raça**, respectivamente, como “abertura estreita” e “feixe de luz”.

Villar (2001), que faz uso também de instâncias reais de uso da linguagem, mas não necessariamente: os exemplos não parecem refletir os usos mais preponderantes do termo, que tende a ser associado às relações raciais e envolve, majoritariamente, os atores sociais identificados como afrodescendentes. Exceto pelo exemplo de Houaiss e Villar (2001), que menciona “*raça negra*”, ambas as definições escapam das associações mais problemáticas que envolvem o termo **raça**, que são aquelas que o utilizam no âmbito das relações raciais e que são, provavelmente, as que mais recorrem ao uso do termo.

Mudando o contexto teórico, Cashmore (2000, p. 447-56) oferece um conceito de **raça** que se desdobra em três entradas, a saber, “raça como classificação”, “‘raça’ como significante” e “raça como sinônimo”. Na primeira entrada, “raça como classificação”, a abordagem é inicialmente etimológica, registrando a introdução da palavra na língua inglesa, o que ocorreu no século XVI, relacionado a uma comunalidade de características por ascendência (lembrando que em Houaiss e Villar (2001) a datação etimológica do termo é do ano 1473, ainda no século XV). Porém, no século XIX novos sentidos são associados ao termo, quebrando a hegemonia de sentidos associados previamente ao Antigo Testamento, o que condicionou seu uso a informações contextuais, ou seja, “a questão principal não é o que vem a ser ‘raça’, mas o modo como o termo é empregado” (*ibidem*, p. 448).

A classificação delineada em Cashmore (2000, p 448-9) também situa o conceito de **raça** na visão pré-darwiniana, como tipo, “designando espécies de seres humanos distintos, tanto pela constituição física quanto pela capacidade mental”, a racionalização central do *racismo científico*. Um aspecto interessante dessa entrada é o destaque à iniciativa de pesquisadores que, em 1935, contestando a validade do conceito de **raça**,

propõe sua substituição deliberada por *grupo étnico* ou mesmo *povo*, movimento discursivo de tecnologização que não teve muita adesão em países de língua inglesa, onde **raça** é tomado em vários contextos como construto social, posição que Cashmore (2000) parece adotar como necessária para o combate à discriminação racial.

A segunda entrada detalhada em Cashmore (2000, p. 450-1) é de “‘raça’ como significante”, como na teoria do signo, cujo enfoque requer as aspas como convenção que problematiza, conferindo o conceito polissêmico aos “parâmetros do discurso” dentro do qual o termo é utilizado, que é “decodificado e lido pelos sujeitos” envolvidos. Esta abordagem se coloca além do esgotamento conceitual de **raça** como construto biologicamente defensável ou culturalmente válido, buscando evidenciar sua implicação na língua, como um reconhecido “signo de diversidade, cultural e biológica, e um modo de manter a distância entre os grupos soberanos e os subordinados” (*ibidem*, p. 450-1).

A terceira entrada versa sobre o conceito de “raça como sinônimo”, ou seja, “aplicado aos grupos de organismos vivos, o termo ‘raça’ foi usado em pelo menos quatro sentidos diferentes” (CASHMORE, 2000, p. 453-6). O primeiro deles no sentido de subespécies, as quais, apesar de suas características distintas proporcionadas pelo isolamento espacial, ainda podem se hibridizar com outras da mesma espécie. Tal conceito é evitado na biologia e apresenta problemas também na antropologia física, dadas as dificuldades de delimitação conceitual e taxonômica. O segundo sentido equipara a noção de **raça** à noção de espécie, sendo utilizado para ressaltar “a unidade da espécie humana” (*ibidem*, p. 454), e é comumente evocado em oposição ao anterior. O terceiro uso é o que implica nas noções de grupo étnico ou nação, acepção de **raça** em desuso que teve relevância no século XIX e meados do século XX. O quarto e

último uso do termo é raça como “um grupo de pessoas *socialmente* unificadas numa determinada sociedade em virtude de *marcadores físicos*”, ou seja, definidos pela sua “visibilidade somática” (*ibidem*, p. 454-5) conquanto essas marcas contenham significado social, conceito também reconhecido como ‘raça social’. A importância desse construto está na sua relação com a discriminação racial, uma vez que a diferenciação somática só adquire significado social a partir de suas bases políticas e ideológicas.

### 3.2.1.2: Item lexical **racial**

O segundo item lexical a ser investigado é **racial**, termo crucial no corpus, dada a gama de discursos que perpassa e as inúmeras predisposições colocacionais, fato que possibilita maior neutralidade discursiva se comparada com o termo **raça**, cujo uso deve ser contextualizado e implica numa delimitação conceitual, o que não parece ocorrer com **racial**. A discussão aqui desenvolvida está em complementaridade com o que já foi levantado acerca do termo na seção anterior. Abaixo estão listados apenas os conceitos dos dois dicionários de português brasileiro, uma vez que Cashmore (2000) não trata do termo separadamente. Assim sendo, racial é em Borba (2002, p. 1316) como:

**Racial** *Adj* [Classificador de nome abstrato] 1 de raça: *temos material humano, mistura racial, clima ideal* (VEJ) 2 com relação à raça: *O preconceito racial pode persistir mal disfarçadamente* (VEJ); *Você já sofreu discriminação racial?* (FIC)

Em Houaiss e Villar (2001, p. 2372) **racial** é definido como:

**Racial** *adj.* 2g. (sXX cf. AGC) 1 relativo a raça <minorias r.> 2 característico de uma raça <traços r.> 3 diz-se de ato, procedimento ou atitude hostil a um indivíduo ou grupo de indivíduos por eles pertencerem a determinada raça <preconceito r.> 4 que ocorre entre as pessoas pertencentes a diferentes raças <a desigualdade r. em nossa sociedade> <reconciliação r.> [...]

Não há muito o que problematizar com relação às definições acima, uma vez que a construção semântica do adjetivo **racial** perpassa necessariamente pelo substantivo **raça**, pois é “classificador de nome abstrato”, ainda que **racial** disponha de maior neutralidade e suposta mobilidade do que **raça**. Curiosamente, as colocações **preconceito racial** e **discriminação racial**, que em Borba (2002) não constaram dos exemplos quanto aos itens lexicais **preconceito** e **discriminação**, ocorrem nos exemplos para **racial**, item que é supostamente classificador de outro. Ou seja, parece que o exemplo dado aqui contempla algo que pode ser tomado como hierarquicamente secundário em relação aos núcleos dos grupos nominais **discriminação racial** e **preconceito racial**, **discriminação** e **preconceito**. Mais uma vez Houaiss e Villar (2001) se mostra mais detalhado, apresentando, na sua terceira acepção, uma noção negativa naturalizada e já independente para o termo **racial**, tomando-o como “ato”, acepção que culmina no exemplo “*preconceito racial*”.

### 3.2.1.3: Itens lexicais **etnia** e **étnico**

O terceiro item lexical destacado é **etnia**, cuja revisão de conceitos compreenderá também seu adjetivo **étnico**. Em Borba (2002, p. 654) são apresentadas as seguintes definições para os itens:

**Étnia** *N.f* [Abstrato de estado] 1 grupo racial: *Em Cingapura, dois terços da população pertencem à etnia chinesa (EX); Aos índios são garantidos direitos especiais, compatíveis com a sua etnia (OS-O)* 2 mistura de raças caracterizada pela mesma cultura: *Um crioulo, um mulato e um branco, a etnia carioca (CNT); os integrantes do Bandeirantes descendem de uma gama enorme de etnias (GP)* 3 linhagem; ascendência: *Tio Oscar foi como a confirmação dessa etnia fantasiosa que os fazia tão orgulhosos (NB)*

e

**Étnico** *Adj.* [Classificador] 1 de grupos biológica e culturalmente homogêneos; racial: *o povo grego resultou da fusão étnica e cultural de todos aqueles povos (HG); A escravidão desencadeou a dissolução de laços étnicos e familiares (UM)* 2 da mesma raça: *as leis e a ordem estabelecida favorecem grupos étnicos ou econômicos (LE-O)*

Em Houaiss e Villar (2001, p. 1272) os itens lexicais **etnia** e **étnico** são definidos como:

**Etnia** S. f. (sXX cf. AGC) ANTROPOL coletividade de indivíduos que se diferencia por sua especificidade sociocultural, refletida principalmente na língua, religião e maneiras de agir; grupo étnico [para alguns autores, a *etnia* pressupõe uma base biológica, podendo ser definida por uma raça, uma cultura ou ambas; o termo é evitado por parte da antropologia atual, por não haver recebido conceituação precisa.]

e

**Étnico** *adj.* (sXV cf. FichIVPM) 1 relativo a etnia <grupos é.> <caracteres é.> <relações é.> 2 designativo de determinada população <francês é um nome é.> 3 pertencente ou próprio de um povo, esp. de um grupo caracterizado por cultura específica <música é.> <comida é.> 4 inspirado nessa cultura específica <mobília é.> 5 TEOL *ant.* que se caracteriza pelo paganismo, segundo certos autores eclesiásticos; ETM [...] ‘relativo aos pagãos’ [...] ‘povo’

Quanto a ambos os itens, a primeira acepção de Borba (2002) lança mão do mesmo conceito em associação, “racial”, enquanto na segunda acepção é utilizado “raça(s)”, para **etnia** e **étnico**. Curiosamente, a construção da definição de Borba (2002) em ambos os verbetes, que recorre a uma associação com “racial” e “raça”, não percorre o mesmo caminho se analisados os verbetes **racial** e **raça**, em cujas definições **etnia** não foi acessado. Para o item **etnia** Borba (2002) oferece ainda uma terceira acepção, associada a “ascendência”.

Quanto a Houaiss e Villar (2001), **etnia** é introduzido com registro no século XX em associação com a Antropologia, com apenas uma acepção, desdobrada em “coletividade” e “grupo étnico” e uma observação crítica, como feito em **raça**, quanto à sua imprecisão conceitual (o que sugere uma possível explicação para as baixas ocorrências do lexema **étnico** nos três subcorpora, ainda que com grande variação de formas, o que será abordado adiante). Quanto a **étnico**, o verbe apresenta três acepções, a primeira remetendo a **etnia** e reforçando os laços coesivos das entradas. No entanto, o item **étnico** data do século XV na informação etimológica, muito anterior ao item **etnia**, dado que parece incoerente. A segunda acepção é associada a “população” e

a terceira a “povo” e “cultura”, enquanto a quarta faz referência à “cultura” da terceira. É oferecida ainda uma quinta acepção, que introduz um sentido teológico para a palavra, relacionando-a a paganismo, provavelmente pelo seu direcionamento semântico divergente de **teo-** (antepositivo de Deus) e em direção a **etn(o)-**, partícula definida em Houaiss e Villar (2001, p. 1272) como<sup>54</sup>:

**Etn(o)** el. comp. antepositivo, do gr.[...] ‘toda classe de seres de origem ou de condição comum’, [...] ‘raça, povo, nação; classe, corporação’ [...].

O fato de existir uma entrada em Houaiss e Villar (2001) para o antepositivo **etn(o)-** pode estar relacionado à vasta gama de variantes que o lema **etnia** apresenta, observados no corpus (o que será abordado adiante) e nos dicionários de português brasileiro.

Uma definição que reflete essa pluralidade de desdobramentos para **etnia** é a de Cashmore (2000), onde é extensamente desenvolvida, enfatizando seu étimo referente a povo, a nação, próximo à construção de Houaiss e Villar (2001). Cashmore (2000, p. 196-203) informa que a palavra **étnico**, “em sua forma contemporânea [...] descreve um grupo possuidor de algum grau de coerência e solidariedade”, não se aplicando a qualquer “agrupamento de pessoas ou setores da população” e sim “pessoas unidas ou proximamente relacionadas por experiências compartilhadas”. O resumo para as facetas do conceito, apresentado ao final da entrada, se mostra bastante útil:

(1) etnia é o termo usado para abranger vários tipos de resposta de diferentes grupos; (2) o grupo étnico baseia-se nas apreensões subjetivas comuns, seja das origens, interesses no futuro (ou ainda uma combinação destes); (3) a privação material é a condição mais fértil para o crescimento da etnia; (4) o grupo étnico não tem de ser uma “raça” no sentido de ser visto pelos outros como algo inferior, apesar de haver uma forte superposição desses dois conceitos, e muitos grupos se organizarem etnicamente serem freqüentemente designados por outros como uma “raça”; (5) a etnia pode ser usada para vários propósitos diferentes [...]; (6) a etnia pode vir a ser uma linha divisória cada vez

---

<sup>54</sup> Borba (2002) não define o antepositivo **etn(o)-**.

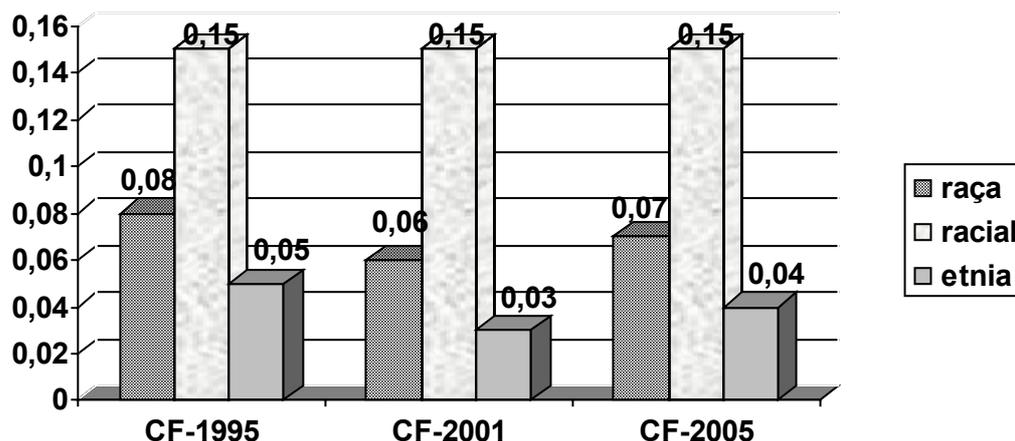
mais importante na sociedade, embora nunca esteja inteiramente desconectada dos fatores de classe (CASHMORE, 2000, p. 202)

Essa síntese contempla boa parte das acepções já verificadas nos dois dicionários do português brasileiro, acrescentando, porém, mais do que um argumento conceitual, uma série de pontos que explicam as aplicabilidades diversas do conceito, bem como as dificuldades advindas da pluralidade de significados. O que ressalta no conceito é a ênfase em dificuldades e em objetivos comuns para a identificação étnica, contribuindo para sua defesa nos movimentos sociais.

Finalizando essa breve revisão de conceitos para os itens lexicais **etnia** e **étnico**, no contexto teórico das CS, a postura crítica em Nascimento (2003, p. 48) descreve que “a intenção de eliminar das ciências sociais o termo ‘raça’ e seus derivados impulsionou sua progressiva substituição pela categoria *etnia*”, conceito “que introduz uma ênfase no aspecto cultural coerente com a constatação científica da não-existência de ‘raças’ biológicas”. O argumento do trabalho, que entende *etnia* como eufemismo, observa o “escamoteamento de um *subtexto de raça*” subjazendo “o discurso e as relações sociais” e “constituindo um firme alicerce da vigência, na prática, do velho critério da inferioridade racial” (NASCIMENTO, 2003, p. 48, 50), o que vai contra o tópico (4) da síntese de Cashmore (2000) acima. Assim sendo, os conceitos associados a **etnia**, segundo o argumento em Nascimento (2003, p. 48), não solucionam os entraves políticos e teóricos das relações raciais e não oferecem “uma saída ‘limpa’ do terreno do racismo”.

#### 3.2.1.4: Os itens lexicais **raça**, **racial** e **etnia** no corpus

Uma vez pontuadas algumas possibilidades conceituais para os itens lexicais lematizados **raça**, **racial** e **etnia**, o gráfico abaixo introduz de maneira visual a disposição dos termos no corpus da *Folha*, o que será descrito e comentado a seguir:



**GRÁFICO 3 -** Ocorrência percentual de itens lexicais associados a identidades sócio-raciais

Desdobrando alguns aspectos das orientações para a diferença quanto às identidades sócio-raciais no corpus, os lemas **raça**, **racial**, **etnia** e suas possíveis variantes, selecionados para ilustrar essa representação identitária, são observados neste momento quanto à sua ocorrência percentual total nos subcorpora. Em termos de ocorrências, estas se mostram relativamente estáveis para **raça**, com uma minoração mais significativa no CF-2001, quando totalizou 0,06%, contra 0,08% no CF-1995 e 0,07 % no CF-2005. O pequeno decréscimo em 2001 pode ser associado ao ambiente mais tecnologizado e à busca pela normalização e pelo consenso naquele ano, onde a opção pela neutralidade discursiva parece ter predominado.

Nessa orientação, **racial**, ainda que semanticamente um desdobramento de **raça**, não evidencia tanto as competições discursivas por não implicar em noções ideológicas,

tanto quanto sugeridas por **raça**, como já comentado. E **racial**, por essa razão, tende a perpassar campos do discurso mais heterogêneos, em diferentes níveis de tecnicidade, fato que é surpreendentemente ilustrado no GRAF. 3 acima, com a manutenção exata os percentuais nos subcorpora.

O lexema **etnia** tem ocorrência baixa nos subcorpora, representando 0,05%, 0,03% e 0,04% nos CF-1995, CF-2001 e CF-2005, respectivamente, o que pode ser atribuído à hibridez do conceito, que envolve noções oscilantes entre limites culturais, políticos e biológicos, dificultando sua entrada para subsidiar argumentos no contexto das relações raciais brasileiras. O que chama a atenção para este item é a sua produtividade lexical, apresentando dez formas variantes no CF-1995 contra oito formas no CF-2001 e CF-2005, todas listadas abaixo como exemplo, a partir da ferramenta WordList:

**TABELA 8**  
Formas diferentes para o lema **etni**\*

ITEM	CF-1995	CF-2001	CF-2005
1 ETNIA	22	7	20
2 ETNIAS	3	10	7
3 ÉTNICA	38	32	14
4 ÉTNICAS	10	4	5
5 ETNICAMENTE	-	2	1
6 ETNICIDADE	2	2	-
7 ETNICIDADES	1	-	2
8 ETNICISTAS	1	-	-
9 ETNICIZA	1	-	-
10 ÉTNICO	8	10	5
11 ÉTNICOS	8	7	8

Os destaques na TAB. 8 são as variações **eticnistas** e **eticniza**, que ocorreram somente uma vez, no CF-1995, e **eticnamente**, que ocorreu nos CF-2001 e CF-2005, mas não no

CF-1995. No entanto, tais termos e muitos outros além dos constantes das tabelas são encontrados nos dois dicionários de português brasileiro consultados. Carmo e Magalhães (2005) também discute a produtividade em termos de flexões para o lema **etnia**, destacando que o uso do termo pode vir a ameaçar a hegemonia de discursos racializados.

Acerca das curvas de ocorrências que a TAB. 8 detalha, tem destaque a queda e retomada do item (1), **etnia**, que oscila entre 22, 7 e 20 ocorrências nos CF-1995, CF-2001 e CF-2005, respectivamente. Tal movimento é exatamente contrário ao da forma plural, **etnias**, que oscila entre 3, 10 e 7 ocorrências, o que praticamente equaliza os totais de ocorrências. Com menor variação estão os congruentemente adjetivos **étnica(s)** e **étnico(s)**, itens (3), (4), (10) e (11), da TAB. 8, os quais, somados por subcorpora totalizaram os índices decrescentes de 64, 53 e 32 ocorrências, nos CF-1995, CF-2001 e CF-2005, respectivamente. No entanto, o que chama mais a atenção acerca deste lema é a diversidade de formas que, de certa maneira, dilui as deficiências epistemológicas do conceito. Isso possibilita a sua manutenção (ou sobrevivência) no léxico associado às relações raciais, ainda que circunscrita a contextos específicos, da mesma forma que se faz com os conceitos associados à raça, à cor da pele e à herança cultural.

### 3.2.2: Campos semânticos em disputa: **pertença racial, herança cultural e cor da pele**<sup>55</sup>

---

<sup>55</sup> Os campos semânticos aqui nomeados e delimitados são um recurso metodológico e estão abertos ao diálogo com outras interpretações, podendo ser contestados.

Esta subseção é destinada à descrição de lexemas e itens lexicais com vistas para as orientações para a diferença no que diz respeito a três campos semânticos imbricados que organizam o léxico nas relações raciais brasileiras, a saber, **pertença racial**, **herança cultural** e **cor da pele**. Apesar de uma aparente obviedade na distinção entre os campos semânticos que competem nas arenas discursivas das relações raciais brasileiras (cf. MAGALHÃES, 2004), na prática, itens lexicais que em certos contextos poderiam estar natural e congruentemente associados a um deles, podem facilmente ser tomados pelo outro, evidenciando um significativo teor interdiscursivo no que concernem identidades sociais.

Retomando um exemplo de uso oficial para ilustrar essa questão, o formulário do IBGE, que “é replicado nos registros administrativos da União” (OSÓRIO, 2003, p. 7) é organizado de modo a abarcar os dados de cor ou raça através das categorias **branca, preta, parda, amarela e indígena**.<sup>56</sup> O instituto também combina dois critérios quanto à identificação racial dentro destas categorias, o que permite a penetração de mais discursos na constituição identitária (ainda que constrictos pelas cinco categorias), o da auto-atribuição e o da heteroatribuição. Assim, mesmo o próprio IBGE, que necessita responder por certa objetividade em termos classificatórios, de modo a orientar políticas de Estado, contém em sua estrutura investigativa a classificação híbrida de ‘cor ou raça’ (OSÓRIO, 2003, p. 18), cujas bases no Brasil vêm sendo desenvolvidas desde o século XIX (cf. SCHWARCZ, 1987).

Se forem considerados os campos semânticos **pertença racial**, **herança cultural** e **cor da pele** divisados nesta subseção, as cinco categorias do IBGE, por exemplo, podem demonstrar essa dificuldade na construção de conceitos objetivos. A

---

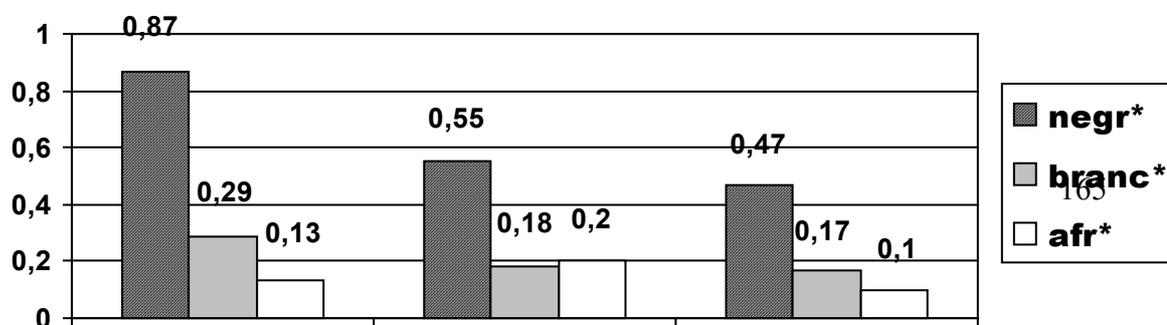
<sup>56</sup> Respeitou-se a ordem das categorias como apresentadas em Osório (2003, p. 9).

categoria **branca**, por exemplo, pode ser enquadrada nos campos semânticos de **pertença racial** e de **cor da pele**, mas, dificilmente, no de **herança cultural**. A categoria **preta** pode ser enquadrada nos três campos semânticos, podendo gerar dúvida quanto à **herança cultural**. Porém, há contextos, como no RAP brasileiro, onde a categoria significa uma radicalização de pertencimento cultural, ao invés da sublimação da diversidade, representando uma afirmação mediante à instabilidade da miscigenação. A categoria **parda** também pode ser associada aos três campos semânticos, porém em menor grau com relação a **herança cultural**, ainda que se possa argüir a favor de uma identidade cultural mestiça peculiar do Brasil. Já as categorias **amarela** e **indígena**, inexpressivas no corpus da pesquisa (e por isso não aparecem nas análises), parecem enquadrar sem ressalvas nos três campos semânticos.

No que segue serão detalhados, em dois grupos distintos, o comportamento no corpus dos oito lemas que constituem o objeto desta subseção, a saber, **negr\***, **branc\*** e **afr\***, na primeira parte, e **pret\***, **pardo(s)**, **mestiç\***, **moren\*** e **mulat\***, na segunda. Ainda que a imbricação dos oito lemas seja evidente e que seja difícil compartimentá-los, os grupos foram divididos dada a sua proximidade em termos de relevância quantitativa no corpus.

### 3.2.2.1: Lemas **negr\***, **branc\*** e **afr\***

O gráfico a seguir ilustra o comportamento dos lexemas **negr\***, **branc\*** e **afr\***, em termos de sua ocorrência percentual nos subcorpora, com vistas a subsidiar reflexões sobre as questões levantadas acima:



**GRÁFICO 4 –** Ocorrência percentual dos lemas **negr\***, **branc\*** e **afr\***

No GRAF. 4 os lexemas **negr\*** e **branc\***, opostos no *continuum* de classificação para **pertença racial e cor da pele** (cf. NOGUEIRA, 1998), revelam semelhança em curvas descendentes através dos subcorpora, indo, no caso de **negr\***, de 0,87% para 0,55%, e daí para 0,47% nos CF-1995, CF-2001 e CF-2005, respectivamente; **branc\*** decresce de 0,29% para 0,18%, finalizando em 0,17%. O interessante nesse caso é a queda drástica na ocorrência de ambos os lexemas, de 1995 para 2001, atenuada de 2001 para 2005. Quanto ao lema que concerne a noções de **herança cultural** e também de **pertença racial, afr\***, há um movimento diferente: há um aumento proporcionalmente significativo no índice de ocorrências, de 0,13% para 0,2%, de 1995 a 2001, com conseqüente diminuição mais significativa ainda, para 0,1% em 2005. Aqui são reforçadas algumas discussões da subseção 4.1.5, acerca da proeminência de **África** como colocado de **racismo** em 2001, concomitante à diminuição da incidência de **negr\*** e de **branc\***, sugerindo uma tendência a representações mais calcadas na identidade de estados nacionais do que de indivíduos coletivizados, no ambiente discursivo tecnologizado da Conferência de Durban.

Quanto à passagem dos períodos de 2001 a 2005, observa-se uma diminuição nas ocorrências percentuais dos três lexemas, sendo que as diminuições de **negr\*** e **branc\*** são mais brandas, enquanto a de **afr\*** é mais significativa, de 0,2% do CF-2001 para 0,1% do CF-2005, a metade. Isso sugere uma tendência das relações raciais

brasileiras a serem representadas internamente com menor referência às noções que o lema **afr\*** agrega, o que é, de certa maneira, surpreendente, dadas as expectativas de maior valorização de processos identitários envolvendo a **herança cultural** africana. Em relação à produtividade lexical do lexema **afr\***, este apresentou quinze, oito e treze variantes nos CF-1995, CF-2001 e CF-2005, respectivamente. Comparando-se o CF-1995 com o CF-2001, quanto ao índice de ocorrências e quanto à produtividade lexical do lema **afr\***, percebe-se que apresentam movimentos inversamente proporcionais, com aumento significativo de ocorrências e diminuição significativa de variantes.

Curiosamente, do CF-2001 para o CF-2005 é também observada uma relação entre dados inversamente proporcional, mas desta vez com um aumento na produtividade lexical e uma diminuição nas ocorrências, contrário ao movimento anterior, mas análogo na lógica, remontando ao caso do lema **etn\***. Por exemplo, mesmo registrando menor produtividade lexical em 2001, o termo **afrodescendente**, classificador de ator social com referência à proveniência, que não consta em nenhum dos dois dicionários do português consultados (BORBA, 2002; HOUAISS e VILLAR, 2001), aparece 6 vezes naquele ano, não tendo sido registrada nenhuma ocorrência em 1995. Isso sugere novas nuances de representação com vínculo identitário calcado na ascendência e na herança cultural (cf. MAGALHÃES, 2004), ainda que não sejam quantitativamente expressivas. Uma observação interessante quanto a Borba (2000, p. vi), dicionário construído a partir de instâncias textuais autênticas, é que a *Folha* é também tomada como corpus nos anos 1994 e 1995. E, tal como observado acima no corpus da *Folha*, o termo **afrodescendente** não registra mesmo ocorrência alguma no CF-1995, explicando parcialmente a não dicionarização.

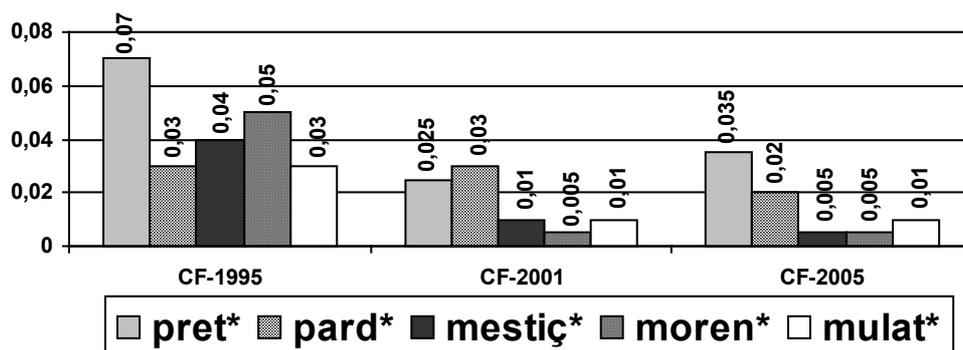
Quanto à cunhagem desse item lexical, Nascimento (2003, p. 49) observa que o “neologismo” (confirmando aqui também a novidade do termo no corpus) criado pelo movimento negro brasileiro tem o intuito de acomodar “a comunalidade entre as populações de origem africana em todos os lugares onde se encontrem”. O termo refletiria a mesma noção que originou *afro-brasileiro* ou, nos EUA, o termo *afro-americano*, realizando o deslocamento de *negros*, peculiar ao escravismo, para noções de ascendência africana e compartilhamento de experiências culturais, históricas e sociais. No entanto, ao utilizar *afrodescendente* ao invés de *afro-brasileiro*, dá-se um redimensionamento para a questão, que ultrapassa fronteiras nacionais e estabelece uma relação com povos descendentes de africanos, e em situação semelhante, ao redor do mundo, identidade coletiva conhecida em alguns contextos (nos Estudos Culturais, por exemplo) como *diáspora africana*.

#### 3.2.2.2: Lemas **pret\***, **pard\***, **mestiç\***, **moren\*** e **mulat\***

Os lemas **negr\***, **branc\*** e **afr\***, do tópico anterior, foram separados de **pret\***, **pard\***, **mestiç\***, **moren\*** e **mulat\*** por representarem grandezas proporcionalmente muito díspares no corpus, como já dito. Enquanto os três primeiros lemas competem por ocorrências que se aproximam do percentual de 1% do corpus, os cinco últimos se aproximam percentualmente de 0,1%, ou seja, um décimo da grandeza daqueles. Uma análise comparativa tenderia a negligenciar as diferenças menores em favor das maiores, e um mesmo gráfico não comportaria visualmente de forma eficiente as importantes nuances entre todos esses lexemas. Outro motivo que poderia suscitar uma separação é o fato que os lemas **pret\***, **pard\***, **mestiç\***, **moren\*** e **mulat\*** podem ser

também tomados como co-merônimos do superordenado **negr\***, de modo a refletirem um posicionamento político, estando em diferentes níveis de complexidade.

Sendo assim, apesar de constituírem grandezas proporcionalmente pequenas no corpus, os lemas apresentados no gráfico abaixo são de grande importância, por estarem no centro de um processo dinâmico de asserção e reorganização de afiliações identitárias no Brasil. Por essa razão, algumas delas têm sido problematizadas em vários campos disciplinares e em diversos níveis, lembrando, por exemplo, que as categorias oficiais **preta** e **parda**, contidas nos lemas **pret\*** e **pard\*** são intensamente criticadas (cf. OSÓRIO, 2003). Quanto aos dados do corpus, é necessária uma observação no gráfico para os comentários que seguem:



**GRÁFICO 5 -** Ocorrência percentual dos lemas **pret\***, **pard\***, **mestiç\***, **moren\*** e **mulat\***

O lexema **pret\*** representa 0,07%, 0,025% e 0,035% do total de palavras dos CF-1995, CF-2001 e CF-2005, respectivamente; **pard\***, 0,03%, 0,03% e 0,02%; **mestiç\***, 0,04%, 0,01% e 0,005%; **moren\*** decresce radicalmente (dez vezes) do CF-1995 para o CF-2001 e CF-2005, com 0,05%, 0,005% e 0,005%; **mulat\***, 0,03% para 0,01% nos CF-2001 e CF-2005. Os principais destaques desta configuração, em termos proporcionais, são dados aos três últimos lexemas, **mestiç\***, **moren\*** e **mulat\***, que sofrem minoração drástica de 1995 para 2001. **Mestiç\*** registra diminuição de quatro

vezes no valor de seu índice, enquanto **moren\***, mais destacado, dez vezes, e **mulat\***, três vezes.

Até este ponto da pesquisa com lemas e itens lexicais de grande interesse conceitual nas relações raciais brasileiras, nenhum índice havia sofrido mudanças tão significativas quanto essa registrada com **moren\***. Entretanto, apesar da diminuição na ocorrência desses lemas e suas flexões, é importante que se discuta acerca do papel delas no contexto das relações raciais brasileiras, tão fundamentada na interseção da **cor da pele** com a **pertença racial** e na valorização da mestiçagem como retrato de supostas relações harmoniosas. Fry (1996, p. 131), que discute a classificação oficial do censo, argumenta que este opera um “deslizamento das categorias ‘negro’ e ‘moreno’ para ‘preto’ e ‘pardo’”, tendência aparentemente não refletida nos dez anos compreendidos pelo corpus.

A diminuição nas ocorrências de **mestiç\***, **moren\*** e **mulat\***, sendo drásticas de 1995 para 2001, podem ilustrar as dificuldades conceituais desses lexemas, bem como suas deficiências técnicas (sendo reduzidos no contexto de Durban) e sua inaplicabilidade política para os movimentos sociais, apesar de sua ainda proeminente existência no senso comum no Brasil. De 2001 para 2005, exceto por **mestiç\*** que é reduzida pela metade em percentual de ocorrências, **moren\*** e **mulat\*** permanecem com os mesmos percentuais de 2001, ou seja, uma certa manutenção dos baixos índices após o movimento drástico de descendência registrado no período anterior.

### **3.3: O campo semântico das relações raciais em reconstrução**

Esta seção é destinada a uma breve revisão de conceitos aliada a uma descrição de ocorrências no corpus e exemplos de dois itens lexicais correlacionados, **afirmativa(s)** e **cota(s)** bem como de suas colocações mais proeminentes, dentre as quais estão **ação(ões) afirmativa(s)**, **política de cotas** e **sistema de cotas**. É necessário considerar que o enfoque nessas colocações citadas, que são realizadas por grupos nominais, é dado aos itens lexicais qualificadores **afirmativa(s)** e **cota(s)**, e não seus núcleos **ação(ões)** e **política** ou **sistema**. Ainda que se deva destacar a importância semântica dos substantivos (nomes) como núcleos de grupos nominais, dentro dessas colocações, é a contribuição dos pós-modificadores que mais determina a coesão lexical com outros elementos do campo semântico, aqui nomeado **relações raciais em reconstrução**.

Relativamente incipientes no léxico das relações raciais brasileiras, como a análise do corpus vai demonstrar, ainda que antigos no sistema oficial, como a literatura vai mostrar, os itens lexicais e as colocações referidas, aqui agrupadas no campo semântico de **relações raciais em reconstrução**, dão pistas de como os argumentos sobre a questão racial se institucionalizam, na medida em que o Estado e a sociedade civil são pressionados pelos movimentos sociais a darem respostas objetivas a problemas detectados dentro dos próprios parâmetros oficiais. Assim sendo, a discussão desta seção é voltada, na primeira subseção, ao item lexical **afirmativa(s)** e à colocação **ação(ões) afirmativa(s)** e, no segundo, menos detalhado, ao item lexical **cota(s)** e às colocações correlatas **política de cotas** e **sistema de cotas**. A terceira subseção é dedicada a uma descrição de dados do corpus de ambos os itens lexicais e das colocações mais proeminentes implicadas, com comentários conjugados acerca dos conceitos das duas primeiras subseções.

### 3.3.1: O item lexical **afirmativa(s)** e a colocação **ação(ões) afirmativa(s)**

Nos dicionários do português brasileiro consultados nesta pesquisa (BORBA, 2002; HOUAISS e VILLAR, 2001), o verbete **afirmativa**, constante apenas em Houaiss e Villar (2001), não é contemplado na acepção que a colocação **ação(ões) afirmativa(s)** constrói no léxico das relações raciais brasileiras, interesse deste tópico. No entanto, um dos conceitos principais com o qual se trabalha no âmbito das relações raciais, e que tem se tornado mais presente em diversos setores da sociedade, é o conceito de **ação afirmativa**, ou seja, a política

(...) voltada para reverter as tendências históricas que conferiram às minorias e às mulheres uma posição de desvantagem, particularmente nas áreas de educação e emprego. Ela visa ir além da tentativa de garantir igualdade de oportunidades individuais ao tornar crime a discriminação, e tem como principais beneficiários os membros de grupos que enfrentam preconceitos (CASHMORE, 2000, p. 31)

Tal ação, ou política, como definida acima, fundamentada a princípio para a sociedade norte-americana, e talvez por isso ainda não dicionarizada no Brasil, apesar de passível de críticas em vários níveis, é uma realidade recente também no país e necessita ser mais bem discutida e ampliada.

Muito das polêmicas contemporâneas em relação à questão racial no Brasil hoje estão vinculadas, ainda que de maneira muitas vezes inapropriada por não aprofundarem os argumentos, à discussão acerca de ações afirmativas e de medidas de reparação (cf. MARTINS e MAGALHÃES, 2004; SILVA e VIEIRA, 2005). Tais temas provocam manifestações calorosas sob várias perspectivas, revelando, entre

outras, práticas discursivas que buscam naturalizar os efeitos do racismo e relegam a sua superação a um plano individual, defendendo que os problemas podem ser erradicados com uma estruturação social em longo prazo. Muitos setores entendem que medidas reparatórias fomentam o racismo ao invés de eliminá-lo, tornando assimétricas as possibilidades de acesso social. Contudo, formulações como essa não resolvem em nada os problemas que se manifestam agora e que já se prolongam por séculos, além de processarem uma estigmatização de grupos e indivíduos que defendem democraticamente seus direitos (cf. SCHARCZ, 2000; SKIDMORE, 1976).

Antes de se aprofundar na validade dos argumentos das ações afirmativas, Jaccoud e Beghin (2002, p 15), documentando uma preocupação oficial do Brasil de décadas, enfatiza que “apesar da [*sic*] ditadura ignorar a problemática racial no plano interno, o Brasil era, já à época, signatário de três importantes tratados internacionais antidiscriminatórios”, a Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) Concernente à Discriminação em Matéria de Emprego e Profissão, de 1968; a Convenção Relativa à Luta Contra a Discriminação no Campo do Ensino, também de 1968; e a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, de 1969.

Esta última Convenção, um compromisso internacional firmado em junho de 1967 e promulgado em dezembro de 1969, no governo Médici (JACCOUD e BEGHIN, 2002, p. 89-103), prevê, no artigo 2º, que seus signatários devam tomar “medidas de ação afirmativa conforme necessário para garantir o desenvolvimento e a proteção de indivíduos pertencentes a certos grupos raciais” proporcionando “o pleno e igual desfrute dos direitos humanos” (*ibidem*, p. 45). A colocação **ação afirmativa** tem, nessa passagem do acordo (provavelmente uma tradução do inglês), a sua introdução,

ainda que discreta, no léxico das relações raciais brasileiras como interpretadas na estrutura do Estado. Além dos tratados, que preconizam medidas reparatórias ou educativas em seus contextos de ação, o Brasil participou das duas conferências da ONU contra o racismo, em 1978 e 1983, as quais antecederam a conferência de Durban.

Mais recentemente, em 13 de maio de 2002, comemorando o aniversário da Abolição da Escravatura, foi criado, através de um decreto presidencial, o Programa Nacional de Ações Afirmativas, com a finalidade de “implementar uma série de medidas específicas no âmbito da administração pública federal que privilegie a participação de afrodescendentes, mulheres e pessoas portadoras de deficiência.” (JACCOUD e BEGHIN, 2002, p. 24), informação que dá mais força à colocação como conceito reconhecido na legislação do país, ao compor o título de um programa de governo, realizado com o grupo nominal **ações afirmativas**, que funciona como qualificador de outro grupo nominal, **programa nacional**.

É necessário destacar também o fato histórico motivador do Programa, o controverso 13 de maio, cuja representação, naturalizada como marco para a luta dos afrodescendentes no Brasil, tem sido contestada há algum tempo nos movimentos sociais negros. Ou seja, um Programa oficial cuja existência se deve, em muito, às pressões oriundas dos movimentos sociais, diverge das abordagens conceituais mais críticas no interior desses movimentos, elegendo um marco fortemente criticado, não sem razão, dado o agenciamento branco que o ato da Abolição pressupõe, e as evidências históricas que ele exclui.

De acordo com Jaccoud e Beghin (2002) que organiza conceitos básicos desenvolvidos por especialistas para substanciar ações governamentais, quatro argumentos comuns usados contra ações afirmativas, numa síntese atribuída a Hélio

Santos (1997), são: o da isonomia, para o qual as ações afirmativas ferem o tratamento igual para todos; o do mérito, para o qual a competitividade é imprescindível para a eficiência de uma sociedade; o da pobreza, que seria a verdadeira questão a ser enfrentada, da qual advêm todos os problemas; e o da miscigenação, que argumenta sobre a dificuldade de se definir quem é negro ou não. Em resposta a tais argumentos, também a Santos (1997) são atribuídos quatro contra-argumentos em defesa de ações afirmativas: contra o argumento da isonomia, é defendido que “somente se tratando diferentemente os desiguais pode-se alcançar maior igualdade entre os grupos”; contra o do mérito, está aquele que pleiteia hoje “a qualificação e as oportunidades dos setores negros da população” para que possam “competir e a desenvolver seus talentos”; contra o argumento da pobreza, está a análise de que uma política universal para os pobres, sem levar em consideração as questões específicas dos negros, não solucionaria “seu alto grau de marginalização e baixa auto-estima”; e, finalmente, contra o argumento da miscigenação está o que antecipa que “as políticas compensatórias ligadas à raça devem atingir tanto pretos como pardos”, pois ambos os grupos se assemelham em termos de “dificuldades educacionais e econômicas” (JACCOUD e BEGHIN, 2002, p. 50-1).

Como verificado, parece estar em movimento uma racionalização profunda na constituição de argumentos, quer contrários ou favoráveis às ações compensatórias, cada qual recorrendo a uma gama de discursos para legitimar sua perspectiva, dado que evidencia uma demanda por complexos esforços conceituais e maior dialogismo discursivo para conquistar espaços nas instituições democráticas. Considerando que as discussões acerca das cotas seja o contexto mais proeminente nas discussões sobre ações afirmativas, no que segue, serão adicionados alguns comentários sobre o item lexical **cota(s)** e as colocações **política de cotas** e **sistema de cotas**, que podem ser

interpretadas como representativas de uma das diversas modalidades, ou uma classe, de **ações afirmativas**.

### 3.3.2: O item lexical **cota(s)** e as colocações **política de cotas** e **sistema de cotas**

Nesta subseção são focalizadas as discussões acerca do item lexical **cota(s)**, termo determinante para o campo do discurso das ações afirmativas, e cujas predisposições colocacionais destacam as colocações **política de cotas** e **sistema de cotas**. Primeiramente, respeitando uma seqüência na apresentação dos conceitos, a consulta aos dicionários do português brasileiro (BORBA, 2002; HOUAISS e VILLAR, 2001) informa que o item lexical **cota** ainda não foi contemplado nas definições quanto à acepção de interesse aqui, que implica numa modalidade de ação afirmativa. Cashmore (2000), de onde foi extraído o conceito de **ação afirmativa** acima, não apresenta entrada ou discussão alguma em relação a **cota(s)**.

Porém, na atualidade, como já salientado em Martins e Magalhães (2004, p. ii) “o debate das cotas na imprensa é local de manifestação e reprodução” de uma luta pela hegemonia na construção e controle de um consenso nas relações sócio-raciais brasileiras, corroborando o que foi visto acima quanto à racionalização dos argumentos contrários e favoráveis às ações afirmativas.

Para ilustrar o fervor deste debate na sociedade, recentemente, um grupo de intelectuais (alguns(mas) do(a)s quais com seus trabalhos citados nesta pesquisa) e

artistas, negro(a)s e não-negro(a)s, entregou ao Congresso Nacional uma carta manifesto contrária às políticas de cotas nos diversos setores da sociedade, principalmente nas universidades públicas, centros de excelência na educação superior e arenas estratégicas na distribuição de poder na sociedade. Imediatamente após este manifesto, outro grupo, com perfil profissional semelhante, envolvendo intelectuais (alguns(mas) do(a)s quais com seus trabalhos citados nesta pesquisa), artistas e militantes, negro(a)s e não-negro(a)s, entregou uma carta ao Congresso Nacional argumentando pela importância e inevitabilidade das políticas de cotas e de ações afirmativas em geral.

Isso mostra que é imperativo e salutar que este debate seja aprofundado, pois suscita a construção de um consenso discursivo e político, e uma reestruturação no modelo de sociedade, que não pode mais se sustentar com a naturalização das assimetrias publicamente reconhecidas. O que isso acarreta em termos de orientação para a diferença nos diversos setores da sociedade depende, em muito, da estruturação das hegemonias em termos de conceitos e normas, bem como do poder e da pervasividade dos discursos de posicionamentos ideológicos implicados.

Quanto aos debates sobre cotas aplicadas ao ensino superior, campo onde o tema começa a chamar a atenção da mídia, como representado no corpus da *Folha* (o que será retomado adiante), uma síntese bastante útil e ilustrativa de sua dimensão polêmica é oferecida na coluna Opinião, do *Boletim* da UFMG (NETO, 2006), que sistematiza quatro posicionamentos políticos principais. O primeiro é o dos liberais políticos, que ignora as “diferenças sociais e étnicas” existentes, na qual igualdade perante a lei e o reconhecimento de méritos não podem ser feridos pelo tratamento especial que as cotas implicam. O segundo seria o dos pós-modernos, que argumenta pela grande

fragmentação das lutas sociais que dificulta grandes mudanças, preconizando ações voltadas para grupos sociais locais e desencorajando medidas universais. O terceiro, da esquerda tradicional, situa a questão racial como secundária à questão de classe e argumenta que ações como adoção de cotas enfraquecem a luta de classes, pois são secundárias em relação às ações anti-capitalistas. O quarto e último posicionamento destacado no texto, ao qual o autor da coluna se afilia, dos defensores de ‘políticas afirmativas’, argumenta pela importância da questão social, mas considera indispensável a atenção especial às “desigualdades culturais incorporadas socialmente, como o racismo (opressão)” para a correção de distorções presentes.

Relacionando esses quatro posicionamentos àqueles sistematizados em Jaccoud e Beghin (2002), atribuídos a Santos (1997), do tópico anterior, é possível fazer algumas associações que explicitam modelos analíticos sobre a questão. O posicionamento dos liberais políticos, por exemplo, pode ser relacionado aos argumentos da isonomia e também do mérito. O posicionamento dos pós-modernos pode ser associado ao argumento da miscigenação. O posicionamento da esquerda tradicional pode ser associado ao argumento da pobreza. Por último, o posicionamento da defesa das políticas afirmativas, por razões óbvias, não pode ser associado a argumento algum contra as ações afirmativas. Porém, o argumento do mérito pode também ser interpretado em favor de ações afirmativas, a partir do momento em que condições iguais nos processos de competição sejam garantidas a todo(a)s, esforço que demandaria ações diferenciadas para grupos diferenciados, **ações afirmativas**.

Na subseção seguinte será feito um comentário descritivo dos dados e apresentação de exemplos do corpus da *Folha*, destacando os itens lexicais **afirmativa(s)** e **cota(s)** e as colocações **ação(ões) afirmativa(s)**, **política de cotas** e

**sistema de cotas**, bem como colocações alternativas, em diálogo com a discussão de conceitos feita até aqui.

### 3.3.3: Os itens lexicais **afirmativa(s)** e **cota(s)** no corpus

Com o objetivo de descrever o comportamento dos itens lexicais **afirmativa(s)** e **cota(s)** no corpus, e procurando destacar suas predisposições colocacionais, serão apresentadas algumas listas e tabelas que subsidiarão os comentários.

Iniciando pelo item lexical **afirmativa(s)**, no CF-1995 este ainda apresenta pequena relevância numérica, com um total de 29 ocorrências no subcorpus, dando origem a uma lista de colocados com apenas dois itens com conteúdo semântico, **ação**, com 27 colocações, e **política**, com 5 colocações. No CF-2001, o item lexical **afirmativa(s)** registra um aumento radical no número de ocorrência e, conseqüentemente no seu universo de possibilidades e de predisposições colocacionais, o que pode ser observado na TAB. 9 abaixo:

**TABELA 9**  
Principais colocados de **afirmativa(s)** no CF-2001

CF-2001	Total	Esq.	Dir.
AFIRMATIVA(S)	128	X	X
AÇÃO(ÕES)	111	111	0
POLÍTICA(S)	38	33	5
MEDIDAS	13	12	1
COTAS	11	8	3
BRASIL	8	3	5
NEGROS	6	1	5
ACESSO	5	0	5
ADOÇÃO	5	5	0
DISCRIMINAÇÃO	5	0	5
PAÍS	5	1	4

PROPOSTA	5	2	3
----------	---	---	---

Os dados da TAB. 9 confirmam uma tendência geral no corpus já registrada quanto a outros itens lexicais, que no CF-2001, principalmente em contextos associados à Conferência de Durban, revelaram um aumento extremamente significativo, como parece ser o caso do item lexical **afirmativa(s)**, que registra um número de ocorrências quase cinco vezes maior do que no CF-1995, ainda que não haja colocado algum na tabela que evidencie qualquer relação com o evento.

A propósito dos colocados revelados na TAB. 9, **ação(ões)** e **política(s)** confirmam, pelo menos proporcionalmente, a liderança destes dois itens no entorno do nóculo, já verificada no CF-1995, com um leve avanço proporcional em relação ao nóculo registrado por **política(s)**, no CF-2001. O item medidas apresenta um número considerável de colocações, demonstrando uma alternativa, talvez menos estigmatizada, para **ação(ões)** e **política(s)**, com emergência da colocação **medidas afirmativas** (ver exemplos 38 a 40 abaixo), que registrou dez ocorrências no CF-2001, todas relacionadas ao contexto da Conferência. O item **cota(s)** apresenta oito colocações (exemplos 38 e 39), confirmando a tendência já discutida no tópico anterior, da centralidade deste item para a discussão de ações afirmativas, ainda que com menor expressão do que as expectativas da pesquisa. O item **Brasil** apresenta oito colocações com o nóculo, no que predominam os contextos da Conferência de Durban em que a posição do Brasil é discutida (ver exemplo 41). **Negros** (exemplo 39), com seis colocações, e os demais itens, **acesso** (exemplo 39), **adoção** (exemplo 40), **discriminação** (exemplos 42 e 43), **país** e **proposta**, com cinco colocações cada, podem ter seus contextos mais imediatos de ocorrência inferidos por sua conexão semântica e funcional com o nóculo, além de as escolhas dos exemplos (onde se aplica)

tentarem corresponder aos ambientes discursivos mais proeminentes entre as ocorrências.

Exemplos:

38- CF-2001: (7) brasileiro é avançado. Para Santos, a expressão "ou outras **medidas afirmativas**", incluída no parágrafo que fala de **cotas**, não

39- CF-2001: (9) que começa dia 31 na África do Sul, propõe **cotas** ou outras **medidas afirmativas** para o **acesso** de **negros** às universidades

40- CF-2001: (10) na África do Sul, defende a **adoção** de **medidas afirmativas** para a população negra nas áreas da educação

41- CF-2001: (22) Queremos mostrar o que deveriam ser as **ações afirmativas** do **Brasil** e do governo do **Brasil**.

42- CF-2001: (52) Isso não significa, entretanto, que todo tipo de **ação afirmativa**, de **discriminação positiva**, deva ser descartada.

43- CF-2001: (52) e deve ser combatido ferrenhamente. É também certo que **ações afirmativas**, a chamada **discriminação positiva**, devem

44- CF-2001: (8) não é o país socialmente justo que queremos e merecemos ter" e que **políticas afirmativas** deverão ser adotadas no Brasil. "Do esforço

45- CF-2001: (1) é hora também de tentar garantir a continuidade das **políticas de ação afirmativa** (o conjunto de práticas implementadas

Entre os dois primeiros colocados para o nódulo **afirmativa(s)** da TAB. 9, **ação(ões)** e **política(s)**, há uma relação construída em sinonímia entre as colocações **ação(ões) afirmativas** (exemplos 41 a 43 acima), e **políticas afirmativas** (exemplo 44), que competem pelo mesmo significado, e a presença de uma dispensaria a necessidade da presença da outra. Porém, outra predisposição colocacional desses termos, pouco expressiva no CF-1995, mostrou-se extremamente produtiva no CF-2001, a qual conjuga os dois itens lexicais mais importantes no contexto imediato do nódulo **afirmativa(s)** nos três subcorpora, **ação(ões)** e **política(s)**, a colocação **políticas de ação afirmativa** (exemplo 45). No entanto, nessa relação são transformadas as relações internas entre os itens lexicais implicados, onde a colocação **ação afirmativa**, realizada por um grupo nominal, passa a exercer um significado único e condensado no

que passa a ser um qualificador (**de ação afirmativa**), ou seja, uma adjetivação para a pós-modificação do núcleo de um grupo nominal mais complexo, **políticas de ação afirmativa**. Mudadas essas relações, muda também a relação de sinonímia entre os dois colocados em, pelo menos, vinte casos onde a colocação **políticas de ação afirmativa** ocorre.

Dentre os últimos itens da TAB. 9, um chamou a atenção quando da busca pelos exemplos mais representativos, o item **discriminação**. Isso porque sua presença na lista de colocados havia sido tomada como natural em termos de ocorrência próximo ao nódulo **afirmativa(s)**, pois, em muitos contextos onde se discute discriminação, discute-se também ações afirmativas. No entanto, nos seus contextos de ocorrência em colocações com o nódulo, o significado que se constrói é o de sinonímia entre **ação(ões) afirmativas** e **discriminação positiva** (exemplos 38 e 39 acima). Essa relação lexical de sinonímia apontada nos exemplos é referida comumente nas pautas sobre ações afirmativas, predominantemente em argumentos contrários à adoção de políticas compensatórias. A aproximação colocacional dos itens **discriminação** e **positiva** (que são conflitantes em termos de prosódia semântica) demonstra uma tendência de domínio dessa equiparação, diferente de uma outra possibilidade de significação, de **afirmativa(s)** como parte de um argumento contrário em lógica à **discriminação**, pelo menos no português brasileiro.

Quanto ao CF-2005, o item lexical **afirmativa(s)** sofre uma descendência drástica e retoma um índice próximo ao do CF-1995, com apenas 28 ocorrências. Este dado também surpreende, porque a expectativa seria que, pelo menos, o item lexical e toda a discussão que ele agrega apresentaria uma maior consistência nos contextos discursivos que permeiam as relações raciais brasileiras, após toda a sistematização

provocada pela Conferência de Durban. A criação do Programa Nacional de Ações Afirmativas, em 2002, como discutido no tópico sobre o item lexical **afirmativa(s)**, parece não ter pressionado em favor de um aumento em termos de destaque no corpus. Pelo contrário, das 28 ocorrências do item, todas implicadas em colocações com **ação(ões)** e **política(s)**, a grande maioria (mais de 70%) ocorre em argumentos críticos às **ações afirmativas** (exemplos 46, 47 e 49 abaixo), contra uma pequena parte em argumentos favoráveis (exemplo 48) e uma parcela menos significativa de argumentos aparentemente mais neutros e informativos (exemplo 50), mas que pode tomar outras feições se ampliado o contexto. Os únicos colocados levantados na ferramenta Concord do *WordSmith Tools*, pelo recurso Show Collocates, foram os mesmos do CF-1995, **ação(ões)** (exemplos 46, 49 e 50), com 24 colocações, e **políticas** (exemplos 46, 47, 48 e 50), com 11.

Exemplos:

46- CF-2005: (28) pelos organismos multilaterais a adotar **políticas** de **ação afirmativa** que acabam importando "racismos". A afirmação é do antropólogo

47- CF-2005: (21) Mas, se há uma lei, é com polícia que se combate racismo, e não com transplantações mecânicas de **políticas afirmativas** de outros países. Folha - O que aconteceu é melhor do que criar esse Brasil bicolor com política de cotas, por exemplo? Florentino - Sim. É

48- CF-2005: (19) coordenada pela Seppir e pautada pela defesa dos direitos e pela convicção da necessidade de **políticas afirmativas** para inclusão. Com sua aplicação, pouco a pouco, escrevemos nova página na história da luta pela liberdade e pela democracia no Brasil.

49- CF-2005: (2) o antiapartheid, acusou o programa de "beneficiar não a maioria, mas uma elite que tende a se reciclar". **Ação afirmativa** e aprofundamento das desigualdades sociais andam juntas, pois a primeira é um elemento das políticas compensatórias implantadas por

50- CF-2005: (26) Preto no branco: nos EUA, as **políticas** de **ação afirmativa** de cunho racial começaram na década de 70. No decênio anterior, a parcela de negros abaixo da linha de pobreza reduziu-se de 47% para 30%.

Após essa breve descrição dos dados das predisposições colocacionais do item lexical **afirmativa(s)**, no que segue serão apresentados, em complementação, os dados

referentes ao item lexical **cota(s)** e ao único derivado encontrado, **cotista(s)**, quantificados na tabela abaixo:

**TABELA 10**  
Ocorrências dos itens lexicais **cota(s)** e **cotista(s)**

	CF-1995	CF-2001	CF-2005
Cota	1	44 (0,02)	5
Cotas	8	161 (0,07)	65 (0,04)
Cotista	-	-	3
Cotistas	-	-	3

A TAB. 10 revela a pequena incidência de **cota(s)** no CF-1995, cujas nove linhas de concordância estão todas reproduzidas nos exemplos abaixo, de forma a ilustrar a totalidade de um campo ainda incipiente, mas já revelador de uma tendência discursiva que iria predominar no universo colocacional de **cota(s)** no CF-2001 e no CF-2005. Essa tendência é quanto à relação de **cota(s)** com **universidade(s)** (exemplos 53, 54 e 55 abaixo) e com **negro(s)** (exemplos 54, 55 e 57), bem como suas predisposições colocacionais com **política(s)** (exemplo 51) e **sistema(s)** (exemplos 56 e 59).

Exemplos:

- 51- CF-1995: (1) fraqueza. A **política de cotas** (uma reparação...
- 52- CF-1995: (2) seriam asseguradas **cotas** para ingresso de
- 53- CF-1995: (3) O estabelecimento de **cotas** de vagas nas **universidades**
- 54- CF-1995: (4) assessores da **USP** querem **cota** para **negro**
- 55- CF-1995: (5) contra a possibilidade de **cotas** para **negros** na **Universidade**
- 56- CF-1995: (6) o chamado **sistema de cotas?** Santos – Essa...
- 57- CF-1995: (7) de propor a criação de **cotas** para **estudantes negros**

58- CF-1995: (8) proibiu a adoção de **cotas** para **minorias** na

59- CF-1995: (9) através de um **sistema de cotas** \_e acreditam, talvez

O exemplo 58 acima pode ser tomado como uma alternativa de representação de atores sociais beneficiários para as **cota(s)**, com uma forma de agregação através de **minorias**, que parece não ter prosperado no que concerne ao corpus, pois o item não registra predisposições colocacionais quanto ao nódulo **cota(s)** nos CF-2001 e CF-2005, apesar de sua tecnicidade e, provavelmente daí, sua neutralidade.

Retornando à TAB. 10, ela informa que o item lexical **cota(s)** foi muito pouco expressivo no CF-1995, sofrendo um aumento vertiginoso no CF-2001, provavelmente impulsionado pelas mesmas razões que elevaram o item lexical **afirmativa(s)** no mesmo intervalo, mas com uma diferença significativa quanto aos desdobramentos. Enquanto **afirmativa(s)** retorna no CF-2005 para o patamar do CF-1995, no caso de **cota(s)**, há uma diminuição considerável entre 2001 e 2005. Porém, o índice do CF-2005 culmina num valor cerca de cinco vezes maior que aquele do CF-1995. Ou seja, **afirmativa(s)** e **cota(s)** tiveram seus índices aumentados de maneira similarmente drástica entre 1995 e 2001, mas entre 2001 e 2005 suas curvas diferiram razoavelmente, sendo o declínio de **afirmativa(s)** muito mais acentuado.

Outra importante observação sobre o item **cota(s)** no CF-2005 é acerca das seis ocorrências de **cotista(s)**, que sugere, ainda que com quantidade pouco expressiva, uma expansão dos significados em torno do item lexical **cota(s)**. Neste caso, instaura-se uma nova modalidade de atores sociais estigmatizados (exemplo 60 a 62 abaixo), os/as **cotistas**, uma funcionalização que, segundo Van Leeuwen (1996) seria a representação na qual é criado um nome (substantivo = **cotistas**) a partir de outro (**cota(s)**), usando sufixos como **-ista**, para que este represente uma forma de atividade social ao denotar

uma relação com um local ou mesmo com um instrumento em forte associação com a atividade, ou seja, uma forma de Extensão (do conceito de *Range* em HALLIDAY, 1994), onde ser **cotista(s)** implica num processo como ‘utilizar **cota(s)**’.

No caso do CF-2005, tomando-se os exemplos abaixo para ilustrar essa nova forma de representação de atores sociais, através do processo de categorização por funcionalização, recurso pelo qual o novo termo é associado a **negro(a)(s)** (exemplos 60 a 62 abaixo), geralmente no espaço da **universidade** (exemplos 60 e 62), ainda que não explicitamente (exemplo 62 = ‘onde, em qual atividade social’ **qualquer negro será visto como cotista?**), relacionado a atividades na esfera acadêmica (exemplos 60 e 61), mesmo que textualizadas em muitos argumentos como ocupação indevida do espaço de outrem (exemplo 60 = **tiraram vagas dos outros estudantes**).

Exemplos:

60- CF-2005: (3) **negros** que estivessem na **universidade** seriam encarados como **cotistas**, que **tiraram vagas dos outros estudantes**. O que senhor pensa

61- CF-2005: (1) Uma delas, na área de Aids, foi a distribuição de bolsas para alunos **cotistas** de 11 **universidades** para pesquisas sobre a doença na população **negra**

62- CF-2005: (6) beneficiado. Criando uma **cota racial**, qualquer **negro** será visto como **cotista**. Por classe socioeconômica é mais justo. O que não pode é

Retornando ao destaque em termos de ocorrências que a TAB. 10 acima revela para **cota(s)** no CF-2001, e a relativa manutenção de ocorrências no CF-2005, a TAB. 11 abaixo apresenta os principais colocados para o nódulo **cota(s)**, que serão comentados a seguir:

**TABELA 11**  
Principais colocados para **cota(s)** nos CF-2001 e CF-2005

CF-2001				CF-2005			
<b>COTA(S)</b>	<b>207</b>	X	X	<b>COTA(S)</b>	<b>73</b>	X	X
NEGRO(S)	64	14	50	NEGROS	13	0	13
UNIVERSIDADE(S)	41	7	34	UNIVERSIDADE(S)	17	3	14
PÚBLICAS	21	3	18	POLÍTICA	10	9	1
POLÍTICA	13	12	1	RACIAIS	10	0	10
CONTRA	12	10	2	CONTRA	7	7	0
EDUCAÇÃO	12	9	3	PRETOS	5	1	4
PROPOSTA	12	8	4	PÚBLICAS	5	1	4
SISTEMA	12	10	2	SISTEMA	5	5	0

A TAB. 11, além de mostrar o drástico aumento nas ocorrências do item lexical **cota(s)** (que havia registrado 9 ocorrências no CF-1995) nos CF-2001 e CF-2005, com 207 e 73 ocorrências, respectivamente, confirma as tendências levantadas no CF-1995, principalmente relacionado com os colocados **negro(s)** e **universidade(s)** e, em menor proporção, com **política** e **sistema**. Outro item que se destaca em ambos os subcorpora é **contra**, com predominância quase total à esquerda do nóculo. Ainda que na função preposicional, a qual exerce mais congruentemente, pouco considerada nos enfoques lexicais, esse item revela uma predisposição quanto ao discurso, ou seja, o(a) leitor(a) a toma como determinante na interpretação de um posicionamento político, e mais ainda se o item é realizado em sua faceta adverbial, menos comum nessas construções.

No CF-2001 são ainda relevantes **educação** e **proposta**, o primeiro sugerindo o ambiente de aplicação de **cota(s)**, e o segundo, **proposta**, sugerindo seu estágio como em consolidação (em construção) nas práticas sociais. No CF-2005, têm ainda destaque as dez ocorrências de **raciais**, todas à direita do nóculo, sugerindo a colocação **cotas raciais**, uma construção alternativa, não registrada no CF-1995, cuja ascendência será confirmada na TAB. 12 abaixo. Encerrando os itens relevantes no CF-2005, **pretos** e **públicas**, com cinco ocorrências cada, sugerindo identidades sociais (**pretos**), via

discurso oficial (categoria do IBGE), e o âmbito de aplicação de **cota(s)**, provavelmente instituições **públicas**.

Considerando o que foi discutido até aqui acerca dos itens lexicais **afirmativa(s)** e **cota(s)**, bem como suas predisposições colocacionais, a TAB. 12 abaixo apresenta as colocações mais proeminentes que foram constatadas, algumas já conhecidas e antecipadas, outras, alternativas, que se mostraram aptas a competirem para os significados nos campos discursivos implicados. As colocações da TAB. 12 são apresentadas separadamente, em suas formas singular e plural, porque, como os comentários a seguir vão abordar, em alguns contextos do corpus a predominância de uma ou de outra se mostrou significativa.<sup>57</sup>

**TABELA 12**  
Ocorrência das colocações com **afirmativa(s)** e **cota(s)** no corpus

COLOCAÇÃO	CF-1995	CF-2001	CF-2005
1) AÇÃO AFIRMATIVA	27	87	14
2) AÇÕES AFIRMATIVAS	-	22	10
3) MEDIDAS DE AÇÃO AFIRMATIVA	-	3	-
4) POLÍTICAS AFIRMATIVAS	1	7	4
5) POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA	3	3	-
6) POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA	-	20	6
7) MEDIDAS AFIRMATIVAS	-	10	-
8) SISTEMA DE COTAS	2	8	5
9) SISTEMAS DE COTAS	-	-	-
10) POLÍTICA DE COTAS	1	10	9
11) POLÍTICAS DE COTAS	-	1	2
12) COTA RACIAL	-	-	1
13) COTAS RACIAIS	-	3	5
14) COTAS PARA NEGROS	1	24	10
15) COTA PARA NEGROS	-	11	-
16) COTA PARA NEGRO	1	-	-

<sup>57</sup> É importante destacar, para efeito de contabilização de dados, que a TAB. 12 contém colocações que, associadas a outras palavras, constituem novas colocações, como é o caso de **ação afirmativa**, item (1), que está contida no item (5), **políticas de ação afirmativa**.

Iniciando-se uma breve análise descritiva dos dados da TAB. 12, o item (1), **ação afirmativa**, registra 27, 87 e 14 ocorrências nos CF-1995, CF-2001 e CF-2005, respectivamente. O item (2), sua forma plural, não apresenta ocorrência alguma no CF-1995 e, no CF-2001, representa um quarto do total de ocorrências da forma singular. No CF-2005, a forma singular registra 14 ocorrências contra 10 da forma plural. O que destaca neste ponto é que a diminuição sofrida pela forma singular **ação afirmativa** do CF-2001 para o CF-2005, de 87 para 14 ocorrências, é bem maior proporcionalmente (cerca de 83%) do que a diminuição da forma plural (cerca de 54%), de 22 para 10 ocorrências. Isso sugere uma maior tendência à manutenção da forma plural, aparentemente mais abrangente e associada a mais possibilidades, ao mesmo tempo que demonstra um afastamento da expressão como introduzida nos textos legais brasileiros em 1969 (JACCOUD e BEGHIN, 2002, p. 89-103): “medidas de ação afirmativa”.

A expressão “medidas de ação afirmativa”, como citada acima (*ibidem*), quando investigada no corpus, item (3) da TAB. 12, registrou apenas 3 ocorrências, todas no CF-2001. **Políticas afirmativas**, o item (4), registra 1, 7 e 4 ocorrências nos três subcorpora, respectivamente, não tendo registrado ocorrência alguma na forma singular. O item (5), **política de ação afirmativa**, registra 3 ocorrências nos CF-1995 e CF-2001, mas nenhuma no CF-2005, enquanto sua forma plural, o item (6), que não registrou ocorrência alguma no CF-1995, apresenta 20 ocorrências no CF-2001 e 6 no CF-2005. Ainda com o item lexical **afirmativa(s)**, o item (7), **medidas afirmativas**, registra apenas 10 ocorrências, todas no CF-2001.

O item (8), **sistema de cotas**, registra 2, 8 e 5 ocorrências nos três subcorpora, enquanto sua possível forma plural, o item (9), não registra ocorrência alguma. O item (10), **política de cotas**, registra 1, 10 e 9 ocorrências nos três subcorpora, enquanto sua

forma plural, o item (11), que não registrou ocorrência alguma no CF-1995, registra 1 e 2 nos CF-2001 e CF-2005, respectivamente.

A partir do item (12), o termo **cota(s)** assume diferente papel nas colocações em que está envolvido: se em **sistema de cotas** e **política de cotas**, o item é qualificador de **sistema** ou de **política** dentro dos grupos nominais; em **cotas raciais** e **cotas para negros**, por exemplo, o elemento **cotas** é que é qualificado, anexando uma nova possibilidade de significação. Sendo assim, o item (12), **cota racial**, registra apenas 1 ocorrência no corpus, no CF-2005, enquanto **cotas raciais**, item (13), registra 3 ocorrências no CF-2001 e 5 no CF-2005. Dos itens (14), (15) e (16), apenas o primeiro, **cotas para negros**, foi constatado em todos os subcorpora, com 1, 24 e 10 ocorrências, respectivamente. O item (15) registra um total de 11 ocorrências, todas no CF-2001, enquanto o item (16) registra apenas 1 ocorrência, no CF-1995.

Para encerrar esta seção, facilitando uma visão geral do comportamento do corpus a partir da TAB. 12, as colocações envolvendo o item lexical **afirmativa(s)**, desconsiderando-se os itens (3), (5) e (6) - por estarem sobrepostos aos itens (1) e (2) -, totalizaram 28, 126, 28 ocorrências nos CF-1995, CF-2001 e CF-2005, respectivamente. As colocações envolvendo o item lexical **cota(s)** apresentaram diferente curva, com 5, 57, 32 ocorrências nos três subcorpora.

Somadas às colocações apresentadas na TAB. 12, que necessariamente envolvem um dos itens **afirmativa(s)** ou **cota(s)**, algumas expressões que com elas competem em significados foram constatadas. Por exemplo, como alternativa para as colocações envolvendo **cota(s)**, foram averiguadas algumas expressões com o item lexical **vagas**, que pode ser tomado, na lógica, como um co-merônimo de **cotas** (em relação a um superordenado como **ações afirmativas**), podendo esta(s) se

materializaria(m), no contexto da universidade, naquelas. As expressões **reserva de vagas**, **reserva de vagas para negros** e **vagas para negros** registraram, para o CF-1995, 3, 1 e 1 ocorrências respectivamente. No CF-2001 registraram 9, 2 e 5 ocorrências; e, no CF-2005, 3, 1 e 1 ocorrências, respectivamente. Ainda que em pequena quantidade, tais expressões tendem a se constituir em colocações em competição com aquelas apresentadas na seção, sugerindo também que há uma gama de possibilidades de representação de alguns fenômenos sociais sem que os itens lexicais (aparentemente) centrais sejam acessados, recurso discursivo operado por vezes através de metáforas gramaticais (no caso acima, uma nominalização: **reserva**).

Uma vez finalizadas as descrições dos itens lexicais e colocações a partir de seus dados no corpus, na seção 3.4 adiante, serão feitos comentários contrastivos acerca de discussões conceituais e análises de dados, conjugando os aspectos mais relevantes das seções 3.1, 3.2 e 3.3.

### **3.4: Os dados interpretados no cruzamento dos campos semânticos**

Esta seção é destinada a conjugar sinteticamente os destaques nas elaborações conceituais e nas descrições interpretativas dos dados do corpus, tecendo algumas considerações a partir das questões mais relevantes do capítulo, tendo em vista os objetivos e as perguntas de pesquisa. Para retomar a divisão estrutural do trabalho e justificá-la, este apresentou uma introdução que destacou o objetivo principal da investigação como relacionado às circunstâncias de ocorrências da palavra-chave **racismo** e itens lexicais e colocações a ela associadas nos textos do corpus.

Dois enfoques teóricos principais foram colocados, em termos de práticas discursivas e práticas sociais: os processos de naturalização de conceitos e relações identitárias na questão racial brasileira e, de maneira mais geral e abrangendo também tal naturalização, as orientações para a diferença nas relações raciais. Essas orientações foram reveladas não somente na estruturação dos campos semânticos, mas também nas tendências das representações de atores e de eventos sociais. A investigação no nível lexicogramatical foi focalizada na coesão, principalmente na coesão lexical e nas predisposições colocacionais.

Primeiramente foram discutidos os conceitos de **racismo**, **discriminação** e **preconceito**, que foram averiguados em relações semânticas de hiponímia e meronímia, ou classificação e composição, examinadas tanto nos conceitos dos dicionários como na literatura especializada das CS e no corpus da *Folha*. Esse primeiro grupo de termos, com seus dados de ocorrências, suas predisposições colocacionais e suas colocações mais proeminentes, foi identificado como o campo semântico das **relações raciais naturalizadas**.

O segundo campo semântico, de **identidades sociais**, foi desdobrado em outros mais específicos, a saber, o campo semântico de **identidades sócio-raciais**, mais sensível à estruturação filosófica das categorizações, e os campos semânticos conjugados de **pertença racial**, **herança cultural** e **cor da pele**. Em **identidades sócio-raciais** foram investigados os itens lexicais **raça**, **racial**, **etnia** e **étnico**, em dicionários e no corpus, enquanto nos campos conjugados foram investigados, apenas no corpus, os lexemas **negr\***, **branc\*** e **afr\***, no primeiro grupo; e **pret\***, **pard\***, **mestiç\***, **moren\*** e **mulat\***, no segundo. No geral, acerca dos campos semânticos de **pertença racial**, **herança cultural** e **cor da pele**, foram registrados índices consistentemente

decrecentes ao longo corpus, sinalizando uma menor acentuação das diferenças, ao passo que foi relativizada a urgência de solidariedade sócio-racial. Tal relativização parece operar como uma suspensão das diferenças calcadas em uma solidariedade tácita, a qual preconiza uma uniformização das identidades ao mesmo tempo em que tende a ignorar a determinação das diferenças no desequilíbrio das relações sociais.

O terceiro campo semântico focalizado foi o das **relações raciais em reconstrução**, com ênfase nos itens lexicais **afirmativa(s)** e **cota(s)**, e nas colocações mais proeminentes dos mesmos. Algumas discussões conceituais dos termos por especialistas foram sintetizadas, tendo sido constatada a relativa novidade desse campo semântico no léxico das relações raciais brasileiras, revelando uma grande competição de discursos em busca de hegemonia nas representações, fator que reforça a idéia de construção. Os dados textuais desse campo incipiente demonstram uma sobrevivência do tema, ainda que com decréscimo significativo entre o CF-2001 e CF-2005, no final da década investigada. Tal sobrevivência consistente no léxico sugere uma abertura para o diálogo, provável reflexo das resoluções de Durban, somada a uma tentativa, cada vez mais encampada por políticas de Estado, de resolução das diferenças.

Dois dicionários do português brasileiro (BORBA, 2002; HOUAISS e VILLAR, 2001) foram tomados para uma averiguação de conceitos centrais nas relações raciais, com o fito de perceber quais orientações permeiam duas obras de grande autoridade no que concerne a normatização lingüística. Algumas questões levantadas ao longo da revisão de conceitos se concentraram no pequeno padrão de criticidade evidenciado em Borba (2002), que pouco problematiza, quando problematiza, conceitos cuja naturalidade é contestada nos contextos mais especializados, como nas CS. Isso é explicado e atenuado pela natureza da obra, organizada com corpora de grandes

dimensões, que formata, em termos de conceitos, os dados de uso autêntico dos verbetes na linguagem. O que parece ocorrer é uma falta de sintonia entre alguns exemplos oferecidos, que não correspondem satisfatoriamente à acepção na qual foram inscritos, como no caso de **preconceito** (ver subseção 3.1.3, página 96) e **raça** (ver tópico 3.2.1.1, página 146), por exemplo. No entanto, a obra auxilia em muito a pesquisa e os aspectos positivos da mesma superam as críticas, concentradas, de fato, nessa pequena discrepância entre alguns conceitos e instâncias de uso da linguagem, bem como na ausência de problematização, que não é solucionada nas ofertas de acepções.

O outro dicionário do português brasileiro, Houaiss e Villar (2001) - ainda que houvesse sido tomado intuitivamente na pesquisa como representando uma fonte mais tradicionalmente normativa do que Borba (2002), por exemplo - mostrou-se bastante funcional no que tange o uso de exemplos autênticos, e crítico na apresentação de alguns conceitos de grande centralidade. Além disso, de acordo com os interesses desta pesquisa, sua informação etimológica se mostrou mais completa e acessível e a oferta de acepções foi mais abrangente, dando a Houaiss e Villar (2001) um caráter mais enciclopédico. Em comparação com o grande desafio e mérito de Borba (2002), que formulou conceitos a partir da proeminência de itens lexicais em um corpus de grandes dimensões, com instâncias autênticas de uso, Houaiss e Villar (2001) não demonstrou desvantagem, por conter também certa preocupação com instâncias autênticas, ainda que não como critério.

#### **3.4.1: Os campos semânticos no CF-1995**

Retomando as ênfases lexicais nos subcorpora, a *Folha* e o Datafolha, em 1995, no advento do tricentenário de Zumbi, publicaram e divulgaram largamente a pesquisa *Racismo Cordial*: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil. Os números levantados pelo trabalho confirmam o mascaramento da questão racial no Brasil, revelando que “os brasileiros sabem haver, negam ter, mas demonstram, em sua imensa maioria, preconceito contra negros” (FOLHA, 1995, p. 11). E a divulgação maciça dos resultados dessa pesquisa, os quais foram comentados em vários níveis ao longo daquele ano, perpassando vários gêneros do jornal, pressionou o léxico da *Folha* quanto às relações raciais no Brasil, no sentido de colocar em evidência uma série de termos desse campo discursivo, naturalmente em articulação com o léxico interno da publicação. Isso explica, como foi dito, a proeminência de um item lexical como **preconceito**, cujos significados, mais relacionados a predisposições internas dos indivíduos, tendem a emergir, por exemplo, em entrevistas individuais, um dos recursos metodológicos mais utilizados na pesquisa em questão.

O que foi destacado quanto a essa pressão no léxico foi o fato de ela ter sobreposto consideravelmente, em termos de esforços editoriais de publicação, o principal fato noticioso daquele ano quanto às relações raciais, o tricentenário de Zumbi, marco muito mais significativo do que uma constatação do racismo (ou do preconceito) no Brasil, em forma de pesquisa. Não que a centralidade histórica de Zumbi e a importância do tricentenário não tenham sido abordadas. Houve cobertura extensiva da *Folha*, de fato, e o corpus mostra claramente isso. Porém, como na mídia impressa cada tipo gravado no papel jornal tem seu preço e é entendido como um investimento (cuja lógica supõe um retorno maior do que o aplicado), o que é mais passível de retorno em termos de investimento tende a se tornar prioridade, em quantidade de tipos, em relação

ao retorno em termos de informação. Há uma predisposição na seleção de um evento que está alinhada a “um complexo conjunto de critérios” quanto ao seu potencial para serem publicados (critério de *newsworthiness*); “assim, notícia não é simplesmente aquilo que acontece” e sim aquilo que é interpretado com bom e estratégico em termos de publicação naquele momento específico (FOWLER, 1991, p. 13).<sup>58</sup>

Além dessa tendência à comodificação, no caso de Zumbi, parece desproporcional a ênfase dada à sua orientação sexual em detrimento das informações pertinentes ao seu papel histórico (cf. MUNANGA, 1996). Essa ênfase foi pautada na polêmica causada por um artigo do antropólogo Luiz Mott, do Grupo Gay da Bahia, que defendeu a tese de que Zumbi fora homossexual. Para tal defesa, o artigo abriu mão de argumentos que alguns membros dos movimentos sociais negros consideraram ilegítimos e demasiado oportunistas. Outros discursos também povoaram a arena da *Folha* naquele contexto, ora criticando as práticas do movimento negro como um todo, dado o posicionamento veemente de alguns(mas) militantes, julgado homofóbico; ora criticando o movimento gay, dado o oportunismo da reivindicação e a falta de critérios para a argumentação; e ora propondo reconciliação, tentando resgatar a importância histórica de Zumbi e destituindo a centralidade da polêmica sobre a orientação sexual. Esses últimos, porém, em menor proporção do que os primeiros.

A *Folha* instrui em seu *Manual da Redação* (2001, p. 27) que “a vida privada só tem relevância jornalística se estiver crucialmente ligada a fato de interesse ou legítima curiosidade públicos”, e que “uma notícia pode estar relacionada à intimidade da pessoa, mas, em si mesma, a intimidade raramente dará origem a uma notícia”. Nesse

---

<sup>58</sup> Nossa tradução de: “a complex set of criteria”; e “so news is not simply that which happens” (FOWLER, 1991, p. 13).

caso, o artigo deu origem às notícias, que reverberaram na mídia e que podem ser confirmadas no léxico do corpus da *Folha*.

Uma verificação na lista de colocados da palavra **Zumbi** para o CF-1995 pode ser muito reveladora dessa tendência a representações polêmicas na mídia, que vão privilegiar um conflito localizado, acerca de posicionamentos dentro dos movimentos sociais, em detrimento da informação concernente ao papel e às realizações de Zumbi na história, e da re-significação das lutas desses movimentos. O item lexical **Zumbi** revelou um padrão colocacional com relativo destaque para colocados como **homossexual** e **gay**. Outro item lexical que chama a atenção e pode ilustrar esta polêmica é **Mott** (referente ao antropólogo Luiz Mott), que ocorreu 49 vezes no CF-1995, sendo que dez como colocados de **racismo**, o que representa quase um quinto do total de ocorrências para **Zumbi** (215) e mais colocações com **racismo** do que **Zumbi**.

O que pode ser inferido a partir dessa análise não é, necessariamente, o fato de a polêmica acerca da sexualidade de Zumbi ter sido divulgada com ênfase na *Folha*, mas sim o fato de que o símbolo de resistência e luta por ele representado tenha sido, de certa maneira, relegado a segundo plano em relação a essa polêmica.

Outro aspecto relevante do CF-1995 foi a revelação da gênese, na *Folha*, da colocação **racismo cordial**. Mesmo com declínio registrado ao longo do corpus, considerando-se apenas a *Folha*, origem da colocação e, presumivelmente, sua mantenedora (aspecto que pode deixar dúvidas quanto a sua permanência no cenário das relações raciais brasileiras), a colocação demonstra ter penetrado em outras esferas sócio-culturais e em outros discursos. Isso demonstra como um conceito criado a partir de uma combinação de conceitos, a qual resultou em um oxímoro até então não registrado na literatura especializada, pode extrapolar seus domínios de significação e

penetrar com seu discurso nas pautas da mídia em geral, nos trabalhos acadêmicos das CS e de disciplinas afins, sobre as relações raciais no Brasil.

Para comprovar o poder interdiscursivamente pervasivo da mídia impressa na construção de significados no mundo social, uma consulta rápida aos jornais *Estado de Minas* e *Correio Brasiliense*, no período entre 1999 (não foi possível acessar arquivos anteriores a este ano) e 2006, foram registradas cinco ocorrências em cada, da colocação **racismo cordial**, o que demonstra a sobrevivência da mesma, ainda que tímida, independentemente do aparato da *Folha*. Concomitantemente a essa criação e tendência à naturalização de conceitos que são encampados em outros contextos e discursos, como **racismo cordial**, está a transformação desses conceitos em *commodities*, que dependem de veiculação estratégica e constituem poderoso produto, como a publicação *Racismo Cordial*.

Isso corrobora a percepção da *Folha* como um produto que lança no mercado outros produtos, além de si própria, característica mais proeminente no CF-1995. Os itens lexicais **Folha/Datafolha** registraram 626, 373 e 450 ocorrências nos CF-1995, CF-2001 e CF-2005, respectivamente. Esses dados, considerados sob a luz do que já tem sido discutido, reforçam a presença expressiva da auto-referenciação que a *Folha* realiza e que é peculiar de grandes veículos de mídia impressa (cf. HARDT-MAUTNER, 1995). Sobre o destaque de 1995, vale lembrar que foi o ano da publicação do *Racismo Cordial*, esforço editorial da própria *Folha* em homenagem à comemoração do tricentenário da morte (da imortalidade) de Zumbi. Sua divulgação implicou também na atribuição de autoria à Folha/Datafolha, destacando seu agenciamento como ator social para além da mídia impressa, aumentando sua esfera de influência no mercado

editorial, na medida em que se apodera de outros discursos vinculados a outros recursos materiais (o livro).

### 3.4.2: Os campos semânticos no CF-2001

Passando para o segundo momento, o ano de 2001 foi confirmado como “privilegiado para análise do comportamento da mídia” (IRACI e SANEMATSU, 2002, p. 122) no que se refere à Conferência de Durban, dada a profusão de matérias de diversos pontos de vista que povoaram a imprensa. Iraci e Sanematsu (2002, p. 125) avalia o trabalho da mídia impressa naquele ano, considerando positiva a “cobertura ampla, regular e com destaque”, e negativas as “omissões e maniqueísmo”. No monitoramento realizado, os jornais *Globo* e *Folha* foram os que mais publicaram matérias sobre a conferência, empatando em quantidade de textos publicados, seguidos pelo *Correio Brasiliense*, *Jornal do Brasil* e pelo *Estado de São Paulo*. No entanto, a *Folha* liderou no tamanho das matérias, ou seja, na quantidade de espaço em colunas dedicado ao evento. Essa ênfase na conferência explica o fato de alguns itens lexicais, como **discriminação**, terem revelado um índice incomum de ocorrências em relação aos anos que antecederam e aos que sucederam o evento.

O grande teor de tecnologização do discurso promovido no ambiente da Conferência foi observado não só pela proeminência de um item, como **discriminação**, como também pela diminuição ou completo desaparecimento de outros. Esse é o caso do item lexical **preconceito**, que tem significativa diminuição no corpus, ou mesmo para o item lexical **racista** que, mesmo sem grande diminuição percentual (de 0,11% do

CF-1995 para 0,09% do CF-2001), desaparece do contexto mais imediato da palavra-chave **racismo**, momento em que imperaram as reportagens sobre a Conferência de Durban. Como a questão foi tratada no âmbito internacional, teve que sê-lo num ambiente diplomático de respeito mútuo entre nações demasiado díspares em termos conceituais quanto às relações raciais. Isso contribuiu para a emergência de discursos menos concentrados no agenciamento dos racismos internos e externos das nações, e mais num apelo à colaboração mútua para ações e legislações positivas. Ou seja, uma maior elaboração acerca dos agenciamentos racistas (seja de indivíduos, instituições ou estados), parece ter dado lugar a pautas mais consensuais como resultado de negociações.

Essa tecnologização do discurso no CF-2001 (com a elevação das ocorrências de **discriminação** e redução das ocorrências de **racista** no universo da palavra-chave **racismo**), parece também operar ao refletir uma menor ênfase no agenciamento implicado por **racista** (ou **preconceituoso(a)**, por exemplo), contra uma maior ênfase nas evidências do racismo socialmente reconhecidas e acordadas, traduzidas em **discriminação**. Uma extensão radicalizada dessa tecnologização, pode-se dizer, é a clara proeminência dos itens lexicais relacionados a políticas compensatórias e ações afirmativas em geral, os quais constituem o campo semântico das **relações raciais em reconstrução** e que pode ser visualizado na TAB. 12. (página 184). Esses movimentos são concomitantes à minoração significativa no uso de itens lexicais pertencentes aos campos semânticos de identidades sócio-raciais, ou seja, os campos de **pertença racial**, de **herança cultural** e de **cor da pele**.

Muito incipientes nos contextos do CF-1995, os itens lexicais e colocações implicados no campo semântico **relações raciais em reconstrução** registraram índices

majoritários no CF-2001, com significativa diminuição no CF-2005. Como ações afirmativas preconizam transformações, não somente na lógica da prestação de serviços pelo Estado, mas também nos processos oficiais de construção de sentido, a produção de textos é pressionada em relação a uma democratização do discurso. Essa transformação demanda uma valorização igualitária das diversas matrizes culturais que compõem o repertório de representações positivas do país para com seus(uas) cidadãos(ãs) e para com outros países.

Outro item importante no CF-2001, ainda que pareça óbvio, é **Durban**. Isso não se dá apenas pela sua proeminência numérica, como a cidade sede do evento. Esta referência geográfica é sim a característica principal do item lexical. Porém, foi verificada uma expansão nas possibilidades de significado realizadas por **Durban** em textos, sendo o item tomado como um posicionamento político, como uma circunstância temporal ou como um marco histórico, os quais provavelmente não teriam sentido não fosse o contexto do evento. Dessa forma, ainda que operando discretamente, a gama de possibilidades que se abre para um termo como **Durban** informa sobre a carga contextual que o léxico pode agregar, o que possibilita que um mesmo item transite dinamicamente (por vezes através do recurso da metáfora gramatical, cf. HALLIDAY, 1994) entre diferentes campos semânticos e que se associe a diversos discursos e, de forma mais ampla, em diversas ordens do discurso.

O reflexo de Durban na mídia impressa brasileira não está localizado somente no período da conferência em si, mas em todo o processo de preparação em 2000 para a participação do Brasil na conferência, o qual demandou grande nível organizacional de vários setores da sociedade civil, juntamente com órgãos do Estado, ambientes que serviram como um diapasão para as práticas discursivas. Algumas iniciativas dessa

natureza foram concretizadas através da Fundação Palmares, na intenção de subsidiar o documento brasileiro à Cúpula de Durban, como, entre outras, a “Reunião de trabalho de especialistas”, em agosto de 2000; ou a “Pré-conferência regional sobre o novo papel da indústria da comunicação e entretenimento”, em outubro de 2000; e a “Conferência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, ocorrida em Belo Horizonte, em novembro de 2000 (Jaccoud e Beghin, 2002). Também nesse contexto, os esforços conceituais de especialistas junto ao Comitê Nacional de preparação para Durban, (aludidos anteriormente), são alguns exemplos claros de trabalhos estabelecendo demarcações conceituais para gerar coesão estratégica e política, ou seja, de tecnologização do discurso.

A *Folha*, na forma de instituição que tecnologiza seu discurso, o faz não somente a partir de sua rotina de cobertura das mudanças discursivas protagonizadas por especialistas nas diversas áreas, mas também através de recursos como o seu *Manual da Redação* (2001). Essa publicação, disponível no mercado, explicita o projeto editorial do jornal, dá diretrizes editoriais a seus(uas) jornalistas através de padrões e estilos, e fornece informações sobre a estruturação do jornal e das empresas a ele associadas. Práticas discursivas como essas podem ser pensadas no bojo dos seis momentos do processo social, como destacados em Harvey (1996), onde os discursos em competição na mídia impressa, que constituem o enfoque desta pesquisa, internalizam as relações de poder a eles associadas, bem como seus sistemas de pensamentos, desejos e representações do mundo, lançando mão de lógicas institucionais que tendem à padronização em busca de identidade corporativa, determinantes de ações ou práticas materiais que estabelecem relações sociais.

### 3.4.3: Os campos semânticos no CF-2005

No ano de 2005 é destaque a grande tendência à criminalização do **racismo** (a TAB. 2, à página 108, mostra a proeminência de **crime** como colocado para **racismo** em 2005) após o episódio do jogador Grafite, coberto vastamente pela imprensa e utilizado para pressionar jurisprudências no âmbito da justiça comum, a partir da personalização (ver FOWLER, 1991) de uma questão de significativa dimensão social, com ênfase em um ator social de grande reconhecimento. Tal tendência no discurso da mídia, que proporciona identificação acrítica do público, é considerada como perigosa em Fowler (1991, p. 15), onde é destacado que a “obsessão com pessoas e o uso que a mídia faz delas como símbolos, evita sérias discussões e explicações de fatores sociais e econômicos subjacentes”, observação que vale também para os casos de **Zumbi e Mott**.<sup>59</sup>

A diferença que parece ressaltar desses processos de personalização é que, no caso Grafite, a ênfase da imprensa teve um destaque social positivo, impulsionando a divulgação de eventos semelhantes e mais corriqueiros, associados a cidadãs e cidadãos comuns, fato que dá suporte para aplicação das leis. O próprio Senado Federal procura se associar ao exemplo do jogador, elegendo-o um símbolo da luta contra o racismo. Mas não pode ser negligenciada a rivalidade cultural naturalizada entre Brasil e Argentina, que tem o futebol como cenário clássico para o seu exercício, fato que pode ter impulsionado as medidas judiciais e manifestações discursivas que privilegiaram orientações para acentuação das diferenças. Um aspecto problemático dessa questão é a

---

<sup>59</sup> Nossa tradução de “obsession with persons, and the media’s use of them as symbols, avoids serious discussion and explanation of underlying social and economic factors” (FOWLER, 1991, p. 15).

necessidade da eleição de um ator social exógeno ao contexto brasileiro para o desencadeamento de medidas e comportamentos contra um racismo que é vivenciado corriqueiramente no ambiente doméstico, ainda que pouco divulgado, se comparado ao racismo exógeno.

É necessário destacar outro aspecto do CF-2005, quanto ao campo semântico de **relações raciais em reconstrução**: apesar do drástico decréscimo no índice de ocorrências entre 2001 e 2005, sua manutenção é significativa porque, em 2001, a discussão das ações afirmativas havia sido muito mais ampla, pois estava relacionada às pautas da Conferência de Durban na perspectiva de Estados e de movimentos sociais. Isso também corrobora a interpretação de um ambiente discursivo altamente tecnologizado, e que parte dessa tecnologização pode ser encontrada no léxico desse campo semântico (de **relações raciais em reconstrução**). Os itens lexicais e colocações implicadas nesse campo semântico evidenciam uma discussão que surge da pressão por respostas institucionalizadas para demandas históricas. Sendo assim, ainda que os dados evidenciem um drástico decréscimo nos índices do campo semântico de **relações raciais em reconstrução**, sua manutenção relativa é muito relevante, considerando-se que no CF-2005 a questão é majoritariamente aludida a partir do contexto nacional, diferentemente do CF-2001, que incorporou a discussão internacionalmente através da conferência.



É chegada a hora de romper com o pacto velado  
de manutenção do racismo existente em nosso País,  
alimentado pelas elites  
e introjetado em nosso imaginário social

(Nilma Lino Gomes)

## Considerações Finais



### Introdução

Estas considerações são destinadas a uma reflexão acerca de todo o percurso da tese, procurando tecer críticas conclusivas quanto às contribuições e às limitações do trabalho, bem como ao discernimento de possíveis desdobramentos de pesquisa, em

curto e em longo prazo, dentro e fora do CORDIALL. Para tanto, serão retomadas sinteticamente as etapas no desenvolvimento da tese, que visaram cumprir com os objetivos e responder às perguntas de pesquisa apresentadas na Introdução. Este comentário final está organizado em duas seções além desta, sendo a primeira dedicada à recapitulação sintética dos capítulos precedentes, e a segunda dedicada a uma reconstrução crítica e interpretativa das ações e argumentos que mais destacaram no trabalho da tese como um todo. Nesta seção procurou-se situar os resultados das análises na esfera social, nas práticas sociais, tendo em vista os objetivos.

Dentre as inúmeras deficiências e problemas desta contribuição, o destaque está relacionado ao desejo e proposta de pesquisa de percorrer, em diferentes níveis de complexidade (através do modelo tridimensional de Fairclough), uma porção significativa de linguagem (mesmo após restrições no corpus), através de um diálogo entre disciplinas de natureza muito complexa. A sensação resultante é de que nada, efetivamente, pôde ser dito, porque não se chegou a um aprofundamento satisfatório em etapa alguma. Assim, as áreas envolvidas neste trabalho, que se pretendeu interdisciplinar (e, se possível fosse, transdisciplinar), provavelmente não serão contempladas em termos tão especializados quanto almejado no início da pesquisa. Quanto ao(à) leitor(a) especializado(a) nessas áreas, fica o reconhecimento da pequenez desta tentativa e a abertura para adiante incorporar considerações melhor qualificadas.

Por outro lado, algumas observações úteis, ou mesmo ‘lampejos’ que possam sugerir caminhos e instigar o debate podem ser encontrados, fato que sinaliza um cumprimento parcial desta empreitada e debela muitas de nossas frustrações científicas. O importante neste momento é a clareza de que as decisões aqui tomadas foram constringidas conjuntamente e, dadas outras circunstâncias, os resultados poderiam ter

recebido um melhor tratamento, assim como poderão recebê-lo no futuro. Essa asserção revela um aspecto fragilmente subjetivo e ao mesmo tempo dinâmico da pesquisa, na segurança de que esse valorize as limitadas contribuições técnicas e científicas, e demarque um território ideológico que intenta associar um senso cidadão de justiça e solidariedade, com ética humana e científica.

Como tudo que é ideológico é também por isso passível de críticas (assim como feito com os textos envolvidos na pesquisa), este trabalho está aberto para o diálogo, para a análise discursiva, e para a contestação. Assim sendo, as condições nas quais a tese foi produzida, seu aparato técnico e material de distribuição, bem como o acesso a ela por uma comunidade discursiva, estão associados na prática discursiva aqui realizada. Essa prática discursiva é também prática social na medida em que tem efeitos múltiplos (ainda que limitados) no mundo social, desempenhando ações de natureza diversa e propondo um diálogo entre campos disciplinares distintos. Além disso, esse diálogo almeja um posicionamento crítico em relação a questões de centralidade social, tais como as relações raciais no Brasil.

No que segue, serão sintetizados os principais aspectos abordados em cada um dos capítulos anteriores, permitindo que os comentários conclusivos da última seção sejam mais bem associados ao desenvolvimento dos capítulos, também evidenciando a pertinência lógica da organização da tese dentro dos objetivos da investigação.

## **Os caminhos percorridos**



A presente tese foi iniciada pelo reconhecimento de um território legítimo de pesquisas, no Brasil e alhures, voltadas para estudos críticos da linguagem, com base em teorias lingüísticas de orientação sócio-antropológica, algumas dedicadas ao funcionamento da mídia impressa e de suas orientações nas representações de relações sociais. Dentro desse território estabeleceu-se um nicho de pesquisas, associado ao projeto CORDIALL, do qual este trabalho é parte e cuja prática científica intenta prosseguir. Entre os diferentes projetos agregados no CORDIALL, encontram-se alguns dedicados a estudos da linguagem da comunicação de massa e, dentre esses, alguns dedicados especialmente a análises críticas e discursivas das relações raciais brasileiras, como

Magalhães (2004, 2006a), e Carmo e Magalhães (2005). E foi a partir de tal tradição que a pesquisa aqui submetida se apresentou.

Na Introdução também foram delineados os objetivos da pesquisa, os quais ressaltaram, no plano mais geral, a necessidade do aprimoramento das relações disciplinares entre as disciplinas críticas no escopo da LA e das CS. Tal perspectiva potencializa o caráter interdisciplinar da ACD, teoria que elege como central a preocupação com assimetrias de acesso a direitos nas sociedades modernas e, a partir da motivação social, busca nas práticas discursivas de instituições, amparada por uma teoria funcional da linguagem, evidenciar as orientações da constitutividade do discurso nas práticas sociais. No caso deste trabalho, a contribuição da LA para as relações raciais brasileiras foi oferecida no sentido de problematizar, do ponto de vista dos conceitos e das escolhas no léxico, noções naturalizadas que caracterizam o Brasil e que, de certa maneira, diluem o valor crítico e político das diferenças, em favor de uma

homogeneização arbitrária, calcada em referenciais filosóficos de grupos minoritários, privilegiados política e socialmente.

De maneira mais específica, os objetivos versaram sobre as orientações para a diferença assim como depreendidas no corpus da *Folha*, selecionado pela palavra-chave **racismo**, no campo discursivo das relações raciais brasileiras, seccionado em campos semânticos para diferentes aspectos. A ênfase foi dada para uma descrição crítica dos contextos sócio-semânticos da palavra-chave e de itens lexicais e colocações a ela relacionadas, recorrentes nesse campo discursivo, com o fito de observar discursos em competição e mudanças discursivas, diagnosticando as tendências de orientação para a diferença nos momentos históricos investigados.

Associadas diretamente aos objetivos foram propostas perguntas de pesquisa, iniciadas pelo enfoque na relação entre as curvas de ocorrências da palavra-chave **racismo** e dos itens lexicais e colocações a ela associada, bem como em seus contextos históricos e sociais. Outra pergunta versou sobre os contextos sócio-semânticos dessa palavra-chave, com base em seus colocados e nos discursos a que remetem. Visando um maior detalhamento, foram questionadas as tendências quanto à naturalização, tecnologização, democratização e(ou) comodificação do discurso. As duas últimas perguntas versaram sobre a mídia impressa, argüindo acerca de suas práticas discursivas e sociais a partir dos padrões de ocorrências de itens lexicais no corpus, e sobre os indícios de orientações para a diferença, tendo em vista os cinco cenários propostos em Fairclough (2003), de abertura, acentuação, superação, suspensão e consenso na representação da diferença.

No capítulo 1, dedicado ao referencial teórico da pesquisa, procurou-se cobrir uma gama mínima de disciplinas para que o trabalho com o modelo tridimensional de

análise de Fairclough pudesse ser aplicado. Isso porque tal modelo, como interpretado aqui, demanda análises no nível do texto, das práticas discursivas e das práticas sociais, cada qual clamando por um padrão de especialidade e desenvolvimento teórico e analítico próprios. E o papel do modelo teórico-metodológico adotado foi justamente o de possibilitar o trânsito nessas três esferas de complexidade, sem necessariamente buscar a exaustão analítica em qualquer uma delas, mas sim as suas relações mais significativas a partir do tema tratado.

A primeira seção do capítulo foi dedicada a uma apresentação do projeto CORDIAL da UFMG ao qual esta pesquisa está afiliada e que contém trabalhos que antecederam este na interface entre estudos da linguagem, identidades sociais e mídia impressa. O destaque foi dado aos trabalhos que mais influenciaram esta pesquisa e os quais têm sua tradição prosseguida na mesma, como Magalhães (2004, 2006a) e Carmo e Magalhães (2005). A segunda seção trouxe a teoria social do discurso, construto central na ACD de Norman Fairclough. Na terceira seção foram abordados trabalhos que tomaram recursos e métodos da LC, para pesquisas com grandes quantidades de textos, em favor das preocupações investigativas da ACD. Na quarta seção foram discutidas as categorias analíticas para o enfoque léxico-gramatical da pesquisa, concentrado na coesão lexical e nas predisposições colocacionais e colocações. Na quinta seção foram abordadas pesquisas críticas com enfoque para as práticas discursivas da mídia. A sexta seção foi dedicada a trabalhos na interface de estudos de mídia e racismo, com atenção especial para a naturalização do ideal do branqueamento e da invisibilidade das identidades não-brancas no Brasil. Na sétima seção foram apresentados paradigmas clássicos das CS para a interpretação das relações raciais no Brasil. Na oitava e última seção, foi iniciada a discussão sobre conceitos de racismo,

sobre algumas modalidades de anti-racismo, sobre a questão da mestiçagem no Brasil, e sobre desenvolvimentos dos movimentos sociais negros.

O Capítulo 2 foi dedicado aos materiais e métodos, ou seja, tudo o que se referiu à escolha e recorte do corpus, e aos procedimentos de trabalho, visando os objetivos e as perguntas de pesquisa. A primeira seção, voltada para os materiais, informou acerca do corpus e de seus recortes, justificando as escolhas pelos três anos, 1995, 2001 e 2005, por registrarem aumento significativo na quantidade de textos publicados na *Folha* contendo a palavra-chave **racismo**. Também naquela seção foram retomados os objetivos e as perguntas de pesquisa, de modo a aproximá-los da segunda seção, de métodos. Nessa foram listadas as ações que envolveram todos os procedimentos da pesquisa, desde a coleta e preparação do corpus até o trabalho analítico e seus desdobramentos.

Já o Capítulo 3, o mais extenso, foi dedicado à análise propriamente dita, onde a palavra-chave **racismo** e os itens lexicais e as colocações a ela relacionadas foram investigadas. Os dados do corpus foram analisados em relação a conceitos extraídos de dois dicionários do português brasileiro e um dicionário especializado em relações raciais, além de trabalhos acadêmicos nas CS e publicações de institutos de pesquisas. A análise foi organizada de maneira a focalizar itens lexicais associados em campos semânticos, agrupamentos pouco mais delicados do que o campo discursivo mais geral das relações raciais brasileiras, o qual envolveria todos os campos semânticos associados.

O primeiro campo semântico apresentado e o mais sistematicamente analisado foi o campo das **relações raciais naturalizadas**, o qual foi desdobrado na palavra-chave **racismo** e nos itens lexicais **discriminação** e **preconceito**. Além desses, foram

também investigadas as colocações **democracia racial**, **discriminação racial**, **preconceito racial** e **racismo cordial**. O segundo campo semântico sob análise foi o campo das **identidades sociais**, subdividido em campos mais específicos, o campo das **identidades sócio-raciais**, o campo da **pertença racial**, o campo da **herança cultural**, e o campo da **cor da pele**. Implicados nesses campos semânticos estavam os itens lexicais e lexemas(\*) **raça**, **racial**, **etnia**, **negr\***, **branc\***, **afr\***, **pret\***, **pard\***, **mestiç\***, **moren\*** e **mulat\***, tomados em grupos para análises menos detalhadas do que o campo anterior. O terceiro e último campo semântico entre os quais a análise foi dividida foi o campo das **relações raciais em reconstrução**, focalizado nos itens lexicais **afirmativa(s)** e **cota(s)**, e nas colocações mais proeminentes em que estão implicados. Na última seção do capítulo foi feita uma retomada crítica dos dados que mais ressaltaram na investigação dos campos semânticos. Foram estabelecidas relações entre os mesmos e seus conceitos dicionarizados, com a descrição das práticas discursivas da *Folha*, como representadas no corpus, dentro dos contextos sócio-históricos de maior relevância no período observado.

Uma vez retomados, em linhas gerais, os capítulos anteriores, na seção seguinte, a qual encerra a pesquisa, será feita uma discussão crítica e avaliativa da tese em sua totalidade, situando as análises discursivas na esfera social e indagando acerca da validade da(s) teoria(s) e metodologia(s) aplicadas.



## **Balanco crítico da pesquisa, práticas discursivas e práticas sociais**



Linguagem

A linguagem, na forma de discurso, como instanciação do sistema social, e como um dos momentos da prática social, ao cumprir sua função semiótica, não somente revela, mas também constrói, inventa, destrói, transforma e é transformada; ela pode eger ou impedir um presidente e até levar à guerra ou à revolução. Um jornal como a *Folha*, com todos os produtos das empresas a ela coligadas, tem acesso diário (através de produtos materiais e lingüísticos) a uma parcela significativa da população brasileira, no Brasil e no mundo, direta ou indiretamente.

Um trabalho acadêmico cujo resultado seja também materializado em linguagem, por sua vez, ainda que consiga circular de forma eficiente, é restrito à sua comunidade científica e não é lido por muitas pessoas, apesar de que seu efeito tenda a ser mais prolongado e, de certa maneira (dada a sua natureza mais específica), melhor creditado socialmente do que uma reportagem de jornal (considerando-se apenas critérios técnicos e científicos). Porém, como dito, seu alcance é infinitamente menor e mais localizado, fato que neutraliza em muito esse suposto crédito social do trabalho científico, principalmente se não estiver alinhado aos interesses institucionais no contexto em que está inserido. Isso dificulta o enfrentamento de temas críticos para sociedades contemporâneas como, por exemplo, das relações raciais. Ou seja, diferenças em termos de distribuição também significam assimetrias em termos de práticas discursivas e práticas sociais e, mesmo que tal comparação pareça improcedente, ela é inevitável, pois tanto a mídia impressa quanto o texto acadêmico dividiram o espaço desta pesquisa.

Quanto ao trabalho, este procurou destacar o que o corpus revelou de mais significativo em termos das perguntas iniciais, e intentou propor que certos estados de coisas no mundo social, tomados como naturais, comecem a ser questionados, tais como

a relação naturalizada entre **negro** (e identidades ‘não-brancas’ em geral) e **racismo**. Assim como argumentado em Munanga (1996, p. 279), é necessário, juntamente com o aumento da “frequência das referências ao negro como construtor de cultura”, que se fuja dos “clichês”, tais como “o negro é apenas esportista, dançarino e músico”; e mais, que se trate o “negro de forma independente do conceito de racismo”. Ou seja, há que se reconhecer a existência, a constitutividade e a riqueza das diferenças nas várias dimensões do mundo social, e que esse reconhecimento seja também o argumento contra a apropriação indevida e o uso político de aspectos estereotípicos da diferença.

Quanto à LA, essa tem sua cota de responsabilidade na ampliação da discussão crítica das relações raciais no Brasil pela perspectiva da linguagem associada a discursos e instituições. Apesar do já avançado e dinâmico debate nas CS, o fato de problematizar conceitos e pressupostos da discussão racial também em escolhas discretas no nível léxico-gramatical da linguagem dão à pesquisa em LA um caráter crítico e engajado, fato que pode estimular o aprofundamento das leituras e ampliação das investigações, sendo também “responsável por pressionar temas políticos e sociais” (KRESS, 1990, p. 94).<sup>60</sup>

Na quantificação inicial dos dados tiveram destaque os anos 1995, 2001 e 2005, explicado pelo tricentenário de Zumbi, pela conferência de Durban e pela ênfase nos episódios de racismo no futebol, respectivamente, números que auxiliaram no recorte do corpus. Constatada essa proeminência, a análise foi concentrada nos três anos em questão, oscilando entre a observação de dados quantitativos no *WordSmith Tools* e a descrição de dados discursivos com as categorias disponibilizadas pela ACD. Foi revelada uma grande produtividade discursiva nas relações raciais nos três anos em

---

<sup>60</sup> Nossa tradução de: “responsible to pressing social and political issues” (KRESS, 1990, p. 94).

questão, indicando certas peculiaridades das polêmicas veiculadas pela mídia impressa em torno dos tópicos centrais de cada ano, que podem ser exemplificadas pelos itens lexicais **Zumbi**, **Durban** e **Grafite**. Também foram apontados alguns indícios de mudanças discursivas, discursos conflitantes, novos conceitos e outros já colocados em crise (KRESS, 1990) no âmbito das CS, mas ainda amplamente tomados como naturais na vida social, assim como representada no corpus.

Quanto ao léxico das relações raciais, colocações como **igualdade racial** e **desigualdade racial**, por exemplo, foram evidenciadas num momento mais tardio no corpus, resultado de negociações de significados que são lentamente introduzidos na esfera discursiva e que podem reforçar (como **igualdade**) ou competir com (como **desigualdade**) **democracia racial**, colocação que evidencia um decréscimo gradativo de frequência no corpus, juntamente com **preconceito racial**. Além disso há outros conceitos e colocações que vão sendo incorporados ao campo discursivo das relações raciais (como **afrodescendente**, **racismo cordial**, ou **cotista**) expandindo-o de forma irreversível, em “um claro exemplo da linguagem construindo e não simplesmente refletindo a realidade” (GOATLY, 2000, p. 52).<sup>61</sup> Além de novos itens lexicais e conceitos como esses, outros, ainda que caíam em desuso em certos contextos, não deixam de integrar o repertório de escolhas dentro do campo discursivo, podendo ser articulados e re-significados a qualquer momento.

Mudando um pouco o enfoque, uma das instâncias de tecnologização do discurso identificadas, e que pode também desencadear a comodificação ou democratização do discurso, foram os esforços de padronização da *Folha*, que publicou e atualizou o seu *Manual da Redação* (2001, p. 7), com edições em 1984, 1987, 1992 e

---

<sup>61</sup> Nossa tradução de: “a very clear example of language constructing rather than simply reflecting reality” (GOATLY, 2000, p. 52).

2001, na intenção de tornar conhecidos seus marcos éticos e discursivos. No verbete **etnias**, por exemplo, há a norma para que seja evitado o uso da “palavra *raça* quando se referir à espécie humana”, padronizando que, “para designar aspectos físicos de grupos étnicos” deve ser usado “o termo que os qualifica: *O apartheid segrega os negros*, em vez de *a raça negra*” (*ibidem*, p. 67). Na continuação da entrada para **etnias**, supostamente direcionada aos jornalistas, o *Manual...* (2001, p. 67) estabelece que “a *Folha* não admite referências preconceituosas ou discriminatórias contra grupos étnicos ou indivíduos que façam parte deles”. É possível distinguir nessas práticas discursivas uma tecnologização (a criação de um manual com delimitação cuidadosa de conceitos) que, ao mesmo tempo que pode conduzir à democratização, ao buscar formas de representação que valorizem e respeitem as diferenças, pode gerar maior comodificação, ainda que camuflada na forma de proibição (“a *Folha* não admite”) dirigida ao pessoal interno.

Outro exemplo de tecnologização foram os “esforços conceituais” em 2000 e 2001 no Brasil, em relação à Conferência de Durban, (JACCOUD e BEGHIN, 2002, p. 39), quando especialistas definiram acerca e detalharam conceitos como racismo, preconceito racial e discriminação racial. Também o foi a cartilha *Politicamente Correto e Direitos Humanos* (QUEIROZ, 2004), lançada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, e imediatamente recolhida em função do excesso de críticas negativas. Essa publicação contém palavras e expressões que reforçam estereótipos, consideradas ofensivas a pessoas ou grupos, com suas definições, informações etimológicas e justificativas para serem evitadas. Isso constitui um exemplo de tecnologização do discurso por um órgão do governo federal visando uma democratização do discurso. Se há também certa comodificação do discurso nesse caso

não se pode precisar, mas, obviamente, toda cartilha lançada durante um governo veicula não somente o selo federal, como também as marcas discursivas peculiares àquele governo, criteriosamente organizadas por uma coordenadoria de comunicação social. Em resumo, foi constatada uma preocupação em diversos níveis e esferas da vida social, com investimentos consistentes e especializados em práticas discursivas.



### Democracia racial

Um dos destaques nesta pesquisa em termos de mobilidade e, paradoxalmente, de fixidez e naturalização, foi o conceito de **democracia racial**. A partir das análises das linhas de concordância contendo a colocação nos subcorpora, foi possível detectar afiliações ideológicas (ainda que uma observação sistemática e quantificada não tenha sido a proposta) próximas dos três paradigmas reconhecidos nas Ciências Sociais (cf. MOTTA, 2000), acusando uma situação discursiva ainda em construção e que requer observações cuidadosas. Ou seja, mesmo que contestada e destituída de relevância analítica, a pesquisa constatou (ainda que com decréscimo em termos de ocorrências) a persistência de noções não críticas de **democracia racial**. Esse decréscimo também foi apontado em Paixão (2003, p. 68), como “um profundo recuo no mito da *democracia racial* brasileira” nos anos 90, o qual teria sido causado, em parte, por uma intensificação em pesquisas sobre fatores de desenvolvimento humano, com a divulgação de indicadores sociais.

Então, mesmo que o mito tenha sofrido esse “recuo”, o item lexical **mito**, que ocorreu em proporção considerável no entorno das representações de **democracia racial**, aponta também para um entendimento mais crítico do significado dessa colocação. Por outro lado, **mito** pode sugerir uma interpretação mais naturalizada de

**democracia racial**, esse fenômeno multifacetado teórica e praticamente, reconhecidamente brasileiro (informação confirmada pela significativa presença de itens lexicais relacionados à identidade nacional no entorno da colocação), serviu e serve para ilustrar grandes contradições das relações raciais no Brasil.

Uma dessas contradições, a da mestiçagem como valor positivo, reside no fato de tal valor ser interpretado, na prática, como o caminho em direção a um branqueamento naturalizadamente desejável, o qual ignora a importância da diferença e negligencia a existência de um racismo estrutural. Outra contradição, de cunho mais político-ideológico, retornando à questão do mito, ao identificar a **democracia racial** como tal, dá centralidade à questão de classes e relega o **racismo** a uma condição de resíduo naturalmente superável. O que decorre é a noção de que o problema do Brasil se resume à pobreza, e que as relações raciais não constituem uma questão relevante para ser tratada de maneira distinta da questão social, sob pena de enfraquecimento da luta de classes. Ou seja, não obstante o caminho argumentativo que se toma, o que ressalta parece ser uma atenuação, ou mesmo colocação em segundo plano, das relações raciais, em benefício de outras questões. Isso remete à síntese de Bernardino (2002, p. 250), na qual “a crença no mito da democracia racial é estruturante do sentimento de nacionalidade brasileiro” e opera “uma rara concordância valorativa entre as diferentes camadas sociais que formam a sociedade nacional”.

Ainda sobre essas contradições, elas foram, de certa maneira, ilustradas (ou atestadas) no terceiro dos paradigmas discutidos, associado principalmente a Hasenbalg (2005[1979]) e Hasenbalg e Silva (1992). Tais trabalhos evidenciaram as desigualdades raciais no Brasil, adotando uma metodologia rica em dados estatísticos, ainda que voltada majoritariamente para índices de desenvolvimento social. E, mesmo que não

tenham conseguido provar de maneira cabal a relação dessas desigualdades com o racismo, ou com a discriminação racial, o que esse paradigma parece ter oferecido foram subsídios para uma intervenção mais concreta dos movimentos sociais negros junto a órgãos governamentais e junto à sociedade civil, pressionando por transformações em todas as dimensões da vida social.

Quanto ao léxico dessas desigualdades, juntamente com a colocação **democracia racial**, outras duas de importância crucial foram analisadas, **discriminação racial** e **preconceito racial**. Enquanto a primeira se refere a esse modelo interpretativo para relações sócio-raciais no Brasil, as duas últimas se referem às evidências materiais que possibilitam refutar a natureza contraditória do modelo, de maneira institucional (**discriminação**) ou pessoal (**preconceito**). Tais colocações podem ser tomadas como antagônicas, com **democracia racial** em oposição a **racismo**, representado pelos co-hipônimos, ou co-merônimos, **discriminação racial** e **preconceito racial**.

Essa interpretação de relação coesiva pode ser confirmada na carga irônica do título (revelada no subtítulo) da pesquisa etnográfica desenvolvida no Brasil, *Racism in a Racial Democracy: the maintenance of white supremacy in Brazil* (*Racismo em uma Democracia Racial: a manutenção de supremacia branca no Brasil*) (TWINE, 2001). Porém, uma necessidade que ressalta é de um detalhamento das possíveis nuances nos posicionamentos em relação ao conceito de **democracia racial**, de forma a decifrar os mecanismos de coexistência de tal ideal com a “brutalidade do racismo” (FRY, 1996, p. 135) nos textos, e sob quais predisposições de significação eles atuam.

Porém, mesmo colocando tal detalhamento para pesquisas futuras, pode-se aventar aqui uma outra interpretação, pouco ortodoxa, para o conceito de **democracia racial**. Tal conceito pode operar, ainda que em aparente relação de antonímia com

**racismo** (como já foi explorado), uma naturalização e o apagamento das manifestações deste, reduzindo de forma considerável a oposição semântica entre ambos no contínuo sinônimo-antônimo. Ou seja, ainda que semanticamente contrários, a princípio, a **democracia racial** tem operado no Brasil como um fator atenuante das relações raciais, tornando-se, antes, uma agente do **racismo** estrutural.

#### Comunicação de massa

Quanto à comunicação de massa, o meio pelo qual foi investigado o léxico das relações raciais nos textos selecionados pela palavra-chave **racismo**, há evidências de discursos conflitantes na questão. E a mídia impressa tem se constituído local privilegiado de representação, justamente por essa multiplicidade de discursos que agrega e pelo alcance que tem, sendo cada vez mais crucial a observação de seus mecanismos de significação. Nesta pesquisa (reconhecendo as limitações de uma análise que levou em conta apenas um jornal) a *Folha de São Paulo* foi tomada como referência para o *modus operandi* dos meios de comunicação de massa, no intuito de identificar, de maneira mais geral, o poder que exercem, além de observar criticamente suas ações. E a pluralidade de opiniões em disputa num espaço como é a *Folha*, em parte reflete as (e é refletida nas) instabilidades discursivas da questão racial no tecido social brasileiro, ao mesmo tempo em que pode sugerir mudanças discursivas e éticas e interferir de forma decisiva nos processos democráticos.

Nesse sentido, Fowler (1991, p. 10) é bastante esclarecedor, pois argumenta que a forma como um jornal é estruturado internamente “codifica significados” (*encodes significances*) acerca de seu posicionamento econômico, político e social. Então, se a *Folha de São Paulo*, criada em 1960, a partir da fusão da *Folha da Noite* (de 1921),

com a *Folha da Manhã* (de 1925) e a *Folha da Tarde* (de 1949), adotou uma “linha editorial identificada com os interesses das classes médias urbanas do Estado” (*Manual da Redação*, 2001, p. 106), é natural que sua orientação e suas escolhas sejam voltadas para tais interesses. Mesmo que seu projeto editorial tenha sofrido reformulações nos últimos anos, e que a dimensão do jornal tenha ultrapassado os limites de seu estado de origem, tornando a *Folha* o diário de maior circulação no Brasil, a sua estruturação já implica em ordens do discurso que tendem a potencializar suas características junto à comunidade discursiva construída e, obviamente, sua inserção social.

A *Folha*, que distribui centenas de milhares de jornais diariamente, muitas vezes discute resultados de pesquisas feitas pelo Datafolha, publicadas em livro pela *Folha* e o Datafolha conjuntamente, que suscitam temas a serem comentados por publicações especiais do Publifolha, da divisão de publicações da empresa Folha da Manhã, dona do Grupo Folha. E além da circulação do jornal e produtos afins propriamente ditos, há uma profusão das maneiras como textos da mídia impressa penetram em outros contextos e discursos, o que ressalta sua vocação à intertextualidade e à interdiscursividade.

Pode-se aqui evocar também um conceito análogo, o de intercontextualidade, desenvolvido em Meurer (2004, p. 135), que seria a “condição em que dois ou mais contextos se interligam e interpenetram em uma determinada prática social”, ou, como dito anteriormente, o conceito de recontextualização, de Bernstein (1981, 1996). Por exemplo, há uma imbricação da relação entre a mídia impressa e a constituição oficial do léxico da língua, o que é óbvio, mas não sempre identificável, como o é em Borba (2002). O dicionário (*ibidem*) toma para coleta de dados, dentre outras fontes, a *Folha*, o que é feito também em Houaiss e Villar (2001), porém não sistematicamente neste.

Nesse processo, o que é mais passível de se tornar notícia a partir dos critérios da *Folha*, independentemente de sua projeção real na linguagem e de seu direcionamento político e ideológico, é mais passível de visibilidade e de introdução no léxico oficial. Um dicionário de reconhecimento acadêmico como Borba (2002) - assim como pode ser dito de Houaiss e Villar (2001), considerando-se algumas diferenças -, que procura conceituar e mapear os usos de um verbete como verificados na prática, toma textos da *Folha*, por exemplo, dada sua projeção social e sua representatividade como instância autêntica da língua.

Uma relação de poder muito séria é colocada nessa intercontextualidade: tendo em mente a representação de grupos humanos na condição de atores sociais, a análise de Krishnamurthy (1996), por exemplo, não considera neutro o tratamento dado pela mídia a diferentes grupos em textos jornalísticos. Pelo contrário, seu argumento reforça a visão de Fowler (1991, p. 1), que tem a linguagem como “mediador altamente construtivo”.<sup>62</sup> A mídia impressa representa o mundo através da linguagem e, “porque linguagem é um código semiótico, ela impõe uma estrutura de valores” sociais e econômicos, moldando “aquilo sobre o qual fala” (FOWLER, 1991, p. 4).<sup>63</sup> E cada seleção determina transformações e “tratamento diferenciado na apresentação, de acordo com numerosos fatores, políticos, econômicos e sociais”, pois “o mundo da imprensa não é o mundo real, mas um mundo distorcido e julgado” (*ibidem*, p. 11).<sup>64</sup>

Assim sendo, se o poder de construção de discursos da mídia impressa for utilizado sob uma perspectiva editorial associada à classe média urbana paulista, como é

---

<sup>62</sup> Nossa tradução de: “highly constructive mediator” (FOWLER, 1991, p. 1).

<sup>63</sup> Nossa tradução de: “because language is a semiotic code, it imposes a structure of values” e “that of which it speaks” (FOWLER, 1991, p. 4).

<sup>64</sup> Nossa tradução de: “differential treatment in presentation according to numerous political, economic and social factors”; e “the world of the Press is not the real world, but a world skewed and judged” (FOWLER, 1991, p. 11).

o caso da *Folha*, é previsível que os significados articulados priorizem essa orientação. Nesse contexto, a representação de atores sociais, ou seja, a representação no discurso de indivíduos ou grupos, ainda que cuidadosamente articulada com vistas a uma neutralidade ideológica preconizada na comunicação de massa, tenderá a ser marcada por elementos que sustentem a lógica, a visão de mundo, e a interpretação das diferenças segundo essa parcela específica da população.

Dentre os mecanismos da mídia impressa que operam na construção dessa isenção político-ideológica, tem destaque uma característica de escritores/as de jornais (*newspaper writers*) descrita em Van Leeuwen (1993, p. 202), pois sua construção textual “indica que querem ser vistos/as como condutores/as para os discursos de outros/as”, não tomando o posicionamento de “agentes de controle social”.<sup>65</sup> Ou seja, há uma diluição estrutural de agenciamento, e uma mesma reportagem pode passar por vários setores e profissionais especializados/as dentro do jornal, antes de ser aprovada para publicação. Tal aspecto, estendido para a figura do/a editor/a, é bem ilustrado na analogia de Hoey (1986, p. 12), de textos como colméias, pois os/as “editores/as, assim como abelhas rainha, controlam todo o discurso, mas nunca são autores/as de todo componente”, porque nenhum/a leitor/a necessita ler todos os componentes, fazendo de cada um deles uma “comunicação separada”.<sup>66</sup> Assim procedendo em nome da especialização, a neutralidade e isenção da notícia são legitimadas, permitindo que o jornal organize discursos de outros/as a partir de uma ordenação lógica própria, a qual, por si só, já conduz a significados e práticas em consonância com o projeto editorial do veículo.

---

<sup>65</sup> Nossa tradução de: “indicate that they want to be seen as conduits for the discourses of others”, e “agents of social control” (VAN LEEUWEN, 1993, p. 202).

<sup>66</sup> Nossa tradução de: “editors, like queen bees, control the whole discourse, but they are never authors of every component”, e “separate communication” (HOEY, 1986, p. 12).

Mudanças discursivas resultam de discursos em competição em arenas de vários atores sociais em diferentes níveis de engajamento na vida social. A *Folha*, tomada como instanciamento da mídia impressa, instancia tantos discursos quanto possível em nome da representatividade e legitimidade que sua tradição lhe confere, orquestrando vozes externas de especialistas e padronizando discursos internos, com vistas a forjar coesão no seu “jornalismo crítico, moderno, pluralista e apartidário” (*Manual da Redação*, 2001, p. 10). Como representante da mídia impressa, a *Folha* constrói bases epistemológicas em seu domínio institucional, controla as escolhas lexicais de seus/uas profissionais, cria significados internos, elege temas e busca o parecer de especialistas. Tais práticas discursivas altamente tecnologizadas e comodificadas evidenciam a centralidade do discurso nas sociedades modernas e, conseqüentemente, alertam para a necessidade crescente de estudos autônomos da linguagem, como instrumento de cidadania numa ordem política, social e econômica internacionalizada.

O que resta a dizer não tem relação com ética ou moral de um veículo de imprensa, pois qualquer empreendedor(a), ao pensar sua empresa, busca formas de conquistar independência operacional e lógica, diversificar e ampliar mercados e ter uma inserção positiva na sociedade. O que deve ser colocado em discussão são valores naturalizados de objetividade e imparcialidade associados a instituições de mídia com grande poder empresarial e influência social, reiterando a importância dos espaços para o diálogo e a abertura para a negociação das diferenças, em busca de práticas lingüísticas emancipatórias (cf. FAIRCLOUGH, 2001).

## **Epílogo**

Da maneira como entendemos o trabalho após alguns anos dedicados à tese, este epílogo não pode representar as considerações finais da pesquisa, mas sim últimas considerações dessa etapa, porque ainda há um longo caminho a ser percorrido. Portanto, este produto que apresentamos para a comunidade acadêmica e, quiçá, para todas as pessoas a quem nossas palavras possam vir a tocar, está aberto ao debate, não para convencer ou para conquistar, não é este o momento. O momento é de estabelecermos que queremos tomar parte nas discussões, e que a melhor contribuição que pode ser oferecida é a vontade e a sinceridade de participarmos eticamente na construção de um país solidário e justo, com nossos erros e com nossos acertos, como pesquisadore(a)s, como educadore(a)s e como cidadãos(ãs). E ainda há muito o que fazer, pois mesmo as mais antigas e degradantes piadas, os atributos depreciativos e o preconceito em relação às diferenças ainda circulam de forma inalterada no Brasil e alhures, inovando, reproduzindo, multiplicando e reconstruindo idéias estruturadas no racismo.

Justiça para todos(as) não é apenas uma questão moral, mas também ecológica. O (des)equilíbrio nas relações humanas, expresso em parte pelo discurso, é mais um referencial para se pensar todo o planeta e, provavelmente, todo o universo. O que se pode apreender é que não há sistema algum que se sustente com tensões e assimetrias internas tão densas. Os discursos hegemônicos, que por um longo tempo exercem essa contradição, hão de se findar nelas, assim como as estruturas contraditórias do capitalismo financeiro, ou das sociedades de consumo.

Antes do nosso desfecho, uma última observação se faz necessária. É preciso reconhecer a lacuna enorme que este trabalho deixa por não contemplar a faceta visual

das relações raciais assim como veiculadas no corpus de mídia impressa brasileira. Ou seja, seria necessário levar em consideração como o léxico dos textos dos corpora se articula e constrói sua prática discursiva quando associado a fotografias, charges, ilustrações, posicionamento dos elementos nas edições, escolha de fontes e tamanhos diversos, utilização de negritos, itálicos e outros recursos para destaque, bem como a disposição de ‘olhos’ e mecanismos editoriais semelhantes. O destaque para essa ausência, no entanto, reforça a compreensão da linguagem como semiótica social (reiterando que a linguagem visual coopera com a linguagem verbal na constituição de significados sociais), ainda que negligenciando um aspecto tão proeminente. Então, por questões metodológicas adaptadas a condições de tempo e de recursos, assim como Saussure fez com a *parole*, destaco o aspecto visual dos discursos envolvidos na questão racial brasileira e sua importância, para não estudá-lo ou sistematizá-lo.

Quanto aos percalços do trabalho, este careceu de maior contato com os movimentos sociais, inclusive dentro da universidade. Isso ajuda a revelar uma contradição intrínseca do processo de construção de tese, pois, quanto mais te é demandado um contato ativo e uma participação efetiva nos movimentos sociais e na comunidade científica, cada qual à sua maneira, a tese força o isolamento da escrita. Assim fica colocado um paradoxo para ser resolvido em pesquisas futuras, seja a partir desta ou em outros contextos: quanto mais aprofundada é a pesquisa no sentido teórico, mais se percebe a centralidade de um contato mais prático com os movimentos sociais, ao passo que a demanda pela escrita da tese faz restringir o espectro de atividades com as quais se deve envolver para enriquecê-la. Contudo, a construção da tese foi uma oportunidade inigualável de aprendizagem.

E assim se encerra esta contribuição.

## Referências

ALMADA, Sandra. A revista *Raça Brasil*. In: RAMOS, Sílvia. (Org.). *Mídia e Racismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002. p. 52-9.

ANDRADE, Manuel Correia de. *O Brasil e a África*. São Paulo: Contexto, 1991. 2. ed. (Coleção repensando a geografia).

ARAÚJO, J. Zito. *A Negação do Brasil: O negro na telenovela brasileira*. São Paulo: Editora Senac, 2000.

ARAÚJO, J. Zito. Identidade racial e estereótipos sobre o negro na TV brasileira. In: HUNTLEY, Lynn e GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. (Orgs.). *Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000b. p. 77-95.

ARAÚJO, J. Zito. Estratégias e políticas de combate à discriminação racial na mídia. In: MUNANGA, K (Ed.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

AZEVEDO, Célia M. Marinho de. *Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo*. São Paulo: Annablume, 2004.

AZEVEDO, Célia M. Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAKHTIN, Mikhail (V. N. Voloshinov). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência de linguagem*. Tradução: Michel Lahud e Yara Fratechi Vieira. 9ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999.

BAKHTIN, M. *Speech genres and other late essays*. Austin: Texas University Press, 1986a.

BAKHTIN, M. The problem of speech genres. In: *Speech Genres and other late essays*. Austin: Texas University Press, 1986b. p. 60-102.

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

BELL, Allan. *The language of news media*. (Language in Society: 17). Oxford, U.K.: Blackwell Publishers Inc., 1991.

BERBER-SARDINHA, T. *Linguística de corpus*. São Paulo: Manole, 2004.

BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, nº 2, 2002, p. 247-273. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes e Pallas.

BERNSTEIN, Basil. *A estruturação do discurso pedagógico: classe códigos e controle*. (Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Luís Fernando G. Pereira). Petrópolis: Vozes, 1996.

BERNSTEIN, Basil. Codes, modalities and the process of cultural reproduction: a model. *Language & Society*, n 10, U.S.A., 1981, p. 327-363.

BEX, T. *Variety in written english: texts in societies: societies in texts*. London e New York: Routledge, 1996.

BIAVATI, Nádia D. F.; MAGALHÃES, Célia Maria. *O lugar do trabalhador e das relações de trabalho em propagandas publicadas em revista brasileira de informação geral*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001. (Dissertação de mestrado).

BLOMMAERT, J. *Discourse*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 2005.

BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. (Organização e tradução de Celso Castro). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BONINI, Adair. Gêneros do jornal: que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil? In: *Linguagem em (Dis)Curso*, vol. 4, nº 1, 2003. Tubarão: Unisul.

BONINI, Adair. Communication vehicle and genre: conflicting notions. *Revista DELTA*, 2003, vol.19, no.1, p.65-89.

BORBA, F. S. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.

BOURDIEU, P e WACQUANT, L. Sobre as artimanhas da razão imperialista. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, nº 1, 2002, p. 15-33. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes.

BUENO, Leticia Taitson; MAGALHÃES, Célia Maria. *Transitividade, coesão e criatividade lexical no corpus paralelo Macunaíma, de Andrade e Macunaíma, de Goodland*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG. 2005. (Dissertação de mestrado).

CAETANO, Paulo H. As origens do movimento rastafari: o significado da música reggae e da obra de Bob Marley na construção de novas subjetividades na diáspora africana. *Maestria*. Vol. 3. Sete Lagoas: FAFISETE, 2005.

CAETANO, Paulo H. *et al.* Como a mídia impressa “promove” a imagem do afro-descendente no contexto brasileiro: um estudo de corpus à luz da teoria sistêmico-funcional. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2004. (Trabalho final de disciplina).

CAETANO, Paulo H e BURNS, Thomas L. *From rude boy to rastaman, from Jamaica to the world: confrontation and meditation in Bob Marley’s lyrics*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2002. (Dissertação de mestrado).

CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio. In: HASEMBALG, Carlos A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2. ed. Trad. Patrick Burglin. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

CARMO, Cláudio Márcio do e MAGALHÃES, Célia Maria. *Relações lexicais, interdiscursividade e representação: o sincretismo e a questão racial em corpus de jornais e revistas brasileiros*. Belo Horizonte, Faculdade de Letras, UFMG, 2005. (Tese de doutorado).

CARONE, I. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: CARONE, I.; BENTO M.A.S. (Orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 13-23.

CARONE, I. Faíscas elétricas na imprensa brasileira: a questão racial em foco. In: CARONE, I.; BENTO M.A.S. (Orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 163-180.

CASHMORE, Ellis *et al.* *Dicionário de relações étnicas e raciais*. Trad. Dinah Kleve. São Paulo: Summus, 2000.

CHOULIARAKI, Lilie e FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COBUILD, Collins. *English dictionary*. London: Harper Collins, 1995.

CONCEIÇÃO, Fernando. Mordendo um cachorro por dia. No Brasil a mídia retrata a imagem do negro com três “I”s: lúgubre, lúdico e luxurioso. In: MUNANGA, K (Org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

COSTA, Emília V. *The brazilian empire: myths & histories*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2000.

COSTA, Sérgio. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

COSTA, Sérgio. A Construção sociológica da raça no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, nº 1, 2002, p. 35-61. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes.

COSTA de PAULA, Rogéria. *Leitura como prática social na escola: a construção da negritude e da masculinidade*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, UFRJ, 2001. (Dissertação de mestrado).

D’ADESKY, J. A ideologia da democracia racial no limiar do anti-racismo universalista. In: SALGUEIRO, Maria A. A. *A República e a Questão do Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

D’ADESKY, J. *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Conselho Pleno / D.F. Brasília, 2004.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. (Trad. Gilson César Cardoso de Souza). São Paulo: Perspectiva, 2005[1977].

EGGINS, Suzanne; MARTIN, J. R. Genres and registers of discourse. In: VAN DIJK, T. A. (Org.). *Discourse as structure and process: discourse studies, a multidisciplinary - introduction*. London: Sage Publications, 1998.

EGGINS, Suzanne. *An introduction to systemic functional linguistics*. London: Continuum, 1994.

EGHRARI, Iradj Roberto. E o seminário gerou sua cria. In: RAMOS, Sílvia. (Org.). *Mídia e racismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002. p. 152-60.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. (Organização de tradução de Izabel Magalhães). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001a.

FAIRCLOUGH, Norman. A Análise Crítica do Discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. Trad. Célia M. Magalhães. In: MAGALHÃES, Célia M. (Org.). *Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso* v. 2. Belo Horizonte: UFMG, 2001b. p. 31-81.

FAIRCLOUGH, Norman. The discourse of new labour: Critical Discourse Analysis. In: WETHERELL, M. *et al.* (Eds.). *Discourse as data: a guide for analysis*. London: Sage and the Open University, 2001c. p. 229-66.

FAIRCLOUGH, Norman. Political discourse in the media: an analytical framework. In: BELL, Allan e GARRETT, Peter (Eds.). *Approaches to media discourse*. Oxford: Blackwell Publishers Ltd., 1998. p. 142-62.

FAIRCLOUGH, Norman. Technologisation of discourse. In: CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa e Malcolm Coulthard (Eds.). *Texts and practices: readings in critical discourse analysis*. London e New York: Routledge, 1996. p. 71-84.

FAIRCLOUGH, Norman. *Media discourse*. London: Edward Norton, 1995a.

FAIRCLOUGH, Norman. *Critical Discourse Analysis: the critical study of language*. London: Longman, 1995b.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. London: Longman, 1989.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. v. 1-2. São Paulo: Ática, 1978. (Coleção Ensaio 34).

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

FERRETI, S. F. Notas sobre o sincretismo religioso no Brasil – modelos, limitações, possibilidades. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 11, 2001. p. 13-26.

FERRETI, S. F. *Repensando o sincretismo*. São Luís: FAPEMA, 1995.

FIRTH, J. R. *Papers in linguistics, 1934-1951*. London: Oxford University Press, 1957.

FOLHA DE SÃO PAULO/DATAFOLHA. *Racismo cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Ática, 1995.

FOWLER, Roger. On critical linguistics. In: CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa e Malcolm Coulthard (Eds.). *Texts and practices: readings in critical discourse analysis*. London: Routledge, 1996. p. 3-14.

FOWLER, Roger. *Language in the news: discourse and ideology in the press*. London: Routledge, 1991.

FOWLER, Roger *et al.* *Language and control*. London, Boston: Routledge & Kegan Paul, 1979.

FRANÇA, Júnia L. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 6. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

FREYRE, G. *et al.* *Novos estudos afro-brasileiros: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife*. (2º tomo). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1937.

FREYRE, G. *Sobrados e mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. (1º e 2º tomos). Rio de Janeiro: José Olympio 1968[1936].

FREYRE, G. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984[1933].

FRY, Peter. O que a cinderela negra tem a dizer sobre a “política racial” no Brasil. *Revista da USP*, São Paulo, n. 28. dez-fev. 1995/96. p. 122-35.

GOATLY, Andrew. *Critical reading and writing: an introductory course book*. London e New York: Routledge, 2000.

GOMES, Nilma Lino e SILVA, Petronilha B. Gonçalves. (Orgs.). *Experiências étnico-culturais para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006a.

GOMES, Nilma Lino. Escola e diversidade étnico-cultural: um diálogo possível. In: DAYRELL, Juarez. (Org.). *Múltiplos Olhares sobre Educação e Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006b[1996]. p. 85-91.

GOMES, Nilma Lino. Programa Ações Afirmativas na UFMG: uma proposta corajosa. In: GOMES, Nilma Lino e MARTINS, Aracy Alves (Orgs.). *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 37-45.

GOMES, Nilma Lino. Ações afirmativas: dois projetos voltados para a juventude negra. In: SILVA, Petronilha B. G. e SILVÉRIO, Valter R. (Orgs.). *Educação e ações afirmativas: da injustiça simbólica à injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. p. 217-43.

GOMES, Nilma Lino e MARTINS, Aracy Alves (Orgs.). *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GONÇALVES, Luís Alberto O. Ações afirmativas no Brasil. In: GOMES, Nilma Lino e MARTINS, Aracy Alves (Orgs.). *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 99-104.

GOUVEIA, Carlos A. M. e BÁRBARA, Leila. Marcado ou não marcado não é a questão, a questão é: onde está o Tema? In: MOTTA-ROTH, Desirée *et al.* (Orgs.). *Linguagem, Cultura e Sociedade*. Santa Maria (RS): Universidade Federal de Santa Maria, 2006. p. 57-66.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Preconceito e discriminação*. São Paulo: Editora 34, 2004.

GUIMARÃES, A. S. A. Racial insult in Brazil. *Discourse & Society*, London, vol. 14, n. 2, p. 133-151, 2003a.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. O acesso de negros às universidades públicas. In: SILVA, Petronilha B. G. e SILVÉRIO, Valter R. (Orgs.). *Educação e ações afirmativas: da injustiça simbólica à injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003b. p. 193-216.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Democracia racial. São Paulo: USP, 2003c. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Democracia%20racial.pdf>> Acesso em: 29 de dezembro de 2006.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Apresentação. In: HUNTLEY, Lynn e GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. (Orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. (Organização Liv Sovik; Tradução de Adelaine La Guardia Resende *et al*) Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HALLIDAY, M. A. K. e MATTHIESSEN, C. *An introduction to functional grammar*. 3. ed. rev. London: Edward Arnold, 2004.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K. Dimensions of Discourse Analysis: Grammar. In: DIJK, Teun A, van (Ed.). *The handbook of discourse analysis: dimensions of discourse*. v. 2. London: Academic Press, 1985. p. 29-56.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1984.

HALLIDAY, M. A. K. *Language as social semiotic*. London: Edward Arnold, 1978.

HALLIDAY, M. A. K. Estrutura e função da linguagem. In: *Novos horizontes em lingüística*. Trad. Jesus Antônio Durigan. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 134-160.

HALLIDAY, M. A. K. e HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in english*. London: Longman, 1995[1976].

HALLIDAY, M. A. K. e HASAN, Ruqaiya. *Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Victoria (Australia): Deakin University Press, 1993.

HARDT-MAUTNER, G. 'Only connect': Critical Discourse Analysis and Corpus Linguistics. 1995. disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/computing/research/ucrel/papers>> Acesso em: 20 de novembro de 2004.

HARRIS, Marvin *et al.* Who are the whites?: imposed census categories and the racial demography of Brazil. *Social Forces*, dezembro 1993, 72(2), p. 463-477. Raleigh: The University of North Carolina Press.

HARVEY, David. *Justice, nature & the geography of difference*. Malden (USA), Oxford (UK) e Victoria (Australia), 1996.

HASEMBALG, Carlos A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Trad. Patrick Burglin. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

HASEMBALG, Carlos A., SILVA, Nelson do Valle e LIMA, Márcia. (Orgs.). *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

HASEMBALG, Carlos A. e SILVA, Nelson do Valle. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

HASEMBALG, Carlos A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Trad. Patrick Burglin. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HERINGER, Rosana. Mapeamento de ações e discursos de combate às desigualdades raciais no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, n. 2, 2001, p. 291-334. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes.

HODGE, Robert e KRESS, Gunther. *Language as ideology*. London: Routledge, 1993 (2ª edição).

HOEY, Michael. Lexical priming and the properties of text. In: PARTINGTON, A.; MORLEY, J.; HAARMAN, L. (Eds.). *Corpora and discourse*. Bern: Peter Lang, 2004.

Disponível em: <<http://www.monabaker.com/tsresources/LexicalPrimingandthePropertiesofText.htm>> Acesso em 18 de novembro de 2006.

HOEY, Michael. *Patterns of lexis in text*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

HOEY, Michael. Another perspective on coherence and cohesive harmony. In: VENTOLA, Eija (Ed.). *Functional and Systemic Linguistics: approaches and uses*. Berlin e New York: Mouton de Gruyter, 1991b.

HOEY, Michael. The discourse colony: a preliminary study of a neglected discourse type. In: COULTHARD, Malcolm. *Talking about text: studies presented to David Brazil on his retirement*. Birmingham: English Language Research, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995[1936].

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUNTLEY, Lynn e GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. (Orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ILARI, Rodolfo. *Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras*. São Paulo: Contexto, 2003.

IRACI, Nilza e SANEMATSU, Marisa. Racismo e imprensa: como a imprensa escrita cobriu a conferência mundial contra o racismo. In: RAMOS, Sílvia. (Org.). *Mídia e racismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002. p. 122-51.

JACCOUD, Luciana de Barros e BEGHIN, Nathalie. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: IPEA, 2002.

KINDERMANN, Conceição Aparecida e BONINI, Adair. A reportagem jornalística: uma caracterização inicial do gênero a partir de exemplares publicados no *Jornal do Brasil*. In: MOTTA-ROTH, Desirée et al. (Orgs.). *Linguagem, Cultura e Sociedade*. Santa Maria (RS): Universidade Federal de Santa Maria, 2006. p. 39-56

KRESS, Gunther. *Literacy in the new media age*. London e New York: Routledge, 2003.

KRESS, Gunther. Representational resources and the production of subjectivity: questions for the theoretical development of Critical Discourse Analysis in a multicultural society. In: CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa e Malcolm Couthard (Eds.). *Texts and practices: readings in critical discourse analysis*. London e New York: Routledge, 1996. p. 15-31.

KRESS, Gunther. Critical Discourse Analysis. *Annual Review of Applied Linguistics*, II. USA: Cambridge University Press, 1990. p. 84-99.

KRESS, Gunther e VAN LEEUWEN, Theo. *Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication*. London: Arnold, 2001.

KRISHNAMURTHY, Ramesh. Ethnic, racial and tribal: the language of racism?. In: CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa e Malcolm Coulthard (Eds.). *Texts and practices: readings in critical discourse analysis*. London e New York: Routledge, 1996. p. 129-149.

LEMGRUBER, Julita. Introdução. In: RAMOS, Sílvia. (Org.). *Mídia e racismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

MCENERY, T. e WILSON, A. *Corpus Linguistics*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001.

MAGALHÃES, C. A Critical Discourse Analysis approach to news discourses and social practices on race in Brazil. *D.E.L.T.A.*, vol. 22, n. 2. São Paulo, EDUC, 2006a. p.275-301.

MAGALHÃES, C. MAGALHÃES, Célia M. Percursos das abordagens discursivas associadas à Lingüística Sistêmica Funcional. *Revista Multidiscorso*. 2006b.

MAGALHÃES, C. Da coesão como recurso de continuidade do discurso. In: PAGANO, A.; MAGALHÃES, C.; ALVES, F. (Orgs.) *Competência em tradução: cognição e discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 209-245.

MAGALHÃES, C. Interdiscursividade e conflito entre discursos sobre raça em reportagens brasileiras. *Linguagem em (Dis)Curso*, vol. 4, Número Especial. Tubarão, Unisul, 2004. p. 35-60.

MAGALHÃES, C. A Análise Crítica do Discurso enquanto teoria e método de estudo. In: MAGALHÃES, C. M. (Org.). *Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso*. v. 2. Belo Horizonte: UFMG, 2001. p. 15-30.

MAGALHÃES, I. Introdução: A Análise de Discurso Crítica. *Revista Delta*, Vol. 21, Especial. São Paulo: EDUC, 2005. p. 1-9.

MAGALHÃES, I. Teoria crítica do discurso e texto. *Linguagem em (Dis)curso*, Vol. 4, Número Especial. Tubarão: Unisul, 2004. p. 113-31.

MAIA, Rousiley. Mídia e vida pública: modos de abordagem. In: MAIA, Rousiley e CASTRO, Maria Céres P. S. (Orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG. p. 11-48.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

MANUAL da redação: Folha de São Paulo. Ed. rev. e aum. São Paulo: Publifolha, 2001.

MALINOWSKY, Bronislaw. *A scientific theory of culture and other essays*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1944.

MARTINS, André Ricardo N. e MAGALHÃES, Maria Izabel S. *A polêmica construída: racismo e discurso da imprensa sobre política de cotas para negros*. Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernáculas, Universidade de Brasília. Brasília, 2004. (Tese de doutorado).

MEDEIROS, Carlos Alberto. Ação afirmativa no Brasil: um debate em curso. In: SALGUEIRO, Maria A. A. *A república e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

MENDES, Cândido. Abertura. In: RAMOS, Sílvia. (Org.). *Mídia e racismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

MENDES, I e MAGALHÃES, Célia. *Um caso de polícia: a representação dos discursos no noticiário policial de dois jornais impressos brasileiros, abordada à luz da Lingüística de Corpus e da Análise Crítica do Discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003. (Dissertação de mestrado)

MEURER, José Luiz. Ampliando a noção de contexto na Lingüística Sistêmico-Funcional e na Análise Crítica do Discurso. *Linguagem em (Dis)Curso*, Tubarão, Unisul, 2004. vol. 4, Número Especial. p. 133-57.

MEURER, José Luiz. Uma dimensão crítica do estudo de gêneros textuais. In: MEURER, José Luiz e MOTTA-ROTH, Désirée. (Orgs.) *Gêneros textuais e práticas discursivas*. Bauru, SP: EDUSC, 2002. p. 17-30.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. A formação do professor de línguas: discurso, produção de conhecimento e cidadania. In: I SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE POLÍTICAS DE ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS, Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

MOTTA, Roberto. Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes. n. 38, 2000. p. 113-133.

MUNANGA, K. A redemocratização de 1945 e a crise do mito de democracia racial: uma vista panorâmica. In: SALGUEIRO, Maria A. A. *A República e a Questão do Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

MUNANGA, K. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. In: GOMES, Nilma Lino e MARTINS, Aracy Alves (Orgs.). *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 47-60.

MUNANGA, K. Prefácio. In: SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do ser negro: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2002. p. 9-12.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNANGA, K (Org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996a.

MUNANGA, K. O anti-racismo no Brasil. In: MUNANGA, K (Org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996b.

MUNANGA, K. As facetas de um racismo silenciado. In: SCHWARCZ, Lília Moritz e QUEIROZ, Renato da Silva (Orgs.). *Raça e diversidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996b. p. 213-230.

NASCIMENTO, Abdias (Ed.). *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*. (edição fac-similar do jornal *Quilombo* de 1948-1950). São Paulo: Editora 34, 2003.

NASCIMENTO, Abdias e NASCIMENTO, Elisa Larkin. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997. In: HUNTLEY, Lynn e GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. (Orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 203-35.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus, 2003.

NETO, A. J. de Menezes. Os olhares políticos sobre as cotas. *BOLETIM*, Belo Horizonte, UFMG, ano 32, n. 1547. set. 2006. (Coluna Opinião).

NEVES, Maria Helena M. *A Gramática Funcional: texto e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem – sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. In: NOGUEIRA, O. (Org.). *Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985 [1954].

OLIVEIRA, Eduardo H. P. As revistas *Afirma* e *Raça Brasil*. In: RAMOS, Sílvia. (Org.). *Mídia e racismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002. p. 36-41.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. O sistema classificatório de ‘cor ou raça’ do IBGE: Texto para discussão. Brasília, Ipea, n. 996, 2003. ISSN: 1415-4765.

PAGANO, Adriana; MAGALHÃES, Célia. Análise Crítica do Discurso e teorias culturais: hibridismo necessário. *DELTA*. Vol. 21, Número Especial. São Paulo: Editora PUC-SP, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0102-44502005000300004&lng=en&nrm=iso>>. Acesso em: 21 de setembro de 2006. Doi: 10.1590/S0102-44502005000300004.

PAGANO, A. S. Gêneros híbridos. In: MAGALHÃES, Célia M. (Org.). *Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso* v. 2. Belo Horizonte: UFMG, 2001. p. 83-104.

PAIXÃO, Marcelo, J. P. *Desenvolvimento humano e relações raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PEREIRA, João Baptista Borges. Racismo à brasileira. In: MUNANGA, K (Org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. p. 75-8.

PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971[1942].

PINHEIRO, Najara Ferrari. A noção de gênero para análise de textos midiáticos. In: MEURER, José Luiz e MOTTA-ROTH, Désirée. (Orgs.) *Gêneros textuais*. Bauru, SP: EDUSC, 2002. p. 259-90.

PIZA, E. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, I.; BENTO M.A.S. (Orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 59-90.

PIZA, E. Cor nos sentidos brasileiros. In: CARONE, I.; BENTO M.A.S. (Orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 91-120.

QUEIROZ, Antônio Carlos. *Politicamente correto e direitos humanos*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2004.

RAMOS, Arthur. *O negro brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

RAMOS, Sílvia. (Org.). *Mídia e racismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

RAVELLI, Louise. Getting started with functional analysis of texts. In: UNSWORTH, L. (Ed.). *Researching language in schools and communities: Functional Linguistic perspectives*. London e Washington: Cassell, 2000.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Fernando. Racismo cordial. In: FOLHA DE SÃO PAULO/DATAFOLHA. *Racismo cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Ática, 1995. p. 11-48.

SAINT-MÉRY, Moreau de. *Description de la partie française de l'île de Saint Domingue*. Paris: Larousse, 1958.

SANTOS, Gevanilda e SILVA, Maria Palmira. (Orgs.). *Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito racial do século XXI*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do ser negro: um percurso das Idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2002.

SANTOS, Hélio. Ações afirmativas para a valorização da população negra. In: SARDEMBERG e SANTOS. *Parcerias estratégicas*, vol. 1, n. 4, dezembro de 1997.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001. (Folha Explica).

SCHWARCZ, Lília Moritz. Raça como negociação: sobre teorias raciais em finais do século XIX no Brasil. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). *Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 13-39.

SCHWARCZ, Lília Moritz e QUEIROZ, Renato da Silva (Orgs.). *Raça e diversidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOLLON, Ron. *Mediated discourse: the nexus of practice*. London e New York: Routledge, 2001.

SCOLLON, R. *Mediated discourse as social interaction: a study of news discourse*. London e New York: Longman, 1998.

SCOTT, Mike. *WordSmith Tools*. Oxford University Press, 1999. Disponível em: <<http://www.lexically.net/wordsmith/>> Acesso em: 23 de novembro de 2004.

SILVA, D. H. G e VIEIRA, Josênia A. (Orgs.). *Análise do Discurso: percursos teóricos e metodológicos*. Brasília: Editora Plano, 2002.

SILVA, Francisca C. O. e VIEIRA, Josênia A. *A representação da raça negra no Brasil: ideologia e identidades*. Brasília, Instituto de Letras, UNB, 2005. (Dissertação de mestrado).

SILVA, Nelson do Valle. Extensão e natureza das desigualdades raciais no Brasil. In: HUNTLEY, Lynn e GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. (Orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 33-50.

SILVA, Petronilha B. G. e SILVÉRIO, Valter R. (Orgs.). *Educação e ações afirmativas: da injustiça simbólica à injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

SINCLAIR, John M. *Trust the text: language, corpus and discourse*. London e New York: Routledge, 2004.

SINCLAIR, John M. Preface. In: GHADDESSY, M. *et al. Small corpus studies and ELT: theory and practice*. Amsterdam e Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2002.

SINCLAIR, John M. *Corpus, concordance, collocation*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Jessé. A gramática social da desigualdade brasileira. In: SOUZA, Jessé. (Org.). *A Invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 23-54.

SOUZA, Jessé. Por uma teoria da ação social da modernidade periférica: um diálogo crítico com Florestan Fernandes. In: SOUZA, Jessé. (Org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006b. p. 55-70.

SOUZA, Jessé. A visibilidade da raça e a invisibilidade da classe. In: SOUZA, Jessé. (Org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006c. p. 71-96.

SOUZA, Jessé. Democracia racial e multiculturalismo: a ambivalente singularidade cultural brasileira. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, p. 135-155, Dezembro, 2000.

STUBBS, Michael. *Words and phrases: corpus studies of lexical semantics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2002.

STUBBS, Michael. *Text and corpus analysis: computer-assisted studies of language and culture*. Oxford: Blackwell Publishers Ltd., 1996.

TAGUIEFF, Perre-André. *Les fins de l'antiracisme*. Paris: Editions Michalon, 1995.

TAGUIEFF, Perre-André. *La force du préjugé: essai sur le racisme et ses doubles*. Paris: Editions La Découverte, 1988.

TELLES, E. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Trad. Ana Arruda Callado *et al.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

TELLES, Edward. As fundações norte-americanas e o debate racial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, ano 24, n. 1, 2002. p. 141-65.

TEODORO, Maria de Lourdes. Elementos básicos das políticas de combate ao racismo brasileiro. In: MUNANGA, K (Ed.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. p. 95-111.

THIBAUT, Paul J. An Interview with Michael Halliday. In: STEELE e THREADGOLD (Eds.). *Language topics: essays in honour of Michael Halliday*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1987. p. 601-627.

THOMPSON, Geoff. *Introducing Functional Grammar*. London: Arnold, 1996.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Trad. Wagner Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 1998.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Trad. Carmen Grisci *et al.* Petrópolis: Vozes, 1995.

TWINE, France Winddance. *Racism in a racial democracy: the maintenance of white supremacy in Brazil*. New Brunswick e London: Rutgers University Press, 2001.

VAN LEEUWEN, Theo. Visual racism. In: REISIGL, Martin e Ruth Wodak (Eds.). *The semiotics of racism: approaches in Critical Discourse Analysis*. Vienna: Passagen Verlag, 2000.

VAN LEEUWEN, Theo. The representation of social actors. In: CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa e Malcolm Coulthard (Eds.). *Texts and practices: readings in critical discourse analysis*. London e New York: Routledge, 1996. p. 32-70.

VAN LEEUWEN, Theo. Representing social action. *Discourse & Society*, London, Sage. vol. 6 (1), 1995. p. 81-106.

VAN LEEUWEN, Theo. Genre and field in critical discourse analysis: a synopsis. In: *Discourse & Society*, vol. 4(2), 1993. London: Sage. p. 193-223.

VIEIRA, Josênia Antunes. *Análise do Discurso: percursos teóricos e metodológicos*. Brasília: Ed. Plano, 2002.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Trad. Marie-Anne Kremer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

WILLIAMS, R. *Keywords: A vocabulary of culture and society*. London: Fontana Press, 1988.

WODAK, Ruth e REISIGL, Martin. Discourse and racism. In: SCHIFFRIN, D., TANNEN, D. e HAMILTON, H. E. (Eds.) *The handbook of Discourse Analysis*. Malden, USA / Oxford, UK: Blackwell Publishers Ltd., 2001. p. 373-97.